

Construindo o Futuro:
Como é que o Ensino Superior Pode Contribuir Para a
Agenda de Transformação Económica e Social de Cabo
Verde

UM ESTUDO DO BANCO MUNDIAL



Documento do Banco Mundial

Mai de 2012

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	v
SIGLAS E ABREVIATURAS	vi
MENSAGENS PRINCIPAIS	9
RESUMO EXECUTIVO	11
CAPÍTULO 1: PORQUE É QUE ESTE ESTUDO FOI REALIZADO?	25
<i>Como foi feito este estudo?</i>	25
<i>Organização do relatório</i>	26
CAPÍTULO 2: O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR.....	27
<i>Da Sombra para a Ribalta: Os Novos Desafios</i>	27
<i>Contexto Histórico</i>	28
<i>Contexto Demográfico, Económico e Social</i>	29
<i>Panorama do Sector de Educação</i>	31
<i>Cobertura e Organização do Ensino Superior</i>	33
CAPÍTULO 3: ACESSIBILIDADE E EQUIDADE	36
<i>Quais são as tendências recentes em termos de acessibilidade?</i>	36
<i>O ensino à distância pode aumentar a acessibilidade?</i>	38
<i>Promover a acessibilidade</i>	41
<i>Perspectivas Futuras</i>	42
<i>Implicações</i>	43
<i>Que mecanismos estão disponíveis para gerir a acessibilidade?</i>	44
<i>Quais os instrumentos que Cabo Verde usa para promover a acessibilidade equitativa?</i>	44
<i>Questões de equidade</i>	47
<i>As mulheres têm igual acesso ao ensino superior?</i>	48
<i>É a acessibilidade ao ensino superior equitativa com base na localização geográfica?</i>	49
<i>É a acessibilidade ao ensino superior equitativa por nível de rendimento?</i>	50
<i>As diferenças na preparação académica criam desigualdades na acessibilidade?</i>	51
<i>O que é que aprendemos com esta análise?</i>	52
<i>Que recomendações saem desta análise?</i>	52

CAPÍTULO 4: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO.....	54
<i>O que é a qualidade do ensino superior?</i>	54
<i>O que é que os indicadores de insumo indicam acerca da qualidade do ensino superior em Cabo Verde?</i>	55
<i>O que pode contribuir para uma garantia de qualidade?</i>	66
<i>O que é recomendado?</i>	69
CAPÍTULO 5: RELEVÂNCIA DO ENSINO SUPERIOR.....	72
<i>O que é a relevância na educação?</i>	72
<i>Quais são os sectores económicos prioritários?</i>	73
<i>Que tipo de diplomados as instituições do ensino superior estão a fornecer?</i>	74
<i>O que é que as tendências do mercado de trabalho nos estão a dizer?</i>	77
<i>O que é que se aprendeu a partir deste inquérito dos recém-formados?</i>	81
<i>Profissionalização do ensino superior</i>	84
<i>Que lições podemos tirar desta análise?</i>	86
<i>O que é recomendado?</i>	87
CAPÍTULO 6: FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR	89
<i>Donde vêm as receitas?</i>	89
<i>Como é utilizado o financiamento?</i>	94
<i>Qual é a perspectiva?</i>	100
<i>Previsão orçamental para a Universidade de Cabo Verde</i>	105
<i>Estimativas do orçamento do ensino superior em 2015 e 2020, incluindo o custo de bolsas de estudo</i>	111
<i>Comparação dos recursos do ensino superior com as despesas para 2015 e 2020</i>	112
<i>Será que se deve considerar os empréstimos aos estudantes?</i>	115
<i>Um programa de empréstimo estudantil em Cabo Verde?</i>	118
<i>O que é recomendado?</i>	119
CAPÍTULO 7: ELABORANDO UMA ESTRATÉGIA: PRINCIPAIS COMPONENTES.....	123
REFERÊNCIAS.....	160

Lista de Anexos

ANEXO 1: Diferentes Cenários de Projecção das Despesas Públicas para o Ensino Superior entre 2015 e 2020.....	129
ANEXO 2: Ensino Superior em Cabo Verde: Comparação com um Conjunto de Países.....	141

ANEXO 3: Estudo de Caso – Singapura: Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos para o Crescimento Económico.....	144
ANEXO 4: Estudo de Caso – Ilhas Maurícias: Desenvolvimento do Ensino Superior.....	154
ANEXO 5: Mapa de Cabo Verde.....	159

Lista de Tabelas

Tabela 1: Crescimento das Matrículas no Ensino Superior em Cabo Verde, 2000 – 2009	37
Tabela 2: Alcance Geográfico das Instituições do Ensino Superior em Cabo Verde.....	38
Tabela 3: Distribuição da População de Cabo Verde por Grupos de Idade, 2010	42
Tabela 4: Distribuição dos Alunos do Ensino Básico e Secundário por Ano de Estudo 2008/09 e 2009/10	43
Tabela 5: Valor das Propinas em Instituições Seleccionadas do Ensino Superior, 2010	47
Tabela 6: Distribuição Geográfica da População, Estudantes do 12º Ano, Beneficiários de Bolsas e Candidatos à Uni-CV, 2009 – 2010 (%).....	50
Tabela 7: Números de Doutores e de Mestres, 2008 – 2010	55
Tabela 8: Distribuição do Corpo Docente na Uni-CV por Área e Estatuto do Emprego, 2008/09.....	57
Tabela 9: Rácio Aproximado Pessoal Docente/Estudante para as Instituições do Ensino Superior, 2009/10	58
Tabela 10: Rácio pessoal docente/estudante calculado com base nas normas em Cabo Verde para as instituições privadas	59
Tabela 11: Rácio Estudantes por Sala de Aula nas Instituições do Ensino Superior, 2009/2010	62
Tabela 12: Taxa de Desemprego da População de 15 Anos e Mais, 2006 e 2008	78
Tabela 13: Instituição de Formação / Estatuto de Emprego	79
Tabela 14: Área de Formação /Estatuto do Emprego.....	80
Tabela 15: Valor Anual das Propinas por Nível de Estudo, 2009/2010 (Escudos CV).....	91
Tabela 16: Despesas Públicas no Ensino Superior como Percentagem do PIB e do Total das Despesas da Educação preços correntes).....	94
Tabela 17: Projecção do PIB para Cabo Verde, 2010 – 2020.....	100
Tabela 18: Projecção de Recursos para o Ensino Superior em Cabo Verde entre 2010 e 2020, Cenário-Base (6% do PIB para a Educação).....	102
Tabela 19: Projecção de Recursos para o Ensino Superior em Cabo Verde entre 2010 e 2020, Cenário-Baixo (5% do PIB para a Educação)	102
Tabela 20: Projecção de Recursos para o Ensino Superior em Cabo Verde entre 2010 e 2020, Cenário Alto (7% do PIB para a Educação)	103
Tabela 21: Resumo: Receitas Disponíveis para o Ensino Superior por Hipótese e Cenário	104
Tabela 22: Projecção das Despesas da Uni-CV com 25% de TBE e 50% da Contribuição do Governo (Preços de 2010).....	106
Tabela 23: Projecção das Despesas da Uni-CV com 30% de TBE e 40% da Contribuição do Governo (Preços de 2010).....	107

Tabela 24: Projecção das Despesas da Uni-CV com 25% de TBE e 50% da Contribuição do Governo (Preços de 2010).....	109
Tabela 25: Projecção das Despesas da Uni-CV com 30% de TBE e 50% da Contribuição do Governo (Preços de 2010).....	110
Tabela 26: Empréstimos aprovados aos estudantes universitários pelo Banco de Poupança de Cabo Verde, 2007 - 2010.....	117

Lista de Figuras

Figura 1: Despesas Públicas no Ensino Superior, Funcionamento e Investimento, 2000 to 2010.....	90
Figura 2 :Uni-CV: Orçamento de Funcionamento por Fonte de Financiamento	92
Figura 3: Despesa por Estudante nas Instituições do Ensino Superior em Cabo Verde, 2006 a 2010	96

Lista de Caixas

Caixa 1: A Universidade de Highlands and Islands, Escócia	41
Caixa 2: Ensino Superior em Pequenos Estados.....	66

AGRADECIMENTOS

Este estudo foi encomendado pelo Governo de Cabo Verde e é o resultado de um esforço conjunto do Governo e do Banco Mundial. No início do exercício, o Governo criou uma equipa nacional inter-sectorial para trabalhar com a equipa do Banco Mundial. O grupo foi composto pela Senhora Maria José da Luz (Assessora do Ministro do Ensino Superior), Senhor Arnaldo Brito (Director Geral do Ensino Superior); Senhora Domingas Fernandes (Chefe do Departamento de Estatística do Ministério da Educação); Senhora Luisa Inocêncio (Assessora do Ministro do Ensino Superior e Ciência), Senhor Jorge Dias (Chefe do Departamento de Formação Profissional na Universidade de Cabo Verde), e Senhora Ana Santos (Técnica da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Ministério da Educação). Também vários altos funcionários de diferentes instituições públicas e privadas em Cabo Verde, incluindo universidades, ministérios, agências estatais, e empresas, participaram no exercício, disponibilizando informações e dados, participando nas discussões técnicas, ou oferecendo comentários e sugestões.

A equipa do Banco Mundial foi liderada por Geraldo Martins (Especialista Sénior em Educação e responsável pelo estudo), e composta por William Saint (Consultor em Ensino Superior), Luisa Cerdeira (Consultora, Financiamento do Ensino Superior) e José Patrocínio (Consultor, Financiamento do Ensino Superior). Diversas contribuições para o estudo foram recebidas de especialistas do Banco Mundial, incluindo Adriana Jaramillo (Especialista Sénior em Educação), Roberta Bassett (Especialista Sénior em Educação), Alvaro Gonzalez (Economista Sénior), e Jamil Salmi (Especialista Líder em Educação). Adriana Cunha Costa (Assistente do Programa), deu apoio administrativo à equipa. A equipa foi tecnicamente apoiada por Linda English (Líder Sectorial no Departamento do Desenvolvimento Humano,) e contou com supervisão geral de Peter Materu (Gestor do Sector Educação da África do Banco Mundial).

A equipa realizou três visitas de terreno a Cabo Verde em Maio de 2010, Dezembro de 2010 e Maio de 2011, principalmente para a colecta de dados e de informações relevantes para o estudo. Durante essas visitas, a equipa beneficiou de valiosos contributos de funcionários e gestores de algumas agências e parceiros de desenvolvimento, nomeadamente a Cooperação Portuguesa, a Cooperação Brasileira, a Lux Development, e a União Europeia. A equipa gostaria de agradecer a todos pela sua contribuição e apoio.

TAXA DE CÂMBIO

US\$1.00 = CVE 77.55

1 CVE = 0.0131 US\$
(Julho de 2011)

SIGLAS E ABREVIATURAS

AHELO	<i>Assessment of Higher Education Learning Outcome</i> (Avaliação das Aprendizagens no Ensino Superior)
CESP	Centro de Estudos Superiores Profissionalizantes
CPIA	<i>Country Policy and Institutional Assessment</i> (Avaliação Institucional e de Políticas do País)
DESP	Departamento de Estudos Superiores Profissionalizantes
DGESC	Direcção Geral do Ensino Superior e Ciência
EPT	Educação para Todos
ETFP	Ensino Técnico e Formação Profissional
FAEF	Fundo de Apoio à Educação e Formação
FFP	Fundo de Formação Profissional
FICASE	Fundação Acção Social Escolar
FMI	Fundo Monetário Internacional
FTE	<i>Full-time Equivalent Study</i> (Tempo Pleno Equivalente)
FTI	<i>Fast Track Initiative</i> (Iniciativa Acelerada Educação para Todos)
GER	Taxa Bruta de Escolarização
IBRD	<i>International Bank for Reconstruction and Development</i> (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento)
IDA	<i>International Development Association</i> (Associação Internacional para o Desenvolvimento)

IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IESIG	Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIDA	Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário
ISCED	<i>International Standard Classification of Education</i> (Classificação Standard Internacional da Educação)
ISCEE	Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Empresariais
ISCJS	Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais
ISE	Inquérito Semestral ao Emprego
ISECMAR	Instituto Superior de Ciências do Mar
ME	Ministério da Educação
MESCI	Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação
OCED	Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMD	Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento
ONG	Organização Não Governamental
PDM	País de Desenvolvimento Médio
PIAAC	<i>Program for International Assessment of Adult Competencies</i> (Programa Internacional de Avaliação das Competências dos Adultos)
PIB	Produto Interno Bruto
PIRLS	<i>Progress on International Learning and Literature Study</i> (Progressos na Aprendizagem Internacional e Estudos Literários)
PISA	<i>Program for International Student Assessment</i> (Programa de Avaliação Internacional dos Estudantes)
PMD	Países Menos Desenvolvidos
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TIMSS	<i>Trends in International Math and Science Study</i> (Tendências Internacionais no Estudo de Matemática e Ciências)

UHI	<i>University of Highlands and Islands</i>
UI	Universidade Intercontinental
UNESCO	<i>United National Education, Science and Culture Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)</i>
UNI-CV	Universidade de Cabo Verde
UNI-Mindelo	Univesidade do Mindelo
UNI-PIAGET	Universidade Jean Piaget
US	Universidade de Santiago

MENSAGENS PRINCIPAIS

Desenvolver uma estratégia de longo prazo para o ensino superior a fim de orientar os investimentos e a tomada de decisões. A estratégia deve articular claramente a visão do país, as expectativas, e as prioridades como orientações para planos de acção de médio prazo com vista ao desenvolvimento de um ensino superior relevante e de boa qualidade em Cabo Verde, e deve ser complementada com um esquema realista e sustentável de financiamento desses planos. Também deve reconhecer que o ensino superior privado acolhe a maioria dos estudantes universitários, constituindo por isso um bem nacional importante, e que o governo pode tomar medidas adequadas de interesse nacional para o seu desenvolvimento.

Gerir o sector do ensino superior de forma responsável dentro dos parâmetros de uma Taxa Bruta de Escolarização (TBE) de 25 por cento e de 15 por cento do orçamento da educação para o sub-sector. A análise apresentada neste estudo sugere que Cabo Verde pode permitir-se uma expansão das matrículas no ensino superior na próxima década até uma TBE de 25 por cento. Se as condições económicas globais e nacionais melhorarem em relação à situação actual, então uma TBE de 30 por cento nos próximos dez anos poderá ser sustentável. Um desvio importante destes parâmetros na próxima década poderá provavelmente criar dificuldades financeiras no ensino superior.

Prestar maior atenção à relevância do ensino superior. Tanto a instituição pública como as privadas devem reposicionar as suas ofertas de formação para mediar a tensão entre as expectativas individuais dos estudantes universitários e as necessidades em recursos humanos para os objectivos do desenvolvimento económico nacional. A iniciativa de Centros de Estudos Superiores Profissionalizantes (CESP) na Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) é promissora e os seus resultados devem ser monitorados tendo em vista a possível expansão do programa. Os empregadores e outros actores devem ser envolvidos na governação da Uni-CV. Parcerias público-privadas e colaboração em pesquisa podem ser exploradas.

Estabelecer e manter um padrão de qualidade no seio do ensino superior público e privado. Investir fortemente na qualificação do corpo docente em todo o sistema do ensino superior. Introduzir mecanismos de progressão na carreira para o pessoal docente a fim de tornar atractiva a carreira docente no ensino superior e atrair quadros de talento a longo prazo. Consolidar e enriquecer os cursos existentes na Uni-CV, particularmente a nível da pós graduação, antes de ponderar a introdução de novos cursos.

Reorganizar e racionalizar o programa de bolsas de estudo para uma expansão

mais equitativa e estrategicamente orientada do ensino superior. A nível da graduação, a assistência financeira deve basear-se nas necessidades dos estudantes e não nos seus méritos académicos. A nível da pós graduação, a assistência financeira deve basear-se apenas no mérito, de modo a atrair os estudantes mais talentosos para a docência universitária e para os serviços públicos. As bolsas de estudo para o exterior devem ser concedidas apenas para estudos de mestrado e de doutoramento, ou para programas de graduação em áreas altamente prioritárias, que não existem em Cabo Verde. Centralizar a gestão de todos os programas de bolsas de estudo de modo a realizar poupanças de tempo e de despesas tanto para os estudantes como para o governo. Implementar um programa de empréstimo aos estudantes através do estabelecimento de um fundo de “garantia mútua” que encoraje o envolvimento de todos os bancos comerciais que operam em Cabo Verde.

Investir significativamente em infra-estruturas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que liguem as populações das ilhas, os estudantes universitários, os centros de pesquisa pública, as agências de serviço público numa rede nacional de partilha de conhecimentos, e-learning e inovação. Experimentar o e-learning e desenvolver programas locais adequados. Permitir a participação gratuita das instituições privadas na rede informática do governo.

Estabelecer uma unidade de colecta e de análise de dados para o ensino superior. Tal unidade é necessária para informar as decisões de política, orientar o planeamento e acompanhar o desempenho do sector.

RESUMO EXECUTIVO

O conhecimento tornou-se a força motora do desenvolvimento no século 21, dando lugar à economia do conhecimento. As vantagens comparativas das instituições nacionais para aceder, avaliar, adaptar e adoptar o conhecimento constituem actualmente o ímpeto para a inovação que desencadeia ganhos de produtividade e o progresso económico. O crescimento económico já não é determinado por vantagens comparativas dos recursos naturais e laboriais. A economia do conhecimento e a sociedade de informação são agora o palco de competição para o desenvolvimento no futuro.

Dado que o conhecimento se tornou primordial, a natureza da competitividade mudou. Numa economia global interconectada, a adaptabilidade tornou-se mais importante do que as habilidades ou os pontos fortes tradicionais. Neste contexto, os novos elementos que amparam a adaptabilidade assumiram importância. Entre eles está a capacidade para reafectar recursos rapidamente de modo a capturar novas oportunidades, a garantir a qualidade, qualificação e flexibilidade da força de trabalho, e a acompanhar os rápidos avanços tecnológicos e organizacionais, tendo em vista a utilização eficaz das tecnologias da informação para reduzir os custos de transacção e aumentar a capacidade de resposta às oportunidades ou ameaças, bem como a mobilidade de partes da economia para posições bem mais elevadas na cadeia de valor da produção e distribuição.

Na busca de adaptabilidade, os governos estão a colocar maior ênfase nos investimentos no ensino superior. As razões para isso são convincentes. Primeiro, as evidências mostram que os países que investem fortemente no ensino superior conseguem benefícios económicos e sociais. Em segundo lugar, testes econométricos mostram uma relação causal entre o nível de acumulação de conhecimentos e o crescimento económico futuro. Em terceiro lugar, o ensino superior de qualidade é essencial para as economias que querem subir na cadeia de valor em seus processos de produção. Em quarto lugar, os recentes sucessos na expansão das matrículas no ensino básico e secundário estão a alimentar uma crescente procura por oportunidades de acesso ao ensino pós-secundário. Em quinto lugar, os países da Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento (OCDE) oferecem evidências consideráveis de que a pesquisa realizada pelas universidades e o sector público tem um efeito positivo sobre a produtividade global e o crescimento. Em sexto lugar, o ensino superior de qualidade produz melhores professores do ensino básico e secundário, contribuindo assim para uma melhor qualidade do sistema educativo, o que contribui para a excelência no ensino superior, que por sua vez gera uma força de trabalho mais qualificada.

As nações em todo o mundo estão a tentar de forma agressiva construir economias do conhecimento nacionais para manter e expandir a sua competitividade económica. Neste processo, elas reconhecem que o ensino superior desempenha um papel fundamental no sucesso desses empreendimentos. Isto é certamente verdade em Cabo Verde, onde uma estratégia de transformação económica destaca avanços na cadeia de valor nos mercados existentes (por

exemplo, serviços marítimos), propondo desenvolver novas (por exemplo, turismo, serviços de informação). Dado que são necessários trabalhadores com competências novas e níveis mais elevados para implementar esta estratégia, a atenção política em Cabo Verde virou-se recentemente para a capacitação no ensino técnico-profissional e superior.

Felizmente, Cabo Verde construiu uma boa base sobre a qual se pode desenvolver este esforço. Em cerca de duas décadas, o país registou progressos impressionantes no sector da educação. O analfabetismo foi reduzido de 63 por cento em 1975 para menos de 21 por cento em 2010. A Taxa Bruta de Escolarização (TBE) no ensino básico é agora de 106 por cento em comparação com 5 por cento na altura da independência. Dois terços dos estudantes que entram no primeiro ano do ensino básico frequentaram um programa da pré-escolar. A TBE do ensino secundário é de 70 por cento, acima dos 16 por cento em 1992, e este nível de ensino está em rápida expansão. Nove instituições do ensino superior (uma pública e oito privadas) foram criadas nos últimos dez anos, aumentando assim a TBE do ensino superior para cerca de 20 por cento. Cabo Verde está também em vias de alcançar os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento até 2015. Estas são conquistas notáveis para uma pequena nação de meio milhão de habitantes que tem recursos naturais muito limitados, um clima árido, uma emigração substancial, e uma população dispersa em dez ilhas diferentes.

No entanto, os sucessos nessas áreas têm servido para realçar as lacunas noutras. No meio deste progresso, as desigualdades sociais acentuaram-se, como mostra um coeficiente de Gini para o ensino superior de 0,525. Assim, a equidade no acesso ao ensino superior - visto pela população como o caminho para o sucesso pessoal - é uma preocupação política crescente. O ensino técnico e a formação profissional ainda estão em fase de maturação em Cabo Verde. Consequentemente, pode existir uma incompatibilidade entre as necessidades de competências no mercado de trabalho e as qualificações das pessoas que completam a sua educação e formação, como sugere uma taxa nacional de desemprego de 11 por cento. Da mesma forma, o jovem sistema do ensino superior ainda tem que ser harmonizado com as necessidades do mercado de trabalho e com a estratégia de médio prazo de desenvolvimento do país, e devidamente articulado com o ensino secundário. Além disso, com o aumento das matrículas nos níveis mais elevados do sistema educativo, as questões do financiamento sustentável, da existência de um número suficiente de pessoal qualificado e do melhor caminho de desenvolvimento a seguir tornam-se mais agudas.

Acessibilidade e equidade

Em 2011, estavam inscritos nas instituições do ensino superior em Cabo Verde 11.769 alunos. O ensino superior privado desempenha um papel importante por ser responsável por 60 por cento dessas inscrições. Um número adicional de 6.000 estudantes prosseguiram os seus estudos superiores no exterior. A TBE no ensino superior é de aproximadamente 20 por cento, um nível bem acima da média da África Subsaariana (6,3 por cento) e comparável com a de países como a China, a Indonésia e a Jamaica.

Na próxima década, as pressões para o acesso ao ensino superior irão reduzir gradualmente. O recenseamento de 2010 indica que a onda demográfica atingirá o seu pico em 2015. Daqui a vinte anos o número total de pessoas com idade de frequentar o ensino superior

será menor do que é hoje. Um dos riscos desta dinâmica é que Cabo Verde pode, eventualmente, encontrar-se com excesso de capacidade no ensino superior. Este risco é mitigado em parte pela presença substancial de prestadores privados no ensino superior, o que reduz o risco financeiro para o governo da redução projectada da procura do mercado.

Qual a melhor forma de gerir o acesso ao ensino superior, nomeadamente, a fim de evitar a sobrecarga do financiamento público, é um desafio que todos os países enfrentam. Felizmente, Cabo Verde possui as ferramentas para gerir a expansão das matrículas nas universidades de uma forma prudente. Essas ferramentas importantes de política são: (i) os programas de bolsas de estudo que apoiam mais de metade de todos os estudantes do ensino superior, e (ii) os exames de acesso ao ensino superior administrados na Uni-CV. Aumentando ou diminuindo o financiamento das bolsas, o fluxo de alunos no ensino superior pode ser ajustado. Da mesma forma, o aperto ou aligeiramento dos padrões dos exames de admissão pode desempenhar uma função semelhante. Consequentemente, se Cabo Verde alguma vez cair na armadilha de expansão financeiramente insustentável do seu sistema de ensino superior, isso será provavelmente devido a decisões políticas que se sobrepõem à aplicação eficaz desses dois instrumentos de política.

Cabo Verde dispõe de uma impressionante gama de recursos para assegurar a igualdade de acesso ao ensino superior aos estudantes financeiramente mais desfavorecidos. Como resultado, quase um em cada dois estudantes do ensino superior recebe uma ajuda financeira de fonte pública ou privada. Qual tem sido a eficácia dessas políticas de promoção da equidade?

Mulheres. Ao nível da licenciatura, as mulheres estão equitativamente representadas nas matrículas universitárias, representando 55 por cento do total em 2009/2010. No mesmo ano, as mulheres representavam 37 por cento dos estudantes do mestrado e 21 por cento dos estudantes de doutoramento. Entre o pessoal docente universitário, as mulheres representam 40 por cento do total. Entre os bolseiros, as mulheres receberam entre 50 e 67 por cento das bolsas de estudo financiadas por várias entidades públicas. Na Uni-CV, 60 por cento dos beneficiários de bolsas de estudo são mulheres.

Localização geográfica. Os dados disponíveis indicam que, de um modo geral, as bolsas do governo foram distribuídas proporcionalmente à população nas ilhas de Brava, Fogo, Maio, Sal, Boa Vista e São Nicolau. Mas em São Vicente, Santo Antão e Santiago, a distribuição geográfica das bolsas divergiu um pouco da proporcionalidade. Em certa medida, essas variações na distribuição de bolsas do governo acabam por se compensar mutuamente. Por conseguinte, a distribuição geográfica global das bolsas é mais ou menos consistente com a distribuição da população nacional, bem como com a distribuição dos alunos do 12º ano, sugerindo que não existem desigualdades significativas no acesso por área geográfica.

Nível de rendimento. De um modo geral, todos os programas de bolsas são destinados a compensar as desigualdades potenciais no acesso ao ensino superior por nível de rendimento familiar. Os programas da Fundação Acção Social Escolar (FICASE) e do Ministério do Emprego são explícitos no uso do rendimento como principais critérios para a sua assistência. Mas o Fundo de Apoio à Educação e Formação (FAEF) mistura critérios de necessidade e de

mérito académico. Em 2010, dois terços das bolsas do FAEF foram concedidas a estudantes oriundos de famílias com rendimento abaixo de 15.000 CVE (200 US\$), enquanto uma em cada 15 bolsas foi para estudantes de famílias com renda acima de 35.000 CVE (470 US\$).

Principais recomendações. (1) *Conceder bolsas de licenciatura apenas com base na necessidade.* Dado que todos os alunos têm motivação em obter uma formação universitária, não é necessário oferecer qualquer incentivo adicional para que eles se esforcem para ter êxito académico no ensino secundário. Numa perspectiva de equidade, a principal limitação parece ser económica. Assim, os actuais critérios híbridos de avaliação do FAEF não resolvem realmente o problema da necessidade financeira dos estudantes. (2) *Atribuir as bolsas de pós-graduação principalmente com base no mérito académico e no compromisso com uma carreira no ensino universitário.* As bolsas de pós-graduação devem ser encaradas como o principal meio de recrutamento do pessoal docente e de desenvolvimento do ensino universitário. Neste contexto, o mérito académico torna-se mais importante do que a necessidade financeira, uma vez que é do interesse de cada universidade - assim como da nação - atrair os alunos mais talentosos para a carreira académica. (3) *explorar sistematicamente e analisar o potencial do ensino à distância para melhorar o acesso e a qualidade no ensino superior.* Com uma população geograficamente dispersa em várias ilhas e infra-estruturas de telecomunicações cada vez mais robustas, Cabo Verde parece ser um candidato natural à utilização do ensino à distância para a oferta do ensino superior. (4) *Fundir todos os programas de bolsas do governo numa única instituição com filiais nas principais ilhas.* Isso permitirá que os estudantes possam lidar com todos os procedimentos de concurso para bolsas de estudo num único lugar, poupando-lhes tempo e custos consideráveis. Além disso, isso permitiria a utilização de um conjunto único de critérios no processo de solicitação de bolsas. Critérios uniformes reforçariam a capacidade do governo para orientar as matrículas para as áreas prioritárias de formação e para gerir o crescimento das matrículas no ensino superior. Eles também dariam maior consistência ao tratamento dos candidatos a bolsas de estudo.

Qualidade

O que é a qualidade do ensino e como ela é medida? Não há uma resposta simples. Até ao final do século 20, a qualidade dos insumos no ensino superior (por exemplo, pessoal, bibliotecas, equipamentos de laboratório e instalações físicas) era geralmente assumido como determinante da qualidade dos seus resultados, ou seja, graduados e pesquisa. Nos últimos anos, no entanto, um novo paradigma tem argumentado que a única maneira de avaliar a qualidade da educação é avaliar os resultados do ensino medidos através do sucesso na aprendizagem dos alunos. Infelizmente, ainda não existe uma metodologia para avaliar os resultados da aprendizagem no ensino superior. Por esse motivo, a avaliação da qualidade do ensino superior de Cabo Verde vai concentrar-se necessariamente em vários indicadores de insumo e na revisão dos mecanismos actualmente em vigor do controlo de qualidade.

Pessoal docente. Em Cabo Verde, 6 por cento de todo o pessoal docente possui um grau de doutoramento, 35 por cento tem o grau de mestrado, e 59 por cento tem uma menor qualificação. Na Uni-CV, 10 por cento do corpo docente tem um doutoramento, enquanto que apenas 5 por cento do pessoal das instituições privadas tem um grau de doutoramento. No

entanto, entre os anos lectivos 2008/09 e 2009/10, o número total de doutores e mestres no ensino superior diminuiu 6 por cento. A proporção global dos titulados de doutoramento é bastante baixa, provavelmente inaceitável. Uma proporção de cerca de 25 - 30 por cento de doutores no ensino superior em Cabo Verde parece ser mais adequado neste momento. Mais preocupante é o grande número de docentes que não possuem mais do que o grau de licenciatura. Isto significa que, em muitos casos, os instrutores apenas com grau de licenciatura - por definição muito inexperientes no ensino e na pesquisa - estão a ensinar aos estudantes de licenciatura. Em tais condições, torna-se extremamente difícil manter, muito menos melhorar a qualidade do ensino superior sem antes fazer um grande investimento no desenvolvimento do pessoal docente.

Docentes em regime de trabalho parcial. O pessoal docente com contratos anuais em regime de tempo parcial também torna mais difícil o esforço para promover a qualidade da educação. Isso ocorre porque os professores em tempo parcial raramente conseguem preparar adequadamente as suas aulas, reunir-se com os estudantes, participar nos comités académicos da instituição, ou conduzir pesquisas. Na Universidade de Cabo Verde, o pessoal em regime de tempo parcial constituía quase a metade de todos os docentes em 2008/2009. Informações estatísticas comparáveis sobre as instituições privadas não são facilmente disponíveis, mas observadores experientes sugerem que três quartos ou mais dos docentes do ensino privado trabalham em tempo parcial. Assim, o pessoal docente em tempo parcial é claramente um problema para o desenvolvimento do ensino superior de qualidade em Cabo Verde.

Rácio pessoal/alunos. O número equivalente de tempo pleno (FTE) dos alunos por pessoal docente é um indicador amplamente utilizado de qualidade, mas também na análise da eficiência. Por causa do grande número de pessoal em tempo parcial, a relação global pessoal /alunos em Cabo Verde só pode ser uma estimativa aproximada. Os rácios pessoal docente/alunos variam muito entre as instituições. A proporção global é de cerca de 1:17. Embora não exista uma regra de ouro nesta matéria, na maioria dos países ela tende a situar-se na faixa entre 1:15 - 1:25. Assim, o ensino superior em Cabo Verde - e especialmente a sua universidade pública - está dentro destes parâmetros.

A qualidade do ensino e aprendizagem. A consciência da necessidade de promover a qualidade do ensino e a aprendizagem através da formação em serviço concentrada no desenvolvimento de competências académicas dos professores está a crescer em Cabo Verde. Ainda assim, muito mais poderia ser feito nesta área crítica, por exemplo, cursos de formação que seriam oferecidos a todo o pessoal docente do ensino superior, tanto do público como do privado. Uma circunstância preocupante que interfere com a qualidade do ensino e da aprendizagem é o facto de todas as instituições do ensino superior terem uma grande percentagem de estudantes que trabalham, que se estima ser de 70 a 80 por cento do total. Isso restringe a capacidade desses estudantes para aprender a realizar os trabalhos académicos solicitados. Como resultado, esses alunos podem experimentar dificuldades no domínio dos conteúdos ensinados e, por causa do seu grande número, as suas fraquezas podem tornar-se a norma na sala de aula.

O recrutamento do pessoal, avaliação e promoção. Talvez devido à novidade do ensino superior em Cabo Verde e aos desafios de gerir o seu rápido crescimento, muito pouca atenção tem sido prestada ao estabelecimento de procedimentos de recrutamento, de avaliação periódica

de desempenho e de promoção. Actualmente não há existe uma carreira definida para os docentes, a qual possa oferecer-lhes uma via de avanço profissional. Da mesma forma, não existe um sistema de monitoramento e de avaliação de desempenho do pessoal associado à renovação do contrato. A maioria dos contratos, mesmo para os trabalhadores a tempo integral, são de um ou dois anos. Como resultado, a equipa tem pouco incentivo para tomar iniciativa, ser inovadora, ou investir no desenvolvimento da instituição. Na pior das hipóteses, isso pode gerar uma sensação de instabilidade institucional. As ferramentas adicionais que podem ser usadas para promover a qualidade do ensino incluem admissões competitivas, serviços de apoio académico aos alunos, expansão do acesso à tecnologia de informação, e modernização dos recursos de aprendizagem, através de bibliotecas e de laboratórios.

Pesquisa. A pesquisa é uma das características únicas do ensino superior. No tipo de economia previsto pela Estratégia de Transformação Económica de Cabo Verde, a capacidade de aceder ao conhecimento global, avaliar a sua relevância, aplicá-lo na resolução de problemas locais e na geração de conhecimentos novos será essencial para o sucesso da estratégia. É também uma exigência para um ensino de pós-graduação de boa qualidade. Mas actualmente a capacidade de pesquisa local em Cabo Verde é praticamente inexistente. A política nacional de investigação ainda não está formulada. O financiamento da investigação é modesto, a pesquisa é resultado de iniciativa individual em vez de institucional, e os seus resultados são, portanto, insuficientes.

Em suma, uma revisão dos indicadores de insumo sugere que a qualidade do ensino superior em Cabo Verde pode ser na melhor das hipóteses razoável. Mais importante ainda, um risco real de deterioração da qualidade existe nos próximos anos. Esse risco decorre da continuidade das pressões sociais e políticas para a expansão; da dificuldade em produzir corpo docente com as qualificações de pós-graduação (especialmente doutores) compatível com a taxa de crescimento das matrículas; do desafio de garantir a sustentabilidade financeira no ensino superior; e das preocupações com a fraca qualidade dos diplomados do ensino secundário.

Garantia de qualidade. O monitoramento da qualidade do ensino superior é um desafio particular em Estados pequenos como Cabo Verde. Isto porque esses Estados frequentemente carecem de profissionais devidamente qualificados para a tarefa e, no âmbito dos métodos normalmente usados de revisão pelos pares, eles enfrentam o desafio de evitar conflitos de interesse no seio de uma pequena comunidade académica. Por estas razões, deve-se ter o cuidado de evitar a importação pura e simples dos sistemas de garantia de qualidade dos países de maior dimensão. Da mesma forma, é aconselhável alguma precaução para assegurar que a concepção de um sistema de garantia de qualidade não exceda as capacidades locais disponíveis para implementá-lo. Um sistema de garantia de qualidade excessivamente ambicioso pode criar mais problemas do que resolve. Em Cabo Verde, a consciência das limitações na qualidade do ensino observadas acima provocou uma crescente atenção à garantia de qualidade no ensino superior. Mas até agora as acções políticas têm sido muito fragmentadas. A mais recente foi a organização de avaliações externas das duas universidades privadas mais antigas do país. Estas duas avaliações destacaram várias deficiências comuns: a falta de pessoal qualificado, bibliotecas e recursos laboratoriais insuficientes; pouca atenção ao '*soft skills*' e aprendizagem aplicada ao currículo; pouca actividade de pesquisa; taxas de abandono bastante elevadas, devido principalmente a razões económicas; e órgãos de consulta para o diálogo com as partes

interessadas estabelecidas, mas ainda não operacionais. Particularmente preocupante é a constatação de que em ambas as instituições os procedimentos internos de controle de qualidade são pouco desenvolvidos.

Recomendações. (1) *É necessário um desenvolvimento substancial do pessoal docente.* De um modo geral, as habilitações académicas do pessoal docente deixam a desejar e continuarão a declinar à medida que as matrículas crescem mais rapidamente do que a capacidade de produzir pessoal docente qualificado. (2) *O acesso das universidades privadas à rede informática do governo ajudaria a melhorar a formação dos alunos do ensino superior.* A actual estratégia de desenvolvimento nacional enfatiza a expansão de capacidades para gerir tecnologias de informação e de comunicação. Estas são habilidades que a nação requer que todos os formandos tenham, e não apenas aqueles da universidade pública. (3) *Um mecanismo é necessário para a actualização contínua dos conteúdos dos cursos em resposta à constante mudança de conhecimentos.* O conhecimento internacional, especialmente em algumas áreas científicas, está a evoluir rapidamente e esforços regulares para se manter a par desse crescimento do conhecimento global são necessários se Cabo Verde quiser desenvolver os recursos humanos qualificados necessários para sustentar uma economia competitiva internacionalmente. (4) *Os instrumentos de garantia da qualidade da educação vão ajudar a proteger os investimentos públicos e privados no ensino superior.* O governo já está a tomar medidas para estabelecer estruturas de acreditação e de garantia da qualidade. A recente proliferação do número de instituições e de programas académicos sugere que esta é uma iniciativa muito oportuna. (5) *Os programas de mestrado existentes na Uni-CV devem ser deixados amadurecer e consolidar antes que novos programas sejam criados.* Nos cinco anos desde a sua abertura, a Uni-CV abriu 28 cursos de graduação (licenciatura), começou uma dezena de cursos de ciclo curto (CESP), e também iniciou 22 cursos de pós-graduação. Esta é uma expansão académica extraordinariamente rápida para uma universidade jovem e ainda inexperiente. Os recursos limitados disponíveis na Uni-CV podem ser melhor utilizados para reforçar a qualidade dos programas académicos existentes em vez de prosseguir com a expansão da pós-graduação. (6) *A política nacional de pesquisa e um mecanismo de financiamento da pesquisa são necessários para iniciar uma capacitação neste domínio.* Este é um esforço que deve começar lentamente, talvez em parceria com uma entidade internacional experiente, e envolver os utentes dos resultados da investigação na sua estrutura de governação. Ele deve ir além da universidade pública, abarcando as universidades privadas, e deve abranger não somente as universidades, mas também institutos públicos de pesquisa, empresas privadas e organizações não-governamentais. (7) *Uma associação de universidades melhoraria a coordenação do programa e de todo o sistema de planeamento, bem como a colaboração institucional.* Instituições concorrentes podem muitas vezes beneficiar de esforços que aumentem a qualidade e a relevância dos esforços de todos.

Relevância

À luz da transformação económica e social na sociedade Cabo-verdiana, quais são as competências necessárias para apoiar o desenvolvimento económico e promover a melhoria das condições de vida dos seus cidadãos, e em que medida as instituições do ensino superior são actualmente capazes de fornecer essas competências? Não há uma resposta simples para a pergunta. Uma abordagem possível consiste em avaliar a actual distribuição dos alunos entre os diferentes perfis académicos (ciências humanas, gestão, ciências, engenharia, etc.) e comparar

esses números com os desafios explícitos e implícitos de desenvolvimento do país e as áreas estratégicas. Áreas estratégicas são aquelas absolutamente críticas para o desenvolvimento do país, ancoradas no próprio programa do Governo. Outra abordagem é olhar para o padrão actual do mercado do trabalho em termos de procura e comparar com a oferta de licenciados. Este relatório tenta responder às perguntas usando as duas abordagens.

Como parte de sua agenda de transformação, Cabo Verde identificou quatro grupos de actividades económicas que espera venham a trazer maior dinamismo à sua economia. O "*Cluster do Mar*" que visa a transformação da cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente, num grande centro pesqueiro, de operações de frete marítimo e de pesquisa oceanográfica. O "*Cluster do Céu*", baseado na ilha do Sal, visando um centro de linhas aéreas internacionais e de manutenção de aeronaves. Os outros dois *Clusters económicos* são em áreas de Tecnologias de Informação e Comunicação e de Serviços Financeiros.

Uma implicação deste esforço é a disponibilidade de quadros bem formados e com qualificações mais elevadas em áreas específicas para a expansão económica. Mas o país produz actualmente relativamente poucos técnicos de nível médio. Embora o ensino secundário inclua uma via técnica, apenas 9 por cento dos alunos optam por segui-la. O resto aspira, talvez exageradamente, ao ensino universitário. Neste nível, o desemprego entre os diplomados do ensino superior é relativamente alto em Cabo Verde, e o desemprego entre os licenciados em ciências humanas e sociais é bem mais elevado. Consequentemente, actual o rácio de 2 por 1 de matrículas entre as áreas de humanidades/ ciências sociais por um lado, e de ciência e tecnologia por outro, precisa ser ajustado. Para as universidades, isso significa a redução progressiva das inscrições em ciências sociais e o aumento das inscrições nas áreas científicas e tecnológicas. Mas isto pode ser difícil de alcançar a curto prazo, pois depende da disponibilidade de pessoal docente devidamente qualificado nas áreas de ciências e de tecnologia, e da disponibilidade de laboratórios e de equipamentos necessários para essa formação - os quais são actualmente escassos.

Além disso, tanto os licenciados como os empregadores expressam a sua insatisfação com a relevância do ensino superior. Uma pesquisa de diplomados universitários revelou que estes passam em média 18 meses para encontrar um emprego. Um terço dos licenciados inquiridos diz estar insatisfeito com sua formação e aponta o desemprego, a longa demora para encontrar um emprego, e o emprego em áreas diferentes da sua formação como os principais motivos. Uma pesquisa de empregadores também demonstrou a sua preocupação com a insuficiente relevância da formação universitária. Os empregadores gostariam de ver as universidades a adaptarem melhor os seus currículos às necessidades do mercado do emprego, a proporcionarem melhores bibliotecas e laboratórios de promoção da pesquisa, e a melhorarem as qualificações académicas globais do pessoal docente. Além disso, eles apelam à incorporação no ensino de técnicas pedagógicas que estimulem a iniciativa e o pensamento independente dos futuros licenciados, através de menos aulas teóricas e de mais experiências práticas de aprendizagem.

O ensino técnico está presentemente no topo da agenda das autoridades públicas em Cabo Verde, surgindo em paralelo com o ensino superior como o principal desafio de desenvolvimento educativo. Neste contexto, a decisão de ampliar as opções de profissionalização (por exemplo, o CESP) no ensino superior parece ser uma iniciativa adequada.

Recomendações. (1) É importante que o país repositone as suas ofertas de formação superior para mediar a tensão entre as expectativas individuais dos estudantes universitários, as oportunidades do mercado, e os objectivos nacionais de desenvolvimento económico. (2) Um Plano Estratégico para o Ensino Superior é necessário para definir a visão do país, as expectativas e as prioridades de longo prazo, juntamente com um plano de acção de médio prazo para a implementação da Estratégia. (3) Os programas actuais do governo para promover a empregabilidade dos diplomados devem ser prosseguidos e fortalecidos. (4) Ao mesmo tempo, é necessária uma melhoria na colecta e na análise de dados para monitorar o desempenho dos diplomados no mercado de trabalho.

Financiamento

As autoridades públicas em Cabo Verde estão preocupadas com o financiamento futuro do seu sistema de ensino superior, pois percebem que as modalidades de financiamento actuais podem não ser sustentáveis. Devido à distribuição desigual de rendimentos do país, à medida que as inscrições no ensino superior crescem, é muito provável que os novos alunos que entram no sistema tenham cada vez menos meios para pagar propinas. Com efeito, este é um problema político: os cidadãos querem ter acesso ao ensino superior, e esperam que o governo lhes conceda bolsas de estudo para que isso aconteça. Além dos custos adicionais com bolsas, a expansão do ensino superior irá exigir investimentos adicionais para se recrutar e manter o pessoal, adquirir recursos educativos e instalações físicas indispensáveis para uma educação de boa qualidade. Mas será possível continuar a aumentar as contribuições financeiras públicas com o aumento do número de estudantes nos próximos anos?

O crescimento das matrículas excedeu o crescimento das receitas públicas. Entre 2004 e 2010, o número total de estudantes do ensino superior mais do que triplicou, mas o total dos recursos alocados ao ensino superior público cresceu apenas em metade. O orçamento de funcionamento para o sub-sector do ensino superior cresceu 60 por cento entre 2000 e 2010, mas os aumentos variaram significativamente de um ano para o outro. O orçamento de investimento também oscilou consideravelmente ao longo do mesmo período. Estas flutuações tornam o planeamento do desenvolvimento institucional difícil e podem introduzir a mentalidade de "festa ou fome" que incentiva a utilização ineficaz dos recursos. As despesas do ensino superior como proporção do PIB foi de 0,8 por cento em 2009. Esta proporção é superior à da maioria dos outros países Africanos (0,6 por cento), embora menor do que nos países da OCDE (1,2 por cento). Mas, quando considerada como parte da despesa total do sector da educação, o ensino superior recebe muito menos - 14 por cento - do que os 20 por cento observado em média entre os países Africanos. Este padrão de financiamento sugere que o financiamento público do ensino superior, embora robusto, não subtrai recursos ao ensino básico e secundário.

A cobrança de propinas nos estabelecimentos do ensino superior tem precedentes bem enraizados em Cabo Verde. Isso contrasta com o que se verifica em muitas outras nações Africanas onde as políticas iniciais do ensino superior público gratuito passaram a ser consideradas como um direito dos cidadãos. Nesses ambientes, a introdução das propinas é altamente controverso e politicamente volátil. Felizmente, Cabo Verde teve a precaução de evitar este problema.

As propinas praticadas nas instituições privadas do ensino superior são 14 a 64 por cento superiores às praticadas na Uni-CV. Embora parte dessa diferença possa ser imputada ao custo mais elevado de instrução em determinadas disciplinas (por exemplo, ciências da saúde), a maior parte da diferença pode ser atribuída ao subsídio do governo à Uni-CV, cujo efeito é a redução das propinas cobradas aos alunos desta universidade. Com efeito, uma boa parte das receitas das instituições do ensino superior em Cabo Verde provem não de pagamentos privados mas sob a forma de bolsas de estudo e assistência financeira de emergência a estudantes universitários concedidos pelos Ministérios e pelos governos municipais. Na Uni-CV as receitas provenientes das bolsas de estudo financiadas pelo governo representam cerca de 80 por cento da parcela de 43 por cento do orçamento da Uni-CV, que é considerada "receita própria da universidade." Isto é, a Uni-CV é muito mais dependente do financiamento do governo do que parece à primeira vista. Na verdade, a Uni-CV não está a ser tão bem sucedida em gerar suas próprias receitas como suas estatísticas parecem indicar, havendo margem para progressos consideráveis nesta área.

O estudo não conseguiu recolher informações sobre a contribuição da diáspora para o ensino superior. As autoridades Cabo-verdianas, no entanto, informaram que as doações financeiras dos emigrantes ajudam muitos estudantes individualmente. Claramente, existe uma atitude muito favorável em relação ao ensino superior no seio da diáspora Cabo-verdiana. Por esta razão, a organização pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação de campanhas de mobilização de fundos entre os emigrantes para apoiar os estudos universitários de familiares em Cabo Verde pode ser uma forma interessante de aumentar as receitas disponíveis para apoiar o sistema do ensino superior. Da mesma forma, persuadir os emigrantes bem sucedidos no exterior a patrocinarem os alunos em Cabo Verde e a contribuírem para o projecto orientado para a captação de recursos (por exemplo, melhorias na biblioteca da Uni-CV) poderia trazer dividendos. O Banco Mundial propôs recentemente um mecanismo de "títulos da diáspora", como forma de aproveitar os recursos da diáspora para o ensino superior.

A despesa pública por aluno no ensino superior tem vindo a diminuir. Desde 2003/2004, as despesas por aluno têm estado continuamente em declínio. Enquanto a despesa pública por aluno diminuiu 55 por cento entre 2004 e 2010, as matrículas aumentaram 234 por cento. Isto sugere que as famílias e os indivíduos, muitas vezes com o auxílio de bolsas de estudo do governo, podem estar cada vez mais a arcar com os custos do ensino superior.

Embora esse declínio possa ser visto positivamente como um ganho na relação custo-eficácia, é mais susceptível de ser interpretado negativamente como uma redução implícita na qualidade do ensino. Quando combinado com o crescimento das matrículas, uma redução nos recursos gastos por aluno pode levar a sérios problemas, tais como salas de aula superlotadas, falta de laboratórios e de bibliotecas adequadas, restrições de pessoal e salários mais baixos, os quais têm um impacto negativo sobre a qualidade do ensino.

As despesas de funcionamento por aluno na Uni-CV, em 2009 foi de cerca de 152.000 CVE (1.975 US\$) e em 2010, recuou para 144.000 CVE (1.870 US\$). Se se incluir as despesas de investimento, então os valores são, respectivamente, 204 mil (2.650 US\$) e 174.000 CVE (2.260 US\$). Curiosamente, estes últimos montantes estão alinhados com os valores das propinas

praticados nas instituições privadas em 2010/2011. Isto sugere que as propinas das universidades privadas são bastante realistas nas condições prevaletentes em Cabo Verde.

As despesas com pessoal representaram, em 2010, 91 do total das despesas da Uni-CV,. Embora as despesas com pessoal consumem, normalmente, a maior parte do orçamento em qualquer universidade, padrões internacionais sugerem que esta proporção não deve ultrapassar 75 por cento. O desequilíbrio das despesas de funcionamento na Uni-CV, altamente concentrada nos salários, não deixa praticamente qualquer margem para despesas destinadas a preservar e a promover a qualidade do ensino e a relevância. Isso deve ser motivo de preocupação.

As bolsas de estudo e a assistência financeira também podem ser usadas para fins estratégicos. Na maioria dos países, as bolsas são oferecidas somente aos alunos de grupos de baixo rendimento, ou de grupos étnicos menos favorecidos. A prática mais recente é a de direccionar a assistência financeira a grupos específicos de alunos que o governo tem um interesse específico em apoiar a fim de alcançar determinados objectivos políticos. Um exemplo é incentivar os alunos a realizarem determinados cursos de alta prioridade (por exemplo, engenharia, ciências da saúde) ou a procurarem emprego em zonas rurais menos favorecidas.

As despesas sociais no ensino superior em Cabo Verde são relativamente altas. Em 2009/2010, um em cada cinco estudantes universitários (e quase um em cada dois na Uni-CV) recebeu algum tipo de apoio financeiro do governo. Essas despesas representam uma parte substancial da despesa pública global no ensino superior. Em 2010, as despesas sociais com os alunos representaram em média 56 por cento das despesas totais do ensino superior. No contexto internacional, uma parcela muito mais modesta é normalmente reservada aos apoios sociais aos estudantes. Em Portugal, por exemplo, os apoios sociais aos estudante representam 11 por cento, e nos Estados Unidos da América 22 por cento, das despesas totais do ensino superior. Isto sugere que pode estar-se a dar uma prioridade injustificadamente elevada ao apoio social estudantil dentro do padrão da despesa pública global do ensino superior em Cabo Verde. Mas também está claro que, através da sua política de bolsas, o governo tem uma ferramenta poderosa para gerir o crescimento global das matrículas e também para orientá-las para as áreas de maior necessidade nacional. Até à data, no entanto, esta ferramenta não está a ser utilizada nesse sentido.

Os programas de bolsas de estudo em Cabo Verde caracteriza-se por uma considerável diversidade. Várias entidades públicas e privadas concedem bolsas de estudo e subsídios - muitas vezes sem coordenação. Na Universidade de Cabo Verde, por exemplo, cerca de 22 diferentes entidades concedem bolsas de estudo aos alunos. No futuro, seria mais custo-eficiente – quer para os alunos como para o governo - ter um programa de bolsas de estudo melhor integrado e com uma gestão centralizada.

Empréstimos estudantis. Tanto as instituições públicas do ensino superior como as privadas acreditam que a temática de empréstimos estudantis merece um estudo mais aprofundado como um meio de financiamento dos estudos dos alunos. Os programas de empréstimo aos estudantes executados pelos bancos comerciais em Cabo Verde têm sido bem sucedidos e a população parece não ter problemas em solicitar empréstimos. Da mesma forma, os bancos comerciais não demonstram qualquer aversão ao risco quando se trata de financiar melhorias das habilitações literárias das pessoas.

Nestas circunstâncias, um programa patrocinado pelo governo que daria a garantia financeira necessária para empréstimos dos bancos comerciais aos estudantes do ensino superior, bem como aos professores e pesquisadores (de forma a melhorar as suas qualificações), apresenta-se como um mecanismo potencialmente valioso para a implementação de uma ampla política de assistência financeira aos estudantes. Como complemento ao programa actual de bolsa de estudos do governo, seria particularmente útil para as famílias de classe média. A experiência de outros países mostra que não só os programas de empréstimos podem aumentar o acesso ao ensino superior, como também podem contribuir para a redução das taxas de abandono dos estudantes e aumentar a probabilidade de graduação do aluno.

Possíveis cenários financeiros

Tendo em vista o desenvolvimento previsto do ensino superior em Cabo Verde nos próximos anos, é útil fazer-se uma avaliação dos cenários prováveis em termos de recursos financeiros e humanos que podem ser atribuídos a este sub-sector, bem como o montante das despesas públicas que poderá ser necessário realizar para formar o número crescente de alunos. Desta forma, é possível identificar as dificuldades potenciais na sustentabilidade financeira do ensino superior, a médio prazo, e preparar-se para eventuais consequências das alterações, negativas ou positivas, da taxa de crescimento económico do país.

Para estimar o financiamento público possível disponível para o ensino superior, foram usadas as projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI) para projectar as prováveis tendências de crescimento económico do país para a próxima década (2010-2020). Nesta base, três cenários foram construídos. Um cenário base assume que o país continuará a dedicar, em média, cerca de 6 por cento do seu PIB à educação. Um cenário baixo assume que 5 por cento do PIB será alocado em média ao sector da educação. Isto representaria uma diminuição de um por cento em relação ao nível actual de financiamento. Um cenário alto assume um aumento da alocação para 7 por cento do PIB. O cenário baixo poderá materializar-se se o país mudar as suas prioridades para outras áreas de desenvolvimento, particularmente no contexto da concorrência orçamental entre os diferentes sectores de actividade. O cenário alto aconteceria se o país voltasse ao seu nível historicamente elevado de financiamento ao sector da educação.

Diversas variáveis foram exploradas em cada um destes três cenários, nomeadamente: (1) diferentes níveis do Orçamento Geral do Estado (OGE) para o ensino superior até 2020; (2) maiores custos salariais associados à melhoria das qualificações dos membros do corpo docente actual; e (3) níveis diferenciados de contribuição do governo para as operações da Uni-CV, reconhecendo que, com o aumento das matrículas, pode não ser possível manter a mesma proporção de estudantes da Uni-CV que recebem bolsas como é presentemente o caso. O passo seguinte foi estimar o financiamento público total do governo que seria necessário para o ensino superior em 2015 e 2020 para cada conjunto de suposições.

Cenário base. O cenário base assume que o sector da educação recebe 6 por cento do PIB. A primeira hipótese deste cenário é que uma quota de 10 por cento é destinada ao ensino superior no orçamento global da educação até 2020. A hipótese considera então diferentes hipóteses de despesas públicas, designadamente 25 por cento e 30 por cento do OGE, e uma

parcela de 40 por cento e de 50 da contribuição do financiamento público para o orçamento da Uni-CV. Os resultados produzem um saldo negativo (défice orçamental) em 2015 em todas essas hipóteses.

Se a alocação ao ensino superior passar para 15 por cento do orçamento do sector da educação, os défices aparecem de novo para todos os pressupostos em 2015. Mas em 2020 um saldo financeiro positivo é obtido sob a hipótese de uma TBE de 25 por cento. No entanto, uma TBE de 30 por cento dificilmente é sustentável mesmo quando se atribui 40 por cento do orçamento para a Uni-CV, e uma situação de défice de financiamento reaparece quando se aumenta a alocação à Uni-CV para 50 por cento. Quando se assume uma dotação orçamental de 18 por cento para o ensino superior, a situação melhora. Registam-se, neste caso, saldos positivos em todas as hipóteses.

Cenário baixo. As mesmas simulações são realizadas para o cenário baixo, supondo que 5 por cento do PIB será gasto no sector da educação. Com uma alocação de 10 por cento para o ensino superior, as projecções mostram défices orçamentais consideráveis para todas as hipóteses. Isto significa que se o país consagrar 5 por cento do seu PIB à educação e 10 por cento do orçamento da educação ao ensino superior, não conseguirá ter recursos suficientes para sustentar o crescimento no número de matrículas para uma meta de TBE de 25 por cento. A procura de uma TBE de 30 por cento iria produzir défices ainda maiores.

Quando se simula uma afectação de 15 por cento para o ensino superior, registam-se défices orçamentais em 2015 para todas as hipóteses. Em 2020, um saldo financeiro positivo emerge quando a TBE é de 25 por cento, mas os défices voltam quando a TBE é elevada para 30 por cento. Assim, se a média do crescimento do PIB for de 5 por cento durante a próxima década, mesmo aumentando a dotação orçamental para o ensino superior para 15 por cento do orçamento da educação não será possível compensar o declínio geral na renda nacional, com os seus correspondentes efeitos negativos no ensino superior. Mas se o crescimento das matrículas for cuidadosamente administrado, a situação pode melhorar no final da década com o alívio da pressão demográfica.

Mesmo o aumento da alocação do ensino superior para 18 por cento do orçamento da educação não produzirá nenhum efeito correctivo imediato sobre o défice de financiamento projectado. Em 2015, os saldos negativos ocorrem em todas as hipóteses. Mas, até 2020, registam-se fluxos financeiros positivos - excepto quando metade do orçamento do ensino superior vai para a Uni-CV, aumentando simultaneamente a TBE para 30 por cento.

Em conclusão, a alocação de 5 por cento do PIB para a educação fará com que o financiamento do ensino superior seja difícil na próxima década, a menos que o aumento das matrículas seja cuidadosamente gerido. Mesmo a atribuição de uma proporção um pouco maior do orçamento do sector da educação ao ensino superior não resolverá os problemas do défice a médio prazo. É apenas no final da década, quando o declínio demográfico do número de pessoas em idade universitária começa a ter um impacto, que o equilíbrio financeiro será restaurado na maioria das suposições.

Cenário alto. Um cenário mais optimista (cenário alto) baseia-se na premissa de uma alocação anual de 7 por cento do PIB ao sector da educação. Neste caso, quando o ensino

superior recebe 10 por cento do orçamento da educação, o resultado é ainda um défice financeiro em 2015 em todas as hipóteses. Mas em 2020 um superávit financeiro é possível se o crescimento das matrículas não exceder uma TBE de 25 por cento.

Proporcionar 15 por cento do orçamento da educação ao ensino superior melhora consideravelmente a situação. Sob esta hipótese, todos os pressupostos produzem saldos positivos. O mesmo, obviamente, é válido para uma parcela ainda maior do orçamento para o ensino superior. Se Cabo Verde consagrar 7 por cento do seu PIB ao sector da educação até 2020, e se o ensino superior receber pelo menos 15 por cento do orçamento do sector da educação, então saldos financeiros positivos seriam produzidos no seio do sistema do ensino superior com base nas hipóteses actuais. Os fundos excedentários poderiam ser utilizados para realizar investimentos complementares na qualidade do ensino como as TIC, a expansão das infra-estruturas, o desenvolvimento do corpo docente, melhorias da biblioteca, a pesquisa e a capacitação.

Em geral, o que as simulações acima nos dizem é que Cabo Verde deve ser capaz de financiar a expansão do seu sistema de ensino superior, mesmo que consagre apenas 5 por cento do PIB ao sector da educação, se:

- O crescimento das matrículas não exceder a TBE de 25 por cento; e
- Pelo menos 15 por cento do orçamento do sector da educação for atribuído ao ensino superior.

CAPÍTULO 1: PORQUE É QUE ESTE ESTUDO FOI REALIZADO?

1. Este estudo destina-se a servir de documento de discussão entre o governo de Cabo Verde e os seus parceiros do ensino superior de forma a explorar conjuntamente o âmbito e as possíveis formas de colaboração nos próximos anos. O documento também destina-se a ajudar o governo e os seus parceiros de desenvolvimento na definição de prioridades futuras para investimentos e reformas no ensino superior. O ensino superior em Cabo Verde encontra-se na situação rara de um sistema que é relativamente jovem e ainda não está afectado pelas muitas dificuldades comumente encontradas em outros sistemas de ensino superior Africano. Cabo Verde também tem características especiais por ser um país pequeno com uma dispersão da população em dez ilhas. Ao contrário de muitos outros países, onde a margem de manobra do governo no ensino superior muitas vezes é bastante limitada, Cabo Verde ainda tem uma flexibilidade única para moldar o futuro desenvolvimento do seu sistema do ensino superior. Raras vezes os países têm quase uma "ardósia limpa", situação que permite estruturar e desenvolver o ensino superior numa base financeira sustentável.

2. Este estudo tem como objectivo apoiar os esforços do Governo para transformar o ensino superior num sistema reconhecido que apoiará a agenda de crescimento de Cabo Verde. Isso será alcançado por meio de: (i) formulação de uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento do Ensino superior e elaboração de um Plano de Acção Trienal para a implementação inicial da estratégia; (ii) o estabelecimento de uma política e de um quadro regulamentar coerente com a nova estratégia de desenvolvimento do ensino superior, e (iii) a utilização do conhecimento e das melhores práticas para orientar a estruturação do sector. A presente análise abarca todo o sistema do ensino superior, não apenas o sistema universitário¹; projecta a procura futura do ensino superior; incorpora uma abordagem do mercado, inclui um inquérito junto de diplomados e dos empregadores; fornece comparações relevantes (com países como as Ilhas Maurícias e Singapura), e analisa a equidade em relação aos níveis de rendimento, geografia, dicotomia rural/ urbana e ao género.

Como foi feito este estudo?

3. A metodologia limitou-se a uma síntese analítica da documentação existente e das estatísticas. Nenhuma pesquisa nova foi realizada. Durante as missões de terreno, a equipa do Banco Mundial entrevistou observadores bem informados, recolheu dados e precedeu a consultas junto dos interessados. Ela envolveu-se também em discussões com a equipa técnica nacional sobre diferentes questões específicas do ensino superior e reuniu-se com representantes dos parceiros de desenvolvimento. A equipa técnica nacional contribuiu com suas idéias e sugestões para o projecto do relatório. As principais fontes de dados estatísticos são a Direcção do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia do Ministério do Ensino Superior e Ciência, a Universidade de Cabo Verde e as universidades privadas. Os dados sobre financiamento da educação foram recolhidos, principalmente, na Uni-CV e a partir dos anuários estatísticos do Ministério da

¹ O termo "Ensino superior" é entendido como incluindo toda o ensino pós-secundário.

Educação. Os dados sobre bolsas de estudo, tanto no país como no estrangeiro, foram fornecidos pela Fundação para Acção Social Escolar (FICASE), e os diversos Ministérios envolvidos em programas de bolsa de estudos, como o Ministério do Trabalho e da Família, e o Ministério da Juventude². As agências de desenvolvimento que patrocinam programas de bolsas no país também forneceram dados e reflexões.

Organização do relatório

4. O relatório está organizado da seguinte forma: O capítulo 1 apresenta a metodologia para adoptada na realização do estudo. O capítulo 2 descreve os desafios que o ensino superior hoje enfrenta, e apresenta o sector numa perspectiva histórica. Ele descreve também o contexto socio-económico global em que o ensino superior está a funcionar. O capítulo 3 examina o acesso ao ensino superior através da lente da equidade em termos de género, geografia, e níveis de renda. O capítulo 4 discute a questão da qualidade no ensino superior e os mecanismos disponíveis para a garantia da qualidade. O capítulo 5 aborda a questão da relevância do ensino superior, com ênfase especial no ensino superior técnico. O capítulo 6 analisa o financiamento do ensino superior, e propõe três cenários possíveis para o financiamento do ensino superior, com base em projecções do número de matrículas na próxima década. Finalmente, o capítulo 7 termina as discussões e propõe o que poderia se tornar elementos possíveis de um Plano de Acção para o desenvolvimento de um ensino superior de qualidade e sustentável em Cabo Verde.

² Os dois ministérios foram recentemente fundidos num Ministério denominado de Juventude, Emprego e Desenvolvimento de Recursos Humanos.

CAPÍTULO 2: O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR

Da Sombra para a Ribalta: Os Novos Desafios

1. O ensino superior está no centro das atenções da nação Cabo-verdiana hoje por várias razões. Primeiro, as conquistas impressionantes do país no ensino básico e secundário ao longo das duas últimas décadas estão a gerar uma pressão crescente sobre o ensino superior. O país já alcançou praticamente a escolarização básica universal, com uma taxa de conclusão de cerca de 95 por cento, e três em cada quatro alunos do ensino primário transitam para o ensino secundário. A onda de crescimento das matrículas gerada por uma campanha bem sucedida de *Educação para Todos* passou para o ensino secundário e está agora a bater as portas do ensino superior. Como lidar com as aspirações de um número crescente de jovens que concluem o ensino secundário tornou-se assim uma questão nacional vital.
2. Segundo, como resultado deste aumento no acesso, as instituições do ensino superior foram estabelecidas num ritmo sem precedentes. Em 2001, não havia uma única universidade em Cabo Verde. Hoje, existem nove instituições do ensino superior (uma pública e oito privadas). O número de alunos matriculados no ensino superior mais do que triplicou no mesmo período, passando de 3.247 para cerca de 11.000 em 2009. Este desenvolvimento rápido surpreendeu aparentemente as autoridades públicas e a sociedade em geral. Hoje, muitos fazem perguntas legítimas: será que o país terá recursos para acomodar um número crescente de universidades? Será que os diplomados estão a obter os conhecimentos e habilidades necessários? E, talvez mais importante, será que o desenvolvimento futuro do ensino superior é financeiramente sustentável?
3. Terceiro, Cabo Verde alcançou progressos económicos e sociais notáveis ao longo das últimas duas décadas que transformaram o país e a sua economia. Realizações positivas em termos de desenvolvimento de recursos humanos, concomitantemente com um crescimento sólido do PIB a uma média de quase 7 por cento durante um período de dez anos, elevaram o seu Índice de Desenvolvimento Humano para o terceiro maior da África Subsaariana e contribuíram para diminuir a pobreza absoluta de 49 por cento em 1989 para 24 por cento em 2010. Em termos de governação, Cabo Verde tem apresentado um desempenho louvável, situando-se em terceiro lugar no grupo dos 53 países incluídos no Índice de Governação Africano 2009 construído pela Universidade de Harvard. Como consequência, Cabo Verde tornou-se num parceiro especial da União Europeia em Outubro de 2007, foi convidado para se juntar à Organização Mundial do Comércio em Dezembro de 2007, e transitou do estatuto de país menos desenvolvidos (PMD) a país de desenvolvimento médio (PDM) em janeiro de 2008³.
4. Neste contexto, a questão fundamental emerge com bastante clareza: como pode esta pequena nação de menos de meio milhão de pessoas, composta por dez ilhas dispersas no oceano Atlântico, fazer o melhor uso da sua capacidade do ensino superior incipiente para gerar a melhoria contínua do seu capital humano e manter o seu crescimento económico e competitividade numa economia global?

³ Agora é um país IDA/IBRD.

Contexto Histórico

5. O ensino superior em Cabo Verde é ainda incipiente. Não existiam universidades no país até ao estabelecimento da Universidade Jean Piaget, uma instituição privada, em 2002.

Anteriormente, o país tinha apenas três pequenas instituições públicas do ensino superior⁴. Estas foram reunidas em 2006 e 2007 para formar a Universidade de Cabo Verde, a primeira universidade pública do país. Essas várias instituições foram estabelecidas a seu tempo em resposta a necessidades críticas do país em diferentes períodos. Em 1979, o Instituto Superior de Educação (ISE) foi criado para fazer face à grave falta de professores qualificados, no rescaldo da independência nacional. O Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário (INIDA) foi criado em 1992 como parte da resposta da nação aos graves problemas de erosão do solo. O Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar (ISECMAR) foi criado como parte de uma estratégia nacional para fazer o melhor uso da sua posição geo-estratégica.

6. Tradicionalmente, a maioria dos Cabo-verdianos prosseguia o ensino superior em Portugal e em outros países estrangeiros. Em 2002/2003, cerca de 3.000 alunos estavam inscritos em instituições do ensino superior no país comparado com cerca de 4.000 no exterior, segundo o Instituto de Estatística da UNESCO⁵.

7. Numa menor escala, Cabo Verde segue as tendências de outros países em termos de expansão do seu ensino superior. Esta expansão é estimulada pela combinação de dois factores: a criação de novos empregos no sector público e privado exigindo novos tipos de conhecimentos, competências mais elevadas e mais capacidades especializadas, e a crescente aspiração dos cidadãos ao prestígio e ao rendimento associados à formação universitária. A expansão também é moldada pelas visões actuais na sociedade Cabo-verdiana sobre como o ensino superior em geral e as universidades em particular devem ser organizados, reflectindo-se na legislação nacional da educação. Em Cabo Verde, por razões históricas, esses pontos de vista foram fortemente influenciados pelas tradições educativas de Portugal e, mais recentemente, pelo Processo de Bolonha.

8. O início dos anos 1990 testemunhou profundas mudanças políticas e económicas em Cabo Verde. Após duas décadas de dominação de partido único, o país abraçou a democracia e o regime multipartidário. Esta "abertura política" foi seguida pela liberdade económica, com a anterior ideologia do planeamento centralizado a ser abandonado a favor do capitalismo de mercado, e um papel mais proeminente do sector privado na economia. Essas transformações sociais têm estimulado novas visões e perspectivas sobre a forma como a sociedade vê a educação e qual o papel que o ensino superior deve desempenhar numa sociedade mais aberta e democrática.

⁴ ISE, o Instituto Superior de Educação, na capital, Praia; ISECMAR, Instituto Superior de Engenharia e Ciências do Mar, em Mindelo; e INIDA, Instituto Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Agrário, em São Jorge dos Órgãos.

⁵ Como citado em Aubin et al. 2010, p. 6.

9. Em 2004, o governo decidiu implementar o roteiro definido no Decreto-Lei. 33/2000 que criou a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV)⁶. Uma Comissão Nacional foi nomeada para criar a primeira universidade pública do país ao longo de um período de dois anos. O papel da Comissão era o de planear e implementar todas as actividades necessárias para o funcionamento da Universidade de Cabo Verde. Em 2006, a Universidade abriu as suas portas como uma fusão das três instituições do ensino superior anteriormente existentes e as inscrições têm aumentado constantemente desde então.

10. Oficialmente, no entanto, a Universidade Jean Piaget foi a primeira universidade criada em Cabo Verde, reconhecida e autorizada pelo Decreto-Lei n. 12/2001, como uma instituição do ensino superior de interesse público. A Uni-Piaget, como é conhecida, é uma instituição do ensino superior privado estabelecida pelo Instituto Piaget, uma fundação educativa Portuguesa. Ela iniciou as suas atividades em Maio de 2001, oferecendo um curso de sociologia. Em 2005, a Uni-Piaget inaugurou o seu Polo Universitário do Mindelo (na ilha de São Vicente), que oferece cursos em ciências da educação, economia e gestão e sistemas informáticos. Em 2007, lançou um curso de arquitectura.

11. Além da Uni-Piaget e da Uni-CV, as duas maiores universidades do país, existem outras sete universidades privadas de menor dimensão⁷. Estas surgiram principalmente na ilha de Santiago, durante os últimos cinco anos⁸.

Contexto Demográfico, Económico e Social

12. Cabo Verde é um pequeno arquipélago localizado no Oceano Atlântico a cerca de 500 km da costa do Senegal. O país é composto por dez ilhas vulcânicas, das quais nove são habitadas, ocupando uma área de 4.033 km². Segundo o último censo da população de 2010, Cabo Verde tem 492.000 habitantes, dos quais 50,5 por cento são do sexo feminino e 49,5 por cento do sexo masculino⁹. A pirâmide etária confirma que Cabo Verde é uma sociedade muito jovem, com uma idade média de cerca de 28 anos.

13. Após cinco séculos de administração colonial Portuguesa, o país tornou-se independente em 5 de Julho de 1975. Desde então, tem gozado de uma estabilidade política notável. Na sequência da adopção de um sistema democrático multipartidário, em 1991, a liderança política mudou de mãos regularmente e de forma pacífica. Uma imprensa livre sustenta uma sociedade aberta. Cabo Verde construiu uma sólida reputação de boa governação e gestão económica responsável. A boa governação, a estabilidade política, a boa gestão económica, a abertura

⁶ Cf. Decreto-Lei n.º 31/2004.

⁷ Essas universidades são Universidade Lusófona (2007); Universidade Internacional de Cabo Verde (UNICA, 2008); Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE, 2008); Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça/Universidade de Mindelo (IESIG, 2002); Universidade de Santiago (US, 2008); Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS, 2006), e a Escola Internacional de Artes (EIA, 2007).

⁸ A excepção é o Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça, que foi rebaptizado Universidade do Mindelo, em Outubro de 2010.

⁹ As estimativas apontam para cerca de 193 mil Cabo-verdianos que vivem no exterior.

comercial, a maior integração na economia global¹⁰, o uso responsável do apoio dos parceiros, bem como a adopção de estratégias eficazes nos sectores sociais resultaram em impressionantes avanços sociais em todo o Arquipélago. Actualmente, o país ocupa o primeiro lugar em África no índice do Banco Mundial de Avaliação Institucional e de Políticas dos Países (conhecido por CPIA), e as reformas recentes para melhorar o clima de investimentos colocam o país num dos que têm melhores desempenhos nos relatórios *Doing Business* do Banco Mundial dos últimos anos.

14. Graças a uma década de crescimento económico robusto, a pobreza diminuiu substancialmente na última década, com a taxa de incidência da pobreza a passar de 37 por cento em 2002 para 24 por cento em 2010. Isto traduziu-se num declínio de 1 por cento ao ano na última década, tirando mais de 53 mil pessoas da pobreza. Paralelamente, os indicadores da saúde e da educação têm melhorado constantemente. Em 2007, Cabo Verde já tinha alcançado quatro dos oito Objetivos do Milénio para o Desenvolvimento, e os quatro restantes estão em vias de serem alcançados até 2015. Cabo Verde ocupa a 133^a entre 187 países no Índice de Desenvolvimento Humano 2011.

15. Estas conquistas tornam-se ainda mais notáveis considerando os limitados recursos naturais do país. O país é pequeno, árido e com terras geralmente pouco adequadas para a agricultura. A precipitação é baixa e irregular, e apenas 10 por cento da superfície terrestre do país é arável. Além disso, acredita-se que nem as ilhas nem as suas águas territoriais contenham quaisquer recursos minerais significativos, e todos os combustíveis devem ser importados. Além disso, a fragmentação geográfica do país e a dispersão da sua população colocam sérios desafios logísticos que impedem a formação de economias de escala em indústrias de trabalho intensivo.

16. No entanto, a beleza natural abundante de Cabo Verde, a sua rica cultura local e a proximidade com a Europa transformaram-na num destino turístico popular. Consequentemente, os serviços tornaram-se o sector económico predominante. Durante a última década, o crescimento económico tem sido impulsionado principalmente pelo turismo e indústrias conexas, incluindo imóveis, a construção e o transporte aéreo. Durante esse período, as receitas do turismo cresceram 28 por cento e, juntamente com o transporte aéreo e os serviços de turismo, perfazem mais de 80 por cento do total das exportações. Neste contexto, o turismo e actividades conexas como o turismo imobiliário e de construção são os principais atractivos do investimento directo estrangeiro (IDE) e, juntos, representam mais de 80 por cento dos fluxos de IDE.

17. Mas os desafios persistem. Como uma pequena economia aberta, a vulnerabilidade de Cabo Verde a choques externos é alta. O país depende fortemente das remessas de emigrantes e da ajuda externa, mas esta última poderá ser negativamente afectada pela graduação do país em 2008 para o estatuto de país de rendimento médio. A ajuda externa representa um risco de

¹⁰ Os principais parceiros comerciais de Cabo Verde são a França, Espanha, Portugal, Grã-Bretanha e os Estados Unidos, com as economias da Zona Euro a serem particularmente importantes para a indústria do turismo. Esses países também representam as principais fontes do IDE e da carteira de investimentos em Cabo Verde e são os pontos de origem da maioria das remessas dos emigrantes. Pelos padrões regionais, Cabo Verde está excepcionalmente bem integrado na economia global. Consequentemente, o desempenho da Zona Euro é vital para o fluxo de capitais (via IDE), a procura de exportação (através do turismo), e o consumo interno e a poupança (via remessas).

distorção da administração pública se não for adequadamente canalizada através de sistemas do próprio governo e é susceptível de sobrecarregar a capacidade do pequeno grupo de quadros técnicos do país. O desemprego permanece elevado, ainda que muito desemprego seja de curta duração, e é um determinante principal da pobreza. As desigualdades de rendimento aumentaram e são bem maiores do que as observadas em países com níveis comparáveis de rendimento (coeficiente de Gini de 0,4 em 2010), criando um potencial de arrastamento sobre o crescimento. A dispersão geográfica conduz a desigualdades internas e eleva o custo dos serviços. Como as populações rurais tendem a fugir da pobreza endémica, a urbanização crescente coloca uma forte pressão sobre os serviços sociais básicos. Em geral, a capacidade do ambiente físico para suportar uma expansão em larga escala do turismo, da indústria e da construção pode estar em risco se não for adequadamente gerida.

Panorama do Sector de Educação

18. Devido às reformas introduzidas no início dos anos 90, o sistema de ensino Cabo-verdiano passou por profundas transformações ao longo dos últimos 20 anos. O Decreto Lei n. 2 / 2010, que revê a Lei de Bases do Sistema Educativo n. 103/III/90 de 29 de Dezembro, estabelece que o sistema educativo compreende os sub-sistemas do ensino pré-escolar, ensino escolar e ensino extra-curricular.

19. O ensino pré-escolar visa complementar as responsabilidades educativas das famílias através da educação das crianças em idade precoce. O ensino pré-escolar é da responsabilidade dos municípios, instituições oficiais e entidades privadas, sob a tutela institucional do Ministério da Educação. As matrículas no ensino pré-escolar aumentaram nos últimos anos. No ano lectivo 2009/2010, cerca de 21.632 crianças frequentavam o ensino pré-escolar, das quais cerca de 93 por cento tinham idades adequadas (3-5 anos). A Taxa Bruta de Escolarização (TBE) era de 58,6 por cento, representando um ganho de 7 pontos percentuais em comparação com 2000/2001. O maior acesso ao ensino pré-escolar teve um impacto positivo no acesso ao ensino primário, aumentando as possibilidades de sucesso das crianças matriculadas no ensino básico¹¹.

20. O ensino escolar compreende o ensino básico, o ensino secundário, o ensino superior e o ensino especial. O ensino básico integrado é universal e obrigatório. Abrange seis anos de escolaridade, organizados em dois ciclos: o primeiro com duração de quatro anos, e o segundo com duração de dois anos¹². Cabo Verde já alcançou praticamente o ensino básico universal com uma TBE de 104 por cento e uma taxa de conclusão de 95 por cento. O índice de paridade do género no ensino básico é de 0,92.

21. O número de alunos no ensino básico, no entanto, tem vindo a diminuir como resultado de uma tendência de queda demográfica¹³. De 2000/2001 a 2009/2010, o número de alunos do ensino básico diminuiu de 90.640 para 71.134. Espera-se que este declínio seja seguido por um período de estabilização nos próximos anos. O país vem tentando tirar proveito deste fenómeno

¹¹ Hoje, duas em cada três crianças matriculadas no ensino básico frequentaram o pré-escolar.

¹² Uma decisão recente do governo alarga o ensino básico para oito anos, mas ainda não está a ser implementada.

¹³ O país está a passar por uma transição demográfica e a população em idade escolar está em declínio.

realocando recursos para a melhoria da qualidade educativa. Por exemplo, os esforços para melhorar a qualificação dos professores resultaram num aumento da proporção de professores qualificados de 67 por cento em 2000 para 90 por cento em 2009. Ao mesmo tempo, o rácio aluno/sala de aula diminuiu de 28 para 24.

22. O ensino secundário, na sequência da reforma de 1995, está organizado em dois ciclos de três anos cada, com uma duração total de seis anos. O primeiro ciclo é comum a todos os estudantes, enquanto o segundo ciclo contém a via dupla, ou seja o ensino secundário geral e o ensino secundário técnico. O ensino secundário técnico combina a formação geral com a formação técnica e profissional a fim de preparar os diplomados do secundário para o mercado de trabalho. A expansão do ensino secundário provocada pela escolarização primária universal impulsionou a TBE no secundário para 70 por cento em 2009/2010, uma das mais altas em África¹⁴. Com essa expansão dramática da cobertura do ensino secundário, o foco da política educativa nos últimos anos passou do acesso a questões de qualidade. Os professores qualificados representavam 87 por cento dos professores do ensino secundário em 2009.

23. A formação profissional também está a desenvolver-se a um ritmo acelerado. Antes visto como um repositório para os alunos “falhados”, hoje um número crescente de jovens estudantes estão interessados na formação profissional, graças a uma oferta mais diversificada e cursos relevantes. Em 2010, mais de 6.000 indivíduos participaram em cursos de formação profissional em todo o país. Paralelamente, o sector está a passar por uma organização estrutural para cimentar os alicerces institucionais.

24. O ensino básico de adultos abrange não só a alfabetização, mas também a pós-alfabetização e outras acções de formação destinadas a aumentar a literacia e o nível cultural dos participantes, oferecendo também a formação profissional. A taxa de alfabetização da população com idades entre 15 e 49 anos aumentou substancialmente desde a independência. De acordo com dados do Censo de 2010, em Cabo Verde actualmente 83 por cento da população adulta é alfabetizada (em comparação com 74 por cento há dez anos). No entanto, ainda existem discrepâncias de género. A taxa de alfabetização entre os homens é cerca de 15 por cento superior à das mulheres.

25. Apesar destes ganhos claros e de melhorias louváveis, o sistema educativo enfrenta novas dificuldades decorrentes deste sucesso. Um desafio importante em todo o sistema educativo é a sua gestão, devido às limitações decorrentes de deficiências no planeamento (do nível micro a macro), a falta de planos de desenvolvimento escolar, o desenvolvimento curricular e a premência da boa adequação dos currículos às necessidades de aprendizagem das crianças. Além disso, o sistema educativo ainda carece de um mecanismo fiável de avaliação das aprendizagens para acompanhar a qualidade do aprendizado.

26. A gestão do sector da educação está repartida entre dois Ministérios: o Ministério da Educação e Desporto (MED), e o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação (MESCI). O Ministério da Educação e do Desporto tem estruturas centrais e locais (direcções gerais e de serviço e delegações nos 17 Conselhos administrativos do país), que coordenam todas as actividades relacionadas com o sector de educação. O Ministério do Ensino Superior e Ciência é

¹⁴ Em comparação, a TBE do ensino secundário nos países da África Subsaariana era de 36 por cento em 2009 (EdStats).

uma criação mais recente, tendo sido criado pelo Decreto-Lei nº 46 de 23 de novembro de 2009, e ainda está a passar por um processo de estruturação.

27. Do lado do financiamento, Cabo Verde atribui uma parte respeitável do seu orçamento do Estado à educação: em média 21 por cento na última década (corrente e investimento). No entanto, o país ainda é muito dependente da ajuda externa para financiar integralmente as suas necessidades da educação. A maioria dos projectos de investimento do sector são financiados com dinheiro da ajuda externa. Além disso, os salários e outras remunerações representam uma parcela muito alta na estrutura de gastos, tendo consumindo 87 por cento do orçamento corrente em 2010. Ao nível da escola, cerca de 99 por cento dos custos operacionais vão para salários dos professores e outras gratificações, tornando os recursos afectos à melhoria da qualidade escassos.

Cobertura e Organização do Ensino Superior

28. Em 2011, estavam inscritos em instituições de ensino superior em Cabo Verde 11.769 alunos. Um contingente adicional de 6.000 estudantes prosseguiram estudos superiores no exterior. As matrículas totais em Cabo Verde estavam repartidas igualmente entre as instituições públicas e privadas. A TBE no ensino superior é de cerca de 20 por cento, uma taxa bem acima da média para a África Subsaariana (6,3 por cento) e ligeiramente superior ao das Maurícias e África do Sul (17 por cento).

29. Em princípio, o modelo de universidade adoptado em Cabo Verde não é diferente do da maioria dos países. De acordo com a legislação recente, "o objectivo do ensino universitário é garantir, através da promoção da investigação e da criação de conhecimento, uma sólida preparação científica, técnica e cultural dos indivíduos, permitindo-lhes desenvolver as suas competências para a concepção, análise crítica e inovação em suas actividades profissionais, socio-económicas e culturais". A legislação também aborda o ensino politécnico, que "procura, através da promoção de pesquisa aplicada e desenvolvimento, fornecer aos indivíduos conhecimento científico teórico e prático, desenvolvendo suas competências para a inovação e análise crítica, para a compreensão e solução de problemas concretos, em suas actividades profissionais¹⁵".

30. Esta legislação cria uma hierarquia bastante tradicional entre o ensino universitário e o ensino politécnico. O primeiro é mais geral, enquanto o segundo é mais aplicado. Mas as expectativas para os dois são muito elevadas, estando a pesquisa básica ou aplicada no centro de ambos. A legislação permite conferir três graus académicos pelas instituições do ensino superior: a licenciatura com duração de seis a oito semestres, correspondendo ao grau de bacharel (ISCED 5 na classificação da UNESCO), o mestrado, com uma duração de três a quatro semestres; e o doutoramento, exigindo uma dissertação baseada em pesquisa original. Apenas as instituições universitárias, e não as politécnicas, podem conceder os graus de mestrado e de doutoramento. A legislação também permite que instituições do ensino superior ministrem ensino pós-secundário profissional, conduzindo ao Diploma de Estudos Superiores Profissionalizantes, com a condição

¹⁵ República de Cabo Verde 2010, artigo 32, itens 2 e 3.

de que os créditos obtidos nestes cursos possam ser aplicados em cursos de formação de grau mais elevado.

31. É também intenção das autoridades de Cabo Verde fazer o seu sistema de ensino superior compatível com os sistemas internacionais de ensino superior, com destaque para a Europa e o Brasil, ambos alinhados com o chamado "Processo de Bolonha", o esforço para reunir os diferentes sistemas de ensino superior da Europa num sistema unificado de ensino superior com padrões comuns. Um dos objectivos do Processo de Bolonha é estabelecer a equivalência dos diplomas concedidos pelos países participantes, a fim de facilitar a mobilidade dos estudantes, e isso é mencionado na justificativa da nova legislação para a Universidade de Cabo Verde. Um segundo objectivo de Bolonha é a reorganização dos sistemas nacionais do ensino superior, padronizando o sistema 3-2-3, com uma duração inicial de três anos para um diploma de licenciatura ou equivalente, dois anos adicionais para mestrado e mais três anos de estudos de doutoramento. Uma consequência deste modelo é eliminar a tradicional hierarquia do ensino superior que ainda existe em muitos países europeus. A legislação substituiu o bacharelato por uma nova licenciatura de 3-4 anos, que está mais próxima do primeiro nível do modelo de Bolonha, mas ainda mantém a separação estrita entre a formação académica e profissional.

32. Esta orientação pode ter várias consequências importantes. A primeira é a necessidade de investir na melhoria das credenciais académicas de todas as instituições do ensino superior. A segunda é o imperativo de estabelecer um sistema de garantia de qualidade compatível com o Processo de Bolonha. A terceira é a persistência de uma hierarquia de prestígio entre os diferentes tipos de instituições do ensino superior, estimulando uma procura social para as carreiras mais académicas - em detrimento dos cursos de formação profissional e orientados para o mercado - apesar de a procura do mercado de trabalho para muitas dessas carreiras não ser clara.

33. A nova legislação faz várias referências à necessidade de o sistema do ensino superior estar mais articulado com o mercado de trabalho, e, ao mesmo tempo, dá ao Estado a responsabilidade de "criar as condições para garantir a possibilidade do cidadão frequentar o ensino superior, de modo a neutralizar os efeitos discriminatórios das assimetrias regionais ou desvantagens socio-económicas"(artigo 35). Por outras palavras, a equidade, não apenas as necessidades do mercado, deve ser uma consideração política importante. Os alunos são obrigados a pagar uma mensalidade para a sua formação superior, mas este custo é compensado, em certa medida, por um sistema de bolsas e de auxílios financeiros disponibilizados aos estudantes em instituições públicas e privadas.

34. A legislação – que ainda não está a ser implementada - terá de enfrentar o facto de que Cabo Verde dispõe hoje de um sistema do ensino superior relativamente modesto, e não está claro se será possível cumprir os padrões esperados de Bolonha, nos próximos anos. Das nove instituições do ensino superior existentes, cinco são chamadas "Universidades", três são chamadas "Institutos Superiores", e ainda uma Escola Internacional de Artes. Todas as instituições, excepto a Universidade de Cabo Verde, são privadas. Todas elas são instituições muito pequenas, e a sua denominação como uma "Universidade" ou "Instituto Superior" é mais uma declaração de intenção do que uma realidade. Assim, o seu estatuto académico não é muito claro. É possível que elas possam, eventualmente, ser colocadas na categoria de "politécnicos", pois oferecem apenas o ensino profissional e é pouco provável que venham a desenvolver a

capacidade de oferecer cursos de pós-graduação. Por outro lado, a educação mais tecnológica como tal, no campo da engenharia e afins, é oferecida pela Uni-CV, enquanto as instituições privadas concentram-se principalmente nas ciências sociais e humanas. Legalmente, os dois tipos de instituições podem fornecer cursos profissionalizantes. Na prática, no entanto, a distinção entre universidades e institutos politécnicos relaciona-se mais com o seu estatuto académico, e menos com o conteúdo das formações ministradas.

35. Cabe destacar que com as recentes revisões ao sector da educação e às leis do ensino superior, a fim de reflectir a política actual, o quadro legislativo fundamental para o ensino superior em Cabo Verde está criado¹⁶. No entanto, um conjunto de leis complementares ainda está por aprovar. O Ministério do Ensino Superior e Ciência está actualmente a preparar um pacote legislativo adicional para tratar das questões do financiamento, da qualidade e da equivalência dos diplomas. Esta é a altura para assegurar que a legislação crie um sistema do ensino superior coerente e bem organizado.

¹⁶ *Lei das Bases do Sistema Educativo No. 2/2010* de Maio de 2010 que reestrutura o sistema educativo, e *Decreto-Lei 11/2009* que revê os estatutos da Universidade de Cabo Verde.

CAPÍTULO 3: ACESSIBILIDADE E EQUIDADE

1. Garantir o acesso, bem como a equidade, na obtenção do ensino superior é um objectivo político claro do Governo de Cabo Verde. Em recente legislação-quadro do sector da educação, aprovada em 2010, afirma-se que:

“O Estado deve criar condições que garantam aos cidadãos a possibilidade de prosseguirem o ensino superior, a fim de neutralizar os efeitos discriminatórios causados por assimetrias regionais ou desvantagens sócio-económicas”¹⁷.

2. A discussão a seguir procura avaliar os progressos na consecução deste objectivo político.

Quais são as tendências recentes em termos de acessibilidade?

3. *Antes de 2000.* No início do século 21, Cabo Verde não tinha uma única universidade. No entanto, tinha quatro instituições do ensino superior que mais tarde iriam formar o núcleo da primeira universidade pública do país. Três desses institutos estavam localizados na cidade da Praia, na ilha de Santiago e uma na cidade de Mindelo, na ilha de São Vicente. A acessibilidade a alunos residentes noutras ilhas era, portanto, limitada. No ano de 2000, o total de matrículas nessas quatro instituições era de 717 alunos (DGESC 2010).

4. *2001 a 2005.* A primeira universidade de Cabo Verde, a Universidade privada Jean Piaget, abriu as suas portas em 2001. Outras iniciativas privadas se seguiram, levando à criação do Instituto Superior Isidoro da Graça (agora Universidade do Mindelo) em 2002, e o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais em 2006. À medida que essas novas instituições privadas surgiam, o total de matrículas no ensino superior em Cabo Verde aumentava, atingindo quase 4.000 no ano lectivo 2004-05.

5. *2006 até à presente data.* A Universidade de Cabo Verde, a primeira universidade pública do país, tornou-se operacional em 2006. A Uni-CV foi prudentemente criada absorvendo vários institutos públicos pré-existentes, não se optando pela construção de um campus universitário inteiramente novo. Posteriormente, o ensino superior privado continuou a expandir. O Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, que tinha operado durante alguns anos como uma iniciativa de parceria público-privada, tornou-se uma empresa totalmente privada em 2007. No mesmo ano, a Universidade Lusófona foi criada no Mindelo. Em 2008, mais duas instituições privadas - a Universidade de Santiago e a Universidade Intercontinental - se juntaram a este grupo jovem de prestadores do ensino superior. Até 2009, Cabo Verde tinha oito instituições privadas do ensino superior e uma universidade pública com um total de 10.144 alunos. Este número cresceu para 11.769 em 2011, representado uma taxa de crescimento anual

¹⁷ *Lei das Bases do Sistema Educativo*, 2010, Artigo 35.

de 32 por cento durante a década. As instituições privadas, com cerca de 40 por cento do crescimento das matrículas, lideraram este crescimento¹⁸.

6. *Taxa Bruta de Escolarização.* Em Cabo Verde, o total de matrículas no ensino superior tem duas componentes: os estudantes que frequentam os estabelecimentos do ensino superior no país e os que estudam no exterior. A evolução do total de matrículas na última década é apresentada na Tabela 1. Pode-se observar na tabela que, a partir de uma base modesta, o total de matrículas aumentou seis vezes ao longo da década. À medida que mais instituições locais se tornavam operacionais, o governo ia reduzindo progressivamente o número de bolsas de estudo para o exterior para equilibrar a expansão do ensino superior nacional. Utilizando dados do Censo do ano 2000 e o número combinado de estudantes do ensino superior em Cabo Verde e no exterior, a Taxa Bruta de Escolarização para esse ano era de 5 por cento¹⁹. Até 2010, a TBE havia subido para 20 por cento²⁰. A TBE a este nível coloca Cabo Verde na categoria de países como a China, a Indonésia e a Jamaica, e muito acima da média da África Subsaariana de 6 por cento. Usando a análise de regressão, Schwartzman estima que, com seu actual nível de rendimento per capita, Cabo Verde deverá ser capaz de acomodar uma TBE no ensino superior de 25 por cento²¹.

Tabela 1: Crescimento das Matrículas no Ensino Superior em Cabo Verde, 2000 – 2009

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Cabo Verde	717	1,810	2,215	3,036	3,911	4,567	5,289	6,658	8,465	10,144
Exterior	1,097	1,437	1,550	1,218	1,050	1,306	1,046	711	663	626
Total	1,814	3,247	3,765	4,254	4,961	5,873	6,335	7,369	9,128	10,770

Fonte: Direcção Geral do Ensino Superior e Ciência.

7. *Alcance geográfico.* O crescimento das matrículas do ensino superior verificou-se a uma taxa média anual de 21 por cento nos últimos cinco anos. Este crescimento foi potenciado por uma taxa de crescimento populacional de mais de 3 por cento ao ano durante a década de 1990, e pela cobertura quase universal do ensino básico além de uma expansão substancial do ensino secundário que elevou a sua TBE a 70 por cento. Mas a dispersão geográfica do ensino superior também tem desempenhado um papel, porque as instituições têm procurado abrir pólos onde os

¹⁸ Borges, Emanuel: 2012 “Quadro Estatístico do Ensino Superior Cabo-verdiano”: Fórum Nacional do Ensino Superior em Cabo Verde, realizado de 7-8 de Fevereiro de 2012.

¹⁹ No ano de 2000, o número de pessoas com idades entre 20-24 anos de idade em Cabo Verde foi de 36.866 de acordo com o *United States Census Bureau, International Data Base* (www.census.gov/ipc/www/idb/country.php).

²⁰ Cálculo dos autores. O Censo de 2010 reporta 52.886 pessoas na faixa etária de 20-24 anos de idade e em 2010 as matrículas do ensino superior totalizaram 10.770.

²¹ Schwartzman, Simon, 2011, “*The Growth of Higher Education and its Potential Contribution to Economic Growth in Cape Verde*”, estudo encomendado pelo Banco Mundial como parte da recolha de elementos para a revisão das despesas públicas em Cabo Verde. 2011, p. 4.

alunos estão localizados em vez de esperar para que os alunos venham ter com elas. Consequentemente, a cidade do Mindelo tornou-se num pólo do ensino superior nas ilhas do Barlavento, assim como a cidade da Praia, a capital, cumpria o mesmo papel para as ilhas do Sotavento. A Tabela 2 mostra o alcance geográfico actual do ensino superior no país. Convém referir que a Lei do Ensino Superior Privado de 2007 impõe o limite de um campus e um pólo para cada instituição privada, presumivelmente com a preocupação de assegurar que as instituições privadas não enfraqueçam a qualidade do ensino através da sua expansão.

Tabela 2: Alcance Geográfico das Instituições do Ensino Superior em Cabo Verde

<i>Ilhas do Barlavento</i>	
São Vicente (Mindelo)	Universidade do Mindelo Universidade Lusófona Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais Universidade Jean Piaget (pólo) Universidade de Cabo Verde (pólo) Escola Internacional de Artes
Santo Antão	Universidade de Cabo Verde (cursos CESP de curta duração)
São Nicolau	----
Sal	----
Boa Vista	----
Santa Luzia	Não povoada
<i>Ilhas do Sotavento</i>	
Santiago (Praia)	Universidade de Cabo Verde Universidade Jean Piaget Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (pólo) Universidade Intercontinental
Santiago (Assomada)	Universidade de Santiago
Fogo	Universidade de Cape Verde (cursos CESP de curta duração)
Maio	----
Brava	----

O ensino à distância pode aumentar a acessibilidade?

8. O ensino à distância tem o potencial de aumentar a acessibilidade ao ensino superior em todas as ilhas com um padrão constante de qualidade. No entanto, ainda não existe uma estratégia sistemática clara focalizada na prossecução deste objectivo. Em Cabo Verde, o ensino à distância ainda se encontra na sua génese. Uma boa parte da experiência existente está

relacionada com programas desenvolvidos ao longo das últimas duas décadas para capacitar os professores do ensino básico sem formação adequada através da impressão de materiais à base do ensino à distância. Nos últimos anos, diversas actividades em pequena escala apoiadas por agências de cooperação começaram a promover o desenvolvimento das capacidades profissionais necessárias, mas esses esforços têm sido descoordenados e o seu impacto ainda é limitado²². Por exemplo, um projecto da União Europeia com a Universidade do Minho, em Portugal, formou uma dúzia de pessoas no desenvolvimento do currículo para o ensino à distância e o desenvolvimento de conteúdos, mas consta que nenhum deles está actualmente a trabalhar na área do ensino à distância.

9. Além disso, alguns quadros da Uni-CV parecem confundir *e-learning* com ensino à distância. A confusão deriva da experiência recente da universidade em elaborar conteúdos de aprendizagem e indicar leituras aos estudantes acessíveis na internet utilizando a plataforma de software de livre acesso *Moodle*. Esta é certamente uma ajuda para os estudantes que enfrentam o desafio de conseguir transporte para visitar bibliotecas universitárias, ou se deparam com cópias limitadas de materiais de referência nas bibliotecas. No entanto, este mecanismo funciona mais como um importante recurso de apoio à aula presencial e, portanto, não se qualifica como ensino à distância. Como resultado deste mal-entendido, alguns quadros da universidade e administradores parecem acreditar que o ensino à distância está a ter lugar no ensino superior em Cabo Verde muito mais do que realmente existe.

10. Os benefícios potenciais associados a uma maior utilização do ensino à distância em Cabo Verde são numerosos. Se for devidamente gerido - esta é uma exigência desafiadora, mas necessária - o ensino à distância pode ser muito rentável, permitindo assim uma expansão das matrículas do ensino superior com menor custo por aluno do que no sistema tradicional de campus residencial²³. A maior flexibilidade em conceber e ministrar o conteúdo curricular em relação ao ensino presencial na sala de aula permite que os cursos de ensino à distância se adaptem às necessidades do aluno ou aos requisitos específicos do seu trabalho, consequentemente, possibilitando uma maior relevância. O ensino à distância também é capaz de acomodar mais facilmente a crescente procura do ensino superior por parte de estudantes mais adultos numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida do que os tradicionais programas residenciais.

²² O Banco Africano de Desenvolvimento apoiou a actualização de 56 professores em TICs utilizando metodologias de aprendizagem combinada. A Fundação Calouste Gulbenkian formou 18 professores do Instituto Pedagógico e da Uni-CV em colaboração com a Universidade de Aveiro de Portugal, procurando proporcionar-lhes as habilidades necessárias para desenvolver as conteúdos do ensino à distância com base em TICs. A União Europeia está a apoiar a formação em gestão para os administradores da universidade através da combinação de palestras, e-learning e videoconferência.

²³ O ensino à distância é custo-eficiente de quatro maneiras. Primeiro, ele reduz os custos do ensino superior para os estudantes. Eles não têm que desistir dos rendimentos do trabalho a fim de estudar, nem pagar os custos das residências e de transporte. Em segundo lugar, o ensino à distância, muitas vezes, opera com rácios eficiente docente /aluno mais eficientes, reduzindo assim a proporção dos orçamentos institucionais dedicados aos salários do pessoal. Da mesma forma, minimiza a necessidade de investimento em instalações físicas caras (e na sua manutenção), possibilitando assim a utilização de mais recursos no apoio de actividades de ensino e aprendizagem. Terceiro, ao contrário do modelo tradicional do campus universitário, o ensino superior à distância oferece custos marginais decrescentes. Com o aumento de matrículas, o custo por aluno baixa (embora os custos de formação de um diplomado possam ser elevados se a taxa de conclusão é baixa). Quarto, o ensino à distância é custo-eficiente, pois emprega uma abordagem modular. O material do curso pode ser actualizado ou modificado para atender a determinados tipos de alunos sem a necessidade de reproduzi-los na sua totalidade.

11. O ensino à distância oferece também outros benefícios. Ele pode efectivamente alcançar os alunos a quem tenha sido negado o acesso ao ensino superior, por exemplo, as mulheres que são incapazes de frequentar programas tradicionais de educação por causa de responsabilidades domésticas ou restrições culturais, grupos economicamente marginalizados, alunos geograficamente isolados, e as populações mais carenciadas. Além disso, os programas de ensino à distância de nível de pós-graduação, ministrados pelas universidades no mundo desenvolvido através da internet e apoiados por bibliotecas virtuais on-line, estão cada vez mais disponíveis para estudantes motivados de todo o mundo que buscam a pós-graduação. A expansão das matrículas no ensino superior gera a necessidade paralela de um número adicional de pessoal docente. Porém, a formação do pessoal docente no exterior pode tornar-se cada vez mais difícil à medida que os seus custos se tornam mais elevados e o número de bolsas de estudo disponibilizados pelos diferentes países diminui. Perante tais dificuldades, as pós-graduações 'virtuais' disponíveis internacionalmente podem ajudar a produzir o pessoal docente necessário.

12. A experiência mostra que a formação do pessoal muitas vezes recebe pouca atenção no desenvolvimento inicial de programas de ensino à distância. Pessoal competente é a pedra fundamental sobre a qual todas as outras actividades de ensino a distância são erguidas. No entanto, na pressa de tornar os programas de ensino à distância operacionais, muitas vezes o tempo de preparação do pessoal e o financiamento são insuficientes. Por exemplo, uma análise da experiência do ensino à distância no Senegal e no Quênia constatou que muitos serviços do ensino à distância, incluindo instruções aos estudantes, foram fornecidos por pessoal não qualificado²⁴. Um bom programa de formação dos instrutores de ensino à distância deve incluir: (i) prática na concepção, produção e apresentação de materiais; (ii) ampla prática com uso de tecnologias adequadas; (iii) práticas em técnicas sobre como humanizar um curso; e (iv) prática em técnicas sobre como facilitar a participação dos alunos²⁵. Devido às semelhanças nos desafios que enfrentam, os 15 anos da Universidade de Highlands and Islands, na Escócia, podem oferecer um modelo interessante para Cabo Verde, seja para inspiração ou parceria. Outras experiências potencialmente relevantes na expansão do ensino superior para as várias ilhas, através do ensino à distância, incluem a Universidade do Pacífico Sul e a Universidade Virtual dos Pequenos Estados da Commonwealth.

²⁴ Chale, Eginio M. and Pierre Michaud. 1997. "Distance Learning for Change in Africa: A Case Study of Senegal and Kenya." IDRC Study/Acacia Initiative. Ottawa, Canada: International Development Research Centre.

²⁵ Moore, Michael G., and Greg Kearsley, 1996. *Distance Education: A Systems View*. Belmont, California: Wadsworth Publishing' p. 152.

Caixa 1: A Universidade de Highlands and Islands, Escócia

A Universidade de *Highlands and Islands (UHI)* é uma federação descentralizada de 13 faculdades já existentes e institutos de pesquisa distribuídos em 40.000 km quadrados de terreno montanhoso e 93 ilhas off-shore na Escócia, Reino Unido. Quando a UHI foi estabelecida, esta região, com uma população de 500.000 habitantes, era caracterizada por uma economia estagnada, um elevado desemprego, baixa acessibilidade ao ensino superior e declínio da população. À UHI foi, portanto, dado um mandato forte para promover o desenvolvimento económico e social regional.

Após cinco anos de planeamento e preparação, a UHI tornou-se operacional em 1997. Ela desenvolveu um modelo de ensino único, baseado em vídeo-conferência, e-mail e internet, criando um ambiente virtual de aprendizagem, que é acessado através das suas 13 instituições parceiras e 50 centros de extensão da aprendizagem. Em 2008, havia cerca de 5.400 pontos múltiplos de aulas e vídeo-conferência. Hoje, a UHI serve mais de 8.000 alunos com um currículo de aprendizagem ao longo da vida composto de diploma superior e outras 70 qualificações profissionais, mais de 30 cursos de graduação e pós-graduação. Setenta por cento dos alunos frequentam cursos de licenciatura. Neste processo, a universidade desenvolveu uma habilidade especial para combinar o ensino pós-secundário e superior de forma a quebrar as barreiras tradicionais entre a formação e a aprendizagem, para que os seus diplomados atendam às exigências do mercado de trabalho local.

A abordagem do ensino e aprendizagem da UHI é diferente. Ela reconhece que, num mundo em rápida mudança, o conhecimento pode rapidamente tornar-se desatualizado e que o valor real do ensino superior encontra-se nas capacidades que os alunos adquirem. Os cursos, conseqüentemente, enfatizam a construção de competências individuais ao invés da transferência de conhecimentos. Exemplos desses recursos incluem a resolução de problemas, o trabalho em equipa, habilidades de comunicação, gestão do tempo, e altos níveis de literacia informática. Espera-se que os estudantes possam gerir activamente o seu desenvolvimento educativo, e a maioria passa um estágio de 3 - 6 meses antes do fim da formação. Os conteúdos dos cursos são tematicamente orientados e fortemente multi-disciplinares. São exemplos o desenvolvimento rural, a gestão, a saúde e o turismo. A aprendizagem ocorre por meio de um misto de participação na sala de aula, grupos de trabalho, tutorias informais, ensino à distância e auto instrução computadorizada.

Uma inovação importante é a UHI *Learnig Outreach Center* (Centros de Apremdizagem e Divulgação), que é simplesmente uma grande sala que contém referências de ensino à distância e uma dúzia de computadores e um facilitador, que opera sob a supervisão de um dos colégios constituintes da UHI. Localizadas em comunidades remotas, elas permitem que os moradores locais possam prosseguir o ensino à distância, baseado em instrução computadorizada, e tenham acesso generalizado à informação. A vídeo-conferência e e-mail permitem aos tutores baseados nos campus orientar e apoiar os alunos locais. As salas também podem ser usadas por grupos comunitários para reuniões ou outras actividades. Instaladas em locais de acesso público, os Centros de Aprendizagem e Divulgação estão abertas até 12 horas por dia, incluindo grande parte dos fins de semana.

Fonte: www.uhi.ac.uk

Promover a acessibilidade

13. Dada a dispersão dos potenciais estudantes do ensino superior em nove ilhas, com cerca de 250 quilómetros entre elas, a difusão de informações sobre os diferentes tipos de instituições do ensino superior e seus respectivos programas de estudo é essencial para o funcionamento eficiente de um "mercado" do ensino superior. A necessidade de anunciar seus produtos para a população estudantil do ensino secundário é reconhecido e levado a sério pelas instituições. Praticamente todas elas relatam que participam em feiras do ensino superior organizadas nas principais ilhas, enviam pequenas equipas de estudantes universitários para intercâmbio com os alunos das principais escolas secundárias, e usam a publicidade na rádio para informar os potenciais candidatos acerca das oportunidades e programas das respectivas instituições. Estes esforços de divulgação vão ser reforçados com a recente iniciativa do Ministério da Educação em estabelecer unidades de aconselhamento pedagógico nas escolas secundárias, que irão informar

os estudantes sobre as perspectivas de emprego associadas a cada área de formação. Nesta perspectiva, parece que o acesso à informação não é susceptível de constituir uma restrição importante ao funcionamento do mercado do ensino superior em Cabo Verde.

Perspectivas Futuras

14. Na próxima década, é provável que as pressões para o acesso ao ensino superior venham a reduzir gradualmente. O censo populacional de 2010 indica que a taxa de crescimento da população diminuiu significativamente de 2,4 por cento em 1990 para 1,2 por cento no período 2000 - 2009²⁶. Esta mudança já se reflecte numa redução do número de indivíduos dos grupos etários mais baixos e no número de alunos do ensino básico. Ao longo dos próximos cinco anos, a onda demográfica atingirá o seu pico como a coorte atual dos indivíduos de 15-19 anos de idade a atingir a idade normal para estudos universitários. Em seguida, o número das coortes subsequentes estará em constantemente declínio, como mostra a Tabela 3. Daqui a vinte anos, o número de pessoas com idade de frequentar o ensino universitário será menor do que é hoje.

Tabela 3: Distribuição da População de Cabo Verde por Grupos de Idade, 2010

Grupos de Idade	Número de Pessoas
0 – 4	50,198
5 – 9	50,204
10 – 14	55,219
15 – 19	59,055
20 – 24	52,886
25 – 29	44,311
30 – 34	34,484
35 – 39	27,225
40 – 44	26,290
45 – 49	23,510
50 – 99	68,193
<i>Total:</i>	491,575

Fonte: Resultados Preliminares do Recenseamento 2010.

15. Estas mudanças demográficas também se reflectem nas matrículas (Tabela 4). O número mais elevado de estudantes estão actualmente a passar pelo primeiro ciclo do ensino secundário. As inscrições anuais subsequentes vão diminuir paulatinamente, mas serão ainda o dobro das inscrições actuais nos anos finais do ensino secundário pelo menos nos próximos cinco anos²⁷.

²⁶ Instituto Nacional de Estatística, *Fecundidade 2000; Resultados Preliminares do Recenseamento 2010*.

²⁷ O declínio de 14 por cento no total de matrículas no ensino primário e secundário entre 2008/09 e 2009/2010 pode ser devido à deterioração das condições económicas nacionais provocada pela recessão económica mundial de 2009.

Tabela 4: Distribuição dos Alunos do Ensino Básico e Secundário por Ano de Estudo 2008/09 e 2009/10

Ano de Estudo	Número de Alunos 2008/09	Número de alunos 2009/10
1	11,043	10,151
2	15,951	13,300
3	13,826	11,642
4	14,423	12,406
5	13,018	11,472
6	12,913	11,872
7	17,382	13,803
8	13,157	11,293
9	12,652	9,848
10	8,166	7,245
11	6,255	5,760
12	6,365	5,454
<i>Total:</i>	<i>145,151</i>	<i>124,246</i>

Fonte: Anuário da Educação 2008/2009; 2009/2010.

Implicações

16. Estas tendências sugerem que a actual "forte procura" do ensino superior, provavelmente atingirá o auge por volta de 2015 e, em seguida, diminuirá lentamente ao longo dos anos seguintes, até se estabilizar por volta de 2020²⁸. Um risco dessa dinâmica é que Cabo Verde pode encontrar-se com excesso de capacidade no ensino superior, quando este ciclo estiver concluído, como resultado da elevada expansão, em resposta à forte procura actual. Se assim for, então é possível que algumas instituições do ensino superior venham a precisar de se fundir com outras, para continuarem a ser viáveis. Algumas poderão mesmo ser forçadas a fechar devido à

²⁸ Um factor que contribui para as actuais pressões fortes no acesso ao ensino superior é a procura reprimida representada por diplomados do ensino secundário que não conseguiram prosseguir o ensino superior porque ainda não havia universidades locais. Nos últimos anos, eles têm entrado no ensino superior como estudantes adultos, o que explica porque é que a taxa de admissão no ensino superior em 2008 representou 120 por cento do número de diplomados do ensino secundário (Santos, 2010: 40). À medida que este atraso é eliminado, a procura por parte dos estudantes adultos cairá. O facto de que houve 18 por cento menos candidatos para a admissão na Uni-CV em 2009/2010 do que em 2007/2008 dá crédito a esta interpretação.

insuficiente procura. Estas possibilidades devem motivar as instituições existentes a buscar formas de trabalhar em parceria, a fim de manter a flexibilidade, dividindo os custos e instalações (especialmente à medida que estendem os seus programas a outras ilhas) e evitando expandir-se demasiadamente.

Que mecanismos estão disponíveis para gerir a acessibilidade?

17. Como melhor gerir o acesso ao ensino superior, nomeadamente a fim de evitar uma sobrecarga do financiamento público, é um desafio ao qual estão confrontados os países em todo o mundo. Em alguns países, nomeadamente na África Subsaariana, o crescimento desenfreado das inscrições tem provocado crises de financiamento no ensino superior, reduzindo a qualidade da educação, gerando instabilidade política, e tornando o desenvolvimento sistemático do sector do ensino superior quase impossível.

18. Felizmente, Cabo Verde possui as ferramentas para evitar cair num tal paradoxo. Isso porque tem à sua disposição dois instrumentos importantes de política para a gestão do acesso: (i) os programas de bolsa de estudos que apoiam mais de metade de todos os estudantes do ensino superior, e (ii) o exame de admissão à universidade, aplicado na Uni-CV. Consequentemente, aumentando ou diminuindo a atribuição de bolsas, o fluxo de estudantes no ensino superior pode ser regulado. Da mesma forma, o aperto ou afrouxamento das normas dos exames de admissão pode exercer um efeito similar²⁹. Consequentemente, se Cabo Verde, ainda assim, vier a cair na armadilha da expansão financeiramente insustentável do seu sistema do ensino superior, isso será provavelmente devido a decisões políticas que se sobrepõem à utilização dos mecanismos de política disponíveis acima mencionados.

19. No entanto, mesmo com a acessibilidade controlada a fim de manter a sustentabilidade financeira, esse controlo deve ser feito de maneira justa e equitativa para todos os que aspiram a aceder ao ensino superior. O objectivo é, portanto, regular a acessibilidade através de meios que assegurem que todos os alunos tenham a mesma oportunidade de admissão. Isso aumenta consideravelmente a complexidade da tarefa. Como Cabo Verde está a portar-se em relação à igualdade de acessibilidade é o assunto que será discutido nas secções seguintes.

Quais os instrumentos que Cabo Verde usa para promover a acessibilidade equitativa?

20. A assistência financeira orientada para grupos específicos de estudantes é um dos principais meios de promoção da equidade na acessibilidade ao ensino superior. Esse apoio tem merecido alta prioridade em Cabo Verde. A assistência assume a forma de programas de bolsas apoiados por vários órgãos governamentais e municipais, bem como por inúmeras organizações não-governamentais e privadas.

21. *Fundo de Apoio à Educação e Formação (FAEF)*. Este programa de bolsas de estudo é executado pelo Ministério do Ensino Superior e Ciência e apoia quer os estudantes em Cabo Verde como no exterior, com um orçamento anual médio de 6,5 milhões dólares ao longo dos

²⁹ Em 2010, um em cada dois candidatos à admissão na Uni-CV foi aceite.

últimos três anos. Com as capacidades locais de oferta do ensino superior em expansão, o FAEF tem gradualmente reduzido o número de bolsas de estudo no exterior, aumentando as bolsas de estudo no país, e redireccionado as bolsas de estudo no exterior da graduação para a pós-graduação. Por exemplo, as bolsas locais aumentaram de 230 em 2007/2008 para 312 em 2009/2010. Em 2009/2010, o FAEF concedeu 1.022 bolsas locais e 1.300 bolsas para o exterior. Os pagamentos das bolsas do FAEF são feitos directamente ao beneficiário, e não à instituição que frequenta, e isso faz com que exista uma preocupação com uma eventual utilização abusiva desses fundos nalguns casos.

22. Mais de 800 estudantes candidataram-se a bolsas locais do FAEF em 2010 e 312 deles (incluindo estudantes do mestrado) receberam bolsas. O FAEF toma as suas decisões de financiamento com base numa fórmula de avaliação que combina um conjunto de critérios explícitos e que são anunciados publicamente e que reflectem uma mistura de preocupações de necessidade, mérito e igualdade:

- Rendimento familiar - 30%
- Desempenho académico no ensino secundário - 25%
- Equilíbrio municipal - 10%
- Residência académica - 5%
- Nº de crianças na família actualmente no ensino superior - 5%
- Prioridade nacional do curso - 15%
- Valor da taxa de matrícula - 10%

23. A combinação dos indicadores de necessidade, mérito e igualdade, cria o risco de que essas três preocupações, de algum modo, se anulam mutuamente na aplicação da fórmula de avaliação, resultando numa situação onde nenhum destes objectivos é claramente alcançado. Portanto, poderá ser útil rever esta fórmula de avaliação e modificá-la para assegurar que apenas a necessidade e a equidade seja o seu objectivo principal.

24. *Fundação Instituto de Acção Social Escolar (FICASE)*. Sob a tutela institucional do Ministério da Educação, o programa de bolsas do FICASE é mais explicitamente focalizado nas necessidades financeiras do aluno do que o programa FAEF. Os candidatos devem ser estudantes de famílias com renda inferior a 35.000 CVE (US\$ 473) por mês. Eles só podem candidatar-se à assistência do FICASE se não conseguirem obter uma bolsa do FAEF. No ano lectivo 2009/2010, o FICASE concedeu um total de 832 bolsas de estudo³⁰. Este número representa um aumento acentuado em relação às 682 bolsas atribuídas em 2008/2009 e às 256 bolsas em 2007/2008. Três critérios de equidade são combinados na fórmula de avaliação utilizada para a decisão sobre financiamento: o rendimento familiar bruto (60%); o equilíbrio regional (20%); e a residência do estudante, ou seja, despesas de viagem (20%). Os pagamentos são feitos directamente à instituição e não ao aluno.

25. *Ministério da Família, Trabalho e Solidariedade Social*. Através do seu Programa de Apoio aos Estudantes de Famílias carenciadas, o Ministério concedeu cerca de 225 bolsas de

³⁰ A assistência financeira aos estudantes do ensino superior é apenas uma pequena parte do programa do FICASE, que apoiou um total de 119.535 beneficiários em todos os níveis do sistema do ensino em 2010.

estudo do ensino superior por ano nos últimos cinco anos. Seu único critério é a necessidade financeira demonstrada, e muitas vezes só entra em cena quando um aluno está em risco de abandono escolar por motivos financeiros. Uma abordagem de partilha de custos é utilizada, por meio da qual o aluno e/ou sua família contribuem com uma porção (numa base negocial) das despesas futuras do aluno. Os órfãos figuram proeminentemente entre os seus beneficiários. Além disso, o Ministério também distribuiu 135.000 US\$ através de um programa de bolsas de emergência de montante fixo para os alunos com necessidades temporárias demonstradas. Em 2010 atribuiu 24 bolsas de estudo para o exterior.

26. *Ministério da Juventude.* Uma assistência financeira com uma forte orientação de equidade é também fornecida pelo Ministério da Juventude. O programa apoia os alunos inscritos em instituições do ensino superior que estejam a atravessar dificuldades e necessitem de assistência financeira a fim de completar os seus estudos. Exemplos de tais casos incluem a perda do emprego pelo pai, ou um acidente que leve à perda de rendimento. Em todos os casos, a ajuda financeira é parcial e exige a partilha de custos por parte do beneficiário. O pagamento é feito directamente à instituição e não para o aluno. Entre 2005 e 2011, o Ministério apoiou cerca de 223 estudantes anualmente, a maioria dos quais estavam inscritos na Uni-CV com um valor médio das bolsas de 130 000 CVE³¹.

27. *Conselhos Municipais.* A maioria dos conselhos municipais (câmaras municipais) em Cabo Verde também concedem apoio financeiro a estudantes universitários dos seus municípios. O número total de bolsas de estudo concedidas em 2011 foi de 1.900, um crescimento de 40 por cento em relação ao número de bolsas concedidas em 2009³², mas parece ser bastante significativo. Por exemplo, a Uni-CV informou que 43 por cento dos seus alunos receberam assistência financeira municipal em 2010³³. O conselho municipal não recebe transferências financeiras do governo para o financiamento de bolsas de estudo. Nomeadamente, nem todos os conselhos municipais têm regras para atribuição de bolsas de estudo. Consequentemente, alguns apenas usam os critérios definidos pelo executivo municipal.

28. *Universidades privadas.* A maior parte das instituições privadas oferecem alguma forma de assistência financeira para os estudantes. Por exemplo, a universidade Jean Piaget consagra 4,5 por cento do seu orçamento para a bolsas de estudo. Em 2011, este montante ascendeu a 15.5 milhões³⁴.

³¹ Trinta e cinco por cento de bolsas de estudo foram concedidas aos órfãos em 2010. Lima, Ermelinde. 2012. "O Papel do Ministério da Juventude, Família e Solidariedade social na Promoção do Ensino Superior". Fórum Nacional sobre o Ensino Superior em Cabo Verde, realizado em 7-8 de fevereiro, 2012, Praia.

³² A maioria dos conselhos municipais gasta mais em bolsas de estudo do que em qualquer outra prioridade, apesar do seu mandato legal para apoiar o desenvolvimento da educação básica a nível local. Tavares, Francisco F. 2012. "Os Municípios no Financiamento de Bolsas de Estudo." Fórum Nacional sobre o Ensino Superior em Cabo Verde, realizado em 07-08 de Fevereiro de 2012 na cidade da Praia.

³³ Augusto Amado, 2011, inédito, dados de Serviços Académicos da Uni-CV.

³⁴ Tavares, Luis Felipe. 2012. "O Serviço Social na Uni-Piaget e o Financiamento do Ensino Superior". Fórum Nacional sobre o Ensino Superior em Cabo Verde, realizado em 7-8 de Fevereiro, 2012, Praia.

Questões de equidade

29. Como se mostrou acima, Cabo Verde dispõe de uma impressionante gama de recursos para salvaguardar a igualdade de acesso ao ensino superior para estudantes financeiramente mais desfavorecidos. Como resultado, quase um em cada dois estudantes do ensino superior recebe uma ajuda financeira de fonte pública ou privada³⁵. No entanto, os programas de bolsas do governo contêm pequenas falhas que têm consequências em termos de equidade. Nomeadamente, os estudantes precisam apresentar o comprovante de matrícula numa universidade, a fim de concorrer a uma bolsa, mas para poder matricular-se precisam primeiro pagar as inscrições. Se não têm dinheiro para o fazer, não podem candidatar-se às bolsas de estudo de que necessitam. Além disso, a documentação exigida por cada agência em apoio a um pedido de bolsa pode ser caro para um estudante, talvez até de forma proibitiva, especialmente se ele ou ela pretende candidatar-se a mais de uma agência na esperança de obter ajuda. Nestes casos, os alunos mais necessitados podem eventualmente ser excluídos do ensino superior. Finalmente, apesar de o valor das bolsas de estudo atribuídos pelo FAEF estarem teoricamente atrelados ao nível das propinas, o valor de algumas bolsas de estudo - particularmente para a Universidade de Cabo Verde e a Universidade de Santiago - ultrapassam significativamente os valores das propinas (Tabela 5). Essas diferenças podem representar um incentivo monetário para que os estudantes se inscrevam em algumas instituições e não noutras. Esta é também uma questão de equidade para os alunos.

Tabela 5: Valor das Propinas em Instituições Seleccionadas do Ensino Superior, 2010

Instituição	Valor da Propina (CVE mensal)	Bolsa FAEF (CVE mensal)	Diferença
Universidade de Cabo Verde	9,000 – 11,000	15,000	+4,000 to +6,000
Universidade Jean Piaget	16,000 – 20,000	20,000	0 to +4,000
Universidade do Mindelo	15,000	15,000	0
ISCEE	16,000 – 17,000	15,000	- 1,000 to - 2,000
ISCJS	16,000 – 18,000	20,000	+2,000 to +4,000
Universidade de Santiago	14,000 – 18,000	20,000	+2,000 to +6,000
Universidade	20,000	20,000	0

³⁵ As organizações não-governamentais que concedem bolsas de estudo incluem grupos religiosos, associações desportivas, organizações comunitárias locais e fundações filantrópicas.

Intercontinental			
------------------	--	--	--

Fonte: Dados dos autores.

As mulheres têm igual acesso ao ensino superior?

30. *Entre os estudantes de licenciatura.* Ao nível da licenciatura, as mulheres são maioritárias nas matrículas universitárias, representando 55 por cento do total de estudantes em 2009/2010. No limite, seriam os estudantes do sexo masculino a sofrerem algum grau de desigualdade de género dentro do sistema. A proporção de mulheres no total de estudantes universitários é consistente com a sua representação no último ano da escolaridade secundária (12º ano), de cerca de 56 por cento no mesmo ano³⁶.

31. *Entre os estudantes de pós-graduação.* Em 2009/2010 as mulheres representavam 37 por cento dos 323 alunos de mestrado e 21 por cento dos 57 alunos de doutoramento. As razões pelas quais as mulheres não continuam os estudos de pós-graduação na mesma proporção que nos da graduação não foram analisadas. No entanto, em casos semelhantes em outros países, a explicação para as mulheres casadas muitas vezes está na dificuldade de combinar os estudos com os cuidados às crianças, ou na falta de apoio dos maridos. Para mulheres solteiras (que vivem com os pais), é mais provável que a razão seja a incapacidade de prosseguir os estudos de pós-graduação se a sua casa estiver localizada a uma distância relativamente afastada da universidade.

32. *Entre os seus docentes.* As mulheres representam 40 por cento do total dos docentes das universidades. Por instituição, a participação das mulheres na docência é maior na Universidade do Mindelo (52 por cento) e menor na Universidade de Santiago (15 por cento). Na Universidade de Cabo Verde, as mulheres representam 41 por cento de todo o pessoal académico. Em média, as mulheres entram para a profissão académica na mesma proporção em que elas prosseguem os programas de pós-graduação, sugerindo que não há barreiras significativas no caminho da transição da pós-graduação para a função académica. No entanto, entre os docentes com grau de doutor, as mulheres representam apenas 19 por cento. Tendo em conta que praticamente todos os quadros académicos actuais obtiveram os seus graus de doutoramento no exterior, esta percentagem mais baixa poderá dever-se a alguma combinação entre um preconceito masculino na atribuição de bolsas de estudo para o exterior e a relutância feminina para viver no exterior pelo período de tempo prolongado normalmente exigido para um programa de doutoramento. As mulheres estão mais próximas de alcançar a paridade entre o pessoal académico que possui apenas um grau de licenciatura (44 por cento). Uma vez que o grupo é composto em grande parte por *licenciatura de contratações recentes* impostas pelo crescimento rápido das matrículas, talvez uma

³⁶ Anuário da Educação 2009/2010.

tendência positiva esteja a emergir em direcção a uma maior equidade entre homens e mulheres como professores universitários.

33. *Entre os bolseiros.* As bolsas de estudo do FAEF a estudantes mulheres representam 67 por cento das suas bolsas para o estudo em Cabo Verde, e 49 por cento das suas bolsas de estudo para o exterior. Informações disponíveis sobre o programa de bolsas FICASE não incluem a desagregação por sexo. No Ministério do Trabalho, não havia informação disponível sobre o sexo dos beneficiários no âmbito do seu programa de apoio aos alunos carenciados. No entanto, o programa deste Ministério de ajuda de emergência a estudantes universitários concedeu 50 por cento das suas 141 bolsas às mulheres. Na Uni-CV, 60 por cento dos seus 683 bolseiros são mulheres³⁷. Na base desta informação incompleta, parece poder concluir-se que a equidade do género não será uma preocupação no âmbito dos programas de bolsas para o ensino superior.

É a acessibilidade ao ensino superior equitativa com base na localização geográfica?

34. *Entre bolseiros.* Os dados disponíveis permitiram uma avaliação das 1.144 novas bolsas de estudo concedidas em 2009/2010 em termos de distribuição geográfica entre as nove ilhas habitadas que compõem o país. Esta informação é apresentada na Tabela 6 abaixo. Para fins de comparação, a tabela mostra a distribuição geográfica de toda a população (Censo de 2010) e também a distribuição geográfica dos estudantes no último ano do ensino secundário, ou seja, o grupo a partir do qual os candidatos às universidades para o ano seguinte saem. Infelizmente, não existe informação disponível sobre a distribuição geográfica dos estudantes universitários. No entanto, a Uni-CV produz estatísticas sobre o município de origem dos candidatos aos seus exames de admissão - mas não para aqueles que conseguiram admissão. Para o período de 2008 - 2010, a distribuição geográfica dos candidatos à admissão na Uni-CV é apresentada na Tabela 6³⁸.

35. No que se refere à equidade, os dados contidos na tabela indicam que as bolsas eram mais ou menos proporcionalmente distribuídos nas ilhas de Brava, Fogo, Maio, Sal, Boa Vista e São Nicolau. Mas em São Vicente e Santo Antão, as bolsas do FICASE foram um pouco menos do que proporcionais ao passo que os do FAEF eram mais do que proporcionais. Em Santiago, a situação era inversa. As bolsas do FICASE eram claramente mais do que proporcionais, enquanto as do FAEF eram menos. Até certo ponto, essas variações na distribuição de bolsas de estudo do FICASE e do FAEF se compensam mutuamente. Consequentemente, pode-se dizer que a distribuição geográfica global das bolsas de estudo é mais ou menos consistente com a distribuição nacional da população,

³⁷ Augusto Amado, 2011, inédito, baseado nos dados fornecidos pelos serviços académicos da Uni-CV.

³⁸ O que parece ser um número anormalmente baixo de candidatos de São Vicente e Santo Antão à Uni-CV é provavelmente explicado pelo fato de que, como parte do agrupamento das ilhas do Bralavento, os candidatos às universidades são mais susceptíveis de buscarem a sua admissão nas instituições do ensino superior localizadas em São Vicente.

bem como com a distribuição dos alunos do 12º ano, sugerindo que não existem desigualdades significativas na acessibilidade por região geográfica.

Tabela 6: Distribuição Geográfica da População, Estudantes do 12º Ano, Beneficiários de Bolsas e Candidatos à Uni-CV, 2009 – 2010 (%)

	2010 População	Ensino Secundário 12º ano	FICASE Beneficiários	FAEF Beneficiários	Distribuição dos Candidatos à UNI-CV
Brava	1%	1%	2%	1%	1%
Fogo	7%	5%	2%	4%	10%
Santiago	56%	62%	76%	51%	77%
Maio	1%	1%	1%	1%	1%
Sal	5%	3%	0%	1%	1%
Boa Vista	2%	1%	0%	1%	1%
São Nicolau	3%	2%	1%	1%	1%
São Vicente	16%	16%	11%	21%	6%
Santo Antão	9%	10%	8%	19%	2%

Fontes: Dados Preliminares do Censo 2010, Anuário da Educação 2008/2009, Direcção Geral do Ensino Superior/MESCC, FICASE.

É a acessibilidade ao ensino superior equitativa por nível de rendimento?

36. *Entre bolseiros.* De um modo geral, todos os programas de bolsas são destinados a compensar as desigualdades potenciais na acessibilidade ao ensino superior por nível de rendimento familiar. Os programas do FICASE, do Ministério do Trabalho e do Ministério da Juventude são explícitos no uso do rendimento como o principal critério para a sua assistência. O FICASE aplica um limite de rendimento de 35.000 CVE (470 US\$) para os seus candidatos, enquanto que o público alvo dos dois ministérios são as "famílias carenciadas"³⁹. O FAEF, como se mencionou acima, mistura critérios de necessidade e de mérito académico. Em 2010, dois terços das bolsas do FAEF foram concedidas a estudantes de famílias de baixo rendimento (15.000 CVE ou o equivalente a US\$ 200), mas uma em cada 15 bolsas foi para estudantes oriundos de famílias com rendimento superior a 35.000 CVE⁴⁰. Além disso, todas as dez bolsas de estudo concedidas pelo FAEF para estudos de pós-graduação no país foram para estudantes oriundos de famílias com rendimentos mensais

³⁹ Os critérios para se determinar as necessidades não foram obtidos pela equipa do estudo.

⁴⁰ O rendimento médio mensal mais elevado associado a uma bolsa de estudos aprovada pelo FAEF foi de CVE 150.000 (US\$ 2.027).

que variam entre 35.000 e 149.200 CVE.

37. *Entre as matrículas.* Além dos bolsheiros, não há informação disponível do rendimento das famílias dos estudantes em termos de matrículas globais no ensino superior.

As diferenças na preparação académica criam desigualdades na acessibilidade?

38. *Preparação para as provas de admissão.* A Universidade de Cabo Verde, que regista 40 por cento de todos os estudantes universitários, utiliza um exame de admissão para seleccionar os seus estudantes⁴¹. Há também alguma discussão no seio do governo se se deve exigir um exame de admissão para a entrada em todas as outras universidades. Com efeito, quaisquer desigualdades que possam existir na qualidade da preparação académica dos estudantes que concluem o ensino secundário poderia obstruir a entrada nas universidades dos estudantes menos bem preparados. Num esforço de explorar esta possibilidade, o número de professores não-qualificados do ensino secundário em cada ilha foi usado como indicador de qualidade. O Anuário da Educação 2008/09 indica que o sistema de ensino secundário contém cerca de 14 por cento de professores não-qualificados nas ilhas de Barlavento, em oposição a 12 por cento nas ilhas de Sotavento. Esta diferença não é significativa e pode não indicar muita coisa sobre as diferenças na qualidade do ensino secundário entre os dois grupos de ilhas. No entanto, alguns observadores académicos sugerem que a qualidade do ensino nas ilhas do Barlavento poderá ser um pouco inferior. O governo está ciente dessa percepção e está a trabalhar activamente para reduzir o número de professores não-qualificados em Barlavento, e também para assegurar que as ilhas do Barlavento tenham instalações escolares adequadas, computadores e materiais didácticos. Seja como for, a questão de possíveis desigualdades na qualidade da preparação académica para os estudos universitários precisará ser devidamente monitorada ao longo dos próximos anos.

39. *Probabilidade de concluir a formação.* Mesmo depois de ser admitido na universidade, o sucesso de um aluno nos estudos não está assegurado. Um aluno pode interromper os estudos e abandonar por várias razões, incluindo problemas financeiros, a necessidade de cuidar de pais idosos ou doentes, doença, ou preparação académica insuficiente. Os estudantes de famílias em precárias condições financeiras, ou seja, aqueles que são pobres, são muitas vezes sujeitos a taxas mais elevadas de abandono escolar. Infelizmente, as estatísticas sobre a repetência e o abandono, e as taxas de conclusão no ensino superior ainda não estão disponíveis em Cabo Verde. Assim, não é possível

⁴¹ Os resultados do aluno no exame de admissão conta para dois terços da sua pontuação geral, sendo um terço da pontuação composto por notas do aluno no ensino secundário.

identificar os alunos que perdem a oportunidade de graduação ou analisar as eventuais razões subjacentes.

O que é que aprendemos com esta análise?

40. De um modo geral, a equidade na acessibilidade ao ensino superior em Cabo Verde parece ser razoavelmente boa para os cidadãos do país. As desigualdades de género na acessibilidade à formação superior e à obtenção de bolsas de estudo parecem ser inexistentes, embora comecem a surgir nos estudos de pós-graduação e sejam um pouco mais acentuadas ao nível dos escalões mais elevados da docência. As desigualdades regionais na atribuição de bolsas de estudo universitários também parecem ser mínimas. No entanto, a falta de informação não permite uma análise das matrículas globais em termos de sua distribuição geográfica. A ausência de informação similar não permite uma avaliação completa da acessibilidade à universidade por níveis de rendimento. No entanto, o facto de que entre as bolsas públicas e privadas, quase todas as que são concedidas com base na necessidade financeira demonstrada, apoiam quase metade de todos os estudantes do ensino superior é um forte indício de que desigualdades na acessibilidade seriam na pior das hipóteses não mais do que moderadas. As desigualdades de rendimento, aparentemente, manifestam-se mais em termos de diferentes taxas de abandono escolar, dado que as bolsas de estudo não cobrem os custos de vida e os estudantes mais pobres podem sentir dificuldades em suprir as suas necessidades de subsistência durante todo o período de estudos universitários.

Que recomendações saem desta análise?

41. *Bolsas de estudo de graduação.* Atribuir estas bolsas inteiramente na base da necessidade. Dado que todos os alunos estão muito motivados para obter uma formação universitária, não é necessário oferecer qualquer incentivo adicional para que se esforcem para ter um bom percurso académico no ensino secundário. Numa perspectiva de equidade, a principal limitação parece ser económica, especialmente para estudantes de famílias sem meios para enviar os seus filhos para os locais onde se concentram as universidades (principalmente Praia e Mindelo) e prever o seu alojamento e alimentação durante o período de estudo. Os actuais critérios do FAEF na avaliação das candidaturas às bolsas de estudo não parecem resolver eficazmente o problema da necessidade financeira dos candidatos.

42. Atribuir as bolsas de pós-graduação principalmente na base no mérito académico e o compromisso com uma carreira de ensino universitário. As bolsas de pós-graduação devem ser encaradas como o principal veículo de recrutamento do pessoal académico e o desenvolvimento do sistema universitário. Neste contexto, o mérito académico torna-se mais importante do que a necessidade financeira, já que é do interesse de cada universidade - assim como da nação - que os estudantes mais talentosos e capazes sejam atraídos para a carreira académica.

43. Explorar e analisar sistematicamente o potencial para o ensino à distância de modo a melhorar a acessibilidade e a qualidade no ensino superior. Com uma população geograficamente dispersa em várias ilhas e infra-estruturas de telecomunicação cada vez mais robustas, Cabo Verde parece ser um candidato natural para o uso de técnicas de ensino à distância no ensino superior. Mas poucos educadores têm formação no ensino à distância e a abordagem não é ainda bem compreendida dentro do sistema do ensino superior de Cabo Verde. Assim, uma avaliação sistemática dos benefícios e opções de uma integração do ensino à distância no sistema do ensino superior poderia ser melhor realizada em colaboração com um parceiro internacional experiente, como por exemplo a *Commonwealth of Learning*, ou a *Open University* no Reino Unido.

44. Centralizar todos os programas de bolsas de estudo do governo numa única instituição com filiais nas principais ilhas⁴². Isso permitirá que os estudantes passem a lidar com todos os procedimentos do pedido de bolsa num “guichet único”, poupando-lhes assim tempo e custos consideráveis. Além disso, permitiria o uso de um único conjunto de critérios e um processo único de pedido de bolsa. Critérios uniformes fortaleceriam a capacidade do governo para orientar as matrículas para áreas prioritárias de formação e para gerir o crescimento das matrículas no ensino superior. Eles também poderiam dar mais consistência ao tratamento das candidatas às bolsa de estudo. Além disso, um processo de candidatura única eliminaria a duplicação e, assim, introduziria ganhos de eficiência na gestão do programa. Isso reduziria os custos de administração das bolsa de estudo para o governo.

45. O cálculo anual das taxas de abandono e repetência, por instituição e área disciplinar, fornecem importantes elementos de informação sobre a eficácia das políticas de equidade. As políticas actuais de bolsa de estudos parecem estar a ser eficazes na garantia de acessibilidade por sexo, região geográfica e nível de rendimento. Mas a falta de estatísticas de abandono e repetência (por sexo, região geográfica e nível de rendimento) significa que não é possível determinar se todos os alunos têm a mesma oportunidade de graduação. Afinal, não é a entrada ensino superior que mais importa para o indivíduo e para a nação, mas uma graduação bem-sucedida.

⁴² Esta recomendação não diz respeito às câmaras municipais, que gerem os seus fundos de forma descentralizada.

CAPÍTULO 4: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

O que é a qualidade do ensino superior?

1. O que é a qualidade do ensino e como ela é medida? Não há uma resposta simples. Até ao final do século 20, a qualidade dos insumos (por exemplo, pessoal, bibliotecas, equipamentos de laboratório e instalações físicas) no ensino superior era geralmente assumido como determinantes da qualidade dos seus resultados, ou seja, graduados e pesquisa. Nos últimos anos, no entanto, um novo paradigma tem argumentado que os insumos de qualidade não garantem necessariamente resultados de qualidade. A única maneira segura de avaliar a qualidade do ensino é avaliar o resultado da educação medido pelo desempenho de aprendizagem dos alunos. Para esse efeito, quatro avaliações internacionais de aprendizagem foram desenvolvidos e lançados, a fim de comparar os resultados académicos dos estudantes em todas as nações. Elas são (i) as Tendências Internacionais no Estudo de Matemática e Ciências (*TIMSS*), que avalia os alunos do 4º e 8º anos de 48 países desde 1995, (ii) o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (*PISA*), uma avaliação dos alunos de 15 anos de idade de 74 países, que começou em 1997, (iii) o Progresso no Estudo Internacional sobre Leitura (*PIRLS*), que avalia os alunos do 4º ano de 35 países, e (iv) o Programa da Avaliação Internacional das Competências dos Adultos (*PIAAC*) que, a partir de 2011, vai usar pesquisas nos países sobre a população adulta para medir as habilidades e competências que os indivíduos precisam possuir para uma maior participação na sociedade e para que as economias prosperem.

2. Mas até agora, nenhuma ferramenta similar está disponível para avaliar o sucesso da aprendizagem no ensino superior. Felizmente, esta situação parece estar prestes a mudar como resultado da Avaliação da OCDE sobre os Resultados das Aprendizagens no Ensino Superior (*AHELO*), que está a ser desenvolvido para avaliar o que os estudantes do ensino superior sabem e podem fazer após a formação. A *AHELO* incidirá sobre as competências genéricas comuns a todos os estudantes, tais como pensamento crítico, raciocínio analítico, resolução de problemas, comunicação escrita, assim como sobre habilidades específicas. Projecta-se o seu início em 2013⁴³.

3. Até esta metodologia inovadora ficar pronta, os indicadores de qualidade do ensino superior continuarão a concentrar-se nos insumos educativos. Por esta razão, a avaliação actual da qualidade do sistema do ensino superior de Cabo Verde vai, reconhecendo muito embora as suas limitações, focalizar-se necessariamente nesses indicadores de insumos e depois serão revistos os mecanismos actualmente em vigor para o controle de qualidade e o monitoramento.

⁴³ Ver www.oecd.org/document/22/0,3746,en_2649_35961291_40624662_1_1_1_1,00.html

O que é que os indicadores de insumo indicam acerca da qualidade do ensino superior em Cabo Verde?

4. *Qualificações académicas dos docentes.* acredita-se que a qualidade do professor universitário seja muitas vezes fundamental na determinação da qualidade do ensino oferecida num curso particular ou universidade. O professor, tendo adquirido conhecimentos disciplinares consideráveis através de longos anos de estudo, deve ser capaz de capturar e manter o interesse do aluno, comunicando o seu conhecimento com clareza aos alunos, inspirando-os e motivando-os a aprender, e determinar se conseguiram ou não aprender. Porque a relação professor-aluno é uma relação humana, as habilidades interpessoais são essenciais para um ensino eficaz. Estas podem ser julgadas através de avaliações dos alunos e/ou observação de pares. Ainda assim, o indicador mais comum de qualidade do professor é o grau académico que ele ou ela adquiriu (e para algumas pessoas também o estatuto da instituição que o conferiu).

5. Em Cabo Verde, um total de 926 docentes estavam contratualmente vinculados ao sistema de ensino superior público e privado em 2009/2010. Destes, 6 por cento possuía um grau de doutoramento, 35 por cento tinha um mestrado, e 59 por cento tinham uma qualificação inferior ao mestrado⁴⁴. Na Uni-CV, 10 por cento do corpo docente tinha um doutoramento. Nas oito instituições privadas, apenas 5 por cento dos docentes tinha grau de doutoramento. O Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS) tinha maior proporção de pessoal mais qualificado, com 56 por cento dos docentes com pós-graduação. Em seguida vinha a Universidade de Santiago com 54 por cento do pessoal docente com qualificação pós-graduada.

6. Entre os anos lectivos de 2008/2009 e 2009/2010, o número total de doutorados e de mestres no sistema do ensino superior diminuiu 6 por cento, ou seja, registou-se uma perda líquida de 23 docentes (Tabela 7). No seio do sistema, a Uni-CV ganhou 17 docentes com mestrado e doutoramento, enquanto que as universidades privadas sofreram uma perda de 40 mestres e doutores. Provavelmente, alguns dos ganhos da Uni-CV terão sido à custa das instituições privadas. Seria importante entender as razões para estas perdas de pessoal.

Tabela 7: Números de Doutores e de Mestres, 2008 – 2010

	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2010</u>	<u>Diferença</u>
Uni-CV	122	125	142	+17
Instituições Privadas	136	278	238	-40

⁴⁴ Schwartzman nota que, dado que uma mesma pessoa pode estar a dar aulas em diferentes instituições, o número de doutores activos no ensino superior pode, provavelmente, ser menor. Schwartzman, Simon, 2011, “*The Growth of Higher Education and its Potential Contribution to Economic Growth in Cape Verde*” p. 11. Documento elaborado a pedido do Banco Mundial como contribuição para a revisão das despesas Banco despesas públicas de Cabo Verde em 2011.

Total	258	403	380	-23
-------	-----	-----	-----	-----

Fonte: Anuário da Educação 2007/2008; 2008-2009; 2009/2010.

7. Como devemos interpretar estas estatísticas? Em primeiro lugar, a proporção de titulares de doutoramento é bastante baixo, provavelmente inaceitável. O pessoal com o grau de doutoramento serve geralmente de líderes académicos, mentores para a equipa júnior, presidentes de comités académicos e líderes em pesquisa. Quando o número de doutorados é pouco, essas funções críticas sofrem e o preço pago por isso é muitas vezes uma perda de qualidade do ensino. Embora não exista uma regra firme em relação à proporção desejável de titulares de doutoramento, algo em torno de 25 - 30 por cento parece ser um alvo apropriado para Cabo Verde neste momento⁴⁵.

8. Mais preocupante, no entanto, é o grande número de docentes que não possuem mais do que o grau de licenciatura. Isto significa que em muitos casos, os instrutores com apenas uma licenciatura- por definição muito inexperientes no ensino e na pesquisa - estão a ensinar aos estudantes de licenciatura. Em tais condições, torna-se extremamente difícil manter, muito menos melhorar, a qualidade do ensino superior sem antes fazer um grande investimento no desenvolvimento académico do pessoal.

9. Ao pensar na melhor forma de reforçar o seu corpo académico em grande parte inexperiente e com qualificação ainda inadequada, Cabo Verde pode querer considerar os recursos humanos potencialmente à sua disposição através da sua extensa diáspora⁴⁶. Em outros países, a diáspora tem desempenhado múltiplos papéis na promoção competitiva dos recursos humanos, em redes de inovação e em transferência de tecnologia.

O enorme potencial da diáspora em contribuir para o desenvolvimento dos seus países de origem tem sido inequivocamente estabelecido. Empresários Chineses, Indianos e Taiwanenses que trabalham no Silicon Valley nos Estados Unidos foram as principais forças por detrás da criação de inovação baseada em empresas de software e do sector electrónico em seus países de origem. Esses emigrantes têm desempenhado um papel crucial na ligação entre as instituições dos seus países de origem com as dos Estados Unidos e de outros países. Lições importantes podem ser tiradas a partir dessas experiências⁴⁷.

10. Na área do ensino superior, a diáspora tem ajudado nas seguintes áreas⁴⁸:

- Programas de investigação;

⁴⁵ Nas universidades de classe mundial, é claro, a proporção de doutores é de quase 100 por cento. Em comparação, 48 por cento dos académicos brasileiros em universidades públicas têm diplomas de doutoramento, enquanto que nas instituições privadas apenas 13 por cento têm o doutoramento. Schwartzman, 2011, p. 10.

⁴⁶ Estima-se que dois terços dos 192.500 emigrantes que compõem a diáspora Cabo Verde possuem formação superior. World Bank. *Migration and Remittances Factbook 2011*, Washington, D.C.

⁴⁷ Teferra, Damtew. 2010. "Deploying Africa's intellectual diaspora: potentials, challenges and strategies". In Damtew Teferra and Heinz Greijn (eds.) *Higher Education and Globalization Challenges, Threats and Opportunities for Africa*. Boston: Center for International Higher Education, Boston College, p. 91.

⁴⁸ *Ibid.* pp. 92-93.

- Contribuições para publicações locais;
- Partilha de recursos de conhecimento
- Orientação profissional e aconselhamento
- Programas de dotação
- Visitas sabáticas (seminários, formação)
- Participação em programas do ensino à distância
- Captação de recursos
- Comitês de pesquisa
- Parcerias institucionais

11. *Os professores a tempo parcial.* Pessoal docente com contratos anuais em regime de empo parcial também torna mais difícil o esforço para promover a qualidade da educação. Isso ocorre porque os professores em tempo parcial raramente conseguem preparar adequadamente as suas aulas, reunir-se com os estudantes, participar nos comitês académicos da instituição, ou conduzir pesquisas. Estas deficiências afectam diretamente a eficácia do ensino e da aprendizagem, a visão e a continuidade que caracterizam os programas académicos, e os recursos de conhecimento que os professores trazem para a sala de aula. Mais importante ainda, uma enorme dependência do pessoal docente em tempo parcial pode comprometer a viabilidade de criação de estratégias de capacitação institucional.

12. Na Universidade pública de Cabo Verde, o pessoal em tempo parcial constituía quase a metade de todos os docentes em 2008/2009 (Tabela 8). Informações estatísticas comparáveis sobre as instituições privadas não são facilmente disponíveis. No entanto, a Uni-Piaget informou a equipa deste estudo que 4 em cada 5 dos seus instrutores trabalham a tempo parcial. Informações fornecidas à equipa pelo ISCEE indicam que 90 por cento do corpo docente é contratado por hora. Na Uni-Mindelo, esta percentagem é de 85 por cento. O pessoal em tempo parcial é claramente um grande problema para o desenvolvimento do ensino superior em Cabo Verde, que restringe as possibilidades de desenvolvimento de capacidades, a fim de garantir qualidade e inovação.

Tabela 8: Distribuição do Corpo Docente na Uni-CV por Área e Estatuto do Emprego, 2008/09

	Ciência e Tecnologia	Humanidades e Ciências Sociais	Engenharia	Administração e Gestão	Total
Contrato em tempo parcial	43%	39%	44%	56%	45%
Contrato em tempo pleno	48%	30%	31%	44%	38%
Posição ocupada	5%	12%	24%	0%	10%

Posição por ocupar	4%	19%	1%	0%	6%
--------------------	----	-----	----	----	----

Fonte: Santos (2010: 48).

13. *Rácio pessoal/ aluno.* O número equivalente de tempo pleno dos alunos por pessoal docente é um indicador amplamente utilizado de qualidade, mas também na análise da eficiência. Quando o número de alunos por pessoal docente é alto, a qualidade sofre porque se torna mais difícil para o professor proporcionar ao aluno uma interação regular e orientação pessoal. Quando o número de alunos por pessoal docente é baixo, então um número hipotético de vagas para estudantes que poderia estar a ser preenchido não está a ser utilizado, o que sugere um grau de ineficiência. Reconhece-se que algumas áreas disciplinares - medicina, medicina veterinária e ciências, que exigem ensino laboratorial - são mais trabalhosas do que outras, justificando assim a redução do número de alunos por instrutor. Muitos países definiram normas para os seus sistemas do ensino superior em termos de rácio pessoal docente/alunos e utilizam esses rácios para afectar recursos e avaliar a qualidade.

14. Em Cabo Verde, a relação pessoal docente/alunos em geral só pode ser calculado com base numa estimativa aproximada do tempo pleno equivalente do pessoal docente, baseada em parte em relatos verbais da proporção do pessoal em tempo parcial de algumas universidades, que foram usadas para imputar partes semelhantes para outras universidades. Nesta base, foi feita uma tentativa para estimar um indicador aproximado, usando as informações sobre pessoal docente em regime de tempo parcial apresentadas acima. Em Cabo Verde, ensinar em regime de tempo parcial significa trabalhar 60 por cento ou menos de uma carga de ensino a tempo pleno. Supondo que todo o pessoal em regime de tempo parcial trabalha metade do tempo (ou seja, 50 por cento da carga horária em tempo pleno), foram estimados os rácios pessoal/aluno. Os resultados são apresentados na Tabela 9.

Tabela 9: Rácio Aproximado Pessoal Docente/Estudante para as Instituições do Ensino Superior, 2009/10

Instituição	Número de estudantes	Número de pessoal académico	Percentagem relatada de Part-time	Percentagem de Pessoal Tempo Pleno Equivalente	Rácio Estimado Pessoal Docente/ Aluno
Universidade de Cabo Verde	4,050	263	.45 ^a	201	1:20
Universidade Jean Piaget	1,880	184	.8 ^a	110	1:17
Universidade do Mindelo	580	99	.85 ^a	57	1:10
Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais	1,675	160	.9 ^a	88	1:19
Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais	897	34	.75 ^b	21	1:42

Universidade Lusófona	332	68	.75 ^b	43	1:8
Universidade Intercontinental	162	43	.75 ^b	27	1:6
Universidade de Santiago	545	59	.3 ^c	37	1:11
Escola Internacional de Artes	23	16	.75 ^b	10	1:2
<i>Total</i>	<i>10.144</i>	<i>926</i>		<i>610</i>	<i>1:17</i>

Fonte: Anuário da Educação 2009/2010.

^a = Proporção relatada pela respectiva universidade.

^b = Proporção imputada para efeitos deste cálculo.

^c = Imputada na base da informação da Universidade de Santiago de que a “maioria do pessoal trabalha a tempo pleno”.

15. Os rácios pessoal docente/aluno variam muito entre as instituições, como se pode ver ser na Tabela. A proporção global é 1:17. Embora não exista uma regra de ouro nesta matéria, na maioria dos países eles tendem a situar-se na faixa entre 1:15 - 1:25. Assim, o ensino superior em Cabo Verde - e especialmente a sua universidade pública - está dentro destes parâmetros. No Decreto-Lei n.º 17/2007 sobre o ensino superior privado em Cabo Verde, os rácios pessoal docente/ aluno são utilizados de forma diferente como critérios de qualidade para a abertura de uma instituição privada, e são expressos em termos de alunos por titular de doutoramento e alunos por titular de mestrado. Os padrões são, respectivamente, 1:200 e 1:100. A aplicação destes critérios a todas as instituições do ensino superior em Cabo Verde produz os seguintes resultados. Metade das instituições estão em conformidade com a relação doutores/estudantes, e todas estão dentro das normas da relação mestres/alunos. Claramente, o principal desafio no desenvolvimento do pessoal docente é gerar mais doutores. A tabela 10 sugere que este poderia ser melhor realizado através do envio do pessoal actualmente com mestrado para estudos de doutoramento.

Tabela 10: Rácio pessoal docente/estudante calculado com base nas normas em Cabo Verde para as instituições privadas

Instituição	Número de estudantes	Número de doutores	Rácio	Número de Mestres	Rácio
Universidade de Cabo Verde	4,050	25	1:162	117	1:35
Universidade Jean Piaget	1,880	7	1:269	62	1:30
Universidade do Mindelo	580	2	1:290	12	1:48
Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais	1,675	3	1:558	63	1:27
Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais	897	2	1:449	17	1:53
Universidade Lusófona	332	5	1:66	13	1:26
Universidade Intercontinental	162	1	1:162	10	1:16
Universidade de Santiago	545	5	1:109	27	1:20

Escola Internacional de Artes	23	4	1:6	2	1:12
<i>Total</i>	<i>10.144</i>	<i>54</i>	<i>1:188</i>	<i>323</i>	<i>1:31</i>

Fonte Anuário da Educação 2009/2010.

16. *Qualidade de ensino e aprendizagem.* A consciência da necessidade de promover a qualidade do ensino e aprendizagem através da formação do pessoal docente, concentrando-se no desenvolvimento de competências académicas dos professores, está a crescer em Cabo Verde. Em parte, essa consciência tem sido fomentada pela percepção de que o grande número de pessoal docente com licenciatura não tem uma verdadeira preparação para o ensino. Em resposta, a Uni-CV começou a oferecer cursos de curta duração em planeamento de aulas e pedagogia para os seus professores com qualificações mais baixas. Além disso, diversas parcerias internacionais com instituições estrangeiras do ensino superior também incluem atividades de desenvolvimento de tais quadros. Ainda assim, muito mais poderia ser feito nesta área crítica. Uma possibilidade seria o MESCI organizar um calendário de cursos de formação regular para a globalidade do sistema, que seriam abertos a todos os docentes, tanto das instituições públicas como privadas. É do interesse nacional a produção de diplomados de boa qualidade, não importando onde eles sejam formados, e a divisão público/privado no ensino superior não deve ser um impedimento para isso - especialmente porque muitos docentes ensinam simultaneamente em instituições públicas e privadas.

17. A segunda circunstância que interfere com a qualidade do ensino e aprendizagem é o facto de que todas as instituições do ensino superior têm uma grande percentagem de estudantes que trabalham, que se estima ser da ordem de 70 a 80 por cento do total. Isso restringe a sua capacidade de absorver os conhecimentos transmitidos, e fazer os trabalhos solicitados pelos docentes. Como resultado, estes estudantes supostamente não dominam as matérias e, por causa do seu grande número, os seus pontos fracos tornam-se a norma nas salas de aula. No nível de pós-graduação, praticamente todos os alunos do mestrado têm um emprego em tempo integral. Isto levanta interrogações sobre a sua capacidade para adquirir os conhecimentos em profundidade e compreensão que é a marca da pós-graduação. Na medida em que os líderes académicos acreditam que o emprego em tempo integral dos estudantes pode vir a corroer a qualidade dos resultados de aprendizagem, eles podem querer considerar a utilização de uma forma de teste baseada na competência em que determinados padrões de domínio das matérias do curso devem ser atingidos antes que o aluno possa receber o crédito para o curso - e, finalmente, obtenha uma pós-graduação.

18. *Recrutamento de pessoal, avaliação e promoção.* Talvez devido à novidade do ensino superior em Cabo Verde e aos complexos desafios da gestão de um crescimento rápido, muito pouca atenção tem sido dada ao estabelecimento de procedimentos de recrutamento de pessoal, avaliação periódica de desempenho e promoção. A crescente procura por pessoal docente criou um 'mercado vendedor' para académicos qualificados. Incapazes de estabelecer um sistema de gestão do pessoal, os gestores institucionais têm optado, em muitos casos, para o uso de contratos de curto prazo. Actualmente não há uma carreira definida para os docentes que poderia oferecer-lhes uma perspectiva de avanço

profissional. Da mesma forma, não existe nenhum sistema de acompanhamento e avaliação do desempenho do pessoal que pudesse estar vinculado à renovação do contrato. A maioria dos contratos, mesmo para os trabalhadores a tempo inteiro, são para um ou dois anos. Como resultado, a equipa tem pouco incentivo para tomar iniciativas, ser inovadora, ou investir no desenvolvimento da instituição. Na pior das hipóteses, isso pode gerar uma sensação de instabilidade institucional.

19. *Admissão competitiva.* O uso de um exame de admissão para admitir estudantes numa universidade em regime de concorrência também oferece alguma protecção para a qualidade, pois garante que os alunos com baixo desempenho não entrem na universidade para desviar o tempo de ensino e recursos institucionais desproporcionalmente para satisfazer as suas maiores necessidades de assistência académica. Além disso, ter uma sala de aula com alunos preparados adequadamente permite que o instrutor possa conduzir a aula a um ritmo mais rápido, cobrindo assim mais material do que seria possível com os alunos inadequadamente preparados. Em Cabo Verde, a Uni-CV instituiu um exame de admissão competitiva desde a sua abertura em 2006⁴⁹. Nos últimos três anos, a taxa de sucesso dos candidatos variou entre 34 por cento e 49 por cento, demonstrando que há muito mais do que um nível simbólico da concorrência.

20. *Avaliação dos alunos e resultados de aprendizagem.* Um benefício do exame de admissão da Uni-CV é que ele oferece um meio de avaliar os pontos fortes e fracos dos estudantes provenientes do ensino secundário. Por exemplo, os resultados recentes demonstram boas notas em biologia e geografia, mas notas fracas em português, inglês, matemática e física⁵⁰. Uma vez no ensino superior, as avaliações dos alunos tendem a avaliar as capacidades de memorizar informações com base em respostas curtas a perguntas específicas. Embora alguns professores manifestem a necessidade de adoptar exames que coloquem maior ênfase no pensamento analítico e na capacidade de resolver problemas, isso ainda não é prática corrente. Depois que o programa AHELO acima mencionado se tornar operacional, o MESC poderia considerar um pedido de adesão de Cabo Verde à OCDE, ou pelo menos de aconselhamento sobre a melhor forma de avaliar a aprendizagem dos alunos.

21. *Serviços de apoio académico.* As deficiências na preparação académica evidente no ensino secundário tornam essencial que as instituições do ensino superior ofereçam serviços de apoio académico aos novos estudantes, e de facto muitas delas fazem-no⁵¹. A maioria das instituições fornecem esse apoio através de cursos complementares que fazem parte do currículo dos novos estudantes. A Uni-CV oferece esses cursos para os estudantes

⁴⁹ O exame é composto de 11 testes em 11 diferentes áreas disciplinares. Ele é ministrado simultaneamente em cinco ilhas. O custo anual estimado da sua administração é de 27 mil dólares.

⁵⁰ Pró-Reitora para Formação Pós-Secundária e Relação com o Ensino Secundário, Universidade de Cabo Verde.

⁵¹ Reclamações sobre a fraca qualidade dos novos ingressos são comuns entre os funcionários da universidade. Em 2007, a UNESCO levantou questões relativas à qualidade do ensino secundário em Cabo Verde, observando que as matrículas tinham expandido muito mais rapidamente do que o número de professores qualificados e a construção de escolas (UNESCO, 2007, *World Data on Education*. 6th Edition, Chapter on Cape Verde. Paris: UNESCO).

do primeiro ano para suprir as suas deficiências⁵², e a mesma coisa também faz a Universidade Intercontinental. A Uni-Piaget dá aos novos alunos 20 a 30 horas de cursos de reciclagem. Curiosamente, a Universidade de Santiago criou um programa de tutoria de pares em que os alunos mais experientes ajudam os mais novos em seus estudos. Mas a menos que estes cursos suplementares sejam tratados como conteúdos adicionais para o currículo universitário, eles podem, se integrados no currículo, comprometer a aquisição da aprendizagem dos alunos, reduzindo o tempo que passam a receber instrução de nível universitário. E na medida em que os professores universitários estão envolvidos em educação correctiva que poderia, em teoria, ser assegurado por professores do ensino secundário, a solução também pode não ser rentável.

22. *Infra-estruturas e instalações.* O número de alunos por sala de aula também pode fornecer alguma pista quanto à qualidade do ensino. Quando um grande número de alunos ocupam uma sala de aula, reduzem-se as oportunidades de interação com o instrutor, aumentam as distrações, e a aprendizagem ocorre num ritmo mais lento. Informações disponíveis em Cabo Verde permitem realizar um cálculo bruto da relação entre o número de alunos matriculados e o número de salas disponíveis. Mas é importante lembrar aqui que essas estatísticas não levam em conta a organização dos horários das turmas ou a possibilidade de realizar cursos nocturnos, ambos podendo reduzir a relação na prática. As maiores universidades supostamente fazem seis aulas por dia por turma.

23. Aplicando esta suposição de seis períodos de aula por dia para todas as instituições, é feita uma tentativa para estimar a intensidade de uso das instalações (Tabela 11). Estes resultados preliminares sugerem que - se a utilização da sala de aula for feita de forma eficiente - a falta de instalações físicas suficientes pode ainda não ser uma limitação no crescimento das inscrições. Uma pesquisa mais cuidadosa será necessário para se obter uma contagem precisa do número médio de alunos em cada sala de aula durante todo o dia, a fim de confirmar a veracidade da declaração anterior. No entanto, nesta fase parece provável que a falta de pessoal docente qualificado, em vez de salas de aula, é a principal limitação actual para a qualidade educativa e um crescimento futuro das matrículas.

Tabela 11: Rácio Estudantes por Sala de Aula nas Instituições do Ensino Superior, 2009/2010

Instituição	Número de Salas	Número de Estudantes	Estudantes por Sala	Estudantes por Período de Aula
Universidade de Cabo Verde	61	4,050	1 : 66	1:11
Universidade Jean Piaget	27	1,880	1 : 70	1:12

⁵² Em 2010/2011, um total de 190 alunos do primeiro ano da Uni-CV (22 por cento dos ingressos daquele ano) participaram de um curso de reforço escolar de cerca de 50 horas durante um período de três meses (*Balanço de Actividades 2010*, Direcção de Serviços Académicos, Uni-CV).

Universidade do Mindelo	16	580	1 : 36	1:12
Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais	27	1,675	1 : 62	1:10
Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais	15	897	1 : 60	1:10
Universidade Lusófona	11	332	1 : 30	1:5
Universidade Intercontinental	12	162	1 : 14	1:2
Universidade de Santiago	8	545	1 : 68	1:11
Escola Internacional de Artes	1	23	1 :23	1:4
<i>Total</i>	<i>177</i>	<i>10,144</i>	<i>1 : 57</i>	<i>1:10</i>

Fonte: Anuário da Educação 2009/2010.

24. *Recursos de aprendizagem.* A disponibilidade de laboratórios devidamente equipados e de bibliotecas suficientemente dotados em literatura constitui recursos adicionais que podem melhorar a qualidade da aprendizagem dos alunos. A inspeção rápida dos laboratórios de ciência na Uni-CV e na Uni-Piaget sugere que a maioria dos laboratórios possui equipamento essencial, embora talvez não em quantidade ideal para uma aprendizagem mais eficiente do aluno. Os laboratórios de engenharia, em contrapartida, parecem ser limitados e pouco desenvolvidos. As avaliações externas da Uni-Piaget e Uni-Mindelo realizadas no início de 2010 relatam deficiências graves em termos de laboratórios de engenharia⁵³.

25. Um indicador da qualidade do ensino usado ocasionalmente, mas não muito confiável, é o número de livros da biblioteca por aluno. Embora este indicador dê uma idéia da quantidade de informações de referência que está disponível por aluno, não diz nada sobre a idade desses livros ou a relevância dos seus conteúdos às necessidades do aluno. Para registo, a biblioteca da Uni-CV tem um total de cerca de 15.000 volumes, ou menos de cinco livros por aluno. As avaliações externas da Uni-Piaget e da Uni-Mindelo documentam bibliotecas "inadequadas". A nota positiva é que algumas universidades informaram que estão a planear assinaturas on-line para revistas científicas como uma maneira de resolver esta restrição.

26. *Tecnologias da informação.* A Estratégia Nacional de Desenvolvimento do governo prevê que Cabo Verde venha a tornar-se numa "ilha cibernética" durante os próximos anos, utilizando essa capacidade para a expansão do seu envolvimento na oferta de serviços financeiros e terciarização⁵⁴. Para este efeito, a Cabo Verde Telecom já ligou todas as ilhas por cabo de fibra óptica e o acesso telefónico está garantido a todas as

⁵³ St. Aubyn, António et al. 2010. *Relatório de Avaliação Externa: Universidade Jean Piaget e Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça*. Lisboa: Instituto Português para o Desenvolvimento.

⁵⁴ Programa do Governo para a VII Legislatura, 2006 - 2011, p. 17.

comunidades com um mínimo de 200 habitantes⁵⁵. Além disso, o país é servido por um cabo submarino internacional que facilita a comunicação global e o acesso à internet⁵⁶. A nível do ensino secundário, todas as escolas secundárias receberam computadores e estão equipadas com laboratórios de informática. Essas conquistas fornecem uma boa base a partir da qual se pode basear as expectativas do país de se tornar uma nação cibernética.

27. No entanto, este trabalho está longe de terminar. Apenas alguns dos computadores das escolas secundárias estão conectados à internet. O menor rácio computador por professor é de 1:28, e o menor rácio computador conectado à internet pela população escolar é de 1:88⁵⁷. Além disso, as taxas de acesso à internet para usuários privados podem ser proibitivas.

28. A situação no ensino superior é mais diversificada. A Uni-Mindelo tem um computador para cada seis alunos, e um programa de formação sobre a utilização do computador para o pessoal académico⁵⁸. A Uni-Piaget fornece um computador para cada 14 alunos no seu campus principal na cidade da Praia, e um computador para cada 8 alunos no seu campus do Mindelo⁵⁹. Ambas as universidades têm organizado programas que permitem aos estudantes adquirir os seus próprios computadores a baixo custo. A Uni-CV dispõe de pelo menos três laboratórios de informática com cerca de 20 computadores em cada um e também oferece conectividade wi-fi no campus do Palmarejo. Entretanto, a sua disponibilidade geral dos computadores ainda está para ser confirmada.

29. Um dos principais entraves à expansão de computadores conectados à internet nas universidades privadas é o alto custo de acesso à internet. Por exemplo, O ISCEE relata que gasta cerca de US\$ 10.000 por ano em taxas de utilização da internet. Segundo a Universidade de Santiago as despesas com internet se elevaram a US\$ 17.000 em 2010, tendo as despesas aumentado consideravelmente mais recentemente. Em contraste, o acesso à internet na Uni-CV é gratuito, porque, enquanto universidade pública, está conectada à rede do governo em que as taxas não são aplicadas. Dada a importância para a estratégia de desenvolvimento do país em produzir recursos humanos altamente qualificados no domínio da informática, parece ser de interesse nacional maximizar a aquisição pelos estudantes de recursos informativos da internet. Assim, poderá ser benéfico para a nação permitir que as universidades privadas participem da rede do governo, de modo a serem isentos do pagamento dos serviços da internet, como forma de atingir este objectivo o mais rapidamente possível.

⁵⁵ Agyeman, Osei Tutu. 2007. "ICT in Education in Cape Verde". In *Survey of ICT and Education in Africa*. Washington, D.C.: InfoDev.

⁵⁶ Em meados de 2010, estima-se que 30 por cento da população de Cabo Verde teve acesso à internet (estatística de utilização da internet em África), extraído de <http://www.internetworldstats.com/stats1.htm>.

⁵⁷ Agyeman, 2007.

⁵⁸ St. Aubyns et al. 2010, p. 48.

⁵⁹ St. Aubyns et al. 2010, p. 20.

30. *Resultados da pesquisa.* A pesquisa é uma das características únicas do ensino superior. No tipo de economia previsto pela Estratégia de Transformação Económica de Cabo Verde, a capacidade de acesso ao conhecimento global, de avaliar a sua relevância, de aplicá-lo na resolução de problemas locais, e de gerar novos conhecimentos locais será essencial para o sucesso desta estratégia. É também uma exigência para uma educação pós-graduada de boa qualidade. Em ambos os casos, este é o papel da pesquisa.

31. Actualmente, a capacidade de pesquisa local em Cabo Verde é praticamente inexistente. A política de investigação nacional ainda não está devidamente formulada. O financiamento da investigação é modesto, a pesquisa é o resultado da iniciativa individual em vez de iniciativas institucionais e os resultados da investigação são, portanto, insuficientes.

32. A verba total do governo para a pesquisa no ensino superior corresponde ao montante previsto anualmente para a Uni-CV para esse fim. Em 2010, este montante foi de cerca de 123.500 US\$. Esses fundos foram usados para "estudos, pesquisas e desenvolvimento", onde desenvolvimento se refere a atividades de extensão universitária⁶⁰. Eles são destinados a projectos de pesquisa individuais do pessoal da universidade, 263 académicos e 360 estudantes de pós-graduação. Um candidato obtém fundos de pesquisa através da apresentação de uma proposta de pesquisa ao seu departamento académico. Se aprovada, a decisão é comunicada ao gabinete do Reitor para a confirmação formal e a alocação de recursos. De acordo com os estatutos da Uni-CV, as decisões relativas ao financiamento da investigação devem ser feitas pelo Conselho Científico da universidade, mas o Conselho ainda não foi constituído porque a universidade não tem o número necessário de doutorados para poder formar este corpo. Por razões semelhantes, políticas institucionais e critérios formais para a atribuição de fundos de pesquisa não foram ainda estabelecidos.

33. Ao reflectir sobre o futuro desenvolvimento das capacidades de investigação relevantes em Cabo Verde, o especialista brasileiro do ensino superior Simon Schwartzman observa que uma pesquisa, hoje, é entendida como incluindo "links e cooperação entre universidades, instituições públicas de pesquisa, indústrias e governo, em sistemas de inovação complexos e abrangentes". Nesse contexto, ele sugere:

A implicação para Cabo Verde, dada a sua dimensão e limitados recursos humanos e financeiros, é que ele deve ter cuidado para não investir em pesquisa científica, como tal, sem considerar suas finalidades e aplicações, e também deve evitar colocar recursos em pesquisa tecnológica e aplicada cara e projectos de desenvolvimento sem uma ideia clara de seus usuários e sustentabilidade a longo prazo. A melhor prática

⁶⁰ Estudos, investigação e desenvolvimento.

seria, à medida que o país se desenvolve, buscar oportunidades específicas, combinando o apoio do público, com recursos provenientes do sector privado e/ou cooperação internacional⁶¹.

34. Em suma, uma revisão dos indicadores de insumos disponíveis sugere que a qualidade do ensino superior em Cabo Verde é na melhor das hipóteses razoável. Mais importante ainda, existe um risco real de deterioração da qualidade nos próximos anos. Este risco deriva das contínuas pressões sociais e políticas para a expansão, a dificuldade em produzir corpo docente com as qualificações de pós-graduação (especialmente doutorados) compatível com a taxa de crescimento das matrículas, o crescente desafio da sustentabilidade financeira do ensino superior, e preocupações com a fraca qualidade dos diplomados do ensino secundário.

35. Como um pequeno Estado, pode ser útil a Cabo Verde procurar evitar as tentações de se esforçar para emular os sistemas do ensino superior de países de maior dimensão. Ao fazer isso, deve sempre manter as necessidades e prioridades locais como o principal critério para a tomada de decisões – em termos de tipos de instituições, tipos de programas académicos, o conteúdo e os objectivos dos cursos, e a construção de um perfil apropriado de investigação. O seguinte conselho dos pequenos estados da *Commonwealth of Learning* pode ser benéfico nesse sentido.

Caixa 2: Ensino Superior em Pequenos Estados

A Commonwealth of Learning está ajudar os pequenos Estados a inventar novos tipos de instituições pós-secundárias que forneçam educação local a um custo razoável. Para oferecer uma gama viável de programas universitários, os pequenos Estados devem reunir todos os elementos de um sistema moderno do ensino superior numa única instituição do ensino superior. Isto inclui:

- Todos os níveis e modalidades de estudo; a instituição não pode ser pequena e apenas para um número reduzido de estudantes a tempo inteiro.
- Os cursos devem ser apenas um elemento num currículo que inclui programas de formação técnico-profissional, certificados pré-universitários, cursos de graduação e cursos de desenvolvimento profissional compreendendo uma variedade de áreas.
- As cadeiras dos cursos devem caber em vários programas académicos, de modo a alcançar economias de escala.
- A instituição deve estar aberta a várias modalidades de estudo: tempo integral, tempo parcial, nas salas de aula e à distância - seja em casa ou em centros de estudo onde os programas podem ser acessados on-line.
- A instituição deve ter parcerias com diversas instituições no exterior, tanto públicas como privadas, que contribuam para o seu desenvolvimento curricular.

Fonte: Daniel, 2010.

O que pode contribuir para uma garantia de qualidade?

⁶¹ Schwartzman, Simon, 2011, p. 11.

36. A garantia de qualidade no ensino superior é um desafio particular nos pequenos Estados. Isto porque esses Estados frequentemente carecem de profissionais devidamente qualificados para realizar avaliações de qualidade e, nos métodos normalmente utilizados de revisão pelos pares, existe uma tendência de se evitar conflitos de interesse dentro de uma pequena comunidade académica. Por estas razões, devem ser tomados cuidados para evitar a importação dos sistemas de garantia da qualidade dos países de maior dimensão. Da mesma forma, a precaução é aconselhável para assegurar que a concepção de um sistema de garantia de qualidade não exceda as capacidades locais disponíveis para a sua implementação. Um sistema de garantia de qualidade excessivamente ambicioso não será eficaz.

37. O estilo de gestão que acompanha a implementação de sistemas de garantia de qualidade também pode condicionar as possibilidades de sucesso. *A Commonwealth of Learning* adverte que:

"Políticas sólidas de garantia de qualidade frequentemente não conseguiram ser aplicadas devido à forma como foram concebidas. Geralmente, as abordagens de cima para baixo (*top down*) no desenvolvimento de políticas não são eficazes, porque as pessoas encarregues da sua implementação consideram-nas como imposição da gestão, em vez de auto-aperfeiçoamento de instrumentos. Igualmente ruins são políticas de garantia de qualidade excessivamente complicadas que são difíceis de interpretar e implementar, pois elas não fornecem a orientação claras dos seus propósitos⁶²".

38. Em Cabo Verde, várias circunstâncias combinaram para redobrar a atenção em relação à garantia da qualidade no ensino superior. A preparação duvidosa dos diplomados do ensino secundário que ingressam no ensino superior, a proliferação de instituições privadas, e o uso crescente de professores com o nível de licenciatura levantam preocupações com a qualidade do ensino. Em resposta, várias acções políticas fragmentadas foram tomadas. A primeira foi a adopção em 2007 da legislação que regula o sector do ensino superior privado⁶³. A seguinte foi o estabelecimento do "Conselho de Qualidade", um órgão consultivo, composto por eminentes académicos, no âmbito da legislação do ensino superior aprovada em 2009⁶⁴. Outra medida foi autorizar a criação de uma entidade independente para "regulamentar, credenciar e avaliar o ensino superior", em meados de 2010⁶⁵. A mais recente foi a organização de avaliações externas, realizadas por uma equipa de académicos Portugueses e Cabo-verdianos da diáspora, das duas instituições privadas do ensino superior mais antigas do país (A Uni-Piaget e o Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça, recentemente rebaptizado Universidade do Mindelo)⁶⁶. O exercício foi

⁶² Commonwealth of Learning. 2010. *Quality Assurance Toolkit for Open Schools*. Vancouver: Commonwealth of Learning, p. 13. Extraído de <http://www.col.org/PublicationDocuments/pubQAOSToolkit.pdf>

⁶³ Decreto Lei 17/2007 sobre o Ensino Superior Particular e Cooperativo.

⁶⁴ Lei Orgânica do Ministério da Educação e Ensino Superior, decreto-lei no. 46/2009.

⁶⁵ Lei das Bases do Sistema Educativo 2010. Está a ser preparada uma legislação particular para a criação desta entidade.

⁶⁶ St. Aubyn et al. 2010.

baseado na abordagem geralmente utilizada de um quadro institucional de auto-avaliação seguida por uma análise externa.

39. Os relatórios destas duas avaliações destacam várias deficiências comuns: a falta de pessoal qualificado, bibliotecas e recursos laboratoriais insuficientes, pouca atenção aos *soft skills* e aprendizagem aplicada no currículo, pouca actividade de pesquisa, elevadas taxas de abandono, devido principalmente a razões económicas, e a não operacionalidade dos conselhos consultivos para o diálogo com as partes interessadas. De particular relevância aqui é a constatação de que ambas as instituições têm procedimentos internos de controle de qualidade pouco desenvolvidos.

40. *Políticas, programas e procedimentos para garantia da qualidade interna.* Dizer que as instituições têm procedimentos de monitoramento de qualidade pouco desenvolvidos não significa que elas não têm nenhum. A Uni-Piaget aproveita a sua participação na rede internacional da Piaget para ter especialistas na revisão dos conteúdos de seus cursos e na organização do seu currículo. A qualidade do ensino é monitorada através de relatórios semestrais apresentados por instrutores (que a revisão externa observou que não estavam a ser devidamente utilizados) e através de inquéritos periódicos aos estudantes (cujos resultados supostamente não são partilhados com os alunos). Além disso, a maioria das instituições mantém parcerias activas com universidades estrangeiras, que incluem visitas do pessoal académico para ajudar a reforçar as áreas disciplinares mais fracas do ensino. Mas esses arranjos também têm as suas deficiências, nomeadamente a questionável relevância do conteúdo dos cursos em alguns casos e professores "para-quedas" que fazem breves visitas de ensino intensivo, mas contribuem pouco no aconselhamento do estudante, na pesquisa ou no comité académico.

41. *Concepção e revisão curricular.* Actualmente, consta que o currículo, pelo menos na Uni-CV, ainda não está totalmente estabilizada. Vários exercícios de revisão curricular têm sido realizados no contexto de uma certa urgência em lançar novos cursos que apoiem a estratégia económica nacional do Governo anunciada recentemente. Além disso, a introdução na Uni-CV, de 28 de licenciaturas e, particularmente, de 22 programas de mestrado nos seus cinco anos de existência levanta questões sobre a amplitude *versus* profundidade dos seus currículos. Na maioria das instituições do ensino superior, o currículo é em grande parte importado de Portugal e é adoptado sem qualquer revisão sistemática da sua relevância para as necessidades de Cabo Verde. Poder-se-ia pensar muito mais na questão de "que tipo de pós-graduação precisa Cabo Verde"? Em alguns casos, o currículo é incoerente porque o pessoal devidamente qualificado não está disponível para ensinar alguns cursos, em tais casos, a solução tem sido muitas vezes simplesmente eliminar esses cursos. Isso faz com que os currículos sejam estruturalmente deficientes.

42. Uma iniciativa importante recente da Uni-CV é a criação dos cursos pós-secundários curtos, que procuram responder mais directamente às necessidades sentidas no

mercado de trabalho⁶⁷. Tudo começou com quatro cursos em 2008, tendo sido oferecida uma dúzia em 2010/2011, com cerca de 1.000 alunos registados⁶⁸. Em meados de 2010, o Reitor da Uni-CV partilhou com a equipa deste estudo o seu desejo progressivo de "profissionalizar" todos os cursos universitários, imbuindo-os de elementos profissionalizantes e uma orientação para a resolução de problemas. Esta experiência é discutida no Capítulo 5.

43. Em suma, ainda há muito que fazer a fim de estabelecer um mecanismo de garantia de qualidade viável para o sistema do ensino superior de Cabo Verde. Entre os problemas que merecem atenção destacam-se⁶⁹:

- ♣ A ausência de análise das necessidades do mercado de trabalho e do desempenho dos diplomados nas decisões relativas à abertura e reconhecimento de novos programas académicos.
- ♣ A ausência de um programa periódico de acreditação.
- ♣ A ausência de avaliações periódicas institucionais ou de auto-auditorias.
- ♣ A falta de clareza a respeito do processo de autorização e do reconhecimento definitivo das instituições privadas.

O que é recomendado?

44. *É necessária uma forte intervenção na formação do pessoal docente.* Em geral, as qualificações académicas dos docentes são baixas e continuarão a declinar, globalmente, à medida que as matrículas continuarem a crescer mais rapidamente do que a capacidade de produção de novos académicos qualificados. Uma iniciativa vigorosa, beneficiando docentes quer em instituições públicas quer privadas, é necessária para permitir que o pessoal qualificado possa acompanhar o ritmo de crescimento das matrículas, especialmente nas áreas prioritárias do desenvolvimento económico de Cabo Verde.

45. *O acesso das universidades privadas à rede informática do governo ajudaria a melhorar a formação dos diplomados.* A estratégia de desenvolvimento nacional actual enfatiza a expansão de capacidades para gerir tecnologias de informação e de comunicação. Estas são competências que a nação exige de todos os formandos, não apenas daqueles da universidade pública. O país estaria bem servido se os estudantes das instituições privadas pudessem aprimorar as suas competências de internet, acessando a excelente rede informática do governo hoje apenas disponível para as instituições públicas.

46. *Um mecanismo é necessário para a actualização contínua dos conteúdos dos cursos, em resposta ao conhecimento em constante mudança.* Isto resolveria o desafio do desenvolvimento e da manutenção da relevância curricular. O saber internacional,

⁶⁷ Cursos de Estudos Superiores Profissionalizantes (CESP).

⁶⁸ Balanço de Actividades 2010, Direcção de Serviços Académicos, Uni-CV.

⁶⁹ Dos Santos, Ana Cristina. 2010. *Mise en place d'un système d'assurance qualité externe dans un petit pays : le cas du Cap-Vert*. Paris: Institut international pour la planification de l'éducation, p. 73.

especialmente em algumas áreas científicas, está a evoluir rapidamente e esforços regulares para se manter a par dessa evolução do saber global são necessários se Cabo Verde quiser desenvolver os recursos humanos qualificados necessários para promover uma economia competitiva internacionalmente.

47. *Os instrumentos de salvaguarda da qualidade da educação vão ajudar a proteger os investimentos públicos e privados no ensino superior.* O governo já está a tomar medidas para estabelecer estruturas de garantia de qualidade e de acreditação. Esta recomendação serve apenas para reforçar essa intenção. A recente proliferação do número de instituições e programas académicos sugere que esta é uma iniciativa muito oportuna. No entanto, as abordagens de garantia de qualidade funcionam melhor quando elas fazem bom uso de revisões e avaliações cooperativas - inclusivê por instituições parceiras internacionais, contam com o uso de incentivos positivos, e evite acções que tendem a provocar ressentimentos. A formação de profissionais locais conhecedores da garantia de uma educação de qualidade do ensino superior será um passo importante no início deste processo.

48. *Dever-se-ia dar um tempo para que os programas existentes de mestrado na Uni-CV se consolidem e amadureçam antes que novos programas sejam criados.* Nos cinco anos da sua existência, a Uni-CV abriu 28 cursos de graduação (licenciatura), iniciou uma dezena de cursos de ciclo curto (CESP), e também iniciou 22 cursos de pós-graduação. Esta expansão académica é extraordinariamente rápida numa universidade jovem e inexperiente. A continuação desta expansão só irá aumentar o risco de expansão desproporcional, dada a escassez de pessoal docente qualificado para o ensino de pós-graduação, e reduzir a qualidade do ensino. Os recursos limitados disponíveis na Uni-CV podem ser melhor utilizados no reforço da qualidade dos programas académicos já existentes em vez de prosseguir a expansão possivelmente imprudente de cursos de pós-graduação.

49. *Uma política de investigação nacional e um mecanismo para o financiamento da pesquisa são necessários para dar início à capacitação em matéria de investigação.* Este é um esforço que deve começar de forma modesta, por exemplo aprendendo com um parceiro internacional experiente, e deve envolver os usuários dos resultados da investigação na sua estrutura de gestão. Mas deve ir além da única universidade pública para também incluir as universidades privadas, e deve abranger não somente as universidades mas também institutos de pesquisa públicos, empresas privadas, e organizações não-governamentais. É somente através do fomento de tais redes de investigação horizontal que um sistema nacional de inovação poderá ser desenvolvido⁷⁰. Baseado nas boas práticas internacionais, o financiamento da investigação deve ser: (i) decidido numa base competitiva; (ii) avaliado através de um processo de revisão pelos pares, que envolve especialistas nacionais reconhecidos; e (iii) baseado em critérios transparentes e publicamente anunciados.

⁷⁰ Para leitura complementar sobre sistemas de inovação nacional, ver: Nelson, R. (ed.), 1993, *National Innovation Systems: A Comparative Analysis*, New York: Oxford University Press; and Gibbons, Michael, 1998, "Higher Education Relevance in the 21st Century", Human Development Network, World Bank, Washington, D.C.

50. *Uma associação das universidades melhoraria a coordenação do programa, a colaboração institucional e de todo o sistema de planeamento.* Instituições concorrentes muitas vezes podem beneficiar de esforços colaborativos que aumentem a qualidade e a relevância dos esforços de todos. Por exemplo, informações sobre o mercado de trabalho podem ser partilhados, as ofertas de formação para a não-duplicação dos cursos podem ser trabalhadas em conjunto, as necessidades de políticas podem ser discutidas colectivamente, e programas conjuntos de pós-graduação podem ser desenvolvidos. É possível que o estabelecimento de uma associação das universidades privadas seja um primeiro passo necessário para a criação de uma associação nacional das universidades.

CAPÍTULO 5: RELEVÂNCIA DO ENSINO SUPERIOR

O que é a relevância na educação?

1. Quando um país investe no ensino superior, ele espera razoavelmente que os futuros licenciados sejam capazes de adquirir conhecimentos e competências que contribuam para o desenvolvimento económico e social e se tornem cidadãos responsáveis plenamente conscientes dos seus papéis e responsabilidades na sociedade. Os indivíduos que procuram o ensino superior, numa perspectiva de auto-interesse, também esperam retornos sob a forma de empregos bem remunerados, capacidade de contribuir para o seu país e as suas comunidades, e mesmo prestígio. Se a relevância significa "adequação à finalidade", então o propósito da educação superior pode ser visto de forma muito diferente pelo governo e pelos estudantes.

2. Estas expectativas só serão alcançadas se as instituições do ensino superior forem bem sucedidas na organização das suas ofertas de educação de uma forma que permita uma correspondência entre os objectivos da sociedade e as necessidades do mercado de trabalho com o conhecimento e as competências ensinadas aos alunos. Embora um ensino relevante por si só não seja garantia de emprego ou de auto-satisfação após a formação, pode aumentar substancialmente a empregabilidade e as perspectivas de sucesso.

3. Em muitos países, o alto desemprego no seio dos diplomados é atribuído à irrelevância do ensino superior. A crítica é que, na maioria das vezes, as instituições do ensino superior não estão a transmitir aos alunos os conhecimentos e as competências certas para que possam entrar no mercado de trabalho e terem um bom desempenho. Este é um problema em muitos países Africanos.

4. Então, o que significa relevância do ensino superior? A noção tem evoluído ao longo do tempo à medida que as sociedades foram passando por diversas fases conceptuais. Houve um tempo em que a relevância do ensino era sinónimo de alta qualidade da educação. Tenha um ensino de boa qualidade e o seu ensino será relevante. Esse não é mais o caso. O novo paradigma da relevância do ensino superior é aquele em que as universidades devem servir a sociedade, principalmente através do apoio à economia, e promover a qualidade de vida dos seus cidadãos:

"Embora seja verdade que as universidades ainda mantêm o seu papel como "a consciência da sociedade", a função crítica das universidades tem-se deslocado a favor de um papel mais pragmático em termos de fornecimento de mão de obra qualificada e a produção de conhecimento... não só a educação no século 21 tem que se tornar mais relevante, mas também a sua relevância será julgada principalmente em termos dos resultados e da contribuição do ensino superior para o desempenho económico nacional, e através dele, para a melhoria da qualidade de vida⁷¹".

⁷¹ Gibbons, Michael. 1998. *Higher Education Relevance in the 21st Century*. Estudo encomendado pelo Banco Mundial para a Conferência da UNESCO sobre o Ensino Superior, Washington, D.C: World Bank, p. 1.

5. Neste ponto, estamos diante de uma questão fundamental: dado o curso das transformações económicas e sociais na sociedade Cabo-verdeana, quais as competências necessárias para apoiar o desenvolvimento económico e promover uma vida melhor para os seus cidadãos, e em que medida são as instituições do ensino superior actualmente capazes de fornecer essas competências?

6. Não há uma resposta simples para a pergunta e diferentes abordagens podem ser consideradas. Uma abordagem seria a de avaliar a actual distribuição dos alunos do ensino superior entre os diferentes perfis académicos (ciências humanas, gestão, ciências, engenharia, etc) e comparar esses números com os desafios explícitos e implícitos de desenvolvimento e as áreas estratégicas para o país. As áreas estratégicas são aquelas absolutamente críticas para o desenvolvimento do país, ancoradas no próprio programa do Governo. Uma outra abordagem seria a de olhar para o padrão actual do mercado de trabalho em termos de procura e compará-lo com a oferta de licenciados. Este capítulo tenta responder a estas perguntas usando as duas abordagens.

Quais são os sectores económicos prioritários?

7. As Grandes Opções do Plano (2006), uma visão de longo prazo das perspectivas de desenvolvimento Cabo Verde, afirma que "a formação de recursos humanos deve levar em conta as tendências do perfil sócio-económico do país, já que a qualidade da educação científica e tecnológica torna-se cada vez mais uma condição para o desenvolvimento e uma nova vantagem comparativa entre países e regiões". Por outro lado, o Plano defende a educação e a formação que "pode ser sensível às necessidades de mudança do sector produtivo. O desenvolvimento de aspectos tecnológicos, especialmente nas áreas de novas tecnologias de informação e comunicação, é condição indispensável para alcançar o desenvolvimento económico sustentado"(página 22).

8. A agenda do governo para a actual legislatura (2011-2016) menciona que os cursos a oferecer nas instituições do ensino superior devem estar alinhados com as prioridades de desenvolvimento, e devem ser capazes de contribuir para alcançar pelo menos dois dos sete pilares estratégicos do programa do governo, ou seja, a construção de uma sociedade dinâmica, competitiva e inovadora com a prosperidade partilhada por todos, juntamente com a formação de recursos humanos e a geração de conhecimento para o crescimento económico (página 8).

9. Como parte da sua agenda de transformação, Cabo Verde identificou quatro grupos de atividades económicas que poderiam, presumivelmente, trazer mais dinamismo à economia e vinculá-la mais fortemente aos mercados globais. O "*Cluster do Mar*", utilizando um porto de águas profundas existentes e a localização geográfica do país, deverá tornar a cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente, num grande centro de pesca, de operações de afretamento marítimo, e de pesquisa oceanográfica para a região da África. O "*Cluster do Céu*" seria baseado na ilha de Sal, transformando-a num um centro de manutenção de aeronaves das linhas aéreas internacionais. Os outros dois *clusters económicos* visam prosseguir oportunidades de terciarização, respectivamente, em Tecnologias de Informação e Comunicação e em Serviços Financeiros.

10. A política do governo considera que existe uma diferença radical entre Cabo Verde de hoje e Cabo Verde de há dez anos. O governo acredita que o país está a mudar rapidamente e que, apesar de circunstâncias difíceis, está a fazer progressos em todas as frentes. As realizações têm sido substanciais e visíveis, e o país deve agora procurar melhorar a sua capacidade para competir no mercado global, acelerando o processo de transformação económica e de modernização. Espera-se que o sucesso nesta estratégia levará à continuação de um crescimento económico robusto e ao desenvolvimento humano e a uma nova redução substancial da pobreza e do desemprego.

Que tipo de diplomados as instituições do ensino superior estão a fornecer?

11. Há, aparentemente, um excesso de oferta de alguns cursos. Em 2009-2010, registou-se um total de 104 ofertas de cursos diferentes entre os graus de bacharel, o chamado "grau de complemento para licenciatura"⁷², e a licenciatura. A Universidade de Cabo Verde é responsável por 43 por cento desses cursos. A Universidade Jean Piaget conta 15 por cento dos cursos (todos a nível de licenciatura). Portanto, as duas maiores universidades, juntas, respondem por quase 60 por cento de todos os cursos universitários⁷³. Os 42 por cento restantes da oferta de cursos distribuem-se entre as sete outras instituições do ensino superior da seguinte forma⁷⁴:

- Universidade de Santiago com 11,5 por cento da oferta total de cursos (12 cursos de licenciatura);
- Instituto Superior Isidoro da Graça, com 9,6 por cento (10 cursos de licenciatura);
- Universidade Lusófona de Cabo Verde, com 6,7 por cento (3 cursos de Bacharelato e quatro cursos de licenciatura);
- Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais, com 4,8 por cento (2 cursos de complemento para a licenciatura, e três cursos de licenciatura);
- Universidade Intercontinental de Cabo Verde, com 4,8 por cento (5 cursos de licenciatura)
- Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, com 1,9 por cento (2 cursos de licenciatura), e
- Escola Internacional da Arte, com 1,9 por cento (2 cursos de licenciatura).

12. *Dois terços dos estudantes estavam inscritos em estudos de ciências humanas e sociais.* As ofertas de cursos podem ser agrupadas em sete categorias temáticas:

- Economia, gestão, administração e contabilidade (22 cursos);
- Construção e geografia (8 cursos);
- Química, matemática e física (6 cursos);
- Línguas e literatura (7 cursos);
- Ciências humanas e sociais (25 cursos);
- Ciências da saúde (15 cursos);
- Automação, engenharia e electrónica (16 cursos).

⁷² Estes são cursos de curta duração oferecidos a indivíduos com estudos superiores incompletos de modo a poderem obter o grau de licenciatura.

⁷³ A Uni-CV oferece 12 diferentes graus de bacharel; 8 cursos de complemento para licenciatura e 25 cursos de licenciaturas.

⁷⁴ Olavo Delgado, "A inserção dos diplomados Cabo-verdianos no mercado de trabalho", Junho 2011.

13. A análise das ofertas de cursos do ensino superior em Cabo Verde mostra uma concentração da oferta nas ciências sociais e humanas, nomeadamente, direito, educação, psicologia, sociologia, antropologia, literatura, história e ciências sociais, entre outros. Aproximadamente um terço dos estudantes do ensino superior em Cabo Verde estão matriculados em disciplinas de ciência, tecnologia e engenharia, e os restantes estão nas ciências sociais e humanas. Esta tendência é particularmente acentuada no seio das instituições privadas onde 80 por cento dos estudantes estão inscritos em ciências sociais e humanas⁷⁵.

14. *Existem diferenças evidentes na distribuição de ofertas de cursos por área entre as universidades.* Algumas universidades têm uma identidade académica claramente definida. Este é, por exemplo, o caso do ISCEE, especializado em economia e gestão. Da mesma forma, o ISCJS concentra-se em direito, relações internacionais e ciência política. Entre as instituições não-especializadas, a Uni-CV e a Uni-Piaget têm a percentagem mais elevada de cursos de ciência e tecnologia (26 por cento e 28 por cento, respectivamente, em 2009).

15. *É evidente que os padrões actuais das matrículas não estão alinhados com os objectivos explícitos de desenvolvimento de Cabo Verde.* Olhando para a produção de diplomados no país nos últimos anos, observa-se um padrão consistente de excesso de licenciados em humanidades e áreas sociais. Cerca de 73 por cento dos diplomados da Uni-Mindelo e 58 por cento dos diplomados da Uni-Piaget vieram das ciências humanas e sociais. Em geral, um em cada dois licenciados em Cabo Verde estudou humanidades ou ciências sociais. Isto não inclui uma proporção adicional de 24 por cento que recebeu os seus diplomas em gestão. Não há uma fórmula mágica para avaliar a proporção correcta de diplomados para atender às necessidades da economia de um país. Mas a proporção relativamente grande de diplomados em ciências sociais pode não ser compatível com as competências necessárias para o país para a prossecução dos objectivos económicos estratégicos descritos acima.

16. *Licenciados para exportação?* Um ponto recorrente nas discussões sobre a relevância do ensino superior em Cabo Verde é a ideia de "exportar" os formandos para outros países. Essa ideia, embora não esteja ainda bem formada, já pode ser encontrada no discurso de algumas autoridades públicas e de dirigentes universitários. E se uma parte dos diplomados não forem absorvidos no mercado nacional, e forem incentivados a deixar o país para aproveitar oportunidades de emprego no estrangeiro --- uma espécie de fuga de cérebros induzida?

17. Alguns países têm estruturado os seus sistemas de ensino com os mercados de mão-de-obra estrangeira em mente. O melhor exemplo são as escolas de enfermagem nas Filipinas que foram muito bem sucedidas em colocar milhares de enfermeiros no ocidente, especialmente nos Estados Unidos. No entanto, a maioria destas escolas são instituições privadas, onde o ensino é em Inglês e os manuais escolares utilizados são os mesmos dos EUA, a fim de permitir que os alunos passem facilmente os exames de admissão ao exercício de medicina. Estratégias similares de "exportação de enfermeiras" podem ser encontradas na África do Sul (para a Europa e a América do Norte) e no Malawi (para a África do Sul). Um exemplo diferente são as escolas

⁷⁵ Borges, 2012, *op. cit.*

privadas de medicina em vários países das Caraíbas que acolhem principalmente estudantes norte-americanos que não conseguiram admissão nas escolas de medicina dos EUA. Após a formação, esses alunos, em seguida, candidatam-se a programas de residência médica nos EUA e voltam para os EUA e entram no mercado do trabalho.

18. É importante ressaltar que os Cabo-verdianos possuem uma velha tradição de emigração desde os tempos coloniais. Houve um momento em que viviam mais Cabo-verdianos no exterior do que em Cabo Verde. Hoje praticamente toda a família Cabo-verdeana tem um membro na emigração. Mais de um século de emigração criou uma diáspora Cabo-verdiana em cerca de 25 países da Europa, África e Américas, sendo Portugal, a Holanda, os Estados Unidos e a França os destinos mais importantes. Este padrão de emigração abrandou um pouco recentemente, principalmente devido às políticas restritivas de imigração na Europa e nos Estados Unidos. O Banco Mundial estima que existam cerca de 193 mil emigrantes Cabo-verdianos, ou 38 por cento da população, que dois terços das pessoas com formação superior tendem a emigrar, e que as remessas de emigrantes contribuem quase para 10 por cento do PIB do país⁷⁶.

19. Uma característica notável da migração em Cabo Verde é que inclui um grande número de pessoas com níveis elevados de educação. Uma análise econométrica detalhada com base em inquéritos específicos e em dados internacionais mostra que 16,8 por cento dos Cabo-verdianos residentes no exterior têm diploma universitário. A análise estimou também que a proporção de imigrantes com formação superior que regressa ao país é de 6 por cento. As estimativas também demonstram que a possibilidade de emigração para um titular de diploma do ensino secundário é de 27,2 por cento, e para o titular de um diploma universitário ou mais, é de 24,7 por cento. Estes dados são consistentes com os 25,2 por cento dos Cabo-verdianos residentes no exterior⁷⁷. Estes resultados são também consistentes com a constatação do Banco Mundial de que o número de Cabo-verdianos com formação superior que vivem no exterior corresponde a 67,5 por cento⁷⁸ da população do país com qualificações semelhantes⁷⁹. As conclusões deste estudo são muito importantes para as políticas do ensino superior em Cabo Verde:

"Nossos resultados não apontam que a fuga de cérebros seja um problema tão sério como tradicionalmente se pensa. Na verdade, este trabalho conclui que a emigração em Cabo Verde parece ter significativamente incentivado a acumulação do capital humano. De uma maneira geral, os nossos resultados indicam que a emigração contribuiu em quase 40 por cento para explicar a proporção de diplomados universitários na população activa Cabo-verdiana. O principal canal através do qual este efeito funciona parece ser nem as remessas dos emigrantes nem o regresso de quadros, mas os ganhos educacionais associados à possibilidade de emigração futura. As nossas estimativas sugerem que um aumento na probabilidade de emigração de um indivíduo em 1 por cento aumenta a probabilidade de este indivíduo completar o ensino secundário em 1,9 por cento. As evidências obtidas neste estudo devem levar os responsáveis políticos tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento a não concentrar os seus esforços na restrição dos fluxos migratórios das pessoas educadas. Não são apenas os países prováveis de destino que beneficiam da entrada destes imigrantes qualificados, como é relativamente consensual, mas esses fluxos também podem ser benéficos para os países de origem como Cabo Verde. Na verdade, embora sejam necessários mais estudos acerca de países com emigração de pessoas com formação para tornar mais

⁷⁶ Migration and Remittances Factbook 2011, World Bank, Washington, D.C., p. 87.

⁷⁷ Batista, Lacuesta, and Vicente 2007, tables 6 and 7, p. 34 and 38.

⁷⁸ Isto não significa que 67.5 por cento dos emigrantes têm formação superior.

⁷⁹ World Bank 2010; Docquier, Schiff, and World Bank, 2009; Docquier, Marfouk, and World Bank, 2004.

consistente nosso argumento, para este caso, pelo menos, manter as portas dos países ricos abertas à imigração de pessoas com formação parece ser uma “forma eficaz de ajuda externa”.

20. Globalmente, o país não deve investir dinheiro público e subsidiar a expansão do ensino superior em áreas para as quais não há procura nacional. Mas não há razão para limitar a expansão de matrículas em áreas com pouca procura, se for feito com recursos privados. O apoio para a realização de estudos no exterior é uma forma importante de acesso a novos conhecimentos e tecnologias, e deve, portanto, ser mantido- mas somente quando o estudante tem alta probabilidade de regressar ao país, seja devido a um contrato de trabalho existente ou porque há uma procura claramente identificada para as suas futuras competências. Se isso não for feito, as políticas restritivas (como aquelas que exigem aos bolseiros que tenham ficado no exterior a reembolsar os custos da sua formação) raramente funcionam. A política mais eficaz para Cabo Verde seria a de reconhecer que o país tem de competir para talentos com o resto do mundo, e por isso deve estar preparado para oferecer incentivos comparáveis para reter ou repatriar seus recursos humanos mais capazes.

O que é que as tendências do mercado de trabalho nos estão a dizer?

21. Uma vez que o governo pretende reestruturar a sua economia em torno dos pólos de crescimento potencial identificados, ele está ciente de que uma implicação dessa estratégia é a necessidade de uma melhor formação de mais trabalhadores altamente qualificados⁸⁰. Hoje, no entanto, a pirâmide de competências do país apresenta relativamente poucos técnicos de nível médio. Embora o sistema do ensino secundário inclua uma via técnica, apenas 9 por cento dos estudantes optam por segui-la. O resto aspira, talvez exageradamente, à formação universitária. Uma outra preocupação está associada à taxa global de desemprego de 18 por cento e a cerca de 70 por cento da força de trabalho que se estima estar no sector informal.

22. Outra forma de avaliar a relevância das competências e conhecimentos fornecidos pelas instituições do ensino superior é através da lente de oportunidades do emprego para os seus diplomados. Em Cabo Verde a escassez de emprego em áreas que exigem competências é um problema agudo. O desemprego tem sido historicamente alto (21 por cento em 2007, 14 por cento em 2010), mesmo em tempos de crescimento económico acelerado. E o desemprego é geralmente mais elevado no seio dos grupos relativamente mais bem educados⁸¹.

23. *O desemprego entre os diplomados do ensino superior é relativamente alto em Cabo Verde.* Os dados do Inquérito Semestral ao Emprego (ISE) fornecem algumas pistas sobre o problema. A taxa de desemprego dos licenciados aumentou de 13,4 por cento em 2006 para 21,8 por cento em 2008. Enquanto a taxa de desemprego dos homens

⁸⁰ A estratégia actual enfatiza o turismo, a pesca e o processamento, serviços de transporte marítimo, serviços financeiros, e terciarização de tecnologias de informação como áreas prioritárias para investimento.

⁸¹ World Bank, 2010. Cape Verde: Initial Assessment of the Formal Labor Market.

aumentou em média 6,8 por cento, o das mulheres aumentou 10,6 por cento (Tabela 12)⁸².

Tabela 12: Taxa de Desemprego da População de 15 Anos e Mais, 2006 e 2008

Nível de instrução	2006			2008			Diferença 2006 - 2008		
	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total
Pré-escolar	NA	NA	NA	20.1	1.5	7.6	NA	NA	NA
Alfabetização	18.1	23.4	21.5	6.8	16.1	12.9	-11.3	-7.3	-8.6
Ensino Básico	12.8	22.8	17.1	10.3	20.7	15.1	-2.5	-2.1	-2.0
Ensino Secundário	18.8	31.7	25.1	20.7	30.8	25.4	1.9	-0.9	0.3
Ensino Pós-Secundário	7.4	14.8	11.3	11.3	15.2	13.5	3.9	0.4	2.1
Ensino Superior	8.9	18.6	13.4	15.7	29.2	21.8	6.8	10.6	8.5
Não Responderam	6.6	12.4	8.3	9.6	17.6	13.1	3.0	5.2	4.8
TOTAL	14.4	25.5	19.5	14.2	24.0	18.8	-0.1	-1.5	-0.6
<i>N. de desempregados pós-secundário</i>			262			300			38
<i>N. de desempregados ensino superior</i>			880			1377			497

Fonte: IEFP/INE. ISE, 2008.

24. Dados mais recentes indicam uma redução substancial do desemprego a nível nacional para 11 por cento (uma redução de 7 por cento em relação a 2008)⁸³. No entanto, o desemprego no seio dos diplomados do ensino superior durante o mesmo período (17 por cento) ainda está acima da média nacional, embora isto represente uma redução de 5,2 por cento em comparação com 2008.

25. A compreensão do problema do desemprego em Cabo Verde em geral, e do desemprego dos licenciados em particular, exigirá um melhor conhecimento de ambas a realidade e das condições do mercado de trabalho em termos de absorção e de integração de jovens diplomados, bem como medidas políticas que favoreçam a inclusão dos diplomados, especialmente os do sexo feminino.

26. Uma primeira tentativa de compreender a dinâmica do desemprego no país foi recentemente realizada pelo Banco Mundial⁸⁴. Enfatizando a natureza provisória das suas conclusões, o estudo sugere que o desemprego pode ser devido em menor grau a distorções da oferta, e talvez mais aos ajustes do lado da procura de uma economia em transição, que inevitavelmente gera um grau de "agitação" no mercado de trabalho. Mas se o problema, em última análise, reside na incompatibilidade de competências entre as previstas pelo sistema de ensino e as exigidas pelo mercado de trabalho, ou na quantidade de trabalhadores qualificados disponíveis para os sectores de crescimento mais dinâmico, é claro que mais atenção deve ser

⁸² Fonte: IEFP / INE. ISE 2008.

⁸³ INE: Resultados do Recenseamento 2010.

⁸⁴ World Bank, 2010. *Cape Verde: Initial Assessment of the Formal Labor Market*. Africa Region, Financial and Private Sector Development. First Draft (May 25).

dada a todos os aspectos do desenvolvimento de competências no sistema educativo - e não apenas ao seu segmento técnico-profissional.

27. *Desemprego dos diplomados*: Um inquérito junto de 60 recém-licenciados da Uni-Piaget e da Uni-CV foi realizado como parte deste estudo na tentativa de lançar mais luz sobre o tema do desemprego entre os licenciados⁸⁵. A pesquisa procurou registar a situação do emprego dos entrevistados, e quanto tempo levaram a encontrar um emprego. As conclusões são as seguintes:

- *Existe um desemprego relativamente elevado entre os licenciados, com uma taxa preocupante entre os licenciados em ciências humanas e sociais*. Entre os entrevistados, 15 graduados (25 por cento) ainda estavam desempregados. Quase todos os desempregados eram titulares de um diploma em ciências humanas ou sociais, sugerindo que poderá haver um excesso de oferta desses graus no mercado. 31 por cento dos entrevistados diplomados da Uni-CV e 19 por cento dos diplomados da Uni-Piaget eram desempregados. As tabelas 13 e 14 abaixo ilustram a situação do emprego por sexo e universidade para aquela amostra. No entanto, o pequeno tamanho da amostra limita a confiança com que estas conclusões possam ser aceites.

- *O desemprego é maior entre os diplomados do sexo feminino*. Há mais diplomados do sexo feminino desempregados do que os do sexo masculino (numa proporção de 2 para 1). Esta proporção está alinhada com o padrão de desemprego prevalecente em Cabo Verde. Em termos de *alma mater* dos desempregados, há um equilíbrio entre as duas instituições para o sexo masculino, mas a Uni-CV tem uma maior proporção de desempregados do sexo feminino (Tabela 13).

Tabela 13: Instituição de Formação / Estatuto de Emprego

Sexo		Estatuto de Emprego (%)			Total
		Empregado	Desempregado	Estagiário	
Maculino:	UNI-CV	6	4	--	10
	<i>% Total</i>	<i>30.0</i>	<i>20.0</i>	<i>--</i>	<i>50.0</i>
	UNI-PIAGET	9	1	--	10
	<i>% Total</i>	<i>45.0</i>	<i>5.0</i>	<i>--</i>	<i>50.0</i>
	Total	15	5	--	20
	<i>% Total</i>	<i>75.0</i>	<i>25.0</i>	<i>--</i>	<i>100.0</i>
Feminino:	UNI-CV	13	5	1	19
	<i>% Total</i>	<i>32.5</i>	<i>12.5</i>	<i>2.5</i>	<i>47.5</i>
	UNI-PIAGET	15	5	1	21
	<i>% Total</i>	<i>37.5</i>	<i>12.5</i>	<i>2.5</i>	<i>52.5</i>
	Total	28	10	2	40
	<i>% Total</i>	<i>70.0</i>	<i>25.0</i>	<i>5.0</i>	<i>100.0</i>
Total:	UNI-CV	19	9	1	29

⁸⁵ 53 por cento dos entrevistados formaram-se na Uni-Piaget e 47 por cento na Uni-CV.

	<i>% Total</i>	31.7	15.0	1.7	48.3
UNI-PIAGET		24	6	1	31
	<i>% Total</i>	40.0	10.0	1.7	51.7
Total		43	15	2	60
	<i>% Total</i>	71.7	25.0	3.3	100.0

Fonte: Inquérito Apoiado pelo Banco Mundial a 60 diplomados, 2011.

Tabela 14: Área de Formação /Estatuto do Emprego

Área de Formação	Estatuto do Emprego			Total
	Empregado	Desempregado	Estagiário	
Educação pré-escolar	5	4	0	9
Economia/gestão	8	0	0	8
Psicologia	3	4	0	7
Psicologia das organizações	4	2	0	6
Informática	5	0	0	5
Ciências da comunicação	2	0	1	3
Serviços sociais	1	0	0	1
Ciências da educação	0	1	0	1
História	1	1	0	2
Francês	0	1	0	1
Mecânica/electrónica	1	0	0	1
Geografia	1	0	0	1
Novas tecnologias de informação	1	0	0	1
Planificação de transporte	2	0	0	2
Sociologia	7	1	0	8
Contabilidade e administração	1	0	0	1
Ciências económicas	1	0	0	1
Auditoria	0	0	1	1
Matemática aplicada	0	1	0	1
Total:	43	15	2	60

Fonte: Inquérito Apoiado pelo Banco Mundial a 60 diplomados, 2011.

28. Estes dados sugerem que as universidades em Cabo Verde poderão ter de pensar em como ajustar a sua combinação de cursos, no esforço para se tornarem mais relevantes. A relação actual de de 2 para 1 nas matrículas entre humanidades/ciências sociais por uma lado, e ciências e tecnologia por outro, terá de ser ajustada num futuro próximo. Para as universidades, isso significaria reduzir gradualmente as vagas em ciências sociais, aumentando ao mesmo tempo as vagas em ciências e tecnologias. Mas este objectivo pode ser difícil de alcançar a curto prazo, porque vai depender da disponibilidade de pessoal académico competente na área das ciências e tecnologia, e a disponibilidade de laboratórios e de equipamentos geralmente necessários para este tipo de formação – ambos actualmente escassos. As universidades privadas poderão não estar dispostas a reduzir as suas vagas actuais em ciências sociais e cursos de humanidades,

enquanto houver uma procura dos alunos nesses cursos. Como resultado, parte de qualquer estratégia bem sucedida de re-equilíbrio terá de ter um componente de sensibilização pública em relação às possibilidades esperadas de obter um emprego no final da formação.

29. As seguintes idéias são propostas para consideração do governo. Primeiro, dever-se-á fornecer informação aos futuros candidatos ao ensino superior sobre a empregabilidade dos diplomados nas diferentes áreas, a fim de ajudá-los a fazer boas escolhas de carreira. Em segundo lugar (conforme discutido no capítulo sobre a qualidade), o governo tem um instrumento poderoso nas mãos – as bolsas de estudo - que poderão ser utilizados para "orientar" a procura para as suas áreas prioritárias.

O que é que se aprendeu a partir deste inquérito dos recém-formados?

30. *Em média são necessários 18 meses para se encontrar um emprego.* O inquérito constatou que os jovens licenciados enfrentam dificuldades consideráveis para encontrar um emprego. Em média, precisam de 18 meses após a formação para encontrar um emprego. Concretamente, cerca de 23 por cento dos diplomados inquiridos encontraram emprego 12 meses após a formação; 12 por cento 18 meses após a formação, e 13 por cento 24 meses após a formação. Embora quase metade dos diplomados conseguiram um emprego na sua área de formação, um em cada três está a trabalhar numa área diferente. Estes dados são propensos a dupla interpretação. Ou as áreas de formação dos diplomados estão saturadas, ou os graduados têm competências flexíveis suficientes para se adaptar a áreas diferentes das da sua formação.

31. *Cerca de um terço dos diplomados do ensino superior não estão satisfeitos com a formação recebida.* Cerca de 35 por cento dizem que não estão satisfeitos com a sua formação e apontam o desemprego, a demora em encontrar um emprego, e, finalmente, o emprego numa área diferente da da sua formação como os principais motivos para essa insatisfação. Por outro lado, cerca de 33 por cento consideram a sua formação boa a partir da perspectiva do emprego, porque foram capazes de conseguir um emprego um ano após a sua formação, e 31 por cento consideraram a sua formação razoavelmente boa. No entanto, quando interrogados sobre se recomendariam suas instituições para outros estudantes, a maioria disse que sim, e apenas 17 por cento disse que não. Para a maioria dos diplomados entrevistados, as suas instituições são boas, mas têm margem para melhorias, particularmente em termos de instalações físicas, bibliotecas, melhor currículo e burocracia mais reduzida.

32. *As percepções dos empregadores sobre os diplomados.* O estudo também analisou as perspectivas dos empregadores relativamente à preparação para o emprego dos diplomados. Aqui três perguntas foram feitas: (i) quais são as competências críticas exigidas pelos empregadores? (ii) qual é a opinião dos empregadores sobre a responsabilidade das universidades em fornecer essas competências? e (iii) o que é que os empregadores sugerem para melhorar a empregabilidade dos diplomados? Oito empresas públicas e privadas foram inquiridas⁸⁶. Todas as instituições inquiridas declararam que têm vindo a fornecer oportunidades de emprego a

⁸⁶ São eles: o Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento de Recursos Humanos, a empresa Tecnical Indústria, Empresa Afrosndagem, Instituto de Emprego e Formação Profissional, Ministério do Turismo, Indústria e Energia, Polícia Nacional, e a Empresa Nacional de Segurança Aérea.

jovens licenciados, no âmbito do programa de estágio profissional, e que têm absorvido alguns de seus estagiários. Infelizmente, o "congelamento" em curso no recrutamento de funcionários públicos limita a possibilidade de emprego para jovens licenciados na administração pública. Com relação às competências necessárias para uma inserção mais rápida no mercado de trabalho, os empregadores recomendam, além de boas competências profissionais nas respectivas áreas de formação, competências social e pessoais. Eles acrescentam que os jovens licenciados são geralmente capazes de se adaptar ao mercado de trabalho, embora a formação recebida possa ainda ser melhorada. Hoje as competências em matéria de comunicação, autonomia profissional, e uma capacidade para aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos são vistas como críticas. Eles recomendam às universidades que procurem adaptar melhor os seus currículos às necessidades do mercado de trabalho, que disponibilizem melhores bibliotecas e laboratórios que promovam a investigação, e melhorem as qualificações do seu pessoal académico. Por outro lado, sugerem técnicas pedagógicas que estimulem a iniciativa e o pensamento independente dos futuros diplomados, através da redução de aulas teóricas e de realização de mais seminários e conferências para debater questões específicas relevantes⁸⁷.

33. *Medidas do governo para aumentar a empregabilidade dos diplomados.* O governo está consciente das dificuldades da absorção dos diplomados no mercado de trabalho. Além das conhecidas e tradicionais abordagens de "redes sociais e de amizade" e de "concurso público para preenchimento de vagas", o governo criou três outros mecanismos para apoiar a absorção dos diplomados no mercado de trabalho, além de alguns incentivos fiscais para empresas que contratem jovens licenciados. Estes programas são: (i) o registo para a procura de emprego nos centros de emprego, (ii) um programa de estágios profissionais na administração pública, e (iii) um programa de bolsas de estudo para a qualificação e emprego. Esses programas têm promovido empregos adicionais para alguns diplomados, mas eles não são suficientes para reduzir significativamente o desemprego dos diplomados.

34. *Os programas de estágio na administração pública:* O governo é o principal empregador em Cabo Verde, e contrata uma ampla gama de profissões. Em 2009 o governo criou um programa de estágios na administração pública com o objectivo de proporcionar oportunidades de experiência em ambientes de trabalho real aos jovens com formação superior ou graus equivalentes a fim de facilitar e promover a sua integração na vida activa; articular e ajustar as saídas do sistema de educação e formação com oportunidades de emprego do governo; promover formação em novas competências a fim de reforçar a modernização dos serviços públicos; e difundir os princípios e valores das actividades da administração pública.

35. O programa é implementado pela Secretaria de Estado da Administração Pública. Até 2010 o programa beneficiou 104 jovens licenciados, dos quais 60 por cento (63) foram

⁸⁷ Na actual Estratégia de Parceria País, é feita referência no anexo 4 a uma pesquisa de 2006 de empregadores Cabo-verdianos feita pela Sociedade Financeira Internacional. Entre outras questões, a pesquisa perguntou aos entrevistados quais são os principais obstáculos ao desenvolvimento dos seus negócios. Os resultados são apresentados numa tabela, juntamente com comparações com outros países Africanos. Vale a pena notar que em Cabo Verde, apenas 4,5 por cento dos inquiridos achou a educação e qualificação dos seus trabalhadores como um dos principais entraves. 16 outros fatores foram classificados como restrições mais importantes do que a educação e as competências dos trabalhadores.

empregados no final do estágio. Dado o seu relativo sucesso, o programa está a ter uma crescente procura por parte dos jovens licenciados. Em 2011, dos 417 estagiários apenas 65 (15 por cento) foram contratados por instituições da administração pública (Ministérios e suas delegações, Conselhos Municipais, Institutos e Fundações). A fim de ampliar o programa, vale a pena considerar a sua extensão a outras categorias de empregadores, como as ONGs e o sector privado. A possível extensão do programa ao sector privado poderia ser feito através de um mecanismo de co-financiamento (*matching fund*), através do qual empresas privadas suportariam os custos das bolsas que o estagiário recebe, em troca de benefícios fiscais.

36. *Bolsa da Qualificação e Emprego*. Este programa visa permitir o registo on-line para oferta e procura de emprego. É, portanto, um sistema de informação que suporta o serviço de oferta e de procura de emprego.

37. *Registo de desempregados nos Centros Formação e Emprego*. Além disso, os Centros de Formação e Emprego⁸⁸ também desempenham um papel importante ao permitir que as pessoas em busca de emprego possam registar-se. Esses centros têm testemunhado um aumento substancial na procura do emprego em 2010 em relação aos anos precedentes, com 1.344 indivíduos registados, um aumento de 16 por cento em relação a 2009.

38. Os três mecanismos, que são parte integrante das chamadas medidas activas do emprego pelo governo, estão a dar uma contribuição para a empregabilidade dos jovens licenciados, mas claramente ainda são insuficientes para resolver a questão do emprego entre os diplomados do ensino superior em Cabo Verde.

39. O terceiro aspecto da pesquisa foi uma entrevista com a equipa de gestão da Universidade Jean Piaget, a fim de obter as suas percepções e opiniões sobre a relevância do ensino superior em Cabo Verde⁸⁹. Como instituição mais antiga do ensino superior no país, que já colocou no mercado mais de 500 diplomados, a Uni-Piaget pode certamente ter algo a dizer sobre esta questão. A entrevista centrou-se na questão das necessidades percebidas de mudança no currículo das universidades, a fim de melhorar a empregabilidade dos diplomados. A Uni-Piaget acredita que tem uma boa variedade de ofertas de cursos que atendem o seu público. No entanto, o que está acontecer na prática é a proliferação de instituições do ensino superior. A Uni-Piaget, de acordo com os seus porta-vozes, está preparar dois estudos a realizar num futuro próximo: um sobre a empregabilidade dos seus diplomados, e outro sobre o ensino superior e as preferências dos jovens. Ambos os estudos devem ser capazes de fornecer indicações para ajustar o currículo na instituição. Em certa medida, esta ideia destaca o problema de definir a "procura" do ensino superior de forma adequada. É a procura dos estudantes que podem ter expectativas irrealistas ou estarem mal informados, ou é a procura dos empregadores?

⁸⁸ Existem actualmente sete centros de Formação e Emprego em Cabo Verde. A sua missão principal é a de coordenar e promover cursos de formação profissional para os beneficiários em suas áreas de localização e desempenhar um papel de mediação entre a procura e a oferta de emprego.

⁸⁹ O inquérito também visava recolher entrevistas dos gestores da Uni-CV mas isso não foi possível.

40. A percepção actual entre os gestores da universidade, no entanto, é a de que em algumas áreas, como a informática e a engenharia civil, a empregabilidade é maior. Eles acham também que a formação em áreas tecnológicas e de ciências da saúde são potencialmente promissoras para o mercado de trabalho. A empregabilidade, argumentam, não é uma vocação primária dos educadores, mas é trabalho de outras instituições, apesar de dever sempre existir uma articulação com aqueles que fornecem os diplomados.

41. A Uni-Piaget adoptou um conjunto de medidas para melhorar a empregabilidade dos seus diplomados. Criou um Centro de Desenvolvimento Empresarial para estimular iniciativas de auto-emprego entre os diplomados e tem vindo a promover parcerias com diversas instituições públicas e privadas para a obtenção de estágios para os seus diplomados. O pessoal da universidade entende que políticas públicas mais adequadas são necessárias para estimular a inserção dos diplomados no mercado do trabalho, mas também reconhecem que a economia de Cabo Verde é pequena e não será capaz de absorver todos os diplomados qualificados num futuro previsível.

Profissionalização do ensino superior

42. *A organização da formação profissional em Cabo Verde.* A formação profissional é hoje uma prioridade na agenda das autoridades públicas em Cabo Verde, surgindo em paralelo com o ensino superior como a próxima fronteira do desafio de desenvolvimento educativo. À medida que o país desfruta dos benefícios da quase universalização do ensino básico, e está a testemunhar um crescimento respeitável de matrículas no ensino secundário, o foco em termos de prioridades está a deslocar-se para os sub-sistemas do ensino mais directamente ligados ao mercado de trabalho (nomeadamente, o ensino superior e o ensino técnico-profissional).

43. O governo, reconhecendo a importância da formação profissional, formulou uma visão de longo prazo para o sector, sob a forma de um documento estratégico conhecido como o Plano Estratégico de Formação Profissional (2007-2010). O Plano apresenta uma estratégia de longo prazo com base em seis pilares, ou prioridades, que são: (i) o desenvolvimento de um sistema integrado de educação / ensino profissional / emprego; (ii) a criação de um sistema nacional de qualificações e de competências profissionais; (iii) a prestação permanente de formação profissional inicial; (iv) o estímulo à formação profissional contínua com a participação de empresas privadas e de outros parceiros relevantes, (v) a criação de unidades de formação de gestores e de formadores de formação profissional, e (vi) a organização de um sistema integrado de informação estatística sobre o emprego e formação profissional.

44. A formação profissional em Cabo Verde está a passar por um processo de mudanças significativas destinadas a aumentar a oferta ao mesmo tempo que se monitora a qualidade e relevância, e ao estabelecimento dos fundamentos para o fortalecimento e o desenvolvimento institucional. Nesse sentido, têm sido desenvolvidos esforços para aumentar a produção de diplomados do ensino profissional. Os cursos de formação têm aumentado significativamente nos últimos anos. De 2006 a 2010, o número total de alunos do ensino profissional aumentou de 2.500 para 6.000.

45. As reformas em curso incluem: (i) a reformulação do papel e das responsabilidades do IIEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional), (ii) a reformulação do quadro jurídico do Fundo de Apoio à Formação Profissional (FFP), (iii) desenvolvimento do sistema nacional do emprego; e (iv) desenvolvimento de uma Estratégia Nacional do Emprego. O FFP, criado no final dos anos 90, ficou inactivo durante alguns anos devido à falta de fundos adequados e de estruturas organizacionais, antes de ser reactivado em Fevereiro de 2009⁹⁰. A reactivação do FFP é considerado crucial para aumentar a oferta dos cursos de formação profissional, por se tratar de um mecanismo através do qual os provedores de formação podem aceder a fundos e desenvolver actividades de formação, numa base competitiva.

46. *O papel do IIEFP.* A formação profissional em Cabo Verde é da responsabilidade do Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento de Recursos Humanos através do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IIEFP), uma agência independente ligada ao Ministério. O trabalho do IIEFP é baseado em várias normas legais que definem o seu papel e o quadro conceptual e institucional da formação profissional no país⁹¹.

47. *O Sistema Nacional de Qualificações.* Em 2010, um novo Quadro Nacional de Qualificações foi desenvolvido, guiado em parte pelo processo de Bolonha, que abrange a formação técnica do ensino secundário até a pós-graduação. O Sistema Nacional de Qualificações foi aprovado pelo Conselho de Ministros em 16 de Março de 2010. A principal tarefa é desenvolver o Quadro Nacional de Qualificações e o Catálogo Nacional de Qualificações, através da identificação de competências prioritárias e a correspondente certificação dos alunos. Este trabalho levou à identificação de 21 "famílias profissionais", das quais 11 são consideradas prioritárias. O Quadro Nacional de Qualificações categoriza a formação profissional em seis níveis diferentes, com os níveis 5 e 6 correspondentes aos graus de licenciatura e mestrado.

48. *A formação técnico-profissional no ensino superior.* O ensino superior técnico é uma experiência nova em Cabo Verde. O modelo do ensino superior técnico existe há muito tempo na Europa, quando algumas universidades, e particularmente os institutos politécnicos, decidiram adoptar formações técnicas de curto prazo mais orientadas para o mercado. A Uni-CV é a primeira e até hoje a única escola em Cabo Verde a testar esta abordagem. Em 2009 foi criado na Uni-CV, o DESP, ou Departamento de Ensino Superior Profissionalizante, para orientar e coordenar o desenvolvimento de seus cursos chamados CESP, ou Cursos de Ensino Superior Profissionalizantes.

49. Os cursos CESP são programas com a duração de 14 - 18 meses que visam colmatar a escassez de competências específicas⁹². Os módulos de formação são preparados com o envolvimento das empresas privadas a fim de levar em conta as necessidades críticas

⁹⁰ O Fundo foi reactivado com recursos do orçamento do governo, graças ao apoio orçamental Holandês para o sector da formação técnica e profissional.

⁹¹ O IIEFP desempenha um papel de supervisão dos Centros de Formação e Emprego. Neste momento, existem sete desses centros em todo o país, na Praia, Assomada, São Vicente, Fogo, Sal, Boavista e São Nicolau. As normas incluem os estatutos do IIEFP, os estatutos dos centros, e o estatuto dos formadores, etc.

⁹² Estes cursos profissionais de curta duração da Uni-CV ainda não são reconhecidos pelo Quadro Nacional de Qualificações.

identificadas, e evoluem em torno de três áreas complementares e interligadas: (i) a formação geral e científica, (ii) a capacitação tecnológica, e (iii) programa de estágio em empresas seleccionadas. Os cursos CESP são oferecidos actualmente nas ilhas de Santiago, São Vicente, Santo Antão e Fogo. Com 1.000 alunos matriculados, eles já respondem por 18 por cento das matrículas na Uni-CV.

50. *A decisão de profissionalizar o ensino superior parece ser acertada.* O objectivo é promover a empregabilidade dos diplomados, reduzindo a discrepância entre a procura e a oferta de competências no mercado. Os primeiros cursos abrangeram as áreas de gestão de obras de construção, manutenção de equipamentos hospitalares e hoteleiros, e contabilidade. A adesão do público é uma boa indicação da aceitação desses cursos. Os cursos inscrevem diplomados do ensino superior, titulares de diplomas de formação profissional de nível III e diplomados do ensino superior que desejem adquirir conhecimentos especializados em áreas específicas. Os formandos recebem um certificado de formação profissional equivalente ao nível IV. Ainda é cedo para avaliar a eficácia externa dos cursos, ou seja, em que medida os diplomados do CESP estão a ser absorvidos pelo mercado de trabalho.

51. *O modelo é um mecanismo custo-eficaz de melhorar a relevância do ensino superior.* Os cursos são desenvolvidos utilizando instalações e equipamentos dos Centros de Emprego e Formação do IEFP. O modelo modular é flexível, o facto de se permitir aos alunos a utilização dos créditos obtidos se decidirem prosseguir estudos do ensino superior de longa duração parece ser um factor atractivo para os alunos. É intenção da universidade estender os cursos para outras ilhas, como a Boavista e São Nicolau, a curto prazo. A intenção é de fazer com que os cursos CESP representem, eventualmente, metade das matrículas da universidade. O reitor da universidade explicou a sua ambição de progressivamente "profissionalizar" todos os cursos universitários, imbuindo-os de elementos profissionalizantes e de uma orientação para a resolução de problemas.

52. *O investimento em insumos, equipamentos e tecnologia é o principal desafio.* O trabalho está feito, mas dois principais desafios permanecem. Primeiro é a necessidade de equipar adequadamente os laboratórios de formação de modo a tornar os cursos muito mais profissionalizantes e não meramente teóricos. Até agora, nem todos os requisitos tecnológicos mínimos estão presentes, e isso é reconhecido pelas autoridades da Uni-CV. A melhoria do ambiente tecnológico para a formação vai exigir investimentos significativos. Se o país decidir abraçar e ampliar este modelo, a realização desses investimentos será um passo crucial.

53. *Os dirigentes da Uni-CV vêem o CESP como uma iniciativa promissora.* É importante descobrir estratégias de sustentabilidade a longo prazo. Além do investimento em capital necessário, parte dos custos operacionais é actualmente financiado pelo FFP, o que reduz os custos para o aluno. Não está claro se esses cursos ainda serão acessíveis e atractivo para os alunos quando o subsídio deixar de existir.

Que lições podemos tirar desta análise?

54. *O governo tem uma visão e objectivos estratégicos claros para o futuro desenvolvimento de Cabo Verde.* No entanto, grande parte dos esforços educativos realizados no ensino superior

não parece ser consistente com a visão estratégica do país. Dois terços dos estudantes universitários estão matriculados em ciências humanas e sociais.

55. *A análise confirma uma taxa de desemprego relativamente elevada entre os licenciados em Cabo Verde, bem acima do nível nacional.* Um em cada quatro dos entrevistados no nosso inquérito estava desempregado. O desemprego entre os licenciados também tem um "rosto feminino", o que significa que os diplomados do sexo feminino enfrentam mais dificuldades em encontrar emprego. Isso será um preconceito de género?

56. O desemprego é elevado nas áreas humanitárias e de ciências sociais, sugerindo haver provavelmente um excesso de oferta de diplomados nessas áreas. Os cursos CESP parecem ser orientados pela procura, mas ainda é cedo para avaliar a empregabilidade e o nível de satisfação dos diplomados. Além disso, se o governo decidir aumentar a escala dos cursos CESP, como foi explicitamente declarado pelos líderes da Uni-CV, então um claro esforço de investimento será necessário em termos de laboratórios e equipamentos, e de professores com competências adequadas, e o currículo deverá ser preparado e adaptado em consulta com os empregadores e o sector privado, a fim de evitar que se torne naturalmente mais teórico do que prático. Além disso, uma clara estratégia de sustentabilidade financeira deve ser delineada para quando os cursos CESP deixarem de ser subsidiados.

O que é recomendado?

57. É importante que o país reposicione as suas ofertas de ensino superior para mediar a tensão entre expectativas individuais dos estudantes universitários, as oportunidades do mercado do emprego e os objectivos nacionais de desenvolvimento económico. Isto pode ser feito através de uma política clara de bolsas de estudo que promova uma melhor distribuição dos alunos entre as diferentes áreas de estudos.

58. Há uma necessidade urgente de desenvolver um Plano Estratégico para o Ensino Superior que, entre outras coisas, defina claramente a visão do país, as expectativas e prioridades de longo prazo, bem como um plano de acção de médio prazo para o desenvolvimento de um ensino superior sustentável e de alta qualidade em Cabo Verde.

59. Os programas actuais do governo para promover a empregabilidade dos diplomados devem ser prosseguidos e melhorados. O programa de estágio na administração pública poderia ser alargada a outras entidades não-governamentais, tais como empresas do sector privado e ONGs, com uma exigência de partilha de custos por parte dessas entidades em troca de benefícios fiscais.

60. *Há uma necessidade de melhorar a colecta de dados e de realizar análises sobre o ensino superior.* A coleta de dados no ensino superior em Cabo Verde é um exercício moroso. Embora isso possa ser compreensível à luz do tempo de vida limitado das universidades, este é o momento para se pensar numa instituição central que poderia, eventualmente, coordenar a recolha de dados e centralizar a sua análise. Hoje, os dados estão dispersos numa longa lista de instituições (universidades, direcção do ensino superior, departamentos do ministério da

educação, ministério da administração pública, IEFP, etc.). Uma estrutura única e centralizada ajudaria a realizar políticas do ensino superior mais informadas no futuro.

CAPÍTULO 6: FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR

1. As autoridades públicas em Cabo Verde estão preocupadas com o financiamento futuro do seu sistema do ensino superior. Elas percebem que as actuais modalidades de financiamento podem não ser sustentáveis para a expansão e o futuro desenvolvimento do ensino pós-secundário. Por causa da distribuição desigual de rendimentos no país, à medida que as inscrições no ensino superior crescem, é muito provável que os novos alunos que entram no sistema tenham cada vez menos meios para pagar propinas. Com efeito, este é um problema político: os cidadãos querem ter acesso ao ensino superior, e esperam que o governo lhes conceda as bolsas de estudo necessárias para que isso aconteça. Além dos custos adicionais com bolsas, a expansão do ensino superior irá exigir investimentos adicionais para se recrutar e manter o pessoal, adquirir recursos educativos e instalações físicas indispensáveis para uma educação de boa qualidade. Será possível continuar a aumentar as contribuições financeiras públicas com o aumento do número de estudantes nos próximos anos?

2. Este capítulo analisa o financiamento do ensino superior em Cabo Verde. Ele começa por analisar as fontes de receita e a alocação do orçamento do governo e outros recursos. Em seguida, analisa os gastos, incluindo os custos do programa de bolsas de estudo para os estudantes universitários públicos e privados. Com base nessa informação, vários possíveis cenários futuros são construídos e algumas projecções são feitas a fim de avaliar a sustentabilidade financeira do ensino superior em Cabo Verde nos próximos anos. O capítulo termina oferecendo algumas reflexões e recomendações que possam ser úteis na formulação e implementação de políticas e programas do ensino superior.

Donde vêm as receitas?

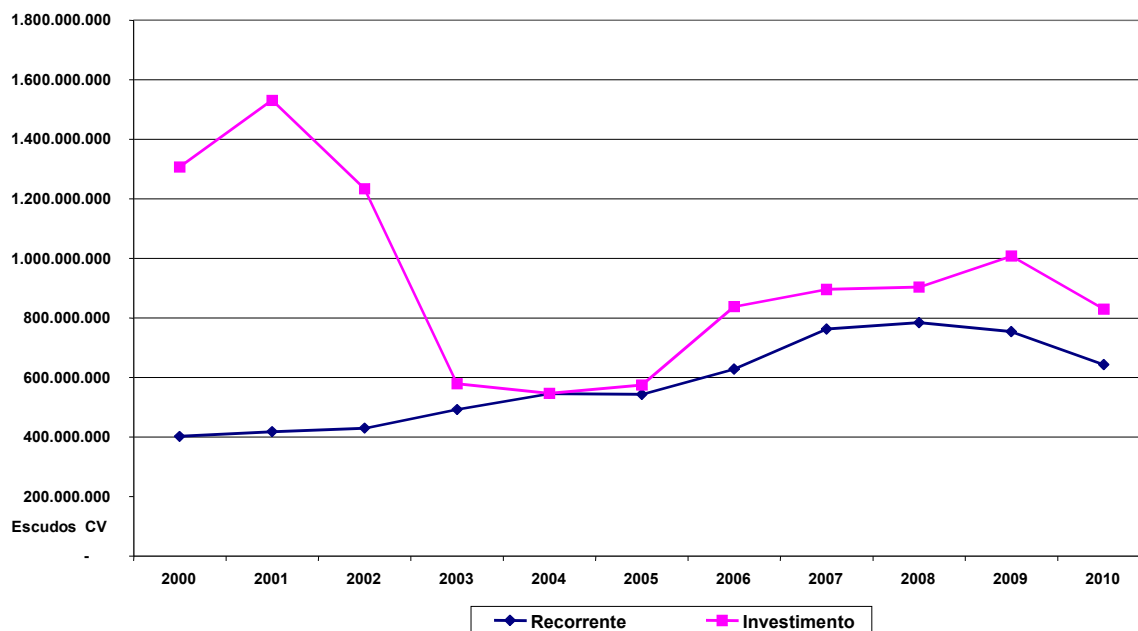
Os fundos do governo

3. *O orçamento de funcionamento cresceu entre 2000 e 2010.* O orçamento recorrente para o sub-sector ensino superior cresceu 60 por cento entre 2000 e 2010 (Figura 1). No entanto, os aumentos médios anuais não foram consistentes, mostrando anos com valores negativos (entre 2004 e 2005 e entre 2008, 2009 e 2010), assim como anos com forte crescimento (16 por cento de crescimento entre 2002 e 2003, e 21 por cento entre 2006 e 2007).

4. *O orçamento de investimento oscilou consideravelmente ao longo do mesmo período.* O orçamento de investimento diminuiu abruptamente entre 2000 e 2002, aumentando apenas modestamente nos anos subsequentes. O aumento observado a partir de 2006 corresponde à criação da Uni-CV (incluindo a reabilitação dos edifícios administrativos, e a construção do campus em 2007 e 2008). As oscilações entre 2000 e 2002 podem ser devidas à diminuição de recursos orçamentais, ou talvez à falta de mecanismos estáveis para a orçamentação das

actividades das instituições do ensino superior, bem como às variações no volume de apoio social aos estudantes⁹³.

Figura 1: Despesas Públicas no Ensino Superior, Funcionamento e Investimento, 2000 to 2010



Fonte: Anuário Estatístico da Educação e Direcção Geral do Ensino Superior e Ciência.

5. *A alocação pública ao ensino superior manteve-se relativamente alta sem desviar recursos do ensino básico e secundário.* Em Cabo Verde, o financiamento do ensino superior como proporção do PIB foi de 0,8 por cento em 2009. Esta proporção é mais elevada do que na maioria dos outros países Africanos (0,6 por cento), embora seja inferior à média dos países da OCDE (1,2 por cento). Mas, quando considerada como uma parte da despesa total do sector da educação, o ensino superior recebe muito menos - 14 por cento - do que os 20 por cento médio observado entre os países Africanos. Este padrão de financiamento sugere que o financiamento público ao ensino superior, embora robusto, não subtraiu recursos ao ensino básico secundário.

6. *O crescimento das matrículas excedeu o crescimento das receitas públicas.* Entre 2004 e 2010, o número total de estudantes do ensino superior mais do que triplicou, mas o total dos recursos alocados ao ensino superior público cresceu apenas em metade. Esta evolução irregular é semelhante ao que aconteceu em todo o continente Africano, durante os últimos 15 anos, onde o número de estudantes universitários triplicou (de 2,7 milhões em 1991 para 9,3 milhões em 2006), enquanto o financiamento para o ensino superior quase duplicou (Banco Mundial, 2010).

⁹³ A categoria "Despesas de investimento" no ensino superior em Cabo Verde abrange não apenas as despesas em infra-estruturas, construções, máquinas e equipamentos, mas também diferentes formas de apoio social aos estudantes.

Propinas

7. A aplicação de propinas nos estabelecimentos do ensino superior tem precedentes bem enraizados em Cabo Verde. Isso contrasta com o que se verifica em muitas outras nações Africanas onde as políticas iniciais do ensino superior público gratuito passaram a ser consideradas como um direito do cidadão. Consequentemente, quando o crescimento das matrículas superou a capacidade do governo para financiar essa expansão, a introdução de propinas tornou-se altamente controversa. Felizmente, Cabo Verde teve a clarividência para evitar este problema.

8. Com base nas informações fornecidas pelas diversas instituições em Cabo Verde, um aumento moderado nos níveis das propinas ocorreu nos últimos anos. Nomeadamente, as diferenças entre as taxas mínima e máxima cobradas (que depende de se o curso requer um trabalho de laboratório ou outros recursos especiais de ensino), e entre os diferentes níveis de estudos de graduação, são mínimas. Os valores anuais das propinas para os cursos de licenciatura variam entre 108.000 CVE (US\$ 1.400) na Uni-CV e 220.000 CVE (US\$ 2.850) na Universidade Intercontinental.

9. Quando se compararm os níveis das propinas na Uni-CV com os das instituições privadas, observam-se diferenças significativas (Tabela 15). As propinas na Universidade Intercontinental (UNICA), especializada em ciências da saúde, são 67 por cento mais elevadas que as da Uni-CV. Os níveis das propinas das outras instituições privadas variam entre 14 a 64 por cento superior em relação à Uni-CV. Embora parte dessa diferença possa ser imputada ao custo mais elevado de instrução em determinadas disciplinas (por exemplo, ciências da saúde), a maior parte da diferença pode ser atribuída ao subsídio do governo à Uni-CV, cujo efeito é a redução das propinas cobradas aos alunos desta universidade.

Tabela 15: Valor Anual das Propinas por Nível de Estudo, 2009/2010 (Escudos CV)

	Bacharelato		Licenciatura		Mestrado	Doutoramento
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo		
Universidade Jean Piaget	190,344	228,660		190,344		213,216
Universidade do Mindelo				150,000	415,000	208,000
Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais			192,000	204,000		
Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais			160,000	180,000		
Universidade Lusófona		150,000		150,000		
Universidade Intercontinental			198,000	220,000		
Universidade de Cabo Verde		72,000	108,000	132,000	180,000	216,000
Universidade de Santiago			168,000	216,000		

Fonte: Instituições individuais e DGESC.

Bolsas de estudo

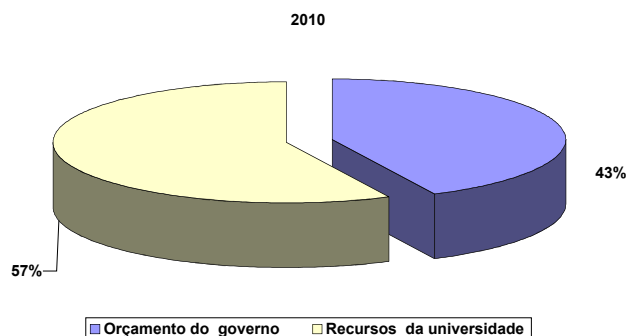
10. Em muitos casos, o sistema do ensino superior Cabo-verdiano recebe receitas de propinas sob forma de bolsas e assistência financeira de emergência do governo aos estudantes universitários. Algumas dessas bolsas, como o programa de bolsas FAEF do Ministério do Ensino Superior ascendem a 117.438.823 CVE (1,525 milhões de dólares), e está incluído no orçamento do sector da educação. No entanto, bolsas de estudo adicionais e assistência de emergência também são disponibilizados por outros ministérios e pelos governos municipais. O valor anual estimado desta assistência é de 311.839.413 CVE (4.050 mil dólares). Na Uni-CV, por exemplo, 80 por cento da parcela de 43 por cento do seu orçamento que é considerada "receita da universidade" é financiada por bolsas de estudo do governo. Como resultado, a Uni-CV é muito mais dependente do financiamento do governo do que parece à primeira vista.

Receitas da Universidade de Cabo Verde

11. Em 2009, as receitas totais da Universidade de Cabo Verde atingiram 502.045.666 CVE. O governo contribuiu com 57 por cento deste montante (250.126.530 CVE) e os restantes 43 por cento vieram de receitas próprias da universidade (Figura 2). As propinas constituíram a maior parte das receitas próprias, representando 92 por cento e 94 por cento, respectivamente, das receitas próprias da universidade em 2009 e 2010. No entanto, a universidade não foi capaz de coletar 139.392.991 CVE devidos pelos estudantes. Em 2009 as propinas não colectadas representaram 22 por cento do orçamento total de 641.438.657 CVE da Uni-CV. Em 2010, o problema ocorreu novamente, mas foi menos grave. Cerca de 8 por cento das mensalidades, no valor de aproximadamente 52.729.752 CVE, não foram colectadas. Este montante representa uma queda significativa e é financeiramente desestabilizador para as receitas da universidade. Dado que os estudantes devem receber aulas e os professores têm que ser recrutados para esse efeito, presume-se que o reequilíbrio orçamental tenha sido encontrado através de corte das dotações para apoio as professores, manutenção, etc - acções que são susceptíveis de ter consequências negativas para a qualidade do ensino.

12. *A Uni-CV relata que tem enfrentado dificuldades em obter o pagamento dessas dívidas.* A grande maioria dos devedores eram estudantes que não receberam bolsas de estudo, ou a quem tinham sido atribuídos apoios financeiros pelas câmaras municipais. Como resultado do aumento da pressão por parte da administração da universidade, a situação tende a melhorar. No entanto, vários gestores de instituições do ensino superior privadas levantaram a questão das propinas não pagas pelos aluno como uma situação que provoca graves problemas financeiros às suas instituições.

Figura 2 :Uni-CV: Orçamento de Funcionamento por Fonte de Financiamento



Fonte: Uni-CV.

As possíveis contribuições da diáspora

13. O estudo não conseguiu colectar informações sobre a contribuição da diáspora Cabo-verdeana para o ensino superior. As autoridades cabo-verdianas, no entanto, reportam que doações financeiras dos emigrantes apoiam individualmente muitos estudantes do ensino superior. Isso geralmente ocorre através de uma rede singular e aparentemente eficaz de solidariedade individual. Claramente, existe uma atitude muito favorável em relação ao ensino superior por parte da diáspora Cabo-verdeana.

14. Por esta razão, a organização de campanhas de angariação de fundos entre os emigrantes para apoiar os estudos universitários em Cabo Verde pode ser uma forma interessante de aumentar as receitas disponíveis para apoiar o sistema do ensino superior. Da mesma forma, persuadir os emigrantes bem sucedidos no exterior a patrocinarem um estudante e contribuir para o projecto orientados para a angariação de fundos (por exemplo, melhorias da biblioteca da Uni-CV) poderia trazer dividendos para o sistema. Esta possibilidade é destacada num recente relatório do Banco Mundial (2011) que afirma:

"Além das vantagens financeiras também existem benefícios intangíveis - e a melhor maneira de os programas de ligação da diáspora tirarem vantagem desses benefícios é envolvendo a comunidade emigrante na escolha e na concepção dos projectos a serem financiados. Na verdade, como sublinham muitos especialistas, qualquer tentativa do governo de envolver a sua diáspora deve ser levada a cabo com a própria diáspora - evitando as armadilhas de políticas de identidade, definindo claramente os resultados esperados, conhecendo e ouvindo a comunidade emigrante, e reforçando a confiança através da prestação de contas. Sem dúvida, a diáspora tem o potencial de contribuir não apenas com financiamento. Existe também o capital humano, que pode ser aproveitado através da transferência de conhecimentos da diáspora para o país de origem através de colaboração, formação e apoio."

15. Uma iniciativa lançada no passado pela Universidade de Cabo Verde chamada "*Uni-CV Friends*" manifesta-se interessante e seria interessante avalia-lá numa perspectiva do seu revigoramento. Através da iniciativa, a Uni-CV busca mobilizar "patrocinadores" para apoiar os custos da educação de estudantes universitários. Esta iniciativa não provocou uma forte adesão inicial, mas poderia ser retomada com algumas modificações, uma vez que possui um enorme potencial.

Como é utilizado o financiamento?

16. *As despesas públicas no ensino superior como percentagem do PIB diminuíram entre 2000 e 2009.* A despesa pública total do ensino superior, incluindo as despesas correntes e de investimento, variou significativamente entre 2000 e 2009 (Tabela 16). Medido em termos do PIB, as despesas públicas no ensino superior começaram a ser relativamente elevadas, de 2,2 por cento do PIB em 2000, diminuiu para 0,7 por cento, e terminou a década em 0,8 por cento do PIB em 2009. Esta tendência descendente é apropriada e é o resultado provável de um maior apoio financeiro público para o ensino básico e secundário durante o período, enquanto o país se esforçava para alcançar a escolarização primária universal e expandir significativamente o ensino secundário. Grande parte da variação se deve especificamente a mudanças no orçamento de investimento, que foi sempre um pouco "irregular" devido à presença ou ausência de projectos de construção.

17. Em 2000, o orçamento do ensino superior representava 24,1 por cento do orçamento do sector da educação, mas desceu para 8,6 por cento em 2005, e fechou a década próximo dos 14 por cento. Nesse ano, 75 por cento das despesas da educação beneficiaram o ensino básico e secundário. Os restantes 11 por cento foram distribuídos entre a educação pré-escolar, educação de adultos e o ensino técnico-profissional.

18. Esta tendência no financiamento público do ensino superior é diferente do padrão observado em outros países Africanos e outras regiões do mundo, onde as despesas com o ensino superior em relação ao PIB, ou em relação ao orçamento da educação em geral, estabilizaram ou aumentaram. Deve-se notar, no entanto, que 2,2 por cento do PIB para as despesas do ensino superior é relativamente muito alta. Em comparação, por exemplo, os países da OCDE gastaram uma média de 1,2 por cento do PIB no ensino superior em 2006.

Tabela 16: Despesas Públicas no Ensino Superior como Percentagem do PIB e do Total das Despesas da Educação (preços correntes)

	Despesa Pública no Ensino Superior			PIB	Despesas do Ensino Superior como % do PIB	Despesa Total do Sector da Educação	Ensino Superior como % do Sector da Educação
	Corrente	Investimento	Total				
2000	401,446,550	905,577,043	1,307,023,592	64,538,572,373	2.0	5,422,084,832	24.1
2001	417,378,128	1,113,768,803	1,531,146,931	69,380,278,314	2.2	5,763,805,807	26.6
2002	429,206,361	804,473,599	1,233,679,960	72,758,121,098	1.7	5,542,831,487	22.3
2003	491,966,110	86,516,451	578,482,561	79,526,731,602	0.7	5,607,839,866	10.3
2004	545,492,171	1,123,172	546,615,343	82,086,487,581	0.7	5,840,915,277	9.4
2005	542,816,912	31,867,566	574,684,478	86,185,374,340	0.7	6,649,671,089	8.6

2006	627,827,455	209,810,763	837,638,218	97,384,274,923	0.9	6,414,438,798	13.1
2007	762,208,285	133,014,932	895,223,217	107,252,020,656	0.8	6,589,680,244	13.6
2008	783,977,481	119,498,744	903,476,225	121,303,322,386	0.7	6,789,320,417	13.3
2009	753,852,658	253,663,193	1,007,515,851	125,496,605,535	0.8	7,213,763,161	14.0

Fonte: Anuário Estatístico da Educação e dados da DGESC.

19. No que diz respeito às despesas de investimento, a oscilação é muito forte ao longo da década. Diferenças acentuadas ocorreram entre o início dos anos 2000 e os anos 2004 e 2005 com a conclusão do grande projecto de renovação do campus na cidade da Praia. Nos últimos anos, os custos de investimento aumentaram, mas foram pouco estáveis. É importante notar que as despesas de investimento em Cabo Verde incluem não só as despesas de investimento padrão (por exemplo, infra-estrutura, construções, máquinas e equipamentos), mas também os gastos com assistência social para os alunos (ou seja, bolsas e auxílios)⁹⁴.

20. *As despesas públicas por aluno no ensino superior têm vindo a diminuir.* Desde 2003/2004, a despesa por aluno tem estado continuamente em declínio. Enquanto que as despesas públicas por aluno diminuíram 55 por cento entre 2004 e 2010, as inscrições dos alunos aumentaram 234 por cento. Isto sugere que as famílias e os indivíduos, muitas vezes com o auxílio de bolsas de estudo do governo, estarão a suportar cada vez mais os custos do ensino superior. Considerando que as despesas públicas por aluno em 2004 foi de 180,045 CVE (US\$ 2.351), em 2010 esse número tinha caído para menos da metade a preços correntes, ou seja para 81.755 CVE (US\$ 1, 068)⁹⁵. Deste montante, as despesas correntes por aluno foram de 63.326 CVE (US\$ 827) e as despesas de investimento por aluno foram de 18.429 CVE (US\$ 241).

21. Apesar de uma redução dessa magnitude poder ser visto positivamente como um ganho na relação custo-eficácia, ela também pode ser visto negativamente como uma diminuição implícita na qualidade do ensino. Quando combinado com o crescente número de matrículas, uma redução nos recursos gastos por aluno pode levar a sérios problemas de qualidade, tais como salas de aula sobrelotadas, falta de laboratórios e de bibliotecas adequadas, limitações de pessoal e salários mais baixos, os quais têm um impacto negativo na qualidade. O Banco Mundial atesta (Banco Mundial 2010, p. 22):

Os governos e as instituições em toda a África têm implementado diversas políticas destinadas a reduzir custos, incluindo o congelamento do recrutamento e de salários do pessoal docente, redução das ajudas sociais e de bolsas de estudo, eliminação das despesas com manuais e equipamentos e renúncia a atividades básicas de manutenção e de reparação.

⁹⁴ Além dos estudantes universitários matriculados em Cabo Verde, muitos outros estão a estudar no exterior. Em 2009/2010 o número total de estudantes no exterior foi estimado em 6.000. No entanto, apenas cerca de 10 por cento destes eram apoiados por bolsas do governo (ou seja, 636 alunos em 2010/2011).

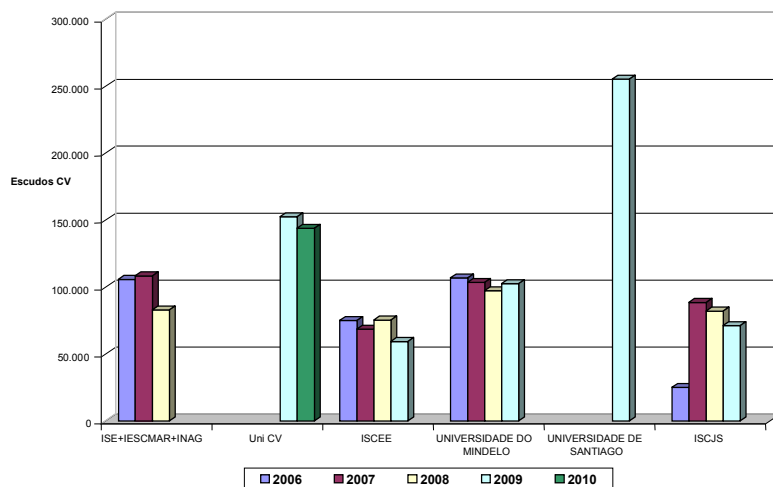
⁹⁵ Teria sido menos a preços constantes.

22. Embora a despesa pública por aluno em Cabo Verde seja relativamente baixa em termos de padrões internacionais, não deixa de representar uma proporção elevada em relação ao PIB per capita do país. O rácio despesa por aluno PIB per capita em Cabo Verde foi de 49 por cento em 2009. Em comparação, esse rácio situava-se em 42 por cento na Jamaica, 36 por cento na Costa Rica, 27 por cento em Portugal, e 25 por cento nos países da OCDE. Dado que os países em desenvolvimento devem equipar as suas universidades com equipamentos especializados, computadores, livros e revistas científicas, e que estes devem ser adquiridos nos mercados internacionais, e em certa medida, também devem competir no mercado de trabalho global para atrair e reter professores com o nível de doutoramento, a despesa por estudante é determinada em parte pelos preços de mercado internacional, enquanto o PIB per capita é moldado mais pelos mercados locais. Como resultado, os custos do ensino superior são afectados por taxas de câmbio, bem como por factores de mercado global. Consequentemente, se há uma diminuição do PIB per capita, o custo por aluno do ensino superior em relação ao PIB per capita tende a ser mais caro.

23. *Despesas por aluno nas instituições de ensino superior entre 2006 e 2010.* As despesas por aluno variam sensivelmente entre as universidades, com a Uni-CV e a Universidade de Santiago a apresentarem valores mais elevados do que os seus pares em 2009 (Figura 3). É claro também que as instituições do ensino superior geralmente abrem suas portas com um nível inicialmente mais elevado de investimento por aluno, que depois vai diminuindo com o tempo devido ao aumento das matrículas⁹⁶.

Figura 3: Despesa por Estudante nas Instituições do Ensino Superior em Cabo Verde, 2006 a 2010

⁹⁶ Nem todas as instituições privadas facultaram a informação financeira solicitada pela equipa do estudo.



Despesas de Funcionamento e de Investimento da Universidade de Cabo Verde

24. As despesas de funcionamento da Uni-CV totalizaram 494.409.753 CVE em 2009 e 582.488.596 CVE em 2010. Uma parte significativa dessas despesas foi financiada com "receitas próprias" da universidade (51 por cento em 2009 e 57 por cento em 2010). Como se mencionou acima, estas provêm principalmente das propinas, uma boa parte das quais é assegurada por bolsas do governo.

25. As despesas com pessoal representaram uma proporção extremamente alta (91 por cento) do total das despesas da Uni-CV, em 2010. Embora as despesas com pessoal normalmente absorvam a maior parte do orçamento em qualquer universidade, as referências internacionais sugerem que esta proporção não deve ultrapassar 75 por cento. Por exemplo, a proporção média das despesas com pessoal nas universidades é de 68 por cento nos países da OCDE, 71 por cento em Portugal, 77 por cento em Espanha, e 75 por cento no Reino Unido. Esta alta proporção das despesas com pessoal nas despesas totais da Uni-CV, não deixa quase nenhum espaço para outras despesas como por exemplo a promoção da qualidade do ensino e a relevância. Isto deve ser motivo de preocupação.

26. A despesa de funcionamento por aluno da Universidade de Cabo Verde em 2009 foi de cerca de 152.000 CVE (US\$ 1.975) e em 2010, passou para 144.000 CVE (US\$ 1.870). Se as despesas de investimento forem incluídas, os montantes passam, respectivamente, para 204.000 (US\$ 2.650) e 174.000 CVE (US\$ 2.260). Curiosamente, estes últimos montantes estão alinhados com o valor das propinas dos estabelecimentos privados do ensino superior, em 2010/2011. Isto significa que as propinas nos estabelecimentos privados do ensino superior são realistas tendo em conta as condições actuais de Cabo Verde.

Bolsas de Estudo e Assistência Financeira

27. Os apoios financeiros aos estudantes universitários podem assumir diversas formas, e podem ser reembolsáveis ou não reembolsáveis. A assistência não-reembolsável inclui: bolsas concedidas a estudantes em cada ano lectivo, redução ou perdão da dívida no reembolso de um empréstimo do estudante; dedução do imposto sobre o rendimento das despesas com educação; a

aplicação de taxas de juros mais favoráveis para as contas especiais de poupança para financiar a educação; contribuições do governo correspondentes às contas de poupança para a educação; e subsídios para reduzir os custos de habitação estudantil e alimentação. Por outro lado, a ajuda reembolsável geralmente toma a forma de empréstimos estudantis, embora esse mecanismo muitas vezes inclua alguma forma de subsídio público.

28. O apoio financeiro pode ser concedido em termos universais, isto é, todos os estudantes podem ter acesso a um apoio financeiro, independentemente do seu nível de rendimento. Alternativamente, pode ser dirigido a certos grupos de estudantes, com base no baixo rendimento ou outras características especiais tais como o género, pertença a grupos minoritários, região de origem, ou deficiência física. Por exemplo, nos países da OCDE, há uma tendência para os empréstimos estudantis serem universalmente acessíveis, enquanto que as bolsas de estudo se destinam a determinados sectores ou grupos.

29. O conceito de apoio social em geral refere-se a bolsas de estudo. A bolsa de estudo pode ser definida para incluir todas as formas de assistência financeira não-reembolsável que se destinam a reduzir os custos da educação para o aluno. Se aplicarmos esta definição mais ampla, então o apoio orçamental prestado directamente às instituições do ensino superior, a fim de reduzir ou mesmo eliminar as mensalidades dos estudantes devem ser considerados como assistência financeira não-reembolsável aos estudantes. No entanto, é costume usar uma definição mais restritiva da bolsa, que inclui apenas o apoio não-reembolsável que é concedido directamente ao aluno ou sua família. Este conceito também pode incluir menores taxas de juros para empréstimos estudantis ou programas de incentivo que ofereçam descontos em pagamentos de empréstimos a estudantes para tipos específicos de emprego, sendo que ambos também reduzem os custos da educação para o aluno.

30. Na maioria dos países, as bolsas são concedidas somente a alunos oriundos de grupos de baixo rendimento económico, ou a determinados grupos étnicos. A prática mais recente é a de orientar a ajuda financeira a grupos específicos de alunos em relação aos quais o governo tem um interesse específico para fins políticos. Um exemplo é incentivar os alunos a realizarem determinados cursos de alta prioridade para o país (por exemplo, engenharia, ciências da saúde) ou a procurarem emprego em zonas rurais mais desfavorecidas. Nos países nórdicos (Suécia, Noruega, Finlândia e Países Baixos), as bolsas de estudo fazem parte de um pacote de apoio a todos os alunos independentemente de sua condição socio-económica, em reconhecimento do seu estatuto de adulto e da sua independência dos pais.

O Apoio Social no Ensino Superior Cabo-verdiano

31. As despesas sociais no sistema do ensino superior de Cabo Verde são relativamente elevadas. Essas despesas representam uma parte substancial da despesa pública global do ensino superior. Em 2009 e 2010, por exemplo, as despesas sociais com os estudantes representaram em média 56 por cento do total das despesas do ensino superior. No contexto internacional, uma parcela muito mais modesta é normalmente consagrada a despesas sociais. No âmbito da OCDE, por exemplo, as despesas públicas em apoio social aos estudantes representaram apenas 21 por cento em média do orçamento do ensino superior em 2010, enquanto que as despesas operacionais das instituições representaram 79 por cento. Em Portugal, as despesas de apoio ao social aos estudantes representavam 11 por cento, e nos Estados Unidos da América 22 por

cento, do total das despesas do ensino superior. Isto sugere que o apoio social ao estudante em Cabo Verde tem uma prioridade muito elevada no padrão global das despesas públicas para o ensino superior em Cabo Verde.

32. Cerca de 2.917 alunos - um em cada cinco estudantes universitários - receberam algum tipo de apoio financeiro do governo em 2009/2010. Destes, 2.255 (77 por cento) eram estudantes em instituições Cabo-verdeanas e 662 (23 por cento) estavam matriculados em instituições do ensino superior no exterior. As bolsas de estudo representavam 89 por cento do auxílio financeiro concedido e a assistência de emergência financeira representou o resto. Não surpreende pois, tendo em vista os custos de vida mais elevados, no estrangeiro que o apoio aos estudantes no exterior representem 42 por cento do montante total desembolsado. Concretamente, o apoio médio por aluno foi maior para os estudantes no estrangeiro (300.772 CVE) do que para aqueles em Cabo Verde (121.803 CVE).

33. Os dados para 2010/2011 mostram uma ligeira diminuição no número de beneficiários de bolsas de estudo no exterior e um aumento no apoio aos alunos dentro de Cabo Verde. Em geral, 3.201 estudantes foram apoiados em 2010/2011, com as despesas a totalizarem 530 milhões de contos.

34. O valor médio do apoio financeiro prestado por aluno em Cabo Verde em 2009/2010 é inferior para os cursos de licenciatura em instituições do ensino superior, variando entre 132.000 e 216.000 CVE. A repartição dos bolseiros por instituição é geralmente consistente com a proporção dos alunos matriculados em cada instituição. As duas exceções são a Universidade Jean Piaget que tinha 18,5 por cento dos bolseiros, mas recebeu apenas 12,5 por cento do total das bolsas, e, em menor grau, o Instituto Superior de Estudos Jurídicos e Sociais, que recebeu 6,2 por cento dos montantes das bolsas, mas tinha inscritos 8,8 por cento dos beneficiários.

35. Os programas de bolsas de estudo a estudantes de Cabo Verde caracterizam-se por uma diversidade considerável. Diversas entidades públicas e privadas concedem subvenções e bolsas de estudos - muitas vezes sem uma coordenação adequada. No futuro, seria mais eficiente – quer para os estudantes, quer para o governo - ter um programa de bolsas para estudantes universitários mais bem integrado e gerido centralmente. No caso da Universidade de Cabo Verde, por exemplo, cerca de 22 entidades diferentes concedem subvenções aos seus estudantes. Além dos programas do governo (ou seja, o FICASE, o FAEF, o Ministério da Família e Desenvolvimento Social, o Ministério da Juventude), várias outras instituições, incluindo autarquias, fundações, e até mesmo os parceiros de desenvolvimento, oferecem bolsas de estudo. Uma consequência desta generosidade é que 41 por cento dos estudantes da Uni-CV eram bolseiros em 2010/2011⁹⁷.

36. Com base nestes factos, está claro que, através da sua política de bolsas de estudo, o governo tem uma ferramenta poderosa para gerir o crescimento das matrículas em geral e também para orientá-las para as áreas de maior necessidade nacional.

⁹⁷ Alfama, M. 2012. “O Serviço Social da Universidade e o Financiamento das Bolsas de Estudo”. Fórum Nacional do Ensino Superior em Cabo Verde, Praia, 7-8 de Fevereiro de 2012.

Qual é a perspectiva?

37. *Projeções das matrículas e das despesas até 2020.* Tendo em conta o desenvolvimento esperado do ensino superior em Cabo Verde nos próximos anos, é importante avaliar os possíveis cenários em termos de recursos financeiros e humanos que podem ser atribuídos a este sub-setor, bem como o volume das despesas públicas que possa ser necessário para formar um número crescente de alunos. Desta forma, será possível identificar possíveis dificuldades na sustentabilidade financeira do ensino superior a médio prazo, e preparar-se para as consequências de possíveis mudanças, sejam positivas ou negativas, na taxa de crescimento económico do país.

Alocação de recursos no ensino superior público

38. Para estimar as possíveis necessidades futuras de financiamento público para o ensino superior, algumas suposições foram feitas, com base em projeções do FMI, sobre a provável evolução económica do país na próxima década (2010-2020). Historicamente, Cabo Verde teve um crescimento económico robusto durante a última década, com uma taxa real média de crescimento do PIB de 7 por cento. No entanto, as actuais condições económicas instáveis em todo o mundo sugerem que pode não ser prudente assumir que este forte crescimento histórico continuará inalterado nos próximos anos.

39. De 2000 a 2009, o sector de educação absorveu uma média de 7 por cento da riqueza gerada em Cabo Verde, apesar de uma ligeira desaceleração ocorrida nos últimos anos. Actualmente, o financiamento público ao sector da educação ronda os 6 por cento do PIB. No sector da educação, o ensino superior recebeu em média entre 13 e 14 por cento do orçamento da educação nos últimos anos.

40. O FMI estima que o país continuará a crescer a um ritmo razoável (uma taxa superior a 5 por cento) até 2014, e que o crescimento irá flutuar entre 4,7 e 5,2 por cento nos anos seguintes (Tabela 17). Para este estudo, uma média de 5 por cento de crescimento foi utilizada para o período 2015-2020.

Tabela 17: Projeção do PIB para Cabo Verde, 2010 – 2020

Ano	Projeção do Crescimento Real do PIB (%)	PIB Nominal (CV Escudos a preços do mercado)
2009	5.4	139,960,000,000
2010	5.4	147,517,840,000
2011	5.6	155,778,839,040
2012	6.4	165,748,684,739
2013	6.2	176,025,103,192

2014	6.0	186,586,609,384
2015	5.0	195,915,939,853
2016	5.0	205,711,736,846
2017	5.0	215,997,323,688
2018	5.0	226,797,189,872
2019	5.0	238,137,049,366
2020	5.0	250,043,901,834

Fontes: Relatório do FMI para 2009; Estimativas do FMI para 2011-2015; Estimativas da equipa do Banco Mundial para 2016-2020.

Cenários de receitas

41. Com base nas estimativas acima mencionadas, foram construídos três cenários. O primeiro cenário, um cenário de base, assume que o país continuará a consagrar cerca de 6 por cento do seu PIB à educação, em média. O segundo cenário, o cenário baixo, assume 5 por cento do PIB em média para o sector da educação ao longo do período. Isto representaria uma diminuição de um ponto percentual em relação ao nível actual. Finalmente, o terceiro cenário, um cenário alto, assume um aumento para 7 por cento do PIB dos recursos públicos para a educação. O cenário baixo poderá materializar-se se o país mudar as suas prioridades para outras áreas de desenvolvimento, particularmente no contexto da concorrência aos fundos públicos entre os diferentes sectores. O cenário alto concretizar-se-ia se o país voltasse aos seus níveis historicamente elevados de financiamento do sector da educação.

42. Para cada um destes três cenários, foram construídas três hipóteses em termos de alocação de recursos para o ensino superior:

Hipótese A: 10 por cento do orçamento da educação para o ensino superior (isto é, redução acentuada em relação à situação actual).

Hipótese B: 15 por cento do orçamento da educação para o ensino superior (isto é, situação actual).

Hipótese C: 18 por cento do orçamento da educação para o ensino superior (ou seja, melhoria tangível em relação à situação actual).

43. Se o cenário-base (6 por cento do PIB para a educação) é utilizado para essas três hipóteses, as projecções resultantes dos recursos disponíveis para financiar o ensino superior durante o período de 2010 a 2020 seria como se mostra na Tabela 18.

Tabela 18: Projecção de Recursos para o Ensino Superior em Cabo Verde entre 2010 e 2020, Cenário-Base (6% do PIB para a Educação)

Ano	Estimativa do PIB	6% PIB para Educação	Hipótese A 10% para Esnino Superior	Hipótese B 15% para Esnino Superior	Hipótese C 18% para Esnino Superior
2010	147,517,840,000	8,851,070,400	885,107,040	1,327,660,560	1,593,192,672
2011	155,778,839,040	9,346,730,342	934,673,034	1,402,009,551	1,682,411,462
2012	165,748,684,739	9,944,921,084	994,492,108	1,491,738,163	1,790,085,795
2013	176,025,103,192	10,561,506,192	1,056,150,619	1,584,225,929	1,901,071,114
2014	186,586,609,384	11,195,196,563	1,119,519,656	1,679,279,484	2,015,135,381
2015	195,915,939,853	11,754,956,391	1,175,495,639	1,763,243,459	2,115,892,150
2016	205,711,736,846	12,342,704,211	1,234,270,421	1,851,405,632	2,221,686,758
2017	215,997,323,688	12,959,839,421	1,295,983,942	1,943,975,913	2,332,771,096
2018	226,797,189,872	13,607,831,392	1,360,783,139	2,041,174,709	2,449,409,651
2019	238,137,049,366	14,288,222,962	1,428,822,296	2,143,233,444	2,571,880,133
2020	250,043,901,834	15,002,634,110	1,500,263,411	2,250,395,117	2,700,474,140
2012 a 2020			11,165,781,233	16,748,671,849	20,098,406,219

Fonte: Cálculo dos autores.

44. Usando o cenário baixo (5 por cento do PIB à educação) e aplicando as mesmas três hipóteses de alocação de recursos ao ensino superior, os recursos projectados disponíveis para o ensino superior serão os seguintes (Tabela 19).

Tabela 19: Projecção de Recursos para o Ensino Superior em Cabo Verde entre 2010 e 2020, Cenário-Baixo (5% do PIB para a Educação)

Ano		5% do PIB	Hipótese A 10% para Esnino	Hipótese B 15% para	Hipótese C 18% para
------------	--	------------------	---------------------------------------	--------------------------------	--------------------------------

	Estimativa do PIB	para Educação	Superior	Esnino Superior	Esnino Superior
2010	147,517,840,000	7,375,892,000	737,589,200	1,106,383,800.00	1,327,660,560.00
2011	155,778,839,040	7,788,941,952	778,894,195	1,168,341,293	1,402,009,551
2012	165,748,684,739	8,287,434,237	828,743,424	1,243,115,136	1,491,738,163
2013	176,025,103,192	8,801,255,160	880,125,516	1,320,188,274	1,584,225,929
2014	186,586,609,384	9,329,330,469	932,933,047	1,399,399,570	1,679,279,484
2015	195,915,939,853	9,795,796,993	979,579,699	1,469,369,549	1,763,243,459
2016	205,711,736,846	10,285,586,842	1,028,558,684	1,542,838,026	1,851,405,632
2017	215,997,323,688	10,799,866,184	1,079,986,618	1,619,979,928	1,943,975,913
2018	226,797,189,872	11,339,859,494	1,133,985,949	1,700,978,924	2,041,174,709
2019	238,137,049,366	11,906,852,468	1,190,685,247	1,786,027,870	2,143,233,444
2020	250,043,901,834	12,502,195,092	1,250,219,509	1,875,329,264	2,250,395,117
Total			9,304,817,694	13,957,226,541	16,748,671,849

Fonte: Cálculo dos autores.

45. Finalmente, o cenário alto (7 por cento do PIB para a educação) para as três hipóteses de alocação de recursos ao ensino superior é apresentado na Tabela 20.

Tabela 20: Projecção de Recursos para o Ensino Superior em Cabo Verde entre 2010 e 2020, Cenário Alto (7% do PIB para a Educação)

Ano	Estimativa do PIB	7% do PIB para Educação	Hipótese A 10% para o Ensino Superior	Hipótese B 15% Ensino Superior	Hipótese C 18% Ensino Superior
2010	147,517,840,000	10,326,248,800	1,032,624,880	1,548,937,320	1,858,724,784
2011	155,778,839,040	10,904,518,733	1,090,451,873	1,635,677,810	1,962,813,372
2012	165,748,684,739	11,602,407,932	1,160,240,793	1,740,361,190	2,088,433,428
2013	176,025,103,192				

		12,321,757,223	1,232,175,722	1,848,263,584	2,217,916,300
2014	186,586,609,384	13,061,062,657	1,306,106,266	1,959,159,399	2,350,991,278
2015	195,915,939,853	13,714,115,790	1,371,411,579	2,057,117,368	2,468,540,842
2016	205,711,736,846	14,399,821,579	1,439,982,158	2,159,973,237	2,591,967,884
2017	215,997,323,688	15,119,812,658	1,511,981,266	2,267,971,899	2,721,566,278
2018	226,797,189,872	15,875,803,291	1,587,580,329	2,381,370,494	2,857,644,592
2019	238,137,049,366	16,669,593,456	1,666,959,346	2,500,439,018	3,000,526,822
2020	250,043,901,834	17,503,073,128	1,750,307,313	2,625,460,969	3,150,553,163
Total			13,026,744,771	19,540,117,157	23,448,140,589

Fonte: Cálculo dos autores.

46. Os três cenários e hipóteses correspondentes produzem diferenças claras em termos do total de recursos que poderão estar disponíveis para o ensino superior durante a próxima década. Globalmente, a estimativa total de recursos disponíveis varia entre 11.000 e 23.400 milhões CVE, indicando que os níveis de crescimento económico do país e as escolhas feitas em termos do nível de financiamento do ensino superior, terão um impacto importante na quantidade de recursos disponíveis para o sector. No cenário base, o montante total de recursos anuais disponíveis variaria entre 11,1 bilhões e 20,0 bilhões de CVE entre as três hipóteses - uma diferença de 9,0 bilhões de CVE. No cenário baixo, a disponibilidade de recursos variaria entre 9.300 e 16.700 milhões CVE. No cenário alto, a disponibilidade total de recursos para a década variaria entre um mínimo de 13,0 bilhões e um máximo de 23.400 milhões CVE.

47. A tabela 21 resume a distribuição acumulada prevista das receitas para o ensino superior entre 2012 e 2020 para cada um dos três cenários em cada uma das três hipóteses consideradas.

Tabela 21: Resumo: Receitas Disponíveis para o Ensino Superior por Hipótese e Cenário

	<i>Cenário-Base:</i> Educação recebe 6% do PIB	<i>Cenário Baixo:</i> Educação recebe 5% do PIB	<i>Cenário Alto:</i> Educação recebe 7% do PIB
<i>Hipótese A:</i> 10% do orçamento da educação para o ensino superior	11,165,781,233	9,304,817,694	13,026,744,771
<i>Hipótese B:</i> 15% do orçamento da educação para o ensino superior	16,748,671,849	13,957,226,541	19,540,117,157
<i>Hipótese C:</i> 18% do orçamento da educação para o ensino superior	20,098,406,219	16,748,671,849	23,448,140,589

Fonte: Cálculos dos autores.

Projeção das matrículas

48. O nível da despesa pública no ensino superior depende, principalmente, do número de alunos matriculados, do número de instituições, e dos tipos de instituição (pública e privada; universitária ou politécnica). Em muitos países e regiões (por exemplo, na América Latina), as instituições privadas foram responsáveis por grande parte do crescimento recente das matrículas no ensino superior. A mesma coisa se passa em Cabo Verde, onde as instituições privadas acolhiam um pouco menos de 60 por cento de matrículas em 2009/2010.

49. Os dados demográficos mostram que a população de Cabo Verde continuará a crescer passando de 517.000 habitantes em 2010 para 567.000 em 2015 e 622.223 em 2020. Mas a população com idades entre 20 e 24 anos vai se estabilizar entre 2010 e 2015 (de 60.316 passará a apenas 61.004, e, depois, diminuirá em 11 por cento, para 54.007 em 2020)⁹⁸.

50. Dois cenários são definidos para o crescimento possível das matrículas: o primeiro em que a TBE aumentaria dos 20 por cento actuais para 25 por cento até 2020; e um segundo cenário em que a TBE alcançaria 30 por cento até 2020. Estes números estão bem ao alcance do país, especialmente se mais estudantes decidirem estudar em Cabo Verde.

51. Uma TBE de 25 por cento significa que 13.500 estudantes estariam inscritos em 2020, e que a Universidade de Cabo Verde responderá por metade dessas inscrições (ou seja, 6750 estudantes). Isso representaria um crescimento global do número de estudantes de 33 por cento a nível nacional e de 66 por cento para a Uni-CV.

52. A TBE de 30 por cento corresponderia a um total de 16.200 alunos matriculados em instituições do ensino superior até 2020, dos quais 8.100 na Universidade de Cabo Verde. Isso representaria um crescimento global do número de estudantes de 60 por cento para o país e de 100 por cento para a Uni-CV⁹⁹.

Previsão orçamental para a Universidade de Cabo Verde

Qual seria o custo para melhorar a qualificação do pessoal docente entre 2010 e 2020?

53. Nos cenários possíveis de crescimento das matrículas na Universidade de Cabo Verde, é necessário incluir uma estimativa dos custos salariais associados à melhoria da qualificação actual dos membros do corpo docente. Para esse efeito, algumas premissas básicas devem ser

⁹⁸ Estas projecções devem ser tomadas com cautela. Este é um país de grande mobilidade da população devido à emigração. É bem possível que os alunos cada vez mais decidam ficar e estudar em Cabo Verde, à medida que ganham confiança nas instituições locais do ensino superior e, portanto, o número de alunos pode crescer mais rapidamente do que estas projecções indicam.

⁹⁹ A procura futura do ensino superior privado dependerá, em grande parte, da capacidade (ou não) do ensino superior público oferecer vagas em cursos que os alunos procuram e também sobre certos recursos oferecidos pela Uni-CV (por exemplo, a Uni-CV irá ou não oferecer aulas à noite, etc.) No entanto, esse cenário do ensino público respondendo por metade dos estudantes do ensino superior não vai impedir as escolas privadas de continuarem a crescer.

consideradas. O ponto de partida é a folha salarial anual actual dos 327 professores da Uni-CV estimada em 496.075.475 CVE¹⁰⁰. Em seguida, faz-se uma simulação dos custos salariais durante os próximos anos, assumindo que o número de professores permanecerá o mesmo, mas que as suas qualificações vão melhorar até alcançar uma proporção de 25 por cento dos professores com grau de doutoramento e 45 por cento com um mestrado em 2015. Em seguida, o mesmo exercício é realizado com uma meta de 30 por cento com doutoramento e 50 por cento com mestrado em 2020¹⁰¹. Os resultados da simulação mostram que o aumento presumido da qualificação dos professores geraria um aumento de 4 por cento dos custos salariais entre 2010 e 2015, e um aumento de 3,2 por cento entre 2015 e 2020. Em suma, um aumento dos custos salariais de 7 por cento entre 2010 e 2020 resultante apenas da melhoria das qualificações, sem aumentar o número total de professores.

Estimativas do orçamento de funcionamento da Uni-CV, com 25 por cento da TBE e o nível actual de financiamento público (40 por cento do orçamento do governo e 60 por cento de receitas próprias)

54. Assumindo uma TBE de 25 por cento e considerando os custos da melhoria das habilitações académicas do corpo docente da Uni-CV e o nível de despesa por aluno em 2010, é possível projectar as despesas de funcionamento da Uni-CV para 6.100 alunos em 2015 e para a 6.750 alunos em 2020 (Tabela 22). Assumindo também que a parcela da subvenção pública da Uni-CV permanecerá nos actuais 40 por cento, sendo os restantes 60 por cento receitas próprias da universidade (principalmente propinas e bolsas de estudo), o governo teria que desembolsar para a Uni-CV cerca de 364.992.600 CVE em 2015. Isto corresponderia a um aumento de 42 por cento do financiamento directo do governo à Uni-CV em 2010. Um aumento adicional de mais 14 por cento para cerca de 416.782.240 CVE seria necessário em 2020. Comparado com 2010, o governo teria que elevar a sua subvenção em 62 por cento até 2020¹⁰².

Tabela 22: Projecção das Despesas da Uni-CV com 25% de TBE e 50% da Contribuição do Governo (Preços de 2010)

	2009	2010	2015	2020	Difer. 2009-10 (%)	Difer. 2010-15 (%)	Difer. 2015-20 (%)	Difer. 2010- 20 (%)
No. de estudantes	3,245	4,050	6,100	6,750	24.8	50.6	10.6	66.7

¹⁰⁰ Esta estimativa é baseada nos custos salariais anuais de todos os professores se estivessem em tempo integral e leva em conta o aumento salarial de 1,75 por cento em 2010 para todos os funcionários públicos em Cabo Verde.

¹⁰¹ O objectivo aqui é conhecer a diferença de custos proveniente do aumento das qualificações do mesmo número de professores. O aumento do número de professores será considerado ao projectar as despesas da universidade para 2015-2020.

¹⁰² O que é considerado aqui é apenas a parte do orçamento do Governo que vai para Uni-CV e não o orçamento global do governo para o ensino superior, que deve ter também em conta os montantes de apoio social, incluindo as bolsas de estudo para estudantes das instituições públicas e privadas (No caso da Uni-CV as bolsas são consideradas como propinas a pagar pelos estudantes da Universidade).

Orçamento corrente	494,411,76 2	582,488,59 6	912,481,47 4	1,041,955,60 1	17.8	56.7	14.2	78.9
Custo por estudante (CVE)	152,361	143,824	149,577	154,364	(-5.6)	4.0	3.2	7.3
Contribuição do governo	250,126,53 2	257,395,683	364,992,58 9	416,782,24 0	2.9	41.8	14.2	61.9
Recursos próprios da universidade	251,919,13 4	333,921,494	547,488,88 4	625,173,36 0	32.6	64.0	14.2	87.2
Total das receitas	502,045,66 6	591,317,177	912,481,474	1,041,955,60 1	17.8	54.3	14.2	76.2
Contribuição do governo por estudante	75,909	62,606	59,831	61,746	-17.5	-4.4	3.2	-1.4
Contribuição das receitas próprias por estudante	76,453	81,219	89,746	92,618	6.2	10.5	3.2	14.0
Percentagem da contribuição do governo (%)	49.8%	43.5%	40%	40%				
Percentagem das receitas próprias da Uni-CV (%)	50.2%	56.5%	60%	60%				

Nota: Inclui a melhoria das qualificações dos docentes da Uni-CV através do aumento das despesas em 4% em 2015 e 3,2% em 2020.

Fonte: Cálculo dos autores com base em informações da Uni-CV entre 2009 e 2010.

55. Utilizando a mesma metodologia, mas assumindo uma TBE de 30 por cento em 2020, correspondente a 8.100 alunos inscritos n Uni-CV em 2020, o montante da contribuição do governo seria de cerca de 500.203.520 CVE (Tabela 23). Essa contribuição seria 57 por cento mais elevada do que em 2015 e praticamente o dobro (94 por cento) da de 2010.

Tabela 23: Projecção das Despesas da Uni-CV com 30% de TBE e 40% da Contribuição do Governo (Preços de 2010)

	2009	2010	2015	2020	Difer. 2009-10 (%)	Difer. 2010-15 (%)	Difer.2 015-20 (%)	Difer.2 010-20 (%)
No. de estudantes	3,245	4,050	6,100	8,101	24.8	50.6	32.8	100.0
Orçamento corrente	494,411,762	582,488,596	912,481,474	1,250,508,803	17.8	56.7	37.0	114.7

Custo por estudante (CVE)	152,361	143,824	149,577	154,364	(--5.6)	4.0	3.2	7.3
Contribuição do governo	250,126,532	257,395,683	364,992,589	500,203,521	2.9	41.8	37.0	94.3
Recursos próprios da universidade	251,919,134	333,921,494	547,488,884	625,173,360	32.6	64.0	14.2	124.7
Total das receitas	502,045,666	591,317,177	912,481,474	1,250,508,803	17.8	54.3	14.2	111.2
Contribuição do governo por estudante	75,909	62,606	59,831	61,746	(--17.5)	(--4.4)	3.2	(--1.4)
Contribuição das receitas próprias por estudante	76,453	81,219	89,746	92,618	6.2	10.5	3.2	14.0
Percentagem da contribuição do governo (%)	49.8%	43.5%	40%	40%				
Percentagem das receitas próprias da Uni-CV (%)	50.2%	56.5%	60%	60%				

Nota: Inclui a melhoria das qualificações dos docentes da Uni-CV através do aumento das despesas em 4% em 2015 e 3,2% em 2020.

Fonte: Cálculo dos autores com base em informações da Uni-CV entre 2009 e 2010.

Estimativa do orçamento de funcionamento da Uni-CV, com um aumento do nível de financiamento público (50 por cento do orçamento do Governo e 50 por cento de recursos próprios)

56. É prudente, no entanto, considerar um cenário menos optimista para a capacidade de geração de receitas próprias pela Universidade de Cabo Verde. Por exemplo, como o aumento das matrículas, poderá tornar-se mais difícil manter a mesma proporção de estudantes da Uni-CV que recebem bolsas de estudo (cerca de 80 por cento actualmente)¹⁰³. Portanto, uma hipótese alternativa é aplicada às projecções de despesas: o financiamento público terá que contribuir com

¹⁰³ Cerca de 4.000 bolsas de estudo para os estudantes no país durante o período de três anos de 2007-2009. Se estas bolsas fossem distribuídas igualmente, então 1.600 teriam ido para os alunos da Uni-CV, uma vez que a Uni-CV acomoda 40 por cento de todos os estudantes do ensino superior no país. Além disso, os Conselhos Municipais concederam bolsas de estudo para 1.740 alunos da Uni-CV. No total, os 3.340 alunos apoiados representam 82 por cento do total dos 4.050 alunos na Uni-CV, em 2010.

pelo menos 50 por cento do orçamento de funcionamento, com os 50 por cento restantes provenientes de receitas próprias da universidade. De facto, é razoável esperar que a expansão da Universidade de Cabo Verde, quer através do aumento das matrículas, quer através da diversificação dos cursos existentes (o que incluiria a possibilidade de aumentar o número de cursos que exigem uma maior utilização de laboratórios e, portanto, susceptíveis de aumentar os custos operacionais), levará a uma pressão crescente para o aumento da subvenção pública à Uni-CV. Considerando uma TBE de 25 por cento, e se a parte da verba do Governo para a Uni-CV alcançar 50 por cento em 2015, então o governo terá de entregar em 2015 à Uni-CV cerca de 456.240.737 CVE (77 por cento a mais do que em 2010) e 520.977.800 CVE em 2020 (14 por cento a mais que em 2015). Isto representaria um aumento total de 102 por cento em comparação com 2010 (Tabela 24).

Tabela 24: Projecção das Despesas da Uni-CV com 25% de TBE e 50% da Contribuição do Governo (Preços de 2010)

	2009	2010	2015	2020	Difer. 2009-10 (%)	Difer. 2010-15 (%)	Difer. 2015-20 (%)	Difer. 2010- 20 (%)
No. de estudantes	3,245	4,050	6,100	6,750	24.8	50.6	10.6	66.7
Orçamento corrente	494,411,76 2	582,488,596	912,481,474	1,041,955,601	17.8	56.7	14.2	78.9
Custo por estudante (CVE)	152,361	143,824	149,577	154,364	(--5.6)	4.0	3.2	7.3
Contribuição do governo	250,126,53 2	257,395,683	456,240,737	520,977,800	2.9	77.3	14.2	102.4
Recursos próprios da universidade	251,919,13 4	333,921,494	456,240,737	520,977,800	32.6	36.6	14.2	56.0
Total das receitas	502,045,66 6	591,317,177	912,481,474	1,041,955,601	17.8	54.3	14.2	76.2
Contribuição do governo por estudante	75,909	62,606	59,831	61,746	(--17.5)	19.5	3.2	23.3
Contribuição das receitas próprias por estudante	76,453	81,219	89,746	92,618	6.2	(--7.9)	3.2	(--5.0)
Percentagem da contribuição do governo (%)	49.8%	43.5%	50%	50%				
Percentagem das receitas próprias da Uni-CV (%)	50.2%	56.5%	50%	50%				

Nota: Inclui a melhoria das qualificações dos docentes da Uni-CV através do aumento das despesas em 4% em 2015 e 3,2% em 2020.

Fonte: Cálculo dos autores com base em informações da Uni-CV entre 2009 e 2010.

57. Utilizando o cenário de 30 por cento de TBE e 50 por cento da subvenção pública à Uni-CV, o governo teria que desembolsar cerca de 500.203.520 CVE (Tabela 23). Essa contribuição seria 37 por cento mais elevada do que em 2015 e 140 maior do que a de 2010 (tabela 25).

Tabela 25: Projecção das Despesas da Uni-CV com 30% de TBE e 50% da Contribuição do Governo (Preços de 2010)

	2009	2010	2015	2020	Difer. 2009-10 (%)	Difer. 2010-15 (%)	Difer. 2015-20 (%)	Difer. 2010-20 (%)
No. de estudantes	3,245	4,050	6,100	8,101	24.8	50.6	32.8	100.0
Orçamento corrente	494,411,762	582,488,596	912,481,474	1,250,508,803	17.8	56.7	37.0	114.7
Custo por estudante (CVE)	152,361	143,824	149,577	154,364	(--5.6)	4.0	3.2	7.3
Contribuição do governo	250,126,532	257,395,683	456,240,737	625,254,401	2.9	77.3	37.0	142.9
Recursos próprios da universidade	251,919,134	333,921,494	456,240,737	625,254,401	32.6	36.6	37.0	87.2
Total das receitas	502,045,666	591,317,177	912,481,474	1,250,508,803	17.8	54.3	81.8	149.1
Contribuição do governo por estudante	75,909	62,606	74,789	77,182	(--17.5)	19.5	3.2	23.3
Contribuição das receitas próprias por estudante	76,453	81,219	74,789	77,182	6.2	(--7.9)	3.2	(--5.0)
Percentagem da contribuição do governo (%)	49.8%	43.5%	50%	50%				
Percentagem das receitas próprias da Uni-CV (%)	50.2%	56.5%	50%	50%				

Nota: Inclui a melhoria das qualificações dos docentes da Uni-CV através do aumento das despesas em 4% em 2015 e 3,2% em 2020.

Fonte: Cálculo dos autores com base em informações da Uni-CV entre 2009 e 2010.

Estimativas dos custos de investimento da Universidade de Cabo Verde

58. O aumento esperado no número de matrículas na Uni-CV vai exigir a ampliação das instalações físicas, além de projectos de manutenção e de renovação¹⁰⁴. De acordo com estatísticas do Ministério da Educação, em 2009/2010 havia na Universidade de Cabo Verde 61 salas de aula, representando quase 34 por cento de todas as salas de aula no ensino superior (o total é de cerca de 177 salas de aula, das quais 61 são propriedade do governo, 48 são alugadas e 68 pertencem a instituições privadas)¹⁰⁵.

59. Para calcular o valor dos investimentos que seriam necessários entre 2010 e 2020 para acomodar as diferentes projeções de crescimento das matrículas, foi usado o valor por metro quadrado (m²) / estudante) considerado em estudos do Banco Mundial, em países Africanos de contexto semelhante. Fez-se depois um ajustamento aos preços praticados em 2010 (295.880 CVE por estudante/m²). Utilizando este valor, o investimento necessário foi calculado em 873.608.187 CVE (US\$ 11.356.906) até 2015, a fim de proporcionar espaço para 2.050 alunos adicionais, resultante do aumento de 4.050 para 6.100 alunos. Em 2020, um investimento adicional de 192.462.543 CVE (US\$ 2.502.013) seria necessário para acomodar o aumento de 650 alunos (de 6.100 para 6.751 alunos). Globalmente, o investimento total necessário para novas construções entre 2010 e 2020 é estimado em 106.6070.730 CVE (US\$ 13.858.919). Além disso, para a manutenção e os equipamentos, pode-se esperar que um investimento adicional de 29.588 CVE por aluno (10 por cento do investimento em novos edifícios) seja necessário¹⁰⁶.

Estimativas do orçamento do ensino superior em 2015 e 2020, incluindo o custo de bolsas de estudo

60. O próximo passo é estimar o financiamento público total que seria necessário para o ensino superior em 2015 e 2020, que será composto por verbas para a Universidade de Cabo Verde (custos operacionais e de investimento), bem como por bolsas de estudo para os estudantes do ensino superior (público e privado)¹⁰⁷. Com relação às bolsas de estudo, um valor baseado no apoio médio por aluno em 2009 e 2010 (55.890 CVE/ano, considerando todos os estudantes no sistema e não apenas os que beneficiam de apoio actualmente) é assumido, tal como se assume a continuação deste mesmo nível de apoio em 2015 e 2020 (considerando as projecções de estudantes que frequentam o ensino superior).

61. Note-se que a suposição de manter este nível de financiamento de bolsas por aluno ao

¹⁰⁴ Os gestores da Universidade de Cabo Verde acreditam que as actuais instalações têm capacidade para acomodar um máximo de 5.000 estudantes, e que qualquer número superior do que isso exigirá novas instalações ou a expansão das já existentes.

¹⁰⁵ Em *Anuário da Educação* para 2009/2010.

¹⁰⁶ Estes cálculos não incluem os custos para o governo das bolsas de estudo que seriam atribuídas a uma parte dos alunos inscritos.

¹⁰⁷ Todos os apoios sociais aos estudantes (incluindo bolsas de estudo e subsídios) foram considerados investimento recorrentes, embora na década anterior alguns dos montantes das bolsa fossem classificados como investimento.

longo do período 2010 -2020, não significa que a política de subsídios tem de ser, ou deveria ser, a mesma coisa. Seria importante explorar a possibilidade de reformular o actual programa de subvenções e de subsídios, a fim de proporcionar uma maior coerência com os objectivos da política e concentrar a gestão deste apoio no Ministério do Ensino Superior e Ciência. Uma ideia que vale a pena explorar é a de limitar as bolsas de estudo para o exterior apenas para formação pós-graduada em áreas estratégicas, e fazer dessas bolsas principalmente um mérito académico dos candidatos. Por outro lado, as bolsas de estudo para estudantes de graduação seriam baseadas exclusivamente nas necessidades económicas do estudante e sua família. Para gerir a pressão social para um maior número de bolsas de estudo com o aumento das matrículas, poder-se-ia considerar um programa complementar de empréstimos aos estudantes.

Cenário com 40 por cento de financiamento público

62. Com base nestes pressupostos e de uma TBE de 25 por cento (ou seja, 13.500 estudantes no ensino superior em 2020) e uma contribuição de 40 por cento de financiamento do governo, estima-se que o total de fundos públicos para o ensino superior deverá ser de 1.834.062.500 CVE em 2015 (dos quais 1.046.891.490 CVE em custos operacionais e 787.170.987 CVE em custos de investimento). Em 2020, serão necessários cerca de 1.563.598.263 CVE (dos quais 1.171.390.830 CVE em custos operacionais e 392.207.433 CVE em custos de investimento). Para uma TBE de 30 por cento em 2020, as despesas públicas para o ensino superior equivaleriam a 1.834.062.500 CVE em 2015 e cerca de 2.237.380.018 CVE em 2020.

Cenário com 50 por cento de financiamento público

63. Se se considera o cenário de uma TBE de 25 por cento em que o apoio público é susceptível de atingir 50 por cento das necessidades orçamentais da Universidade de Cabo Verde (orçamento de funcionamento), a contribuição necessária do Governo subiria para 1.925.310.625 CVE em 2015 e cairia para 1.667.793.823 CVE em 2020. Para uma TBE de 30 por cento, o financiamento público em 2020 subiria para 2.362.430.899 CVE.

Comparação dos recursos do ensino superior com as despesas para 2015 e 2020

64. Nesta secção, os recursos projectados para o ensino superior em 2020, resultantes da hipotética criação de riqueza (estimada como o crescimento do PIB) e da intensidade da mobilização de recursos para o ensino superior, são comparados com as despesas públicas projectadas no ensino superior no mesmo período. A comparação resulta em cenários que podem ser úteis para orientar o desenvolvimento de políticas do ensino superior em Cabo Verde¹⁰⁸.

Cenário base

65. No cenário base supõe-se que o sector da educação recebe 6 por cento do PIB. A primeira hipótese deste cenário é que o ensino superior vai receber 10 por cento do orçamento da educação até 2020. A hipótese considera diferentes pressupostos da despesa pública com 25 por

¹⁰⁸ As despesas são calculadas aos preços de 2010; o aumento ponderado dos custos é causado pela esperada melhoria da qualificação do corpo docente da Uni-CV

cento e 30 por cento de TBE, e uma proporção de 40 por cento e 50 da contribuição do financiamento público para o orçamento da Uni-CV (Anexo 1).

66. Os resultados produzem um saldo negativo (défice) em 2015 para todas as hipóteses. Estes défices, no entanto, assumem que o esforço de investimento para expandir a capacidade de alojamento da Uni-CV (606.672.352 CVE em 2015) seria inteiramente realizado num só ano (2015). Mas não é provável que isso aconteça e o investimento pode (e deve) ser realizado ao longo de dois a três anos, diminuindo assim o impacto das despesas com a construção e o equipamento das novas instalações.

67. Na hipótese de uma afectação de 15 por cento do orçamento da educação ao ensino superior (situação actual), os défices aparecem de novo em todas as hipóteses em 2015 (Anexo 1). Em 2020, um saldo positivo é obtido na suposição de uma TBE de 25 por cento. No entanto, com uma TBE de 30 por cento o défice é praticamente anulado, mesmo quando se assume uma alocação de 40 por cento à Uni-CV, e volta-se ao défice quando a alocação à Uni-CV aumentado para 50 por cento.

68. Quando se assume uma alocação de 18 por cento para o ensino superior, a situação melhora. Projectam-se saldos positivos em todas as hipóteses (Anexo 1).

Cenáriobaixo

69. As mesmas simulações são realizadas para o cenário baixo, usando um PIB estimativo de 5 por cento para o sector da educação. Os resultados também aparecem nas tabelas no anexo 1.

70. Considerando uma alocação de 10 por cento para o ensino superior, as projecções mostram défices consideráveis para todas as hipóteses. Isto significa que se o país consagrar 5 por cento do seu PIB à educação e fizer uma alocação de 10 por cento do orçamento da educação ao ensino superior, não terá recursos suficientes para sustentar o crescimento das matrículas com vista ao objectivo de uma TBE de 25 por cento. A situação financeira para se atingir uma TBE de 30 por cento é ainda pior.

71. Quando se simula uma alocação de 15 por cento para o ensino superior, registam-se défices em 2015 para todas as hipóteses. Em 2020, um saldo positivo emerge quando a TBE é de 25 por cento, mas os défices continuam quando a TBE aumenta para 30 por cento. Assim, se a educação receber uma média de 5 por cento do PIB na próxima década, mesmo um aumento para 15 por cento dos recursos destinados ao ensino superior não vai compensar a redução geral de recursos para este nível de ensino. Mas se o crescimento das matrículas for cuidadosamente gerido, a situação pode melhorar no final da década.

72. Mesmo um aumento para 18 por cento da dotação para o ensino superior não tem impacto imediato sobre o financiamento do défice projectado. Em 2015, os saldos negativos permanecem para todas as hipóteses. Mas em 2020 as simulações mostram fluxos de caixa altamente positivos. A única excepção é quando metade do orçamento do ensino superior vai para a Uni-CV no contexto de 30 por cento da TBE. Neste caso, o défice permanece.

73. Em suma, 5 por cento do PIB para a educação fará com que o financiamento do ensino superior seja mais difícil na próxima década, a menos que se faça uma gestão mais cuidadosa do

aumento das matrículas. Mesmo uma dotação um pouco maior do orçamento do sector da educação ao ensino superior não resolve os problemas do défice a médio prazo. É somente no final da década, quando o declínio demográfico reduzir o número dos potenciais estudantes universitários, é que o equilíbrio financeiro é restaurado na maior parte- mas não em todas – as hipóteses.

Cenário alto

74. Um cenário mais optimista baseia-se na premissa de 7 por cento do PIB para a educação na próxima década. Novamente, apresentam-se simulações para diferentes níveis de alocação do orçamento da educação ao ensino superior.

75. Quando o ensino superior recebe 10 por cento do orçamento da educação, o resultado é um défice em 2015 em todas as hipóteses. No entanto, em 2020 um excedente é projectado quando o crescimento das inscrições não excede uma TBE de 25 por cento. O crescimento das matrículas para além desta taxa gera um défice.

76. Com uma alocação de 15 por cento ao ensino superior, a situação melhora consideravelmente. Nesta hipótese, todos os pressupostos produzem saldos positivos. É claro que uma parcela ainda maior de 18 por cento ao ensino superior só pode aumentar o volume dos excedentes gerados.

77. Se Cabo Verde consagrar 7 por cento do seu PIB à educação até 2020, e se o ensino superior receber pelo menos 15 por cento do orçamento do sector da educação, então seriam gerados excedentes significativos no ensino superior de acordo com os pressupostos actuais. Estes fundos poderiam ser usados para financiar acções complementares, nomeadamente a expansão das infra-estruturas das tecnologias de informação e comunicação, o desenvolvimento pessoal, melhorias das bibliotecas, ou a pesquisa e a capacitação.

78. Um resumo dos resultados das simulações para os vários cenários é apresentado na Tabela 10 do Anexo 1. O que as simulações acima nos dizem é que Cabo Verde deverá ser capaz de financiar a expansão do seu sistema do ensino superior, mesmo com uma menor taxa de crescimento do PIB de 5 por cento, se as seguintes condições forem atendidas:

- O crescimento das inscrições não excede uma TBE de 25 por cento.
- Pelo menos 15 por cento do orçamento do sector da educação é atribuído ao ensino superior.

79. Não vai ser fácil assegurar que o crescimento futuro do financiamento do ensino superior seja proporcional ao aumento provável do número de estudantes. A capacidade de financiamento público para responder a este desafio vai depender em grande medida da taxa de crescimento do PIB do país e da forma como as receitas públicas serão repartidas entre as necessidades concorrentes do governo. Se o crescimento económico for lento em resultado das condições económicas globais, então será prudente desacelerar o crescimento do ensino superior. A não realização desse ajuste abriria a porta a mecanismos de financiamento insustentáveis, a um declínio correspondente da qualidade, e ao risco de mobilizar politicamente funcionários e

estudantes universitários que se esforçarão para preservar os direitos adquiridos em face de cortes inevitáveis devido a práticas de financiamento insustentáveis.

80. Neste contexto, como ficou demonstrado pelas simulações apresentadas acima, a capacidade do Estado para aumentar o seu financiamento ao ensino superior é relativamente restrita. Consequentemente, as campanhas explícitas para diversificar as fontes de financiamento do ensino superior para além do binário actual financiamento do governo e propinas são fortemente recomendadas. Este relatório tem procurado apoiar esse esforço, sugerindo formas adicionais de financiamento e apontando as possibilidades de uso dos recursos existentes de forma mais eficiente. Certamente, a angariação de fundos no seio da diáspora através de conexões com a diáspora e campanhas para obtenção de bolsas de estudo, bem como abordagens mais agressivas junto de organizações filantrópicas e parcerias público-privadas se destacam entre estas opções.

81. O ensino superior tem um papel importante a desempenhar na produção de recursos humanos qualificados e na aplicação dos conhecimentos necessários à execução da estratégia nacional de desenvolvimento. Por esta razão, as instituições do ensino superior devem ser incentivadas através de políticas públicas a adoptarem um planeamento estratégico contínuo para o desenvolvimento de um sistema do ensino superior com relevância, qualidade, e eficiência. Da mesma forma, será importante para o governo e para o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação cultivar o entendimento público e o apoio à estratégia do ensino superior através de um discurso público regular e informado no qual os temas-chave são a sustentabilidade e a qualidade.

Será que se deve considerar os empréstimos aos estudantes?

82. Em muitos países, o financiamento público para a expansão do ensino superior chegou a um ponto de exaustão. Esse financiamento já não pode crescer mais, ou porque os governos não são capazes de aumentar as receitas fiscais, ou porque outros sectores da vida nacional, como as telecomunicações, a saúde, o desenvolvimento do sector privado, ou mesmo sub-sistemas do ensino (ensino pré-escolar, básico e secundário), concorrem fortemente para os mesmos fundos. Quando isso acontece, um número crescente de países procuram formas de envolver os alunos ou os seus familiares na partilha dos custos adicionais de forma razoável e justa. A solução mais comum tem sido um programa de empréstimos aos estudantes. Em Cabo Verde, algumas experiências em pequena escala de empréstimos estudantis já ocorre junto de alguns bancos comerciais. Mas muito mais poderia ser feito.

Empréstimos aos estudantes em Cabo Verde

83. Os empréstimos bancários convencionais são uma fonte a que muitas famílias em Cabo Verde recorrem para financiar os estudos superiores dos seus filhos. Na maioria das vezes, estes empréstimos complementam bolsas estudo do governo aos estudantes com carências financeiras. Os empréstimos são utilizados para apoiar os estudantes que estudam em Cabo Verde, bem como aqueles que saem do país para se inscreverem em cursos de graduação ou de pós-graduação no exterior. Embora as políticas de empréstimo estudantil dos bancos comerciais sejam essencialmente direccionadas aos estudantes economicamente desfavorecidos, os empréstimos são de facto procurados por jovens de todos os níveis sócio-económicos.

84. Os empréstimos estudantis disponíveis no mercado vêm com taxa de juros e condições de amortização muito semelhantes aos outros tipos de empréstimos. Ocasionalmente, essas condições podem ser mais onerosas do que as de outros empréstimos (por exemplo, para aquisição de veículos e imóveis). Isso ocorre porque uma família não pode ter garantias suficientes para cobrir o valor do empréstimo e o risco associado é maior. As taxas de juros e os prazos de reembolso dos empréstimos estudantis não são mais favoráveis do que para outros tipos de empréstimos bancários, com um período de carência de 1-5 anos, dependendo da instituição de crédito.

85. Informações fornecidas directamente pelos bancos comerciais indicam que, até recentemente, os pedidos de crédito para financiar estudos do ensino superior vinham principalmente de alunos que pretendem estudar no exterior. Mas nos últimos anos essa tendência mudou e os pedidos de empréstimo dos alunos que estudam no país têm aumentado consideravelmente. Por exemplo, a Caixa Económica de Cabo Verde oferece uma linha chamada Formação Credibolsa. Para analisar o pedido de empréstimo, o banco solicita que o requerente apresente um plano de estudo, que pode cobrir todo o período do estudo. Quando um aluno se encontra no estrangeiro, os fundos de um empréstimo aprovado são desembolsados directamente para o aluno ou a família. Se o aluno está a estudar em Cabo Verde, o banco entrega os fundos do empréstimo, a pedido, directamente à instituição de ensino superior.

86. As garantias dos empréstimo exigidas pelo banco podem ser várias: certificados de depósito, contas de poupança, acções, hipotecas, etc. A taxa de juros é negociada de acordo com o tipo e a quantidade de garantias prestadas. O banco procura, se possível, ter garantias múltiplas e fiadores (família, amigos, etc.). Por exemplo, a taxa de juros para garantia sob a forma de provisão de crédito é de 12,5 por cento; para um depósito de poupança com o banco é de 8,5 por cento; para os títulos ou acções é de 9,8 por cento; e para as hipotecas também é de 9,8 por cento. O período de amortização pode variar entre 7 e 10 anos. Os estudantes podem beneficiar de uma dedução na taxa de juro aplicável através de bom desempenho académico. Numa escala de 0-20, a média de notas de 14 a 16 dá uma dedução de 0,5 por cento, uma média acima de 16 pontos é premiada com uma dedução de 1 por cento dos juros.

87. Os bancos relatam que a inadimplência ocorre ocasionalmente, mas a percentagem não é muito significativa. Aparentemente a inadimplência é mais comum quando o aluno obtém notas baixas e é forçado a abandonar os estudos. Nesses casos, é pouco provável que o aluno venha a obter um emprego com um rendimento suficiente para reembolsar o empréstimo.

88. Os montantes dos empréstimos variam entre 250.000 e 3.500.000 CVE (US\$ 3.250 - 45.000), dependendo do banco. No Banco de Poupança de Cabo Verde o empréstimo médio é de cerca de 1.000.000 CVE (US\$ 13.000). A maioria dos empréstimos são utilizados para pagar propinas. As famílias supostamente desempenham um papel muito importante no financiamento dos estudos universitários dos seus filhos. Isto é consistente por exemplo com as conclusões sobre como os alunos financiam os seus estudos universitários em Portugal¹⁰⁹.

¹⁰⁹ Cabrito, B. (2002). *Financiamento do Ensino Superior: Condição Social e Despesas de Educação dos Estudantes Universitários em Portugal*, Lisboa: Educa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação; Cerdeira, L. (2009), O Financiamento do Ensino Superior em Portugal: A evolução recente e opções futuras? *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano II, n.º 3, Outubro, 2009, pp.39-70.

89. A tabela 26 mostra a tendência dos empréstimos aos estudantes aprovados pela Caixa Económica de Cabo Verde. Em 2010, a Caixa apoiou 349 alunos, o que representou 3,4 por cento de todos os estudantes universitários no país. A cobertura total dos empréstimos aos estudantes será certamente superior a este valor, porque outros bancos comerciais também fazem empréstimos estudantis. Infelizmente, não foi possível colectar informações de outros bancos.

Tabela 26: Empréstimos aprovados aos estudantes universitários pelo Banco de Poupança de Cabo Verde, 2007 - 2010

Ano	2007	2008	2009	2010	Total
N. de estudantes	2	21	156	170	349
Valor total empréstimos (CVE)	3,000,000	22,124,000	134,350,770	131,922,532	291.397,302
N. de inadimplência	0	1	7	18	26
Valor da inadimplência (CVE)	0	1,100,000	3,972,400	17,282,900	22,355,300
Remanescente por pagar (CVE)	0	1,100,000	3,675,228	15,413,829	20,189,057
Valor médio do empréstimo (CVE)	1,500,000	1,053,523	861,223	776,015	834,949
Variação anual					
		950%	643%	9%	
Percentagem de inadimplência em relação ao valor dos empréstimos		5%	3%	13%	8%
Total dos estudantes universitários	5,289	6,658	8,465	10,144	
Percentagem de estudantes que beneficiaram de empréstimos					3.4%

Fonte: Cálculo dos autores baseado em informações fornecidas pelo Banco de Poupança de Cabo Verde.

90. Alguns bancos também assinaram acordos com cada uma das instituições do ensino superior para disponibilizar empréstimos que permitam aos alunos, professores e funcionários adquirirem computadores e outros equipamentos necessários para o trabalho académico. Além disso, alguns bancos fornecem subsídios especiais ou prémios de mérito aos estudantes. Por exemplo, o Banco Cabo-verdiano de Negócios (BCN), Grupo Banif, assinou um convênio com a Universidade de Cabo Verde, que reduz a taxa de juros dos empréstimos aos estudantes da Uni-CV em 0,5 por cento.

91. As observações dos funcionários do banco sugerem que os estudantes que procuram empréstimos são principalmente oriundos da classe média. Da mesma forma, observa-se que

muitos dos pedidos de empréstimo são apresentados apenas em tempos de crise económica ou dificuldades para pagar os estudos. Em suma, os empréstimos estudantis são vistos principalmente como um meio de enfrentar dificuldades inesperadas e ainda não se tornaram uma forma amplamente aceite de financiamento aos estudantes. Assim, existe um amplo potencial para se tirar partido dessa experiência inicial e ampliar o leque dos programas de crédito disponíveis.

Um programa de empréstimo estudantil em Cabo Verde?

92. As instituições públicas e privadas do ensino superior em Cabo Verde acreditam que o tema de empréstimos estudantis merece um estudo mais aprofundado como um meio interessante de financiamento dos estudantes do ensino superior. De facto, em Cabo Verde os programas de empréstimos aos estudantes executados pelos bancos comerciais têm sido bem sucedidos e a população parece não ter problemas com a contracção de dívidas. Da mesma forma, os bancos comerciais não demonstram qualquer aversão ao risco quando se trata de empréstimos para o financiamento das qualificações académicas das pessoas.

93. Nestas circunstâncias, um programa patrocinado pelo governo que daria a garantia financeira necessária aos empréstimos dos bancos comerciais aos estudantes do ensino superior, bem como aos professores e pesquisadores (de forma a melhorar as suas qualificações), apresenta-se como um mecanismo potencialmente valioso para a implementação de uma política de expansão de assistência financeira aos estudantes. Como um complemento para o actual programa de bolsa de estudo do governo, os empréstimos estudantis seriam particularmente úteis para as famílias de classe média. Não somente podem os programas de empréstimo ao estudante ajudar a aumentar a acessibilidade ao ensino superior, como também podem contribuir para a redução das taxas de abandono escolar e aumentar as hipóteses de graduação do estudante.

94. Uma característica importante dos programas de empréstimos de garantia mútua, que o torna muito atraente para os jovens que podem não possuir propriedades para usar como garantia, é que não há garantia formal que lhes é exigido para o empréstimo bancário. Em vez disso, um fundo financiado pelo governo oferece essa garantia para o banco em nome do estudante.

95. Consequentemente, sugere-se que o governo considere a possibilidade de introduzir um programa de empréstimos a estudantes com garantia mútua. Este é o tipo de empréstimos que tem sido adoptado em vários países para estender o apoio financeiro aos estudantes do ensino superior. Estes tipos de empréstimos são geralmente caracterizadas por taxas de juro ligeiramente inferiores aos oferecidos pelos bancos comerciais, e por períodos de reembolso um pouco mais longo que começam somente após o aluno se formar e tiver alguns meses para encontrar emprego. Dado que o fundo de garantia do governo aos empréstimos estudantis reduz o risco para os bancos comerciais, os bancos muitas vezes podem modificar as condições dos empréstimos para que eles se tornam menos dispendiosos.

96. Estes tipos de empréstimos destinam-se a todos os alunos e só abrangem o período em que o aluno está a estudar. O período de reembolso pode ser o dobro do período da duração do curso (ou seja 6-8 anos) e, geralmente, começa um ano após a conclusão da formação. A taxa de

juros é menor do que a taxa de juros do mercado e pode ser reduzida ainda mais com base no desempenho académico do aluno.

O que é recomendado?

97. As recomendações que derivam da análise do financiamento do ensino superior em Cabo Verde são agrupadas em quatro áreas: Bolsas e Apoio Social; Finanças Públicas; Universidade de Cabo Verde, e Outras Medidas de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior.

• Bolsas de Estudo e Apoio Social

98. *Tomar medidas para melhorar e racionalizar o processamento administrativo das bolsas e a assistência financeira aos estudantes do ensino superior.* As bolsas concedidas a estudantes universitários são processadas por várias agências do governo central - FICASE (a fusão das ex-FAEF e o ICASE), o Ministério da Família, Trabalho e Solidariedade Social, o Ministério da Juventude, os municípios, e outros. Algumas ONGs e entidades privadas também concedem bolsas. Centralizar a gestão de todas as bolsas do governo no Ministério do Ensino Superior e Ciência teria um impacto positivo na racionalização dos diversos programas de apoio social aos estudantes, economizando tempo e despesas para os estudantes e o governo.

99. *Rever os critérios de atribuição das bolsas de estudo do governo.* Ao nível da graduação, o apoio social deve basear-se principalmente nas necessidades económicas dos alunos e não nos seus méritos académicos. À medida que Cabo Verde desenvolve instituições de ensino superior no país, as bolsas de estudo para graduação devem ser maioritariamente reservadas aos estudantes no país - com raras exceções para estudos em áreas especializadas de prioridade política nacional para as quais não existe programa local. As bolsas de estudo para o exterior devem ser concedidas apenas para pós-graduação (mestrado e doutoramento), ou para programas de graduação de alta prioridade que não existem em Cabo Verde. Do ponto de vista da utilização mais eficaz dos recursos do governo, pode ser prudente evitar o apoio a estudantes em cursos que não sejam relevantes para o país.

100. *Criar um programa de bolsas com base no mérito social.* Neste tipo de bolsa, os alunos recebem um pequeno subsídio em troca do trabalho feito na Universidade com o objectivo de melhorar os serviços e o ambiente de trabalho. Exemplos deste tipo de bolsas incluem a assistência à biblioteca, ajuda na organização de seminários ou conferências, apoio informático e /ou manutenção de computadores, aulas particulares a outros alunos, tarefas administrativas, etc. Este tipo de subvenção não só contribui para a melhoria da vida académica, mas também ajuda os beneficiários a se tornarem mais organizados e disciplinados uma vez que a concessão está dependente do cumprimento da obrigação de trabalho e de um desempenho académico aceitável.

101. *Implementar um programa de empréstimo estudantil, buscando a cooperação de todos os bancos comerciais que operam no mercado financeiro em Cabo Verde e a criação de fundo de garantia mútua.* O modelo adoptado em Portugal pode servir como uma referência, principalmente porque muitos bancos em Cabo Verde estão ligados a Portugal. Um programa de empréstimo estudantil alargaria o âmbito da assistência financeira aos estudantes do ensino superior e aumentaria o número de beneficiários podendo abranger a maioria dos estudantes a um custo mais baixo para o governo a longo prazo. Programas de empréstimo são supostamente

bem aceites e geralmente bem sucedidos em Cabo Verde. No entanto, o governo deve ser cauteloso para garantir que a abordagem é financeiramente sustentável e livre de ineficiências, com base em modelos comprovados de outros países.

- *Financiamento Público*

102. *Criar um fundo para financiar a formação de pós-graduação (programas de mestrado e doutoramento) e pesquisa para docentes de universidades públicas e privadas.* As bolsas de estudo no estrangeiro devem ser usadas principalmente com o propósito de melhorar as qualificações do pessoal docente em instituições do ensino superior (público e privado) e para a formação de especialistas de alto nível para o país. Estas bolsas devem ser baseadas principalmente no mérito académico e excelência científica dos candidatos e na relevância e qualidade dos seus projectos de pesquisa. Uma entidade especial poderia ser criada para gerir essas bolsas de pós-graduação.

103. *Explorar a viabilidade de emissão de títulos da diáspora como um meio de gerar receitas adicionais para o financiamento do ensino superior.* Dada a importante dimensão da diáspora Cabo-verdeana e os seus estreitos laços com o país, esta ideia (discutida acima) poderia se tornar numa importante fonte complementar de financiamento, ajudando a diversificar o financiamento hoje dependente de uma ou duas fontes.

104. *Promover concursos anuais para financiar projectos de formação científica avançada, visando incentivar a ligação da formação avançada com projectos de pesquisa e desenvolvimento.* O financiamento de projectos de investigação deve ser estreitamente ligado às prioridades e às necessidades do país, bem como às melhorias na qualidade do ensino superior. A médio prazo, um programa deste tipo deveria reforçar o ensino de pós-graduação, fortalecer centros de pesquisa e promover conexões com redes científicas internacionais.

105. *Promover a prestação de serviços à comunidade por parte das instituições do ensino superior e seus professores.* A elaboração de estudos, trabalhos de consultoria, análises laboratoriais e especializadas, cursos de curta duração, etc, podem ser de interesse para a comunidade e podem constituir fontes adicionais de receitas para as instituições do ensino superior.

106. *Desenvolver o e-learning.* Como uma nação insular, o e-learning em Cabo Verde é de relevância imediata para a expansão da acessibilidade ao ensino superior entre os grupos mais desfavorecidos da população e poderia, eventualmente, ajudar a reduzir os custos operacionais.

- *Universidade de Cabo Verde*

107. *Desenvolver uma fórmula de financiamento para maior racionalidade no financiamento da Uni-CV.* Muitos países utilizam uma fórmula de financiamento das universidades públicas com base em critérios claramente definidos. Isto introduz objectividade e transparência ao sistema, respeitando a autonomia institucional. No mínimo, a fórmula deve ter em conta o número de alunos, os tipos de estudos (de graduação ou de pós-graduação), e os custos dos diferentes tipos de programas académicos (ciências sociais, ciências, engenharia, agricultura).

Uma vez estabelecido e em funcionamento, pode considerar-se a introdução de algumas variáveis para premiar passos importantes na melhoria da qualidade ou eficiência. A fórmula de financiamento, em última análise, serve como uma ferramenta técnica para a alocação racional de recursos e também como um mecanismo de regulação. Deve-se notar, no entanto, que um sistema de gestão institucional de informação que assegure a precisão da informação necessária e a sua apresentação atempada é um requisito essencial para a utilização de uma fórmula de financiamento.

108. *Estabelecer contratos de desempenho para uma parcela de financiamento do governo para a Universidade de Cabo Verde.* Nesta abordagem, a universidade envia e negocia com o governo um plano de desenvolvimento e metas de desempenho associados ao exercício financeiro. O governo decide então que tipo de incentivo financeiro pode ser usado como prémio para o bom desempenho. Esses incentivos poderiam, por exemplo, ser responsáveis por 5-10 por cento dos investimentos do governo na Uni-CV.

109. *Arendar espaços físicos para gerar receitas e melhorar a prestação de serviços no campus da universidade.* Como acontece com concessões de bares e restaurantes para uso dos alunos e funcionários, alugar um espaço no campus para a prestação de outros serviços de valor poderia melhorar a qualidade de vida no campus. Por exemplo, uma livraria ou uma agência de viagens podem atender às necessidades de funcionários e alunos nessas áreas.

110. *Montar uma loja de merchandising na Uni-CV.* A venda de artigos como discos, canetas, lápis, borrachas, bloco de nota, t-shirts, mochilas, e outros itens com o logotipo da universidade, como acontece na maioria das universidades do mundo, seria não só conveniente, como também fomentaria a solidariedade no campus, criaria algum emprego para os estudantes, e promoveria a identidade da instituição. Além disso, pode ser uma modesta fonte de receita para a universidade, embora essas receitas normalmente não sejam avultadas.

• *Outras Medidas de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior*

111. *Promover iniciativas anuais de captação de recursos para bolsas de estudo junto da população local e da diáspora.* A rede de solidariedade pode ser melhor divulgada e organizada, ao invés de permanecer dependente da iniciativa individual espontânea. A organização de uma recolha anual de fundos para o ensino superior pode ser uma maneira útil de envolver a diáspora Cabo-verdeana. Esta colecta deve ser organizada de forma a explicar e a divulgar o valor das doações, a fim de assegurar a máxima transparência no processo e prestar informações sobre os projectos para os quais os fundos serão utilizados.

112. A iniciativa de realizar actividades de angariação de fundos e de mobilização de apoios para o desenvolvimento do ensino superior, não só no exterior mas também no país, oferece uma interessante possibilidade de aumentar as "receitas próprias" da Uni-CV, quer a partir de fontes nacionais quer de fontes estrangeiras, apelando ao seu sentido de responsabilidade social, como é feito em muitos países. Estes patrocínios podem ser concretamente em "dinheiro", dirigido a projectos específicos (desenvolvidos pela Universidade) ou de vária outra natureza (mobiliário, equipamento informático, equipamento de laboratório, divulgação e publicação de cursos de rádio e televisão ou a internet, etc.). Todas estas iniciativas poderiam ocorrer num dia especial do ano, que poderia ser estabelecido como o Dia Nacional do Ensino Superior. Os meios de

comunicação poderiam desempenhar um papel influente na criação e na garantia do sucesso deste dia.

CAPÍTULO 7: ELABORANDO UMA ESTRATÉGIA: PRINCIPAIS COMPONENTES

1. O ensino superior é capaz de desempenhar um papel formativo no desenvolvimento futuro de Cabo Verde. O crescimento económico é função directa de ganhos de produtividade. Melhorias de produtividade vêm de inovações em tecnologia, organização e gestão que geram maior custo-eficácia. E a inovação, por sua vez, é em grande parte o resultado do investimento público e privado no desenvolvimento de recursos humanos qualificados e na aplicação de conhecimentos. Esta é a missão do ensino superior.
2. Embora o sistema do ensino superior de Cabo Verde seja relativamente jovem e ainda está em fase de amadurecimento, o seu planeamento e as decisões políticas subjacentes, em geral, foram levados a cabo de forma correcta. Por exemplo, a universidade pública não foi construída a partir do zero, mas sim como uma federação de entidades existentes, mas dispersas do ensino superior, portanto, gerando ganhos de eficiência. Da mesma forma, as propinas foram introduzidas desde o início na universidade pública, contribuindo actualmente com 60 por cento do seu orçamento de funcionamento. Além disso, o financiamento actual do ensino superior favorece o lado da procura, com as bolsas de estudo do governo aos estudantes universitários em instituições privadas e públicas a ser um dos principais meios de financiamento do ensino superior (quase metade de todos os alunos recebem bolsas de estudo). Desta forma, o governo detém a capacidade, se quiser, de exercer um controlo significativo sobre o crescimento futuro das matrículas no ensino superior. Além disso, o quadro legislativo do ensino superior do país está estabelecido, com as revisões recentes à lei de bases do sistema educativo e a adopção da lei do ensino superior de modo a reflectir a política actual, enquanto um novo pacote legislativo está a ser preparado para lidar com as questões da qualidade.
3. Graças a esta abordagem, Cabo Verde conseguiu evitar uma série de erros comuns ao desenvolvimento de um sistema do ensino superior. O crédito deve ser dado aos decisores políticos, no passado e presentemente, que tomaram as decisões correctas com prudência e devida diligência. Esses êxitos iniciais criam uma boa base sobre a qual se pode alavancar a próxima etapa do desenvolvimento do sistema nacional do ensino superior. Obviamente, alguns desafios importantes devem ser abordados, se Cabo Verde quiser desenvolver um sistema do ensino superior internacionalmente reconhecido que apoie a sua agenda de crescimento. Este relatório aponta algumas falhas e limitações no sistema actual. Elas não são insuperáveis e podem ser corrigidas e/ou eliminadas.
4. *A condição essencial para se avançar com sucesso nessa via é a vontade política.* As recomendações podem ter uma base técnica sólida, mas terá pouco impacto se não existir a vontade política de agir sobre elas. Dado que as decisões políticas no ensino superior muitas vezes afectam as esperanças e as aspirações de milhares de famílias, a vontade política de empreender reformas significativas no ensino superior não pode ser vista como algo de garantido. Os custos e os benefícios das reformas essenciais devem, portanto, ser discutidos publicamente, para que a nação entenda por que é que as reformas são necessárias neste momento e o que delas se pode esperar. Sem essa compreensão do grande público e algum grau

de consenso em torno de uma linha de acção clara, os políticos podem estar relutantes em apoiar o que eles temem poder ser medidas impopulares. No entanto, como se argumentou repetidamente neste estudo, o país pode beneficiar significativamente de tais reformas a médio prazo.

5. Embora este estudo ofereça inúmeras recomendações específicas em relação a questões particulares, uma estratégia nacional mais ampla é necessária, a fim de assegurar a complementaridade, a coerência e a coordenação na implementação de um programa de reforma do ensino superior nos próximos anos. Este programa ainda não existe em Cabo Verde. A seguir, apresentam-se os sete principais elementos de uma possível estratégia para apreciação e discussão pelos decisores políticos, dirigentes institucionais e grupos interessados:

a) Desenvolver uma estratégia de longo prazo para o ensino superior para orientar os investimentos e a tomada de decisões.

6. Embora as decisões sobre o desenvolvimento do ensino superior tenham sido em geral tomadas corretamente, a formulação de uma estratégia global de desenvolvimento do ensino superior é essencial para definir as prioridades de desenvolvimento para o sector e para moldar um quadro político coerente. Um plano estratégico deve, entre outras coisas, articular claramente a visão do país com as expectativas e prioridades e deverá servir de quadro geral para planos de acção a médio e longo prazo para o desenvolvimento de um ensino superior de qualidade e sustentável em Cabo Verde.

7. O governo já está a tomar medidas neste sentido, e esta recomendação visa apenas reforçar essa intenção. Um importante instrumento complementar seria um Plano de Acção de três a cinco anos que estabeleça a sequência de acções e medidas específicas necessárias para atingir os objectivos da estratégia.

b) Gerir o sector do ensino superior de forma responsável, dentro dos parâmetros de uma TBE de 25 por cento e o objectivo de uma alocação de 15 por cento do orçamento do sector da educação.

8. Com a sua TBE actual de 20 por cento, Cabo Verde alcançou um nível respeitável de matrículas no ensino superior, comparável ao de economias emergentes como a China e a Indonésia. As análises e simulações apresentadas neste estudo sugerem que Cabo Verde poderá continuar a acomodar uma expansão das matrículas na próxima década, até a um nível de 25 por cento da TBE. Se as condições económicas globais e nacionais melhorarem em relação às que prevalecem hoje, pode-se mesmo esperar que uma TBE de 30 por cento daqui a 10 anos esteja ao alcance do país. Esta taxa colocaria Cabo Verde próximo de muitos países desenvolvidos. Financeiramente, no entanto, a realização de uma TBE de 25 por cento GER exigirá do país a manutenção do seu bom nível histórico de investimento na educação, e a garantia de que o ensino superior continue a receber os actuais 14-15 do orçamento da educação.

c) Reorganizar e racionalizar o programa de bolsas de estudos para uma expansão mais justa e estrategicamente orientada do ensino superior.

9. Com uma visão louvável, o governo criou um extenso programa de bolsas de estudo e de

assistência financeira aos estudantes universitários que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta poderosa para controlar o crescimento futuro e a expansão do ensino superior. Por razões de estratégia e de relação custo-eficácia, no entanto, o programa existente deve ser reorganizado e a sua gestão simplificada. Especificamente, essa reorganização deve considerar o seguinte:

(i) Os múltiplos programas de bolsas de estudo existentes sob tutela de várias agências do governo devem ser consolidados numa única estrutura de gestão (com filiais na maioria das ilhas) para reduzir os custos em tempo, esforço e recursos para os alunos que são actualmente obrigados a dirigir-se a várias entidades e a apresentarem várias candidaturas (com documentação) em busca de ajuda financeira, e para eliminar os desperdícios e gastos desnecessários incorridos pelo governo através da duplicação de programas com consequências em termos de custos operacionais e de recursos humanos.

(ii) O propósito do programa de bolsas de estudo deve ser apresentado de forma mais estratégica e explícita: (i) através da identificação de cursos de alta prioridade para os quais serão atribuídas bolsas de estudo, e cursos não prioritários que não serão elegíveis a bolsas de estudo; (ii) usando as bolsas de estudo para graduação exclusivamente para assegurar a equidade no acesso e atribuindo-as apenas com base na necessidade financeira do estudante, (iii) usando as bolsas de pós-graduação principalmente para aumentar a qualificação do pessoal docente nas universidades públicas e privadas e, secundariamente, para desenvolver habilidades técnicas essencial em áreas prioritárias da economia, atribuindo-as exclusivamente em função do seu mérito, para que os melhores alunos sejam preparados para assumirem responsabilidades a nível nacional, (iv) usando o programa de bolsas para informar os estudantes sobre as perspectivas de emprego em diferentes áreas profissionais e orientar os estudantes para longe das áreas aparentemente já saturadas do mercado de trabalho.

(iii) À medida que o programa de bolsas ganha um foco mais restrito, deve-se considerar seriamente o estabelecimento de uma opção de empréstimos aos estudantes que precisam de ajuda financeira, mas são incapazes de obter uma bolsa de estudo. A melhor forma de o fazer seria através de empréstimos aos estudantes garantidos através de fundos do governo, que reduziriam os riscos dos empréstimos e aumentaria os incentivos aos bancos comerciais para expandirem seus programas actuais de empréstimos aos estudantes.

d) Investir significativamente em infra-estrutura das TIC que ligue as populações das ilha, os estudantes universitários, as instituições do ensino superior, os centros de investigação públicos e as agências e os serviços públicos numa comunhão de conhecimento nacional, e-learning e rede de inovação.

10. O sistema do ensino superior de Cabo Verde está bem estabelecido nas duas ilhas mais populosas (Santiago e São Vicente), que representam 80 por cento da população do país. Por razões de equidade, os 20 por cento da população do país que habitam as outras ilhas não podem ser excluídos das oportunidades de aceder ao ensino superior. No entanto, não será custo-eficiente abrir uma ou mais universidades em cada ilha. Em última análise, uma abordagem mais custo-eficiente seria a curto e longo prazo a criação de oportunidades educativas por meio do educação à distância baseado em redes de computadores, telecomunicações, internet e técnicas

de e-learning. Esta infra-estrutura de partilha de conhecimento acabaria por beneficiar o ensino secundário e outras agências e serviços públicos. Nessa perspectiva, será importante desenvolver, em paralelo com a construção da infra-estrutura tecnológica, a capacidade do pessoal especializado necessário para desenvolver e gerir um sistema deste tipo. O desenvolvimento das qualificações do pessoal requer tempo e em Cabo Verde hoje são muito poucos os formados na teoria e prática do ensino à distância. Idealmente, uma avaliação das necessidades nacionais e a elaboração de uma estratégia de ensino à distância poderiam ser melhor conduzidas em colaboração com um parceiro internacional experiente, como por exemplo a *Commonwealth of Learning*, ou a *Open University* no Reino Unido, ou as agências especializadas similares no Brasil ou em Portugal.

e) *Estabelecer e manter um nível credível de qualidade dentro das instituições públicas e privadas do ensino superior.*

11. Investir fortemente na melhoria da qualificação do pessoal docente em todo o sistema do ensino superior. Este é talvez o mais importante investimento de curto prazo que o país pode realizar para o seu sistema de ensino superior. A proporção actual de docentes com pós-graduação é inaceitável se o país quiser melhorar as competências profissionais no seu mercado de trabalho e desenvolver a capacidade de identificar, avaliar, adaptar e aplicar os conhecimentos globais para a resolução de problemas locais. Dado que os docentes das universidades têm uma mobilidade entre as instituições públicas e privadas e, muitas vezes, ensinam em ambos ao mesmo tempo, faz sentido não limitar o programa de qualificação do pessoal docente apenas à Uni-CV. O objectivo deve ser o de melhorar a qualidade do ensino do sistema como um todo, e não apenas de uma instituição individual.

12. *Estabelecer um mecanismo credível de garantia de qualidade para supervisionar a qualidade do ensino superior público e privado.* Um sistema do ensino superior com nove instituições, como é o caso de Cabo Verde, requer algum mecanismo de supervisão para desenvolver padrões razoáveis de qualidade do ensino e monitorar o desempenho institucional. O Ministério do Ensino Superior e Ciência e o governo estão conscientes desta necessidade e estão avançados na definição de um modelo para um mecanismo. Esta recomendação visa a ressaltar a importância desta iniciativa e dar o impulso necessário. Ao fazer isso, a boa prática internacional sugere o seguinte: (a) a unidade de gestão da garantia da qualidade deve ser independente quer do governo como do sistema universitário, (b) deve-se adoptar o método padrão de uma auto-avaliação institucional, seguido de uma visita de validação externa e a divulgação pública dos resultados; (c) a fim de garantir a qualidade da unidade de gestão esta deve ser composta por académicos credíveis com formação especializada necessária para a execução de um programa eficaz de garantia da qualidade; e (d) a filosofia da unidade e o estilo de operação não devem ser punitivos ou de policiamento, mas sim de desenvolvimento e de reforço de capacidades a longo prazo.

13. *Introduzir mecanismos de progressão na carreira para o pessoal académico para garantir que a carreira docente no ensino superior seja atraente e atraia pessoas talentosas a longo prazo.* Neste processo, o actual elevado número do pessoal docente que trabalha em regime de *part-time* deve ser gradualmente reduzido para talvez 10 a 15 por cento do total dos docentes, a fim de manter a flexibilidade sem descurar as deficiências de um quadro docente a tempo parcial descritas na Capítulo 4. Deve-se também dar atenção aos programas de formação

pedagógica organizados para os professores das universidades públicas e privadas. Por exemplo, o Ministério do Ensino Superior e Ciência poderia prever um calendário para o desenvolvimento de cursos regulares de qualificação do pessoal docente de todo o sistema do ensino superior, incluindo as instituições públicas e privadas.

14. Uma vez que a questão da qualidade é de interesse nacional e a literacia informática deverá desempenhar um papel importante no desenvolvimento futuro do país, o governo poderia considerar a possibilidade de permitir a participação gratuita das universidades privadas na rede informática do governo. Desta forma, um maior número de graduados com competência informática serão produzidos ao longo dos próximos tempos.

15. *Consolidar e enriquecer os cursos existentes na Uni-CV, nomeadamente ao nível de pós-graduação, antes de considerar a introdução de novos cursos.* Isso exigirá que uma maior porção do orçamento corrente da Uni-CV seja utilizada para formação do pessoal docente, equipamentos de laboratório e do ensino e apetrechamento das bibliotecas. O Ministério também pode considerar as necessidades do mercado de trabalho e o desempenho do diplomado no emprego antes de decidir se deseja abrir ou reconhecer novos programas académicos.

f) *Dar uma atenção mais explícita à relevância do ensino superior.*

16. O país deve reposicionar a sua oferta educativa no ensino superior para mediar a tensão entre as expectativas individuais dos estudantes universitários, as oportunidades do mercado do trabalho e objectivos nacionais de desenvolvimento económico. Isto pode ser conseguido em parte através de uma clara política de bolsas de estudo que promova uma distribuição de oportunidades e oriente os alunos entre os diferentes ramos de estudos. Paralelamente, os programas actuais do governo para promover a empregabilidade dos diplomados devem ser avaliados e melhorados. O programa de estágios na administração pública poderia ser alargado a outras entidades não-governamentais, tais como empresas do sector privado e ONGs, com uma exigência de co-financiamento em troca de benefícios fiscais.

17. *A iniciativa do CESP na Uni-CV é promissora e seus resultados devem ser monitorados numa perspectiva de uma possível expansão do programa.* Com uma gestão eficaz e se ministrados por instrutores que possuem algum grau de experiência prática, os cursos CESP podem ser um caminho interessante para aumentar a relevância do ensino superior. Experiências semelhantes em outros países têm mostrado que este tipo de formação possui um excelente potencial para aumentar a empregabilidade dos diplomados. Mas para realizar esse potencial, duas acções são necessárias. A primeira é a necessidade de equipar adequadamente os laboratórios de formação e seminários, de modo a que os cursos se baseiem não apenas em teoria mas sobretudo em competências práticas. Actualmente, isso não se verifica. A realização deste desígnio exigirá investimentos significativos, e o próximo passo crucial será o de ver se o país está disposto a realizar esses investimentos. Segundo, um plano credível de sustentabilidade financeira dos cursos CESP será necessário para que se possa assegurar a sua progressão além desta fase experimental em que os cursos são subsidiados.

g) *Criar uma unidade central de colceta e análise de dados da educação.*

18. Como ficou provado, a colecta e a análise sistemática de dados do sub-sector do ensino superior ainda não está institucionalizada em Cabo Verde. Actualmente, a colecta de dados do ensino superior em Cabo Verde - quer para o governo, para o Ministério do Ensino Superior e Ciência ou para as agências de desenvolvimento - é um exercício pesado. A informação está dispersa em várias instituições: as universidades e suas diversas unidades administrativas, a direcção do ensino superior, os departamentos do Ministério de Educação, o Ministério da Administração Pública, o IEFP, Ministério das Finanças, entre outros. Embora esta realidade seja compreensível à luz do tempo curto de vida das universidades, está na hora de pensar numa unidade para supervisionar, centralizar e analisar as informações essenciais sobre o desempenho do ensino superior: a acessibilidade e equidade, a qualidade, a relevância e o financiamento. Esta unidade não precisa ser grande, talvez deva empregar não mais do que quatro ou cinco profissionais. Mas poderia fazer muito no sentido de informar as políticas educativas futuras, o planeamento e a tomada de decisões. Por exemplo, o cálculo anual do abandono e repetência dos estudantes, por instituição e área disciplinar, forneceria uma informação importante sobre a eficácia das políticas de equidade. Espera-se que este estudo tenha apresentado uma base inicial de informações para tal empreendimento.

ANEXO 1: Diferentes Cenários de Projecção das Despesas Públicas para o Ensino Superior entre 2015 e 2020

Tabela 1: Cenário Base (6.0% do PIB) – Comparação Entre os Recursos do Ensino Superior(10% do orçamento da educação para o ensino superior) e estimativa das despesas públicas entre 2015 e 2020 (CVE a preços de 2010)

Ano	6% do PIB para educação 10% para ensino superior	N. de alunos TBE 25%	N. de alunos TBE 30%	TBE 25%		TBE 30%		Diferença entre recursos e necessidades financeiras			
				Dotação de recursos à Uni-CV 40%	Dotação de recursos à Uni-CV 50%	Dotação de recursos à Uni-CV 40%	Dotação de recursos à Uni-CV 50%				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(1) - (4)	(9)=(1)-(5)	10=(1)-(6)	(11)=(1)-(7)
2010	885,107,040	10,144									
2011	934,673,034										
2012	994,992,108										
2013	1,056,150,619										
2014	1,119,519,656										
2015	1,175,495,639	12,201	12,201	1,834,062,477	1,925,310,625	1,834,062,477	1,925,310,625	-	-	-	-749,814,986
2016	1,234,270,421										
2017	1,295,983,942										
2018	1,360,783,139										
2019	1,428,822,296										
2020	1,500,263,411	13,502	16,502	1,563,598,263	1,667,793,823	2,237,380,018	2,362,430,899	-63,334,852	-	-	-862,167,488

Fonte: Cálculos dos autores.

Tabela 2: Cenário Base (6.0% do PIB) – Comparação Entre os Recursos do Ensino Superior(15% do orçamento da educação para o ensino superior) e estimativa das despesas públicas entre 2015 e 2020 (CVE a preços de 2010)

Ano	6% do PIB para educação 15% para ensino superior	N. de alunos TBE 25%	N. de alunos TBE 30%	TBE 25%		TBE 30%		Diferença entre recursos e necessidades financeiras			
				Dotação de recursos à Uni-CV 40%	Dotação de recursos à Uni-CV 50%	Dotação de recursos à Uni-CV 40%	Dotação de recursos à Uni-CV 50%				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(1) - (4)	(9)=(1)-(5)	10=(1)-(6)	(11)=(1)-(7)
2010	1,327,660,560	10,144									
2011	1,402,009,551										
2012	1,491,738,163										
2013	1,584,225,929										
2014	1,679,279,484										
2015	1,763,243,459	12,201	12,201	1,834,062,477	1,925,310,625	1,834,062,477	1,925,310,625	-70,819,018	-	-	-162,067,166
2016	1,851,405,632										
2017	1,943,975,913										
2018	2,041,174,709										
2019	2,143,233,444										
2020	2,250,395,117	13,502	16,202	1,563,598,263	1,667,793,823	2,237,380,018	2,362,430,899	686,796,854	582,601,294	13,015,099	-112,035,782

Fonte: Cálculos dos autores.

Tabela 3: Cenário Base (6.0% do PIB) – Comparação Entre os Recursos do Ensino Superior(18% do orçamento da educação para o ensino superior) e estimativa das despesas públicas entre 2015 e 2020 (CVE a preços de 2010)

Ano	6% do PIB para educação 18% para ensino superior	N. de alunos TBE 25%	N. de alunos TBE 30%	TBE 25%		TBE 30%		Diferença entre recursos e necessidades financeiras			
				Dotação de recursos à Uni-CV 40%	Dotação de recursos à Uni-CV 50%	Dotação de recursos à Uni-CV 40%	Dotação de recursos à Uni-CV 50%				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(1) - (4)	(9)=(1)-(5)	10=(1)-(6)	(11)=(1)-(7)
2010	1,593,192,672	10,144									
2011	1,682,411,462										
2012	1,790,085,795										
2013	1,910,071,114										
2014	2,015,135,381										
2015	2,115,892,150	12,201	12,201	1,834,062,477	1,925,310,625	1,834,062,477	1,925,310,625	281,829,673	190,581,525	281,829,673	190,581,525
2016	2,221,686,758										
2017	2,332,771,096										
2018	2,449,409,651										
2019	2,571,880,133										
2020	2,700,474,140	13,502	16,202	1,563,598,263	1,667,793,823	2,237,380,018	2,362,430,899	1,136,875,877	1,032,680,317	463,094,122	338,043,241

Fonte: Cálculos dos autores.

Tabela 4: Cenário Baixo (5.0% do PIB) – Comparação Entre os Recursos do Ensino Superior(10% do orçamento da educação para o ensino superior) e estimativa das despesas públicas entre 2015 e 2020 (CVE a preços de 2010)

TBE 25%	TBE 30%
---------	---------

Ano	5% do PIB para educação 10% para ensino superior	N. de alunos TBE 25%	N. de alunos TBE 30%	Dotação de recursos à Uni-CV 40%	Dotação de recursos à Uni-CV 50%	Dotação de recursos à Uni-CV 40%	Dotação de recursos à Uni-CV 50%	Diferença entre recursos e necessidades financeiras			
								(8)=(1) - (4)	(9)=(1)-(5)	10=(1)-(6)	(11)=(1)-(7)
2010	737,589,200	10,144									
2011	778,894,195										
2012	828,743,424										
2013	880,125,516										
2014	932,933,047										
2015	979,579,699	12,201	12,201	1,834,062,477	1,925,310,625	1,834,062,477	1,925,310,625	-854,482,778	-945,730,926	-854,482,778	-945,730,926
2016	1,028,558,684										
2017	1,079,986,618										
2018	1,133,958,949										
2019	1,190,685,247										
2020	1,250,219,509	13,502	16,202	1,563,598,263	1,667,793,823	2,237,380,018	2,362,430,899	-313,378,754	-417,574,314	-987,160,509	-1,112,211,390

Fonte: Cálculos dos autores

Tabela 5: Cenário Baixo (5.0% do PIB) – Comparação Entre os Recursos do Ensino Superior(15% do orçamento da educação para o ensino superior) e estimativa das despesas públicas entre 2015 e 2020 (CVE a preços de 2010)

Ano	5% do PIB para educação 15% para ensino superior	N. de alunos TBE 25%	N. de alunos TBE 30%	TBE 25%		TBE 30%		Diferença entre recursos e necessidades financeiras			
				Dotação de recursos à Uni-CV 40%	Dotação de recursos à Uni-CV 50%	Dotação de recursos à Uni-CV 40%	Dotação de recursos à Uni-CV 50%	(8)=(1) - (4)	(9)=(1)-(5)	10=(1)-(6)	(11)=(1)-(7)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(1) - (4)	(9)=(1)-(5)	10=(1)-(6)	(11)=(1)-(7)
2010	1,106,383,800	10,144									
2011	1,168,341,293										
2012	1,243,115,136										
2013	1,320,188,274										
2014	1,399,399,570										
2015	1,469,369,549	12,201	12,201	1,834,062,477	1,925,310,625	1,834,062,477	1,925,310,625	-364,692,928	-455,941,076	-364,692,928	-455,941,076
2016	1,542,838,026										
2017	1,619,979,928										
2018	1,700,978,924										
2019	1,786,027,870										
2020	1,875,329,264	13,502	16,202	1,563,598,263	1,667,793,823	2,237,380,018	2,362,430,899	311,731,001	207,535,441	-362,050,754	-487,101,635

Fonte: Cálculos dos autores.

Tabela 6: Cenário Baixo (5.0% do PIB) – Comparação Entre os Recursos do Ensino Superior(18% do orçamento da educação para o ensino superior) e estimativa das despesas públicas entre 2015 e 2020 (CVE a preços de 2010)

Ano	5% do PIB para educação 18% para ensino superior	N. de alunos TBE 25%	N. de alunos TBE 30%	TBE 25%		TBE 30%		Difference between resources and financing needs			
				Dotação de recursos à Uni-CV 40%	Dotação de recursos à Uni-CV 50%	Dotação de recursos à Uni-CV 40%	Dotação de recursos à Uni-CV 50%	(8)=(1) - (4)	(9)=(1)-(5)	10=(1)-(6)	(11)=(1)-(7)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(1) - (4)	(9)=(1)-(5)	10=(1)-(6)	(11)=(1)-(7)
2010	1,327,660,560	10,144									
2011	1,402,009,551										
2012	1,491,738,163										
2013	1,584,225,929										
2014	1,679,279,484										
2015	1,763,243,459	12,201	12,201	1,834,062,477	1,925,310,625	1,834,062,477	1,925,310,625	-70,819,018	-162,067,166	-70,819,018	-162,067,166
2016	1,851,405,632										
2017	1,943,975,913										
2018	2,041,174,709										
2019	2,143,233,444										
2020	2,250,395,117	13,502	16,202	1,563,598,263	1,667,793,823	2,237,380,018	2,362,430,899	686,796,854	582,601,294	13,015,099	-112,035,782

Fonte: Cálculos dos autores.

Tabela 7: Cenário Alto (7.0% do PIB) – Comparação Entre os Recursos do Ensino Superior(10% do orçamento da educação para o ensino superior) e estimativa das despesas públicas entre 2015 e 2020 (CVE a preços de 2010)

Ano	7% do PIB para educação 10% para ensino superior	N. de alunos TBE 25%	N. de alunos TBE 30%	TBE 25%		TBE 30%		Diferença entre recursos e necessidades financeiras			
				Dotação de recursos à Uni-CV 40%	Dotação de recursos à Uni-CV 50%	Dotação de recursos à Uni-CV 40%	Dotação de recursos à Uni-CV 50%				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(1) - (4)	(9)=(1)-(5)	10=(1)-(6)	(11)=(1)-(7)
2010	1,032,624,880	10,144									
2011	1,090,451,873										
2012	1,160,240,793										
2013	1,232,175,722										
2014	1,306,106,266										
2015	1,371,411,579	12,201	12,201	1,834,062,477	1,925,310,625	1,834,062,477	1,925,310,625	-462,650,898	-553,899,046	-462,650,898	-553,899,046
2016	1,439,982,158										
2017	1,511,981,266										
2018	1,587,580,329										
2019	1,666,959,346										
2020	1,750,307,313	13,502	16,502	1,563,598,263	1,667,793,823	2,237,380,018	2,362,430,899	186,709,050	82,513,490	-487,072,705	-612,123,586

Fonte: Cálculos dos autores.

Tabela 8: Cenário Alto (7.0% do PIB) – Comparação Entre os Recursos do Ensino Superior(15% do orçamento da educação para o ensino superior) e estimativa das despesas públicas entre 2015 e 2020 (CVE a preços de 2010)

Ano	7% do PIB para educação 15% para ensino superior	N. de alunos TBE 25%	N. de alunos TBE 30%	TBE 25%		TBE 30%		Diferença entre recursos e necessidades financeiras			
				Dotação de recursos à Uni-CV 40%	Dotação de recursos à Uni-CV 50%	Dotação de recursos à Uni-CV 40%	Dotação de recursos à Uni-CV 50%				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(1) - (4)	(9)=(1)-(5)	10=(1)-(6)	(11)=(1)-(7)
2010	1,548,937,320	10,144									
2011	1,635,677,810										
2012	1,740,361,190										
2013	1,848,263,584										
2014	1,959,159,399										
2015	2,057,117,368	12,201	12,201	1,834,062,477	1,925,310,625	1,834,062,477	1,925,310,625	223,054,891	131,806,743	223,054,891	131,806,743
2016	2,159,973,237										
2017	2,267,971,899										
2018	2,381,370,494										
2019	2,500,439,018										
2020	2,625,460,969	13,502	16,202	1,563,598,263	1,667,793,823	2,237,380,018	2,362,430,899	1,061,862,706	957,667,146	388,080,951	263,030,070

Fonte: Cálculos dos autores.

Tabela 9: Cenário Alto (7.0% do PIB) – Comparação Entre os Recursos do Ensino Superior(18% do orçamento da educação para o ensino superior) e estimativa das despesas públicas entre 2015 e 2020 (CVE a preços de 2010)

Ano	7% do PIB para educação 18% para ensino superior	N. de alunos TBE 25%	N. de alunos TBE 30%	TBE 25%		GER 30%		Diferença entre recursos e necessidades financeiras			
				Dotação de recursos à Uni-CV 40%	Dotação de recursos à Uni-CV 50%	Dotação de recursos à Uni-CV 40%	Dotação de recursos à Uni-CV 50%				
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(1)-(4)	(9)=(1)-(5)	10=(1)-(6)	(11)=(1)-(7)
2010	1,858,724,784	10,144									
2011	1,962,813,372										
2012	2,088,433,428										
2013	2,217,916,300										
2014	2,350,991,278										
2015	2,468,540,842	12,201	12,201	1,834,062,477	1,925,310,625	1,834,062,477	1,925,310,625	634,478,365	543,230,217	634,478,365	543,230,217
2016	2,591,967,884										
2017	2,721,566,278										
2018	2,857,644,592										
2019	3,000,526,822										
2020	3,150,553,163	13,502	16,202	1,563,598,263	1,667,793,823	2,237,380,018	2,362,430,899	1,586,954,900	1,482,759,340	913,173,145	788,122,264

Fonte: Cálculos dos autores.

Tabela 10 – Resumo dos Resultados das Simulações para Cenários Alternativos até 2020 (CVE a preços correntes)

TBE (%)	Proporção para o ensino superior (%)	Recursos Projectados	Alocação do governo para a UNI-CV (%)	Despesas Projectadas	Diferença

Cenário-Base 6% do PIB para a Educação	25	10	1,500,263,411	40	1,563,598,263	-63,334,852
				50	1,667,793,823	-167,530,412
		15	2,250,395,117	40	1,563,598,263	686,796,854
				50	1,667,793,823	582,601,294
	18	2,700,474,140	40	1,563,598,263	1,136,875,877	
			50	1,667,793,823	1,032,680,317	
	30	10	1,500,263,411	40	2,237,380,018	-737,116,607
				50	2,362,430,899	-862,167,488
		15	2,250,395,117	40	2,237,380,018	13,015,099
				50	2,362,430,899	-112,035,782
18		2,700,474,140	40	2,237,380,018	463,094,122	
			50	2,362,430,899	338,043,241	
Cenário-baixo	25	10	1,250,219,509	40	1,563,598,263	-313,378,754
				50	1,667,793,823	-417,574,314
		15	1,875,329,264	40	1,563,598,263	311,731,001

5% do PIB para a Educação	18	2,250,395,117	50	1,667,793,823	207,535,441	
			40	1,563,598,263	686,796,854	
			50	1,667,793,823	582,601,294	
	30	10	1,250,219,509	40	2,237,380,018	-987,160,509
				50	2,362,430,899	-
		15	1,875,329,264	40	2,237,380,018	-362,050,754
				50	2,362,430,899	-487,101,635
		18	2,250,395,117	40	2,237,380,018	13,015,099
				50	2,362,430,899	-112,035,782
	25	10	1,750,307,313	40	1,563,598,263	186,709,050
50				1,667,793,823	82,513,490	
15		2,625,460,969	40	1,563,598,263	1,061,862,706	
			50	1,667,793,823	957,667,146	

Cenário-alto 7% do PIB para a Educação	18	3,150,553,163	40	1,563,598,263	1,586,954,900	
			50	1,667,793,823	1,482,759,340	
	30	10	1,750,307,313	40	2,237,380,018	-487,072,705
				50	2,362,430,899	-612,123,586
		15	2,625,460,969	40	2,237,380,018	388,080,951
				50	2,362,430,899	263,030,070
	18	3,150,553,163	40	2,237,380,018	913,173,145	
			50	2,362,430,899	788,122,264	

Fonte: Cálculos dos autores.

ANEXO 2: Ensino Superior em Cabo Verde: Comparação com um Conjunto de Países

Tabela 1

País	População 2008	PNB Per Cap (USD) 2009	Ens Sup. (TBE)	Despesas educação como % PIB	Despesas do ensino sup. como % do Orçamento da Educ.	% Matrículas em ciências e engenharia	Utentes da internet por 100 pessoas em 2008	% da Pop. Vivendo abaixo da linha da pobreza	Despesas do ensino superior (USD)	Desemprego para homens com idade 15 – 24 anos.
Albania	3 m	3,840	19	--	17		24	25	--	--
Cabo Verde	0.5 m	3,064	20	5.7	12	34	21	27	1,668	42
Costa Rica	4.6 m	6,382	25	5.0	20		32	32	--	8
Croácia	4 m	13,570	47	--	18		51	11	--	19
Jamaica	2.7 m	4,870	24	6.2	17		57	19	3,257	--
Líbano	4.2 m	6,350	52	2.9	34	26	23	--	1,444	--
Luxemburgo	0.5 m	84,890	10	--	--		79		--	13

Maldivas	0.3 m	3,690	--	8.1	--		24	--	--	16
Maurícias	1.3 m	6,400	16	3.6	11		22		--	20
Montenegro	0.6 m	6,440	--	--	--		47		--	--
Panamá	3 m	6,180	45	3.8	24	21	28	37	--	13
Singapura	5 m	36,537	--	3.2	34		69	--	13,238	7
Uruguai	3m	8,260	64	2.8	22	12	40	25	1,889	20

Fontes: WDR 2010 Statistical Annexes; World Bank Development Indicators; World Bank Knowledge Economy Index; EdStats, UNESCO/UIS.

Tabela 2

País	Despesa por estudante do ensino superior. (% PIB per cap)	Despesas com pesquisa (% do PIB)	Força de trabalho com formação superior (%)	Índice da economia do conhecimento 2008	Alfabetismo adulto 15+ anos, 2007	Migração líquida (1,000s) 2000 - 2005	Despesas da educação como. % do orçamento do Estado	População idade 0-14 (% do total) 2009	Taxa de crescimento anual da população (%)
Albânia	37	--	8	4.0	99	-100	8.4	24	0.4
Cabo Verde	48	--	--	3.4	84	-13	16.7	36	1.4
Costa Rica	36	0.4	17	6.0	96	+84	22.8	26	1.3
Croácia	27	0.9	18	7.3		-13	10	15	0

Jamaica	42	0.1	--	4.9	86	-76	8.8	29	0.5
Líbano	13	--	--	4.8	90	+100	8.1	25	0.7
Luxemburgo	--	1.7	29	8.7	--	+20	9.8	18	1.9
Maldivas	--	--	--	--	97	0	12.0	28	1.4
Maurícias	18	0.4	11	5.5	87	0	12.7	23	0.5
Montenegro	--	1.2	12	--	--	-51	--	19	0.3
Panama	27	0.3	24	5.2	93	+8	8.9	29	1.6
Singapura	27	2.4	24	8.4	94	+139	20	16	3.0
Uruguay	18	0.4	19	6.5	98	-104	11.6	23	0.3

Fontes: WDR 2010 Statistical Annexes; World Bank Development Indicators; World Bank Knowledge Economy Index; EdStats.

ANEXO 3: Estudo de Caso – Singapura: Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos para o Crescimento Económico

1. Desde 1950, a industrialização foi amplamente reconhecida pelos Estados independentes pró-capitalistas do sudeste da Ásia como a chave para a sobrevivência e o crescimento económico. Mas a tarefa não foi fácil dado que longos períodos de colonialismo tinham produzido estruturas económicas desequilibradas que confinavam a nascente classe capitalista nacional às actividades do comércio e a uma limitada indústria de transformação de pequena escala.

2. No final dos anos 1950, Singapura transformou-se no primeiro entreposto mundial, com 70 por cento do seu Produto Interno Bruto (PIB) derivado de suas actividades de porto comercial. O país tinha uma base industrial pequena e limitada. A indústria predominante era a construção naval, e a indústria de reparação estava em grande parte nas mãos de órgãos governamentais e públicos. O pequeno sector manufactureiro consistia principalmente em indústria ligeira, montagem de veículos, engenharia naval, impressão e processamento. O crescimento da indústria manufactureira foi lento e estagnou em cerca de 12 por cento da PIB em 1960. Em 1966, a taxa de desemprego subiu para 9,2 por cento. Tornou-se claro para o governo que a resolução do problema do aumento do desemprego era uma questão altamente prioritária.

3. Esta era a situação quando Singapura conscientemente decidiu colocar o desenvolvimento dos seus recursos humanos no centro de sua estratégia de crescimento económico. À medida que o processo evoluía e se ajustava ao longo de cinco décadas, quatro grandes temas caracterizaram a educação no país:

- O papel do sector da educação é central na construção da nação e no desenvolvimento nacional;
- Rápido crescimento do ensino básico de boa qualidade para todos;
- Gestão das pressões sobre o ensino pós-básico à medida que se faziam progressos em direcção à universalização do ensino básico; e
- Alinhamento entre a educação e a economia, particularmente nos níveis pós-básico e nos domínios técnico e profissional, onde a capacidade de resposta às necessidades do mercado de trabalho é especialmente importante para apoiar o crescimento económico.

Educação para a Sobrevivência, 1965-1978

4. A tarefa de expandir as actividades manufactureiras para um porto comercial foi complicada devido à grave escassez de mão de obra qualificada em Singapura. O ano de 1968 foi o ano que marcou a mudança da estratégia industrial para actividades manufactureiras mais orientadas para a exportação. Para apoiar a estratégia de industrialização do país orientada para a exportação, e dada a falta de recursos naturais, o desenvolvimento dos recursos humanos do país

foi de fundamental importância para o governo. Para atingir este objetivo, iniciou-se a tarefa de construção de um sistema educativo que iria apoiar o desenvolvimento de uma mão-de-obra educada e tecnicamente bem formada.

5. Dada a natureza multilingue da população, o bilinguismo inevitavelmente se tornou numa componente chave do sistema educativo de Singapura. Em 1960, a aprendizagem de uma segunda língua tornou-se obrigatória em todas as escolas primárias, e a política foi estendida a todas as escolas secundárias em 1966. A decisão sobre o bilinguismo não visava apenas a realização da coesão social numa sociedade em grande parte pluralista. A língua Inglesa era vista como uma ferramenta importante no esforço de Singapura para alargar o seu mercado ao mundo.

6. Em 1959, Singapura desenvolveu um Plano Quinquenal (1961-1965) para impulsionar os padrões de educação da sua população. A prioridade nessa altura era dar educação primária universal gratuita. O Plano tinha três elementos principais:

- A igualdade de tratamento entre as quatro correntes de educação - Malaio, chinês, Tamil e Inglês.
- O estabelecimento do Malaio como língua nacional do novo Estado.
- A ênfase no estudo das disciplinas de matemática, ciências e cadeiras técnicas.

7. Em 1965, o governo destinou 29 por cento do seu orçamento à educação; desta soma, 59 por cento foi para o ensino primário, 27 por cento para o ensino secundário e 14 por cento para o ensino superior. O ensino primário tornou-se gratuito para todos. O início dos anos 1970 viu um declínio nas matrículas no ensino primário como resultado de estratégias bem sucedidas de planeamento familiar implementadas pelo Governo. Devido à rápida construção de escolas, a escolaridade universal no ensino secundário geral foi alcançada já em 1970. Do ponto de vista social, o ensino secundário foi o investimento mais rentável, com uma taxa de retorno social de 18 por cento para o ensino secundário completo. Além disso, o ensino em língua Inglesa tinha uma recompensa monetária maior para a sociedade do que o ensino nas outras línguas vernaculares.

8. Além do generoso financiamento do Governo, duas outras estratégias foram adoptadas para atender à rápida expansão da população escolar: o recrutamento de professores e a disponibilidade de manuais escolares. Correspondendo ao aumento do número de matrículas, o número de professores também aumentou rapidamente. Estes eram professores formados ou qualificados e a estratégia para atingir o número necessário foi o recrutamento em grande escala de professores em formação no então Colégio de Formação de Professores. Durante esse período, um programa de ensino a tempo parcial foi introduzido, com formação na parte da manhã e o ensino à tarde e vice-versa. Esta foi uma abordagem realista durante os anos de rápida expansão.

9. O esquema do governo de empréstimo de manuais escolares deu assistência a todos os alunos. Isto foi feito de acordo com a política "Manuais para Todos" segundo a qual a nenhuma criança de famílias de baixo rendimento deve ser negada a educação por causa da impossibilidade de comprar manuais. O esquema de manuais escolares gratuitos era

administrado pela escola e os livros eram obtidos directamente do Gabinete de Publicações da Educação do Governo.

10. Este período também viu a revisão e a actualização do ensino técnico-profissional. As escolas secundárias técnicas tinham sido estabelecidas em 1964 para os alunos que não tinham êxito nos exames de acesso ao ensino secundário geral. O currículo consistia em grande parte em disciplinas de formação profissional, tais como carpintaria, economia doméstica, arte e artesanato e desenho técnico. Em 1968, apenas 12 por cento dos alunos do ensino secundário estavam na via técnica. Começou a tornar-se evidente no Ministério das Finanças que a perspectiva de formação de trabalhadores tecnicamente qualificados pelo sistema educativo seria insuficiente para satisfazer as exigências de novas indústrias. Em resposta, o governo acelerou a expansão do ensino técnico. Foi criada no Ministério da Educação a Secretaria do Ensino Técnico e todos os alunos do sexo masculino no ensino secundário geral foram obrigados a ter dois anos de exposição a matérias técnicas, enquanto as meninas podiam escolher entre as disciplinas técnicas e a economia doméstica.

11. Para acompanhar o rápido desenvolvimento do ensino técnico e da formação profissional, foi desenvolvido um extenso programa de formação e reciclagem de professores. Até 1972, o número de professores do ensino técnico aumentou cinco vezes. Além de professores particularmente formados em matérias técnicas, os professores do ensino geral também eram encorajados a se formarem em matérias técnicas. A flexibilidade inerente a à formação de professores mostrou-se altamente rentável para atender à procura crescente de professores com perfil técnico.

12. Em meados dos anos 1970, a adopção da estratégia de industrialização orientada para a exportação tinha levado o país a desfrutar de pleno emprego. Mas era evidente para os líderes políticos que, para sustentar taxas de crescimento robustas, as pessoas deviam desenvolver competências adicionais em ciência e tecnologia. O problema era agravado pela escassez de competências locais nas áreas da ciência e tecnologia. Reconhecendo o atraso no desenvolvimento da ciência e tecnologia, o Governo de Singapura, em 1980, adoptou estratégias de desenvolvimento destinadas a empurrar a economia e a sociedade a um nível tecnológico mais elevado. Assim, novas mudanças na educação foram introduzidas para apoiar essa visão.

Desenvolvimento Sustentável através da Educação para a Eficiência, 1978-1997

13. Em 1980, após duas décadas de expansão intensiva do sector da manufactura, em grande parte sob a égide de corporações multinacionais estrangeiras, a contribuição do sector manufactureiro tinha passado para 28 por cento do PIB, em comparação com 12 por cento em 1960. No entanto, à medida que os países do sudeste Asiático começaram a competir de forma eficaz para investimentos estrangeiros em indústrias de mão-de-obra pouco qualificada e de trabalho intensivo, a vantagem comparativa anterior de Singapura em produtos manufactureiros de mão-de-obra intensiva foi sendo gradualmente reduzida.

14. A resposta foi uma mudança de estratégia que pudesse acelerar a transição de Singapura de país industrializado com base em mão-de-obra intensiva a uma economia assente em capital

intensivo. Assim, a "Segunda Revolução Industrial" foi lançada em 1981 para acelerar a transição de Singapura para uma base tecnológica mais sofisticada, e, assim, retirá-la da concorrência com os países com mão-de-obra barata e reduzir a sua dependência da expansão da mão-de-obra para o crescimento económico. As duas principais estratégias do programa de reestruturação foram, em primeiro lugar, uma continuação da política de atracção de empresas multinacionais para investir em operações de alta tecnologia e, por outro, a promoção da ciência e da tecnologia.

15. Após duas décadas de rápida expansão das oportunidades educativas para todos os jovens de Singapura, durante as quais o ensino primário e o ensino secundário geral se tornaram universais, o governo decidiu mudar o seu foco para a qualidade ao invés do cumprimento de meras exigências quantitativas. A nova ênfase foi colocada na provisão de uma educação de qualidade. Ao mesmo tempo, o sistema do ensino foi reestruturado com maior atenção à eficiência. Em 1979, foi introduzido um novo sistema do ensino (NSE) destinado a reduzir o desperdício escolar. O NSE introduziu três vias diferentes no ensino primário e secundário para permitir que os alunos progredam de acordo com as suas aptids. Em termos de mão-de-obra, a intenção era reduzir o abandono escolar e permitir que cada aluno pudesse ir tão longe quanto possível e, assim, obter o melhor ensino possível para uma posterior formação e emprego.

16. No início de 1980 as principais características do sistema de ensino orientado para a eficiência estavam estabelecidas - um currículo nacional com ênfase no bilinguismo, educação moral e cívica, forte ênfase na ciência, matemática e ensino técnico; acompanhamento, com avaliação regular dos alunos regulamentada pela Divisão de Testes e Pesquisa do Ministério da Educação; materiais curriculares diferenciados e adaptados às necessidades das diferentes correntes, produzidas pelo Instituto de Desenvolvimento Curricular de Singapura; regras claras de progressão para as universidades, politécnicos e institutos de formação profissional; e, a partir de 1984, um programa sistemático de formação profissional com duração de um ano para os directores e chefes de departamentos.

17. De 1985 a 1991, uma série de mudanças educativas foram introduzidas, o que reduziu o desperdício, deu maior flexibilidade ao sistema escolar, concedeu maior autonomia às escolas e proporcionou maior acesso ao ensino superior. Todos os alunos que saíam do ensino primário eram colocados em cursos do ensino secundário que correspondiam ao seu ritmo de aprendizagem, capacidades e talento. O Inglês tornou-se no principal meio de instrução em todas as escolas. Em 1989, todas as escolas secundárias passaram a ter um turno único.

18. Uma questão crucial foi a incapacidade do sistema educativo para inculcar valores positivos e atitudes em relação à formação técnica e trabalho de "colarinho azul". Embora muito havia sido feito para dotar os diplomados com competências técnicas e profissionais, a formação profissional continuava a ser especialmente vista como uma forma de educação contínua para os alunos menos dotados para o ensino académico. Antes de 1992, aqueles que reprovavam nos exames de fim do ensino primário ou secundário eram orientados para os institutos de formação profissional. Ao contrário da Coréia do Sul, onde a formação profissional e técnica era muito apreciada, o sistema de Singapura não conseguia projectar a mesma imagem positiva. Os institutos de formação profissional continuavam a ser vistos comorepositório para aqueles que

não conseguiram dominar o rigor do currículo acadêmico. Como resultado, Singapura continuou a ser severamente prejudicada pela escassez de mão-de-obra em três níveis críticos - mão de obra especializada, engenheiros e técnicos qualificados, e gestores formados em técnicas modernas.

19. Várias mudanças institucionais foram introduzidas na década de 1990 para melhorar a imagem do ensino técnico e profissional em Singapura. Em 1992, o Conselho de Formação Profissional e Industrial foi totalmente reformulado e rebaptizado como Instituto de Ensino Técnico (IET). Estabelecimentos do IET, com excelente infra-estruturas educativas e desportivas e suporte tecnológico de ponta, foram construídos em várias localidades por toda a ilha. A partir de 1992, os alunos menos bem sucedidos no final do ensino primário eram orientados para uma nova via chamada de Ensino Secundário Técnico Normal e, posteriormente, para os Institutos de Ensino Técnico. O currículo do ensino secundário foi reestruturado para proporcionar o tempo necessário à aprendizagem de competências básicas, especialmente o domínio da língua Inglesa. Também foram disponibilizadas bolsas de estudo para os melhores diplomados dos IET para prosseguirem formação nos institutos politécnicos. A partir de Agosto de 1994, os IET lançaram programas especiais para os estudantes da via técnica do ensino secundário. O objectivo era familiarizá-los com as ofertas formativas e, mais importante, "remover quaisquer receios em relação a máquinas e ferramentas ou estereótipos sobre empregos de "colarinho azul". A procura no mercado pelos diplomados bem formados dos IET, principalmente por parte de 650 empresas participantes no esquema de aprendizagem com os IET, levou a um aumento do salário inicial desses diplomados, de uma média de cerca de 700 US\$ por mês em 1994 para cerca de 1.200 US\$ por mês em 2005. Também havia muitas "histórias de sucesso", destacadas nos jornais, de estudantes dos IET que passavam depois para os politécnicos e, finalmente, adquiriam diplomas universitários. Em suma, apesar das inscrições nos IET ainda se limitarem sobretudo aos alunos com dificuldades para seguirem o currículo acadêmico normal, a imagem da formação profissional melhorou muito.

20. A nível do ensino superior, em linha com o esforço do Governo para ampliar o leque de mão de obra científica e técnica, as inscrições em cursos nas instituições nacionais aumentaram em mais de 300 por cento durante o período de 1980 a 1992. O aumento das inscrições universitárias, porém, não escondia o facto de que Singapura tinha um défice crítico de quadros universitários para gerir a sua economia. No início dos anos 80, apenas 9 por cento de uma coorte de estudantes entravam nas universidades ou politécnicos. A rigidez no processo de admissão nas duas universidades do país também impediu a rápida expansão dos diplomados do ensino superior.

21. Singapura ilustra como é possível construir e expandir progressivamente um sistema de ensino diversificado mas articulado através de uma sequência de iniciativas políticas. Primeiro, as duas universidades do país herdadas da era colonial foram fundidas para formar uma forte Universidade Nacional de Singapura, em 1980. No ano seguinte, o Instituto Tecnológico de Nanyang foi estabelecido, evoluindo para uma universidade tecnológica em 1991. O Instituto foi concebido como pedra angular na formação de recursos humanos para uma estratégia de crescimento económico baseada em competências e tecnologias seleccionadas como a robótica médica, a microelectrónica e a óptica. Durante a década de 1990, dez institutos pós-secundários do ensino técnico foram estabelecidos para gerar competências técnicas de nível médio para

apoiar esse esforço. Este papel era desempenhado pelos cinco politécnicos, que foram posteriormente re-direcionados para enfatizar a educação contínua e programas de desenvolvimento profissional pós-emprego. O acesso ao ensino superior foi alargado através da criação de várias faculdades regionais ligadas à universidade nacional, através de mecanismos de transferência de alunos. Da mesma forma, aos melhores alunos dos politécnicos foram dadas oportunidades para progredirem para estudos de nível universitário. No final da década de 1990, a Universidade Nacional de Singapura iniciou uma mudança estratégica para uma universidade multidisciplinar de pesquisa intensiva com um forte complemento de programas de pós-graduação. Em 2000, a *Singapore Management University* foi aberta como uma sociedade anônima em parceria com a *Wharton School of Business* da Universidade da Pensilvânia, nos Estados Unidos. Parte do seu mandato é oferecer opções de aprendizagem ao longo da vida para adultos trabalhadores. Em 2005, foi aberto o primeiro de três Institutos Regionais do Ensino Técnico de nível superior. Estes novos Institutos Regionais destinam-se a difundir competências técnicas práticas aos 25-30 por cento dos alunos do ensino secundário que anteriormente não tinham acesso ao ensino superior. Desta forma, Singapura utilizou os instrumentos de política de diferenciação e articulação institucional na prossecução de estratégias de formação de capital humano que têm gerado uma economia vigorosa que desmente o tamanho relativamente pequeno do país.

22. O Governo compreendeu que, para se tornar numa cidade-estado com tecnologia avançada, o país precisava de produzir de forma sustentável cientistas e engenheiros nacionais. Compreendeu-se que para que Singapura desenvolvesse a sua capacidade tecnológica local, era importante que a maioria dos cientistas e engenheiros fossem cidadãos do país formados em universidades e institutos politécnicos locais.

23. Consequentemente, o número de licenciados em engenharia duplicou entre o período de 1980-1985 e 1986-1989. Graças às políticas governamentais, as universidades começaram a assumir um papel mais importante em ciência e tecnologia, especialmente na criação de parques científicos.

24. Foi também em meados dos anos 1980 que Singapura lançou o seu Plano Nacional de Tecnologia de Informação que marcou a sua passagem a nação “conectada”. No entanto, embora tivessem sido introduzidas nas escolas medidas para promover a literacia informática, a apropriação foi lenta e foi só quase uma década depois que o Plano de 1997 catalizou esforços concertados para expandir os conhecimentos de informática.

Rumo a uma Economia Baseada no Conhecimento por meio de uma Educação para Competências, de 1997 - Presente

25. Em 1995, o modelo de educação para a eficiência estava a produzir resultados positivos. Os jovens de Singapura tinham um desempenho excepcionalmente bom nos Testes Internacionais em Matemática e Estudos de Ciências (TIMSS 1995 e 1999). Esse êxito foi novamente alcançado em 2003. Embora alguns acreditem que os chamados “valores asiáticos” estivessem na base deste sucesso, a política de fluxo de estudantes de acordo com as suas aptidões académicas em Singapura, tanto a nível do primário como do secundário, ajudou os

professores a melhor responderem às exigências de aprendizagem dos seus alunos. Os alunos beneficiaram também de mudanças importantes no currículo de matemática em 1990 e do ensino da ciência a partir de 1985 (quando a ênfase foi colocada na capacidade para pensar e na compreensão dos conceitos, em vez do domínio dos conteúdos). A taxa de abandono nas escolas secundárias diminuiu significativamente de 19 por cento em 1980 para 3,5 por cento em 1999.

26. A globalização, alimentada em parte pelos rápidos avanços tecnológicos, redefiniu o quadro competitivo das nações. Na nova economia, a riqueza nacional é cada vez mais determinada pela descoberta e aplicação de novas idéias comercializáveis. A transição para uma economia baseada no conhecimento muda a ênfase do valor dos factores tradicionais de produção e de produção industrial para o uso do conhecimento em inovação e criatividade. Em Singapura, quanto mais rapidamente a economia muda, mais dificilmente os cidadãos têm confiança nas suas competências e empregabilidade. Estas tendências exigem que o sistema de ensino de Singapura se realinhe e estruture para enfrentar os desafios do novo século. Todas as partes interessadas, nomeadamente os pais e a comunidade em geral, estavam agora activamente envolvidas. O sistema de ensino de Singapura entrou numa fase orientada para a capacitação para responder às necessidades da economia do conhecimento.

27. O marco principal da educação dos anos 90 foi uma mudança de paradigma estratégico - de uma educação orientada para a eficiência para uma educação orientada para a capacitação, e desde Junho de 1997, incorporada na visão "Escolas Que Pensam, Nação Que Aprende"¹¹⁰ (TSLN). A visão TSLN baseia-se na premissa de que, desprovida de recursos naturais, a sustentabilidade futura e a riqueza de Singapura depende da capacidade do seu povo de aprender - e aprender continuamente ao longo das suas vidas. A decisão de fazer uma mudança radical rumo a uma educação orientada para a capacitação nos finais de 1990 foi oportuna e imperativa.

28. A educação orientada para a capacitação foi concebida para dar a todos os jovens um ensino geral de 10 anos, incluindo seis anos de escolaridade obrigatória a nível do primário, durante o qual eles podem participar numa variedade de programas de acordo com as suas capacidades. O sistema escolar continua a apresentar um currículo nacional, com exames nacionais nos finais dos ensinos primário e secundário. No entanto, o modelo de educação orientada para a capacitação proporciona maior flexibilidade e escolha. Ao sair da escola primária, o jovem de Singapura passa a ter uma variedade de vias educativas que atendem às suas diferentes aptidões e interesses. As vias já não são mais barreiras rígidas e existem oportunidades de transferência lateral. As escolas têm a flexibilidade de oferecer opções que atendam aos interesses dos alunos e um vínculo mais estreito do ensino-aprendizagem com o ensino politécnico e os IET foi posto em prática.

29. Uma estrutura de educação flexível que melhor atenda às diversas aptidões dos alunos foi assim estabelecida. Para alcançar uma melhoria qualitativa em todo o processo de educação de

¹¹⁰ O conceito ou visão "Thinking Schools, Learning Nation" foi lançado pelo então Primeiro Ministro, Goh Chok Tong, em 2 de Junho de 1997. Ver também, Leslie Sharpe and S. Gopinathan, "After effectiveness: new directions in the Singapore school system?"

Singapura, várias outras iniciativas importantes foram lançadas, incluindo a renovação das carreiras para os professores, o ensino do pensamento criativo, a introdução de estratégias colaborativas de aprendizagem, a ênfase na educação nacional (ou cidadania), o uso das novas tecnologias no ensino e aprendizagem, e mais recursos e maior autonomia às escolas.

30. Todas estas mudanças estruturais e iniciativas educativas foram acompanhadas por mudanças no financiamento da educação. O primeiro passo foi o compromisso do governo em aumentar as despesas da educação de 4 para 5 por cento do PIB. Em 1991, foi anunciado um programa inovador, denominado *Regime Edusave*, que permitiu que fossem atribuídas subvenções a cada criança entre seis e 16 anos para despesas específicas de educação, como programas extra-escolares, etc. As despesas recorrentes do governo por aluno no ensino primário aumentou de 2.013 US\$ em 1991 para 3.541 US\$ em 2005 e de 2.843 US\$ por aluno do secundário em 1991 para 5.390 US\$ em 2005.

31. A nível da formação de professores, Singapura é talvez um dos poucos países no mundo a oferecer um pacote generoso de emprego a fim de atrair e manter um corpo docente de alta qualidade. Além de remunerações que são compatíveis (ou até melhores) com as de advogados, engenheiros e até médicos no início de carreira no serviço público, todos os professores têm direito a 100 horas de formação profissional totalmente subsidiadas por ano. Desta forma, os professores em serviço têm a oportunidade de manter e aumentar o seu "capital intelectual", enquanto o país beneficia de um quadro docente cuja formação não se torna obsoleta. Finalmente, os dirigentes das escolas e os professores são incentivados a tirar uma licença sabática para adquirir novos conhecimentos e competências - e não necessariamente numa instituição do ensino, mas em outros sectores, como a indústria da hospitalidade por exemplo. Foi também durante este período que a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) se desenvolveu nas escolas de Singapura e nas instituições do ensino superior. Dois bilhões de dolares (para o período 1997-2002) foram consagrados à introdução das TIC nas escolas, e os alunos passaram a dedicar 30 por cento do tempo de aprendizagem através de computadores.

Conclusão

32. A educação oferece à Cidade-Estado de Singapura fortes fundamentos para sustentar a sua competitividade. Sem recursos naturais para explorar, o desenvolvimento dos recursos humanos do país através de um sistema de educação robusto é crucial. O estudo de caso de Singapura mostra que todo o desenvolvimento da educação em geral foi guiado por uma liderança política forte. Sem recursos naturais, o governo reconheceu a importância da educação e a necessidade urgente de um sistema nacional de gestão das escolas.

33. O governo de Singapura investe fortemente na educação, principalmente a nível do secundário e da formação ao longo da vida da força de trabalho. Além da defesa, o sector da educação recebe a maior parcela (cerca de 4 por cento) do PIB por ano. O objectivo geral é o de manter a competitividade económica mundial da nação. Um ponto chave é que a aprendizagem, como na construção de uma casa, é essencial para construir uma base sólida antes de adicionar toda a estrutura. Singapura desenvolveu a sua base de ensino primário e secundário antes de expandir a sua formação profissional e técnica e o ensino superior. E enquanto a componente

"quantidade" foi sendo trabalhada, deu-se também atenção à componente "qualidade". Há lições básicas da "Experiência de Singapura" que podem ser relevantes para os formuladores de políticas em educação nos países em desenvolvimento.

34. *Lições.* A educação em Singapura desde 1965 exemplifica a regra geral de que o desenvolvimento da educação básica generalizada é necessária, embora não suficiente, para sustentar o crescimento económico. Durante as fases iniciais de crescimento (nos anos 1960 e início dos anos 1970) a prioridade do governo era criar empregos, para que o povo e o país pudessem sobreviver. O governo tentou expandir rapidamente o acesso ao ensino primário para todos os Singapurianos. Isso criaria no mínimo uma força de trabalho jovem com o ensino básico para suportar as indústrias de trabalho intensivo previstas em grande parte por empresas estrangeiras. Além disso, a rápida construção de escolas também oferece oportunidades de emprego. Depois de se abraçar o objectivo da educação primária universal para atender à crescente procura da educação, a meta foi rapidamente alcançada. Recursos, incluindo material didático gratuito para aqueles que não podiam pagar por eles, foram totalmente disponibilizados pelo governo. O governo garantiu escolas secundárias suficientes para atender ao aumento da escolarização primária. No entanto, até ao final de 1970, o desperdício na educação era elevado e, embora o ensino primário e secundário universal tivesse sido alcançado, a qualidade da educação era desigual. No plano económico, o desemprego era elevado, a produtividade do trabalho em Singapura era baixa e, em grande parte, em consequência da sua forte dependência de empresas multinacionais de tecnologia, a base tecnológica nacional estava pouco desenvolvida. Medidas urgentes foram tomadas pelos planificadores da educação para melhorar a qualidade do sistema do ensino e reduzir o desperdício na educação na década de 1980. No ensino superior, foi alcançada uma substancial expansão das inscrições em cursos de engenharia e tecnologia.

35. O aumento do nível da educação da população foi fundamental para a economia de Singapura, uma vez que garantiu a transição de uma estratégia de industrialização baseada no trabalho intensivo para uma estratégia de alto valor agregado e de tecnologia intensiva na década de 1990. A estratégia económica de Singapura para o novo milénio depende fortemente do aumento da literacia tecnológica dos seus habitantes. Isto consegue-se em grande parte através do sistema educativo. Além da sua ênfase na ciência, matemática e o ensino da informática, a formação técnica e profissional constitui uma componente central do sistema de educação de Singapura. Apesar das dificuldades iniciais, o governo insistiu na modernização e na elevação do estatuto da formação técnica e profissional. Este desvio do foco para a componente técnica em vez de um fluxo puramente académico da aprendizagem é importante para Singapura como uma cidade global. A maioria da força de trabalho tem de ser tecnicamente competente para sustentar o sector de manufactura e dos serviços.

36. O novo paradigma económico do novo século levou a uma ampla reforma do sistema de ensino, tais como as iniciativas para incutir inovação, capacidade de resolver problemas, criatividade e empreendedorismo nos jovens e, ao mesmo tempo, manter uma forte ênfase no domínio dos conteúdos e nos valores. O currículo escolar é constantemente revisto para garantir a sua adequação ao contexto do desenvolvimento socio- económico global de Singapura. A ênfase foi colocada na alfabetização, bilinguismo, ciência e matemática, artes e educação moral. As

escolas foram encorajadas a serem inovadoras, a assumirem maior responsabilidade pelos seus programas e recursos e serem mais responsáveis perante toda a sociedade. Este é um afastamento significativo da anterior abordagem “de cima para baixo” adoptada pelo Ministério da Educação. Os dirigentes escolares e professores passaram a ser formados para responderem à mudança e para iniciarem a mudança. Esta abordagem de "apoio de cima para baixo para iniciativas locais" incentiva as escolas a tomarem decisões e a exercerem uma maior autonomia. Com maior autonomia vem maior responsabilidade. Os planificadores da educação nos países em desenvolvimento devem reconhecer que os professores e os directores são a chave para o êxito na transformação da governação da escola e da pedagogia. Em Singapura, os professores e directores desfrutam de um reconhecimento do seu elevado estatuto, de amplas oportunidades de desenvolvimento profissional e de uma boa progressão na carreira e de um bom pacote do emprego.

37. Uma característica 'sacrossanta' da estrutura educativa de Singapura é o bilinguismo. Foi crucial para o governo a introdução de uma língua principal de instrução (neste caso, a língua Inglesa) em todo o sistema educativo. O uso do Inglês como meio de instrução permite aos jovens de Singapura enfrentar os desafios da economia global, mas a língua materna é também importante como lastro cultural e é uma das formas para inculcar os valores asiáticos.

38. Em conclusão, muitos países em desenvolvimento aprenderam e alguns tentaram transferir aspectos do "modelo de educação" de Singapura para os seus sistemas educativos. No entanto, no caso de Singapura, por detrás dos mecanismos e processos de mudança da educação está a força que impulsiona tudo - a liderança política de Singapura. As pessoas a quem a população confiou no momento da independência a responsabilidade para conduzir os destinos da pequena Cidade-Estado mostraram-se à altura do desafio de garantir a estabilidade, tiveram a capacidade de executar políticas macro-económicas e sociais sólidas e vontade política para realizar mudanças. A educação era (e é) visto como a chave para uma vida boa e, desde os primeiros anos da independência, a liderança política trabalhou arduamente para proporcionar educação para todos. A população de Singapura reconhece a importância de uma boa educação para se desfrutar da independência económica e de bons padrões de vida. É preciso ressaltar, no entanto, que este esforço para se alcançar uma boa educação é sustentável porque a nação possui o ambiente económico e social que permite aos seus cidadãos colher todos os benefícios dos seus investimentos na educação.

ANEXO 4: Estudo de Caso – Ilhas Maurícias: Desenvolvimento do Ensino Superior

	População	PIB per Capita	TBE no Ensino Superior	Parte do Ensino Superior no Orçamento da Educação	Parte do Privado nas Matrículas do Ensino Superior	Matrículas no Ensino Superior Não Universitário (ISCED 5B)	Matrículas nas Ciências e Engenharia	Percentagem da População Abaixo da Linha da Pobreza
Ilhas Maurícias	1.3 milhões	\$6,400	45%	12%	25%	26%	24%	11%
Cabo Verde	0.5 milhões	\$3,183	20%	14%	60%	1%	23%	27%

1. A Maurícia é uma pequena ilha nação situada no meio do Oceano Índico. A sua população mistura etnias da Ásia e, em menor grau, do Médio Oriente e África. Consequentemente, vários idiomas são falados, sendo o Inglês e o Francês os predominantes. A Maurícia alcançou um impressionante progresso económico durante os anos 1980 e 1990, passando de um país de baixa renda na década de 1970 para um país de renda média actualmente. O crescimento económico durante este período foi em média de cerca de 5 por cento ao ano. Neste processo, a Maurícia diversificou a sua economia das exportações de cana de açúcar para têxteis, flores, bancos, e turismo. Os serviços representam actualmente 77 por cento do PIB. Este é um feito impressionante para um país insular desprovido de recursos naturais.

2. O crescimento começou a declinar em meados da década de 1990 quando o acesso preferencial do país aos mercados de açúcar e têxtil chegou ao fim. Em resposta, uma nova visão baseada numa economia de maior valor agregado, mais diversificada, e baseada em competências e o conhecimento intensivo começou a tomar forma. Para realizar esta visão, os planificadores reconheceram que era preciso investir maciçamente em capital humano e infra-estruturas, fazer o melhor uso de tecnologias avançadas, e reformar o quadro regulamentar para aproveitar a criatividade do sector privado. No entanto, pouco foi alcançado nessas áreas durante a década que se seguiu. Em vez disso, o crescimento económico desacelerou à medida que os novos sectores não conseguiam gerar esperança para níveis de produção e do emprego mais elevados e os sectores tradicionais perderam terreno para a crescente concorrência nos seus mercados de exportação. Os anos do milagre da década de 1980 recuaram para a história.

3. A partir de 2006, a Maurícia passou de uma primeira geração de reformas, liderada e executada essencialmente pelo Ministério das Finanças, para a segunda geração de reforma, em que a coordenação entre os vários ministérios bem como a maior capacidade institucional no sector público tornou-se um desafio essencial. Neste contexto, a prioridade para as reformas que são politicamente viáveis e têm o melhor potencial para desbloquear o crescimento com equidade tornou-se num objectivo importante.

4. Actualmente, a estratégia económica nacional do governo tem como objectivo de tornar o país num centro de conhecimento regional, e a transformação do país num centro regional para o ensino superior é uma parte fundamental dessa estratégia. Planeia-se a construção de um novo campus e a atracção de 100 mil estudantes estrangeiros até 2020. Ao mesmo tempo, uma prioridade nacional é aumentar as matrículas no ensino superior para passar de uma TBE de 17 por cento para 30 por cento. Como resultado, o sector de ensino superior será transformado e ampliado.

O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR

5. O ensino superior tem desempenhado um papel importante no desenvolvimento recente do país. Até à década de 1980, a Maurícia enfrentou problemas no seu sector do ensino superior. A sua TBE no ensino superior era inferior a 1 por cento, e a alta taxa de desemprego dos graduados conduziu a uma séria agitação estudantil em 1979. Mas desde meados da década de 1980, a Maurícia reformulou o seu sistema do ensino superior, alargando consideravelmente o acesso e elevando a sua TBE. Essa expansão foi alicerçada no fortalecimento muito cedo dos sistemas do ensino primário e secundário do país. Na Universidade da Maurícia, durante muito tempo a única universidade pública do país, o desenvolvimento foi incremental, começando com diplomas e programas em apenas três áreas-chave (Agricultura, Administração, e Tecnologia Industrial) que lentamente se expandiram ao longo dos anos em resposta às necessidades dos estudantes e à procura do mercado de trabalho.

6. A Maurícia tem-se concentrado na melhoria da qualidade e relevância, bem como da quantidade do seu ensino superior. O número anual de licenciados da Universidade aumentou de menos de 40 em 1989 para mais de 5.000 em 2008. A inscrição de estudantes em 2009 foi de 42.300. Estes incluem numerosos estudantes inscritos em cursos que não conduzem a diplomas, ou em cursos de curta duração, os quais correspondem a 26 por cento das matrículas no superior, e estudantes de pós-graduação, que correspondem a 12 por cento das inscrições. A Universidade tem estendido a sua colaboração na região, ajudando a criar a Universidade do Oceano Índico, uma rede de educação à distância de instituições de vários países.

7. As necessidades económicas nacionais em recursos humanos qualificados tem sido o principal motor na concepção do currículo nas Ilhas Maurícias. Hoje, a Universidade conta cinco faculdades - agricultura, engenharia, direito e gestão, ciências, e estudos sociais e humanidades. O foco de cada faculdade é premissas de desenvolvimento do país (incluindo a investigação aplicada). A Faculdade de Engenharia, por exemplo, confere graus em ciências da computação (que está a ajudar a economia a diversificar-se para o sector lucrativo dos serviços) e tecnologia têxtil (as exportações têxteis têm desempenhado um papel vital no crescimento económico). Em reconhecimento da ampla base de competências necessárias na engenharia moderna, a Faculdade também forma estudantes de engenharia em economia, em contabilidade, e tecnologia de informação e comunicação. Em 2005, o país ampliou a sua capacidade na área da ciência e tecnologia, com a fundação da Universidade de Tecnologia, a sua segunda universidade pública.

8. O sistema do ensino superior não se concentra apenas em áreas de promoção do

crescimento, mas também em questões de desenvolvimento social. Para abordar as questões da pobreza, a Universidade da Maurícia criou um Centro de Pesquisas Sociais Aplicadas, cujos estudos recentes incluem pesquisas sobre exclusão social e um relatório sobre as atitudes dos desempregados em relação ao trabalho em zonas de Processamento de Exportação do país. Para abordar as questões de sustentabilidade ambiental, a Universidade criou parcerias para com órgãos internacionais como a UNESCO e o Banco Mundial para a realização de consultorias para o monitoramento da qualidade da água e do ar, o acompanhamento da evolução costeira, e a realização de avaliações do impacto ambiental para projectos de desenvolvimento.

9. Estes esforços estão a ter um grande impacto. Antes das reformas do ensino superior, 60 por cento dos estudantes universitários da Maurícia estudavam no exterior. As várias realizações mencionadas têm ajudado a diminuir a fuga de cérebros e também estão a proporcionar grandes benefícios para a sociedade Mauríciana. Além do aumento dos rendimentos dos estudantes, as receitas fiscais vão crescer e proporcionar a melhoria do sistema do ensino superior na sua generalidade.

10. A Maurícia foi capaz de estabelecer desde o início a boa governança interna no ensino superior. A Universidade tem promovido e mantido relações de trabalho estreitas com o governo, o sector privado e a sociedade civil. A relativa ausência de conflito social tem sido um factor essencial que permitiu que a Universidade prosseguisse constantemente a sua estratégia de desenvolvimento ao mesmo tempo que continuava concentrada nas necessidades da economia nacional.

O SISTEMA DO ENSINO SUPERIOR

11. O ensino superior nas Ilhas Maurícias é caracterizado por uma ampla gama de instituições com características diversas. Algumas oferecem cursos numa variedade de disciplinas, enquanto outras concentram suas actividades em apenas uma ou duas áreas académicas.

12. No sector público, o ensino superior gira em torno da Universidade da Maurícia (criada em 1965). Além das cinco Faculdades mencionadas acima, ela dispõe também de um Centro de Investigação e Estudos de Medicina, um Centro de Ensino à Distância, um Centro de Tecnologias Inovadoras de Aprendizagem, um Centro de Tecnologia e Sistemas de Informação, e um Centro de Consultoria. A Universidade Tecnológica foi inaugurada em 2000, e trabalha em estreita colaboração com as empresas, o governo e a indústria. É organizada na Escola de Informática de Gestão e Engenharia de Software, a Escola de Políticas Públicas e Gestão, e a Escola de Ciência e Desenvolvimento Sustentável. O antigo Colégio Maurício do Ar (fundado 1971) está agora a ser reconfigurado em Universidade Aberta da Maurícia. Ela irá oferecer ensino superior através de aprendizagem à distância e aberta, servindo os estudantes da Maurícia e daregião. O Instituto de Educação da Maurícia (formação de professores) e o Instituto Mahatma Gandhi (arte e cultura Índia e Maurícia) completam o sistema do ensino superior público.

13. Dois institutos politécnicos ocupam um lugar de destaque no sector do ensino superior

público. Eles conferem diplomas em Administração de Tecnologia da Informação e Contabilidade, Engenharia Electrotécnica, Mecatrônica e Construção. Todos estes programas são executados num regime de tempo integral.

14. Nos últimos anos, algumas instituições privadas entraram no mercado do ensino superior. Essas instituições, cerca de 35 em número, fornecem principalmente programas em disciplinas como Gestão e Tecnologia de Informação e Contabilidade. A maioria dessas instituições privadas são interlocutores locais de instituições no exterior. Elas oferecem programas académicos que vão desde a licenciatura à pós-graduação, através de um sistema misto, que combina ensino à distância e presencial.

15. A paisagem do ensino superior da Maurícia também contém quatro instituições do ensino superior com um mandato regional, nomeadamente a Universidade do Oceano Índico, o Instituto da Francofonia para o Empreendimento, a Escola de Medicina *Sir Seewoosagur Ramgoolam*, e o Colégio Mauras de Odontologia. Essas instituições estão voltadas para programas académicos em disciplinas específicas.

16. Além dos alunos que se inscrevem nas instituições locais do ensino superior, um número significativo de estudantes Maurícios vão para o exterior ou seguem programas internacionais de ensino à distância na prossecução dos seus estudos.

17. A supervisão deste sistema está sob a alçada da Comissão do Ensino Superior, que tem a responsabilidade de atribuir fundos públicos e de planear e coordenar o desenvolvimento do ensino pós-secundário. A Comissão também tem o mandato de regular as instituições particulares do ensino pós-secundário através do registo e a acreditação institucional dos programas para garantir a qualidade do ensino.

LIÇÕES

18. *Criar uma universidade que atenda às necessidades nacionais.* As duas universidades públicas foram concebidas, em termos de currículos e níveis de qualificação, para responder claramente às necessidades nacionais identificadas em recursos humanos. Este projecto teve em conta os recursos limitados do país, as suas prioridades económicas, e as suas necessidades de vários níveis de formação.

19. *Começar pequeno, crescer lentamente, e focalizar-se na qualidade.* A Universidade da Maurícia começou por oferecer programas e a conferir diplomas em apenas três Faculdades. O crescimento das matrículas não superou os recursos disponíveis, e a qualidade manteve-se sempre uma preocupação constante. De notar que, embora a Universidade da Maurícia tivesse sido fundada em 1965, os seus primeiros cursos de pós-graduação só foram iniciados em 2000.

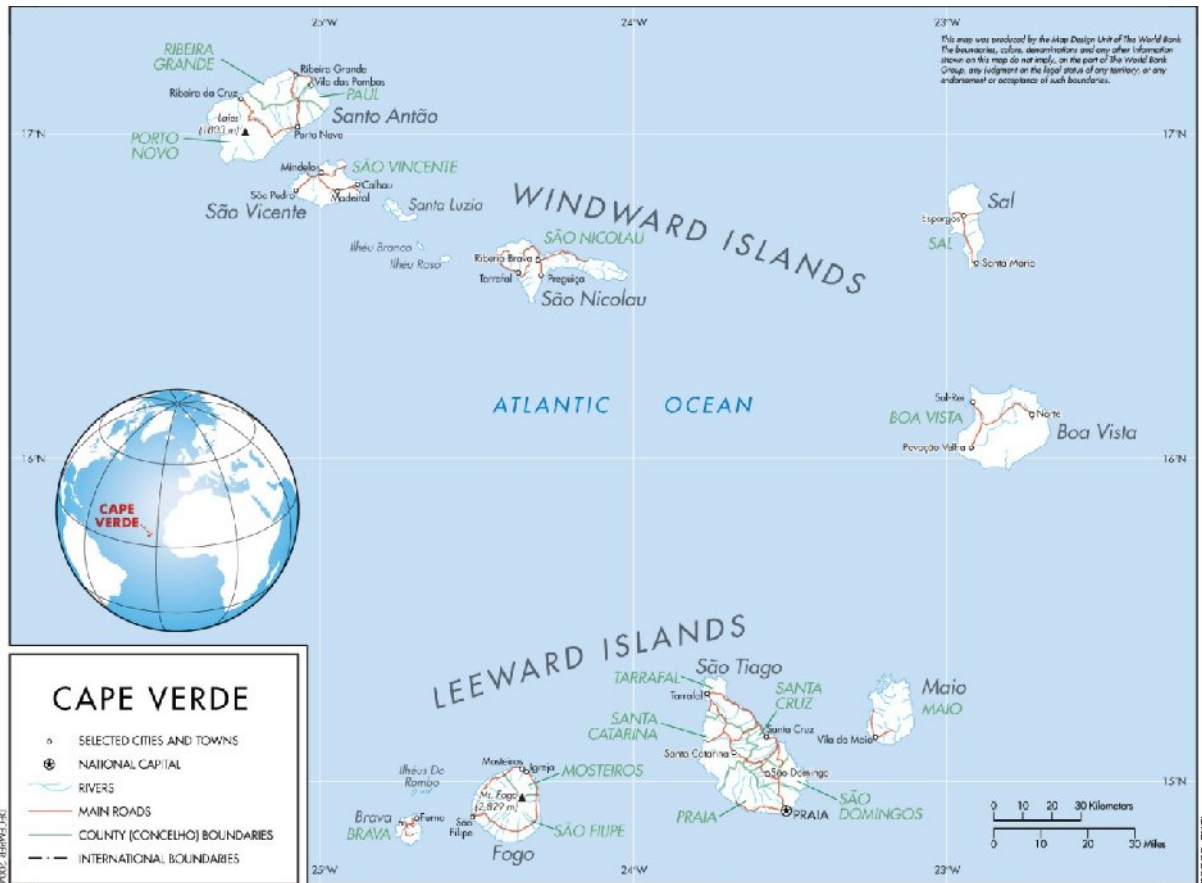
20. *Diversificar os tipos de instituições do ensino superior a fim de atender às diferentes necessidades dos estudantes, empregadores e governo.* À medida que a economia se diversificava e o mercado de trabalho para os trabalhadores qualificados evoluía, o sistema do ensino superior adaptava-se e respondia criando uma gama de instituições pós-secundárias para

gerar as competências exigidas. Hoje, o sistema é composto por instituições públicas e privadas, universidades generalistas e específicas, politécnicos, instituições do ensino à distância e programas regionais.

21. *Trabalhar em estreita colaboração com o governo, o sector privado e a sociedade civil.*
A boa governação tem sido uma marca do sistema de ensino superior da Maurícia. Vários mecanismos existem para a consulta com os principais grupos interessados, e a formação de consensos tem acompanhado as iniciativas de reforma.

ANEXO 5: Mapa de Cabo Verde

BIRD 33383



REFERÊNCIAS

- Bain, O. (2001). "The costs of higher education to students and parents in Russia: Tuition policy issues", *Peabody Journal of Education*, 76, 57-80.
- Barr, N. (2004). *Higher education funding* [on line], London: LSE. Available in the Internet in: <http://eprints.lse.ac.uk/archive/00000288>, November 2005.
- Barr, N. (2005). "Financing higher education. Reforms in Britain may provide a useful framework for other countries", *Finance and Development*, 42(2), Junho, International Monetary Fund, Available in the Internet in: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2005/06/barr.htm>, November 2005.
- Cabrito, B. (2002). *Financiamento do Ensino Superior: Condição Social e Despesas de Educação dos Estudantes Universitários em Portugal*, Lisboa: Educa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Cerdeira L, (2009), Cost-Sharing Policy in the European Higher Education: A Comparative Perspective, *PEC 2009*; 15(15): pp60-77, ICID: 899677, ICTTM Value: 5.38.
- Cerdeira L, (2009), O Financiamento do Ensino Superior em Portugal. A evolução recente e opções futuras? *Revista de Finanças Públicas e Direito Fiscal*, Ano II, nº 3, Outubro, 2009, pp. 39-70.
- Cerdeira L (2009), O Financiamento do Ensino Superior Português: a partilha de custos, Almedina, Coimbra, Outubro 2009, ISBN 978-972-40-3978-7, CDU 378, 37
- Chapman, B. (1999). "Reform of Ethiopian higher education financing: Conceptual and policy issues", *Economic of Education Thematic Group Series 2*. Washington: The World Bank.
- Chapman, B. (2005). "Income contingent loans for higher education: International reform", *Discussion Paper N° 491*, Australian National University, Centre for Economic Policy.
- Chapman, B. e Ryan, C. (2002). *Income-Contingent Financing of Student Charges for Higher Education: Assessing the Australian Innovation*, CEPR Discussion Papers 449, Centre for Economic Policy Research School of Social Sciences, Australian National University.
- Dur, R., Teulings, C. e Rens, T.V. (2004). "Should higher education subsidies depend on parental income?", *Oxford Review of Economic Policy*, 20(2), Oxford University Press and The Oxford Review of Economic Policy Limited, 284-297.
- Hebel, K.S. (2003, 13 Dezembro). "Va. Governor wants to inject college into senior year of high school", *Chronicle of Higher Education*.
- Heller, D.E. (1997). "Student price response in higher education: An update to Leslie and Brinkman", *Journal of Higher Education*, 68(6), 625-659.
- Hill, C., Winston, G. e Boyd, S. (2003). *Affordability: Family Incomes and Net Prices at Highly Selective Private Colleges and Universities*, William College. Retirado da internet em Outubro, em: <http://www.williams.edu/wpehe/DPs/DP-66r.pdf>.

Jacobs, B. e Van Der Ploeg, F. (2006). *Getting European Universities into Shape*. European University Institute. Florence: Robert Schuman Centre for Advanced Studies, Policy Papers, RSCAS N° 06/01.

Johnstone, D.B. (2000). “*Student Loans in International Perspective: Promises and Failures, Myths and Partial Truths*”. Available in the Internet in <http://www.gse.buffalo.edu/org/IntHigherEdFinance>.

Johnstone, D.B. (2005). *Higher Educational Accessibility and Financial viability: The Role of Student loans*, World Report on Higher Education: The Financing of Universities II International Barcelona Conference on Higher Education, Global University Network for Innovation (GUNI), Barcelona, Spain, 24-25 My and 28-30 November.

Johnstone, D. B. (2004). Non-Repayable Financial Assistance: The Variety and Cost-Effectiveness of Grants as Opposes to Loans. OECD-Canada Seminar on Student Financial Assistance. Disponível em: http://www.cmec.ca/stats/quebec_2004/documents.en.stm, 30 de Novembro de 2007.

Johnstone, D.B. (2007). “Financing higher education in the United Kingdom: Policy options from an international perspective”, *Seminar Series on Mass Higher Education in UK and International Contexts, Seminar Two – Funding of Higher Education*, Langbank Scotland, 7-8 February, Centre for Research in Lifelong Learning, at Glasgow Caledonian University in conjunction with The University of Edinburgh, The University of Sheffield, and Kingston University London.

Johnstone, D.B. e Shroff-Mehta, P. (2001). “Higher education finance and accessibility: An international comparative examination of tuition and finance assistance policies,” in Heather Eggins (Ed.), *Higher Education Reform*. London: Society for Research into Higher Education [forthcoming]. Também disponível em <http://www.gse.buffalo.edu/org/IntHigherEdFinance>.

Kane, T.J. (1995). *Rising Public College Tuition and College Entry: How Well do Public Subsidies Promote Access to College?* Cambridge, MA: National Bureau of Economics Research Working Paper Series N.º 5164.

Kigotho, W. e Bollag, B. (2002). “A tale of rebirth, Makerere University survived a dictator’s reign and is thriving again”, *The Chronicle of Higher Education*.

Leslie, L. e Brinkman, P.T. (1987). “Student price response in higher education”, *Journal of Higher Education*, 58, 181-204.

Marcucci, P.N. e Johnstone, D.B. (2007). “Tuition fee policies in a comparative perspective: Theoretical and political rationales”, *Journal of Higher Education Policy and Management*, 29(1), Março, 25-40.

Martins, G. O. (2010). “Notas sobre o Relatório Stiglitz”. Intervenção em painel da Conferência Internacional “O Relatório Stiglitz: um Novo Paradigma para a Economia”. Auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 29 de Abril de 2010.

- Michael, C. e Scully, M. (1999). *Rising Tuition Fees: Measuring the Impact Upon Undergraduate Enrolment in Ontario: 1977/78 to 1996/97*. Comunicação apresentada na Canadian Institutional Research and Practitioner Association (CIRPA) Conference, 24-26 de Outubro, Quebec, City, PQ.
- Palacios, M. (2002). “Human capital contracts. “Equity-like” instruments for financing higher education”, *Policy Analysis*, 462, 16 December.
- Patrocínio, T. (2004). *Tornar-se Pessoa e Cidadão Digital, Aprender e Formar-se dentro e fora da Escola na Sociedade Tecnológica Globalizada*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- Patrocínio, T. e Cerdeira, L. (2010). *Globalização, educação e (trans)formação de valores*. Comunicação no Colóquio AFIRSE/AIPELF 2010, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.
- Rounce, A. (2004). *Access to Postsecondary Education: Does Class Still Matter?*, Saskatoon: Canadian Centre for Policy Alternatives.
- Swail, W.S. e Heller, D.E. (2004). *Changes in Tuition Policy, Natural Policy Experiments in Five Countries*, Education Policy Institute, August, Canada Millennium Scholarship Foundation.
- Uni-CV (2009). *Amigo Uni-CV*. In revista Uni-CV. Ano I. Edição n.º 0. October 2009. Praia: Universidade de Cabo Verde.
- Usher, A. (2005a). *Much Ado About a Very Small Idea: Straight Talk About Income-Contingent Loans*, Toronto: Educational Policy Institute, Canadian Higher Education Report Series, Janeiro.
- Usher, A. (2006). *Grants for Students, What they Do, Why they Work*, Toronto: Educational Policy Institute, Canadian Education Report Series.
- Usher, A. e Cervenán, A. (2005). *Global Higher Education Rankings, Affordability and Accessibility in Comparative Perspective*, Toronto: EPI, Educational Policy Institute.
- Usher, A. e Steel, K. (2006). *Beyond the 49th Parallel II, the Affordability of University Education*. Toronto: EPI – Educational Policy Institute.
- Vossensteyn, H. (2004). *Student Financial Support. An Inventory in 24 European Countries, Background Report for the Project on the Portability of Student Financial Support*, Enschede: CHEPS, August, C4HV225.
- Vossensteyn, H. (2005a). *Subsidizing Students, Families or Graduates?* Quebec: CMEC-OECD-Canada Seminar on Student Financial Assistance.
- Wellhouse, R. (2006). Report Assembled, *Student Loans in Russia*, Report on a Conference, 27-29 de Janeiro, Ditchley Park, Oxfordshire, OX7 4ER, United Kingdom.
- Woodhall, M. (2004). “Student loans: Potential, problems and lessons from international experience”, *JHEA/RESA*, 2(2), pp. 37-51, Boston College & Council for the Development of Social Sciences Research in Africa.

World Bank (2010). *Financing Higher Education in Africa. Directions in Development, Human Development*. 54441. Washington, DC: World Bank.

Ziderman, A. e Albrecht, D. (1995). *Financing Universities in Developing Countries*, Washington D.C: The Falmer Press.

Saint, William. 2000. *Tertiary Distance Education and Technology in Sub-Saharan Africa*. Education and Technology Technical Note Series, Vol. 5, No. 1. Washington, D.C.: The World Bank.

Delgado, Olavo, A inserção dos diplomados Cabo-verdianos no mercado de trabalho, Junho 2011.

Augusto Amado, 2011, unpublished, data from Serviços Académicos da Uni-CV.

Dados Preliminares do Censo 2010, Anuário da Educação 2008/2009, Direcção Geral do Ensino Superior/MESCC.

Schwartzman, Simon, 2011, “The Growth of Higher Education and its Potential Contribution to Economic Growth in Cape Verde”.

Teferra, Damtew. 2010. “Deploying Africa’s intellectual diaspora: potentials, challenges and strategies.” In Damtew Teferra and Heinz Greijn (eds.) *Higher Education and Globalization Challenges, Threats and Opportunities for Africa*. Boston: Center for International Higher Education, Boston College.

St. Aubyn, António et al. 2010. *Relatório de Avaliação Externa: Universidade Jean Piaget e Instituto de Estudos Superiores Isidoro da Graça*. Lisbon: Instituto Português para o Desenvolvimento.

Agyeman, Osei Tutu. 2007. “ICT in Education in Cape Verde.” *In Survey of ICT and Education in Africa*. Washington, D.C.: InfoDev.

Programa do Governo para a VII Legislatura, 2006 – 2011.

Commonwealth of Learning. 2010. *Quality Assurance Toolkit for Open Schools*. Vancouver: Commonwealth of Learning.

Dos Santos, Ana Cristina. 2010. *Mise en place d’un système d’assurance qualité externe dans un petit pays : le cas du Cap-Vert*. Paris: Institut international pour la planification de l’éducation.

Nelson, R. (ed.), 1993, *National Innovation Systems: A Comparative Analysis*, New York: Oxford University Press;

Gibbons, Michael, 1998, “Higher Education Relevance in the 21st Century,” Human Development Network, World Bank, Washington, D.C.

Migration and Remittances Factbook 2011, World Bank, Washington, D.C., p. 87

Batista, Lacuesta, and Vicente 2007, tables 6 and 7, p. 34 and 38

World Bank 2010; Docquier, Schiff, and World Bank, 2009; Docquier, Marfouk, and World Bank, 2004.

World Bank, 2010. *Cape Verde: Initial Assessment of the Formal Labor Market*. Africa Region, Financial and Private Sector Development.